

TEM PO

Organizadores:
Tiago Siqueira Reis
Carla Monteiro de Souza
Monalisa Pavonne Oliveira
Américo Alves de Lyra Júnior

COLEÇÃO HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: VOLUME III

PRE SEN TE



Organizadores:
Tiago Siqueira Reis
Carla Monteiro de Souza
Monalisa Pavonne Oliveira
Américo Alves de Lyra Júnior



COLEÇÃO HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: VOLUME III

Escrevem neste número:

Anny Jackeline Torres Silveira · Denise Nacif Pimenta
Dernival Venâncio Ramos Júnior · Eduardo Devés-Valdés
Enrique Serra Padrós · Harley Silva · Marcel van der Linden
Mariane Emanuelle da Silva Lucena · Michael Löwy
Monalisa Pavonne Oliveira · Pedro Henrique Pedreira Campos
Petrônio José Domingues · Rita de Cássia Marques
Sidney da Silva Lobato · Silvia Maria Favero Arend
Sônia Regina de Mendonça · Tiago Siqueira Reis



Roraima
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

REITOR **EDITORA DA UFRR**
José Geraldo Ticianeli **Diretor da EDUFRR**
Fábio Almeida de Carvalho

VICE-REITOR **CONSELHO EDITORIAL**
Silvestre Lopes da Nóbrega Alcir Gursen de Miranda
Anderson dos Santos Paiva
Bianca Jorge Sequeira Costa
Fábio Luiz de Arruda Herrig
Georgia Patrícia Ferko da Silva
Guido Nunes Lopes
José Ivanildo de Lima
José Manuel Flores Lopes
Luiza Câmara Beserra Neta
Núbia Abrantes Gomes
Rafael Assumpção Rocha
Rickson Rios Figueira
Rileuda de Sena Rebouças

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campos do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto – CEP: 69.310-000. Boa Vista – RR – Brasil
e-mail: editora@ufr.br / editoraufrr@gmail.com
Fone: + 55 95 3621 3111

A Editora da UFRR é filiada à:



Copyright © 2020
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Projeto Gráfico

George Brendom Pereira dos Santos

Capa

Matheus de Oliveira Vieira

Diagramação e Editoração Eletrônica

Paulo DeCarvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

C691 Coleção história do tempo presente : volume 3 / Tiago Siqueira Reis...
[et al.] Organizadores. – Boa Vista : Editora da UFRR, 2020.

314 p. : il.

ISBN: 978-65-86062-31-1

1 - História. 2 - Memórias. 3 - Narrativas. 4 - Produção do
conhecimento. I. Título. II - Reis, Tiago Siqueira et al. (organizadores).
III - Série.

CDU - 981

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:
Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM

A exatidão das informações, conceitos e opiniões
é de exclusiva responsabilidade dos autores

SUMÁRIO

- 7 **APRESENTAÇÃO**
- 19 **ESTADO E PODER: ELITES, CLASSES E HEGEMONIA**
Sonia Regina de Mendonça
- 40 **HISTÓRIA ECONÔMICO-SOCIAL E HISTÓRIA**
DO TEMPO PRESENTE
Pedro Henrique Pedreira Campos
- 59 **A DITADURA BRASILEIRA E O TEMPO PRESENTE:**
A HISTÓRIA ENTRE A TRAGÉDIA E A FARSA
Enrique Serra Padrós
- 92 **OS EMPRESÁRIOS E A AMAZÔNIA: PLANEJAMENTO**
REGIONAL E PROTAGONISMO EMPRESARIAL NO
INÍCIO DA DITADURA MILITAR (1964-1966)
Sidney Lobato
- 116 **HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES: ABORDAGENS E**
POSSIBILIDADES DE PESQUISAS
Tiago Siqueira Reis
- 134 **MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO: UMA UTOPIA E**
VÁRIAS HISTÓRIAS DO TEMPO PRESENTE
Petrônio Domingues
- 153 **APAGANDO NOMES E ROSTOS: OS IMPACTOS NA**
IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003 NO “NOVO”
ENSINO MÉDIO
Monalisa Pavonne Oliveira

- 185 **RUMO A UMA HISTÓRIA GLOBAL DO TRABALHO**
Marcel van der Linden
- 206 **O PENSAMENTO PERIFÉRICO**
Eduardo Devés Valdes
- 225 **A PANDEMIA DE COVID-19: INTERSEÇÕES E DESAFIOS
PARA A HISTÓRIA DA SAÚDE E DO TEMPO PRESENTE**
Rita de Cassia Marques
Anny Jackeline Torres Silveira
Denise Nacif Pimenta
- 250 **AS LUTAS ECOSSOCIAIS DOS INDÍGENAS**
Michael Löwy
- 263 **GEOPOLÍTICA DAS USINAS HIDRELÉTRICAS, LUTAS
POR RE-EXISTÊNCIA E PEDAGOGIAS DA
COLONIALIDADE NA AMAZÔNIA DO TEMPO PRESENTE**
Dernival Venâncio Ramos Júnior
Harley Silva
Mariane Lucena
- 287 **UMA CARTA, UMA DECLARAÇÃO E UMA CONVENÇÃO:
INFÂNCIAS, NORMATIVAS INTERNACIONAIS E
DIREITOS HUMANOS NO TEMPO PRESENTE**
Silvia Maria Fávero Arend
- 305 **AUTORAS E AUTORES**
- 313 **ORGANIZADORES E ORGANIZADORAS**
- 314 **REVISORES**

APRESENTAÇÃO

A Coleção História do Tempo Presente chega em seu terceiro volume com a proposta de reunir e visibilizar teorias, metodologias e temáticas atinentes ao tempo presente e, principalmente, convocando os historiadores a se apropriarem desta fatia do tempo, tão explorada por outros profissionais da comunicação, das ciências humanas e sociais, entre outros. A coleção objetiva, desse modo, provocar debates e estimular questionamentos que propiciem novas reflexões e perspectivas de análise, reforçando a contribuição do historiador para as análises do presente.

As publicações se dedicaram a abranger assuntos e autores das mais diversas partes do país, bem como a colaboração de historiadores estrangeiros. Sempre com a intenção de contemplar a região Norte em todos volumes, a coleção se propõe a pensar em novas centralidades como maneira de compor o rico e heterogêneo universo que constitui a produção científico-acadêmica brasileira, afastando-se do estigma de “periferia”. Sendo assim, todos os estados que integram a Amazônia brasileira estão representados, em alguma medida, por intermédio da contribuição de historiadores alocados em distintas instituições públicas da região, lançando luz sobre temas latentes e propondo perspectivas de análise, consubstanciando, assim, o protagonismo amazônico acerca dos assuntos do tempo presente.

A Amazônia brasileira atualmente conta com pós-graduações *stricto sensu* em História em todos os estados: dois doutorados, nas universidades federais do Amazonas (UFAM) e Pará (UFPA); mestrados acadêmicos na UFAM, UFPA, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Universidade Federal do Tocantins (UFT); mestrados profissionais (ProfHistória) na Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal de Roraima (UFRR), UNIFAP, UFT, UFPA e UNIFESSPA.

As pós-graduações vêm reiterando a produção científico-acadêmica amazônica como um dos centros de destaque nos estudos do tempo presente. Desse modo, os três volumes, que têm como ponto de partida o Norte, foram publicados em versão digital de acesso livre e gratuito pela Editora da Universidade

Federal de Roraima, em um esforço conjunto de suscitar interesse e pesquisas sobre tal abordagem temporal e teórico-metodológica.

Ao propor novas centralidades buscamos apresentar de forma ampliada a pluralidade e especificidades de problemas e questões teórico-metodológicas em diversas regiões através da multiplicidade de pesquisadores, revelando a potencialidade das investigações desenvolvidas em inúmeras universidades, reposicionando, ou melhor, apresentando novos centros para além do eixo Rio – São Paulo. Centros que de maneira nenhuma encontram-se isolados, cujas investigações se interconectam e dialogam com outros centros.

Esta coleção ambicionou a diversidade de temáticas, abordagens e regiões brasileiras, além de poder contar com valiosas contribuições internacionais. Apesar dos limites de abrangência, pois não tivemos pesquisadores de todos os estados da federação, conseguimos reunir um número expressivo de pesquisadores e instituições. Fica, então, o ensejo para reunir investigadores de outras regiões para uma próxima empreitada!

Nessa perspectiva, os três volumes contabilizam um total de 38 capítulos, nos quais tivemos a felicidade de envolver 49 autores, sendo cinco investigadores estrangeiros alocados em universidades: na Argentina, Chile, Portugal, Holanda e um franco-brasileiro, na França. Entre os estabelecidos em instituições públicas brasileiras foram compreendidos 44 pesquisadores em 30 instituições, abrangendo 16 unidades da federação.

Este terceiro volume inicia-se com a contribuição de Sonia Regina de Mendonça. No capítulo intitulado *Estado e Poder: elites, classes e hegemonia*, Mendonça desenvolve uma discussão sobre o Estado, temática considerada por muitos, nas palavras da historiadora, como “árida”. Nesse sentido, a autora tenta apresentar as abordagens que se interligam: Estado, Poder e História sob a matriz teórica marxista. Mendonça discorre, portanto, sobre as principais vertentes teórico-metodológicas a fim de situar o leitor. O estudo do Estado muito tributário da História Política configura-se como principal tipo de produção historiográfica dos séculos XVIII e XIX, período em que se formaram os Estados Nacionais na Europa e no continente americano. Desse modo, a formação do Estado seria a materialização de fenômenos e agentes elencados dentro de um processo histórico. As descrições, em larga medida, empreendidas pelos Institutos Históricos Geográficos pressupunham uma certa “asepsia” científica na narração dos fatos. Esta percepção liberal desconsidera uma série de agentes e forças antagonicas que compõem a sociedade, bem como conceitos fulcrais para a análise marxista: “classes sociais, sujeitos coletivos, disputas de hegemonia, lutas de classe etc.”. Sendo assim, Sônia Mendonça parte da “premissa de que o

Estado é, ele próprio, uma relação social”. Sua análise abordará, então, como as correntes liberal e marxista pensam o Estado. O Estado liberal como uma entidade que paira acima e fora da sociedade, seria o detentor de uma racionalidade que o conferiria essa transcendência e o monopólio da violência, ambas as características visavam em última instância, assegurar a vida e a propriedade privada, tal garantia seria firmada através de um contrato entre governantes e governados. Nessa direção, Mendonça apresenta como essa perspectiva de análise se desdobra em diferentes outras, desde os estudos que objetivam comprovar cientificamente determinada teoria, como ocorre nas Ciências Exatas, buscando repetição de comportamentos independentemente do tempo e do espaço, engendrando um caráter a-histórico; até aquelas que ratificam sua posição inatingível, como a Teoria das Elites, que apregoa a existência de um grupo seletivo capaz de guiar os rumos de uma nação. A corrente marxista, a qual a historiadora se alinha, percebe o Estado na sua complexidade e totalidade que tem como aspecto marcante a luta de classes no seu sentido mais amplo, ou seja, não apenas a oposição de classes fundamentais, mas, também, as disputas e conflitos que ocorrem no interior de cada uma delas. Distintamente do liberalismo, a corrente marxista concebe o Estado não como transcendente e fruto de um acordo contratual, mas arraigado em inúmeras formas de dominação, sendo uma relação social. Nessa perspectiva, Mendonça, dedica seu capítulo à análise acerca da concepção de Estado elaborada pelo marxista italiano Antonio Gramsci, nos anos de 1930, considerando como um dos principais contributos deste intelectual o conceito, como pontua a historiadora, de “Estado ampliado”, “elaborado a partir de uma análise de cunho centralmente histórico, quer no tocante à construção das formas de intervenção social de classes e frações de classe, quer no sentido de imbricar a expansão socioeconômica capitalista à política e, particularmente, ao Estado”. A partir de tal arcabouço teórico-metodológico, a autora debruça-se sobre um novo viés metodológico, que alia a História das Elites e o pensamento marxista, demonstrando o quão problemática é esta nova proposta, que tenta convergir conceitos e teorias diametralmente opostas. Finalmente, a pesquisadora põe em tela, a título de exemplificação, sua tese de doutorado para demonstrar como a “metodologia marxista de pesquisa” é “efetivamente operacionalizável”, especialmente a partir da contribuição gramsciana assinalando a sua importância e a viabilidade dos estudos marxistas, em particular, do pensamento de Antonio Gramsci para a compreensão do Estado capitalista.

No capítulo *História econômico-social e história do tempo presente*, Pedro Henrique Pedreira Campos evidencia os estudos relativos à História Econômica. Este campo da História vem nas últimas três décadas dividindo cada vez mais

espaço com a emergência de novas abordagens analíticas, como: os estudos de gênero, culturais, Ensino de História etc., ao ponto de tornarem-se raras nas grades curriculares universitárias disciplinas que versem sobre esse campo da História, inclusive nas disciplinas eletivas ou optativas. Todavia, os estudos de História Econômica mantêm sua vitalidade, espaço e persistência nos estudos históricos. Campos preocupa-se em apresentar ao leitor as reflexões e conceituações de ambas as áreas do conhecimento em separado: História e Economia, para em seguida esclarecer sobre como se coadunam formando um campo de conhecimento, denominado História Econômica, podendo ser nomeada também de história econômico-social ou história econômica e social. Nessa perspectiva o historiador subdivide seu texto em três seções para discorrer acerca do campo analítico e sua interlocução com a História do Tempo Presente. Campos desfia o caminho percorrido pelo campo do conhecimento, principalmente, na Europa e no Brasil pontuando as escolas que se formaram e os vieses que guiavam suas pesquisas; apresenta a problemática das fontes quais as possibilidades e desafios encontrados pelos historiadores que se debruçam sobre diferentes recortes cronológicos, no entanto, enfatiza que mais do que as fontes, os métodos de pesquisa e análise constituem, de certo modo, o centro do debate na área, ou seja, como conferir historicidade e perceber o elemento humano nas análises. Nessa direção, a HTP, como recomenda o autor, deve contemplar a “dimensão econômica da existência humana”, desse modo, Campos sugere que a HTP pode compatibilizar-se com a história econômico-social no intuito de entender a diversidade e complexidade da formação econômico-social brasileira, atentando sempre para a multiplicidade das realidades locais e regionais da constituição histórica da sociedade brasileira.

Enrique Serra Padrós, em *A ditadura brasileira e o tempo presente: a história entre a tragédia e a farsa*, inicia seu texto chamando a atenção para a forma como o Brasil tratou, ou melhor, não tratou suas feridas impingidas pela ditadura civil-militar (1964-1985). As chagas que permanecem abertas foram apenas cobertas, evitando que a sociedade brasileira reconstituísse seu passado, compreendendo-o e trilhando um novo futuro. Diferentemente, de outros países da América Latina, no maior país da América do Sul, optou-se por reconciliar-se com o passado renomeando e negando os fatos ocorridos, criando um novo vocabulário para as atrocidades cometidas e o tipo de regime implantado. Assim, o golpe de Estado de 1964 fora designado de revolução. O poder discursivo que perdurou para além do período ditatorial, encontrou e encontra reverberação entre os coevos, hoje saudosistas do regime ditatorial. Tal poder recorreu exitosamente à pro-

paganda aliada à censura, em particular, o autor cita a ressonância do Milagre Econômico, que “durou menos tempo do que veiculou o governo e beneficiou menos gente do que foi divulgado”. O esquecimento e o negacionismo/ saudosismo no qual descansa a memória desse período nefasto da História Brasileira, analisado a luz da História do Tempo se nutrem, nas palavras de Padrós, de um “esquecimento organizado” assegurado institucionalmente pela transição democrática e governos posteriores através “da anistia; a impunidade, a corrupção, a banalização da violência e o imobilismo”. O esquecimento organizado possibilita, por sua vez, o ressurgimento de inimigos externos ou internos supervalorizados e extemporâneos, como configurou-se o comunismo na década de 1960, e atualmente o antipetismo, que traduzir-se-ia como a ameaça comunista contemporânea. Na tentativa de reparação e de trazer à tona memórias obscurecidas, nas primeiras décadas do século XXI foram elaborados projetos que visavam reunir e visibilizar as memórias, até então, sistematicamente negadas, como a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e o projeto Memórias Reveladas, este ancora-se em registros pessoais e depoimentos de pessoas que viveram direta ou indiretamente os horrores da ditadura civil-militar. Padrós acrescenta, ainda, como avanços importantes para descortinar o passado sombrio, o incremento no número de cursos de pós-graduação *stricto sensu* e grupos de pesquisa, que dedicam-se à realidades de diversos estados e regiões, desfocalizando as atenções do centro-sul brasileiro, mudando as lentes de observação e incluindo, inclusive, acervos e documentações inéditas nos estudos acerca do período ditatorial civil-militar. A reemergência da temática trouxe à baila também publicações há muito esgotadas como o livro *Brasil Nunca Mais e Estado e oposição: 1964-1984*, de Maria Helena Moreira Alves. Outra enorme contribuição das pesquisas e da CNV, foi desvelar a responsabilidade dos setores civis da sociedade, como grandes empresas e meios de comunicação, na implementação e manutenção do regime. Para finalizar, o autor discute as possibilidades teórico-metodológicas da História Imediata, e pontua que a ditadura civil-militar seja analisada nas permanências, um passado que não passa, o que viabilizou a ascensão da extrema-direita saudosista no cenário atual. De acordo com Padrós: “o governo Bolsonaro pode ser percebido como continuidade de problemas não resolvidos, lacunas não preenchidas daquele passado”. Desse modo, o historiador nos convida a repisar esse passado não acabado, que continua em aberto, clamando para que não seja novamente encoberto.

Sidney Lobato, em *Os Empresários e a Amazônia: planejamento regional e protagonismo empresarial no início da ditadura militar (1964-1966)*, discute a

investida de exploração capitalista na Amazônia pelo regime ditatorial civil-empresarial-militar traduzido na Operação Amazônia, lançado em 1966. Cabia ao governo criar as condições que possibilitassem o investimento privado de empresas nacionais, em particular os empresários alocados na região centro-sul, e as estrangeiras. Assim como governos anteriores, à semelhança de Getúlio Vargas quando promoveu a “ocupação” dos rincões amazônicos pelos “soldados da borracha” para a extração do látex que abasteceria a indústria norte-americana, os militares valiam-se de um discurso parecido, que frisava a integração da região à órbita político-econômica nacional, além de fomentar sua ocupação apoiada nas frentes migratórias. Desta vez, o discurso somava novas pautas, para além do nomeado “atraso” no qual vivia a região, que eram a racionalização da administração combatendo a má gestão dos recursos públicos e propondo o estabelecimento de novos tipos de unidades produtivas, a indústria e agropecuária, afastando-se, desse modo, da economia extrativista que havia lastreado, em larga medida, a economia amazônica. O novo mote de exploração da Amazônia seria, portanto, o protagonismo do setor privado, evidentemente, tendo seu caminho pavimentado pelo governo. Lobato empreende, dessa forma, sua análise embasada em um diverso conjunto de fontes, como: análise de decretos, leis, discursos oficiais e artigos de jornais, estes extraídos, principalmente, dos três periódicos de maior circulação na época Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo.

A partir de uma lacuna entre os estudos na área de História, Tiago Siqueira Reis, chama a atenção para uma temática – amplamente trabalhada em outras áreas, como: Ciência Política, Sociologia e cursos da área de gestão organizacional, a História das Instituições. No capítulo *História das instituições: abordagens e possibilidades de pesquisas*, Reis investiga o percurso da Fiocruz durante a ditadura civil-militar brasileira, em específico entre 1970-1985, pontuando possibilidades metodológicas e aportes teóricos para o estudo das instituições. Reis traz alternativas para pensar a complexidade e variedade deste tema, principalmente analisando-o de maneira integral, pensando as questões macro e micro de forma dialética, considerando assuntos específicos como objeto de análise, como proposto por Witold Kula. Na esteira do pensamento gramsciano, Reis complementa sua análise com os pressupostos teóricos elaborados pelo próprio Antonio Gramsci de Estado Ampliado e Bloco Histórico, e o método gramsciano desenvolvido por Sônia Regina Mendonça, que contextualizam e inserem as instituições, empresas e seus agentes em seu período histórico, além de discutir as relações que esses organismos estabelecem com diferentes instâncias políticas, sociais, econômicas etc. Nessa perspectiva, Reis esclarece como esses aportes te-

órico-metodológicos, bem como indicações de possíveis fontes, que podem ser aplicados a partir da pesquisa realizada sobre a trajetória da principal instituição de saúde da América Latina, a Fiocruz.

Petrônio Domingues em *Movimento Negro Brasileiro: uma utopia e várias histórias do tempo presente*, traça a trajetória do movimento negro desde a ditadura civil-militar em 1978 até a contemporaneidade, sublinhando sua disseminação no território nacional e as pautas que se somaram e se somam à questão racial, em especial as lutas feministas negras, aliando as discussões de gênero, raça e classe, assim como, a emergência de movimentos quilombolas de luta pela posse da terra. Domingues apresenta os marcos inaugurais instituídos pelas marchas e lutas, como as conquistas de representatividade em governos municipais e estaduais a partir da década de 1980; a criação do dia 20 de novembro, morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares, como data de luta, e em oposição ao 13 de maio considerado como “farsa”; bem como, as conquistas no campo educacional, com a introdução do estudo da História da África e afrodescendentes no currículo da Educação Básica. Nesse ínterim, é fundamental mencionar os embates empreendidos pelos movimentos por políticas públicas de reparação para a comunidade negra, dentre elas a de maior destaque é a lei das cotas raciais, que animou sobremaneira o debate público. Nas palavras do autor, o movimento negro “caracteriza-se pelo caráter multifacetado, heterogêneo e plural”.

Monalisa Pavonne Oliveira no capítulo *Apagando nomes e rostos: os impactos na implementação da lei 10.639/2003 no “novo” Ensino Médio*, nos convida a refletir sobre o papel e os desafios que os historiadores do tempo presente encontram diante das profundas e significativas mudanças de natureza reacionária e depreciativa na disciplina escolar História na atualidade, no qual colocam de um lado os sentimentos, emoções, a profissão e o seu trabalho e, de outro, o distanciamento do objeto que inevitavelmente os historiadores estão absolutamente imersos e o fazer historiográfico. Analisando os avanços no ensino da disciplina História a partir da Lei 10.639 de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do estudo da história da África e dos afrodescendentes, Oliveira concentra-se na agenda afrodescendente, discutindo as investidas contrárias, como as disputas por memória, os revisionismos, a possibilidade de negligenciar o ensino da História da África e dos afrodescendentes, a partir a retirada da disciplina História como componente curricular obrigatório no Novo Ensino Médio. Para a autora os projetos em curso explicitam a contenção dos debates em torno da diversidade e da desigualdade, de modo que vislumbram o “apagamento” de rostos e nomes, objetivando silenciar a maioria da população do país em favor de um discurso único e hierarquizante. A autora conclui que nas batalhas pela História

no tempo presente se encontra a luta contra o silenciamento da disciplina e de grupos subalternizados, das negações e falsificações da história que se colocam em favor de um discurso hegemônico com objetivo de manter e reforçar relações de dominação, ao mesmo tempo “este é momento de nos posicionarmos pela manutenção da multiplicidade de vozes em detrimento de um discurso unilateral e homogeneizador, que visa apagar rostos e nomes”.

Em um texto direto, esclarecedor e didático, Marcel van der Linden apresenta as possibilidades de temas e itinerários de pesquisa sobre a História Global do Trabalho, de modo instigante e propositivo, o texto é organizado elencando os elementos fundamentais da pesquisa. Sendo assim, o capítulo intitulado *Rumo a uma História Global do Trabalho*, é subdividido em seis seções, sempre fazendo relação entre o Norte e o Sul global. Logo de partida o historiador mapeia uma série de publicações e periódicos que se dedicam à História do Trabalho nas mais diversas regiões do mundo, descentralizando as análises que se condensavam no hemisfério Norte. Muito embora, as revistas acadêmicas mais antigas e um número significativo delas sejam sediadas nessa parte do globo, as pesquisas publicadas contam a produção de investigadores localizados não apenas nos centros globais, mas principalmente nas periferias, de onde vêm surgindo estudos muito elucidativos sobre as relações e formas de trabalho. Em seguida, o autor mostra como esses pesquisadores vêm se articulando, e como essa articulação tem viabilizado riquíssimos estudos comparativos. Para exemplificar, Linden cita algumas organizações: Rede Europeia de História do Trabalho, Amsterdã; Rede Global de História do Trabalho, em Barcelona; e, Associação Internacional de Greves e Conflitos Sociais, que inclusive publica a revista *Trabalhadores do Mundo*. No que se refere às “Questões teóricas gerais”, dentre inúmeros pontos levantados, o mais marcante é pensar em uma “sociedade mundial”, como afirma o autor, que transborde os limites dos Estados Nacionais, no sentido que as sociedades não estão isoladas, e são afetadas pela simultaneidade dos acontecimentos em diferentes pontos do planeta. Para compreender a condição histórica do trabalhador, Marcel van der Linden sugere que expandamos os conceitos de “classe trabalhadora” e “trabalhadores” para um maior entendimento das relações de trabalho e exploração da mão de obra, lançando luz sobre o trabalho livre e forçado. Nessa perspectiva, para enriquecer e aprofundar a análise, é fundamental o diálogo com outras áreas do conhecimento, dentro e fora da História. Assim, a proposta da “Multidisciplinaridade”, como menciona o autor, deve levar em consideração as contribuições: das subdisciplinas históricas, a etnologia, a sociologia do trabalho, a economia do trabalho etc. Sobre as fontes para empreender os trabalhos, podemos citar: as escritas, orais e os acervos digitais. Não obstante,

a preservação da documentação no Sul Global, como aponta o autor seja ainda um dos maiores desafios. Finalmente, os “Problemas de Pesquisa”, entre uma infinidade de temas que merecem ser revisitados, novos se colocam com muita urgência como o trabalho relacionado às questões migratórias, o trabalho forçado e livre, as organizações e as formas de resistência, entre outros. A História Global do Trabalho se apresenta como um amplo e fértil campo de estudos à espera dos pesquisadores.

Eduardo Devés Valdes no capítulo *O pensamento periférico*, apresenta a noção de “pensamento periférico” que, por sua vez, se entrelaça com a de “pensamento das/nas periferias”. Muito embora as noções estejam sobrepostas, elas não seriam sinônimas. Sendo assim, o autor mostra as especificidades de cada uma para empreender sua discussão acerca deste conceito. O “pensamento das/nas periferias” poderia ser caracterizado por aquele que se “desenvolve nos ecossistemas intelectuais das periferias e que pode ou não estar estruturado sobre a base do dilema de ser ou não ser como o centro, ou seja, ser parte ou não do pensamento periférico “propriamente dito”. O “pensamento periférico”, portanto, “é gerido nos meio-ambientes intelectuais nos quais o pensamento estrutura-se em relação ‘ao centro’”, na busca por alternativas de futuro impostas pelo “centro”, valendo-se da dicotomia “ser como centro” versus “sermos nós mesmos” para formulação de propostas nos mais diversos âmbitos. Para desenvolver sua reflexão, Valdés subdivide o texto em seis seções: na primeira define o conceito de “pensamento periférico”; na segunda, apresenta as origens e formulações anteriores que permitiram a constituição do conceito; na terceira, faz uma discussão teórica e metodológica sobre a noção de “pensamento periférico”; na quarta seção, lança luz sobre as propostas de intelectuais com trabalhos basilares para os debates do Sul global; na penúltima parte, articula a questão do pensamento periférico com os estudos do tempo presente; finalmente, apresenta uma agenda de trabalho sobre os assuntos abordados e suas implicações para as intelectualidades.

Escrito pelas historiadoras Rita de Cassia Marques e Anny Jackeline Torres Silveira e pela antropóloga Denise Nacif Pimenta, o capítulo *A pandemia de Covid-19: interseções e desafios para a história da saúde e do tempo presente*, é um esforço coletivo de reflexão acerca da História da Saúde, no qual as autoras acreditam que a “multiplicidade de interfaces é o caminho para a elaboração de pontes para a compreensão da ciência”. A temática da ciência em saúde configura-se como o principal assunto no ano de 2020 por estar diretamente ligado a Pandemia de Covid-19, despertando interesse de pesquisadores e estudiosos de diversas áreas, adquirindo, também, centralidade no imaginário social, midiático, político, econômico e cultural. Espera-se da ciência em saúde a solução para

a pandemia que se alastrou mortalmente pelo planeta Terra no início de 2020, e que até o momento não parece estar perto de ser superada. Redigido no calor do momento e diante da catástrofe humana que se apresenta, as autoras analisam a experiência pandêmica, isto é, o presente em perspectiva histórica, buscando compreender a construção de narrativas para os processos epidêmicos de saúde-doença, levando em consideração a situação emergencial em saúde e suas denotações em espectro internacional, bem como suas relações com a vida social e as experiências humanas a ela conectadas. O exercício proposto fundamenta-se em debater a historicidade da saúde e da doença no tempo presente em diálogo com as experiências do passado. Para as autoras “a pandemia de COVID-19 não traz apenas repercussões de ordem biomédica e epidemiológica, mas de efeitos e transformações sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos. Epidemias mudam o mundo. (...) caberá à História contar as cenas dos próximos atos...”.

Michael Löwy apresenta ao leitor no capítulo *As Lutas Ecosociais dos Indígenas*, a potência da insurgência indígena e de diversos povos tradicionais, como enfatiza o autor, do México à Terra do Fogo, na luta pela manutenção das florestas e seus modos de vida, propondo alternativas ao sistema socioeconômico neoliberal. A tônica é a sobrevivência conjunta e harmoniosa dos povos das florestas e dos biomas onde habitam, sublinhando a simbiose e interdependência entre a cultura e o meio ambiente. Os diversos alertas soados por tais povos, puderam ser ouvidos mais fortemente em inúmeros confrontos, assim como, em encontros e congressos, desde os locais aos internacionais. Löwy aponta como emblemáticos, entre outras manifestações: os embates vitoriosos da população local da cidade de Cochabamba, na Bolívia, no início dos anos 2000, contra a privatização da água, mais conhecido como “Guerra da Água”; a vitória simbólica dos indígenas aliados à esquerda equatoriana, para o não estabelecimento de empresas petrolíferas no parque Yasuní; e o Fórum Social Mundial realizado em Belém, Pará, vinte anos após o assassinato de Chico Mendes. Chico Mendes, mundialmente reconhecido como defensor da floresta amazônica, conseguiu reunir sob a Aliança dos Povos da Floresta diferentes segmentos que habitam o bioma: indígenas, extrativistas, ribeirinhos etc., numa luta comum. Sendo assim, neste capítulo o autor nos guia por inúmeros movimentos populares que tem como horizonte a preservação do meio ambiente e o questionamento ao modelo econômico imposto, que tudo quer transformar em mercadoria.

Dernival Júnior, Harley Silva e Mariane Lucena no capítulo *Geopolítica das usinas hidrelétricas, lutas por re-existência e pedagogias da colonialidade na Amazônia do tempo presente*, discutem a temática do discurso de modernidade via desenvolvimento por meio dos projetos de hidrelétricas. Objeto de grande com-

plexidade e relevância histórica, social, política, econômico, cultural e ecológica, parece ainda não despertar o devido interesse por parte dos historiadores profissionais, por outro lado, disciplinas como a Antropologia, Ciências Sociais, Geografia e cursos multidisciplinares há algum tempo já produzem pesquisas sobre o assunto, espaço que o presente capítulo pretende ocupar, demonstrando possibilidades e perspectivas de atuação na área, bem como a responsabilidade do historiador/a de ocupar espaços na complexidade oferecida pelo tempo presente. Nesse sentido, os autores questionam as explicações convencionais direcionadas pelo paradigma do “impacto” como substrato de análise e discurso para os processos de desenvolvimento na Amazônia. Defendem a necessidade de descrever a geopolítica e problematizar as geografias da razão que estão por trás dos projetos de infraestrutura, tomados como estruturais na política de exploração dos recursos naturais na região amazônica, na medida em que as hidrelétricas e todo o complexo industrial que as envolve expande e reatualiza as fronteiras de expansão no Sistema Mundo Moderno Colonial e da ideologia-narrativa de desenvolvimento. Para os autores as articulações e conexões entre empresas globais, em especial de *hidrobusiness*, agentes políticos e econômicos locais com o Estado, favorecem a reprodução ampliada da colonialidade do poder, do ser (ecocídio) e do saber (epistemocídio) no que se configura no chamado Sistema Mundo Moderno Colonial. Para tanto, investigam a luta das comunidades locais e movimentos sociais no processo construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito na Amazônia Sul Oriental, divisa entre os estados do Tocantins e Maranhão. A luta das famílias por direitos que designam como “luta pela re-existência” que ocorrem nos diversos processos de reocupação das áreas é posta em conflito com a re-expulsão compulsórias dessas famílias. O abandono e o esquecimento de sujeitos políticos ausentes de direitos humanos e territoriais, segundo os autores “permite perceber como o discurso do desenvolvimento é usado como lavagem institucional para o deslocamento das crises do capitalismo do Norte para o Sul Global. (...) Essa lavagem institucional legaliza o deslocamento e a destruição, no caso da Usinas amazônicas, dos espaços-territórios de existência das comunidades tradicionais aí existentes”.

Finalizamos este volume com o capítulo *Uma carta, uma declaração e uma convenção: infâncias, normativas internacionais e direitos humanos no tempo presente* da historiadora Silvia Maria Fávero Arend. A autora apresenta a trajetória e a conformação da legislação referente à criança, adolescente e jovem desde o seu desenvolvimento a partir das discussões empreendidas por diversos especialistas do direito e da psicologia, entre outros, até os dias de hoje embasando sua argumentação nas fontes que balizaram a produção de leis de alcance internacional.

Arend mostra como as demandas acerca da concepção da criança e adolescente como sujeitos portadores de direitos, na sua condição de sujeitos em formação biológica, cognitiva e social se moldaram ao longo do século XX, principalmente depois da Primeira Guerra Mundial, percorrendo distintos contextos, de modo a constituírem as percepções que tornaram-se comuns entre as sociedades ocidentais contemporâneas. A historiadora debruça-se, portanto, sobre dois temas centrais: infância e Direitos Humanos, a fim de deslindar “múltiplas temporalidades – a experiência das pessoas, as expectativas de futuro expressas na letra da lei e as dificuldades de superação do passado”.

Encerramos com este livro a Coleção História do Tempo Presente composta por três volumes. Percorremos desde 2018 um longo, desafiador e trabalhoso caminho, que se tornou prazeroso e frutífero no seu trajeto em virtude da colaboração e generosidade de todos que participaram deste projeto. Nós organizadores agradecemos imensamente às autoras e autores de todos os volumes que confiaram e acreditaram no projeto dando suas valiosas contribuições para a História do Tempo Presente.

Esperamos que esta empreitada possa estimular outras, e, sobretudo, pesquisas e debates sobre esta abordagem.

Por fim, reforçamos o convite aos historiadores: Apropriem-se desta fatia do tempo!

Ótima leitura.

Monalisa Pavonne Oliveira e Tiago Siqueira Reis.

**ESTADO E PODER:
ELITES, CLASSES E HEGEMONIA**

Sonia Regina de Mendonça

A temática do Estado costuma ser relegada ao status de “árida” ou mesmo fora de moda, muitas vezes reduzida ao âmbito de uma mera “história institucional”, o que pouco contribui, bem ao contrário, para conferir à problemática a relevância e o destaque que merece, sobretudo nos dias de hoje, na sociedade capitalista na qual vivemos. Para refletirmos com justeza e critério sobre o Estado e o Poder é necessário lançar mão de uma visão abrangente das transformações sofridas pelo conceito ao longo do processo histórico, de modo a averiguar, ainda que brevemente, as diferentes posições teóricas e historiográficas a seu respeito, além de inúmeros temas transversais à discussão, o que implicaria em ultrapassar, em muito, o perfil deste capítulo,

Dessa feita, o que se pretende é fornecer é uma perspectiva panorâmica, abordando alguns aspectos da relação entre teoria, Estado, Poder e História, para que o leitor se situe nessa intrincada rede conceitual, sem nela se emaranhar. Logo, serão apresentadas algumas vertentes teórico-metodológicas que predominaram desde o século XVIII até o presente, enfatizando uma delas como elemento norteador das reflexões aqui esboçadas – a matriz marxista, como será visto adiante.

Contudo vale pontuar que a História política foi a principal modalidade historiográfica nos séculos XVIII e XIX, não por acaso período de construção tanto dos Estados-Nação no mundo europeu e americano, quanto no contexto da definição e consolidação das tradições e marcas nacionais. Os diversos autores que a ela se dedicaram partiram do suposto de que a exata descrição dos fenômenos do Estado e seus agentes equivaleria ao próprio processo histórico, dando origem a uma vertente altamente interpretativa e factualista. Por também tratar-se do período de instauração da própria disciplina histórica - centrada, em larga medida, nos Institutos Históricos e Geográficos - pensadores buscaram estabelecer marcos privilegiados - fatos, datas e/ou documentos – ti-

dos como capazes de consolidar o que imaginavam ser uma história plenamente “científica”. Daí o privilégio concedido a grandes líderes e estadistas – tidos como encarnações do próprio Estado - cujas manifestações concretizavam-se em batalhas, relações internacionais, decisões ou hesitações dos ocupantes dos postos políticos e governantes, conduzindo a uma leitura “coisificada” ou “personalista” do que fosse o Estado.

Leituras como essas, derivadas do paradigma liberal, varrem “para baixo do tapete”, conceitos caros à concepção marxista do Estado, como os de classes sociais, sujeitos coletivos, disputas de hegemonia, lutas de classe, etc. Antecipo, pois, que o eixo norteador do capítulo é a premissa de que o Estado é, ele próprio, uma relação social. Todavia, para chegarmos a esta afirmativa, trataremos das duas grandes matrizes teóricas que foram – e ainda são - concorrentes entre si, produzindo sentidos antagônicos e presentes, até hoje, nos debates sobre o Estado: a liberal e a marxista, chamando atenção para alguns de seus desdobramentos contemporâneos, reapropriadas por vários autores.

A matriz filosófica liberal sobrepôs-se por largo tempo às demais, influenciando boa parte das reflexões sobre as bases do Estado e do Poder. Lastreada numa jovem Economia Política, na Escola Histórica Escocesa, além de contribuições de teorias utilitaristas (Fontes; Mendonça, 2012), o paradigma liberal gestou uma percepção de sociedade como um todo formado por indivíduos “em estado de natureza”, em pleno exercício de seus interesses egoístas e belicosos, capazes de inviabilizar, no limite, a reprodução da espécie. Para evitar tal possibilidade, pensadores liberais definiram o Estado como fruto de um contrato, firmado entre cada indivíduo e seu governante, capaz de assegurar os chamados direitos “naturais” fundamentais: a vida e a propriedade, numa reciprocidade assaz imperfeita, imposta de cima para baixo.

Ainda que um dos méritos dessa matriz tenha sido combater a Igreja e sua visão do poder emanado do direito divino, o Estado era apresentado como um pacto bifronte: de um lado, a detenção do monopólio legítimo da violência física e, de outro, o fato de portar uma racionalidade a ele imanente, fazendo-o pairar acima e fora da sociedade. Daí resultou uma brutal padronização das visões sobre o Estado, transformado, dessa forma, numa espécie de “ser reificado” ou numa complexa “engrenagem de aparelhos” situada acima da sociedade e capaz de “criá-la” e “recriá-la”.

O Estado liberal era apresentado, assim, como um “Sujeito de Razão” derivado do Direito Natural e inerente à tradição iniciada pelos “três grandes pensadores”: Hobbes, Locke e Rousseau, a despeito das várias diferenças entre eles existentes. Tais divergências seriam superadas em nome de uma questão comum:

o *método* por eles gestado, tido como apto a transformar as Ciências Humanas em algo tão rigoroso e passível de demonstração quanto as Ciências Exatas, mormente a Matemática. Nesse sentido, trataram de criar leis universais da conduta humana, comprovadas a cada repetição de seu comportamento, verificável em todo e qualquer tempo/espaço, de forma completamente desistoricizada (Mendonça, 2014), posto buscarem as regularidades do comportamento moral/político dos homens (Bobbio, 1987). Encontramo-nos diante do “Estado Sujeito” de que nos fala Poulantzas (Poulantzas, 2000), imune e infenso a conflitos e interferências de movimentos sociais variados. E aqui, por mais paradoxal que possa parecer, assistimos à transmutação da “negatividade” em “positividade” contida no Estado, já que diante da fragilidade” da Sociedade, ele se erige em centro dinâmico da “vida social”.

Por seu cunho a-histórico, a noção de Estado divulgada pelos liberais desembocou numa interpretação da “sociedade civil” como o somatório de indivíduos sem atributos intervinculantes, fazendo crer – até os dias atuais - que a sociabilidade humana somente ocorre no âmbito do político, o que não é fato. A consolidação do Estado “Sujeito”, a pairar sobre os indivíduos e a sociedade, dotado de iniciativa própria e imune às pressões sociais dos “de baixo”, é responsável pela difusão de expressões ainda hoje presentes em discursos cotidianos, tais como “o Estado fez”, “o Estado decidiu” ou mesmo “o Estado visava”, denegando os conflitos sociais inerentes a cada contexto histórico, já que deste prescindiam tais pensadores (Mendonça, 1998).

Dessa matriz derivaram várias “linhagens”, resultantes das mudanças políticas relacionadas às lutas populares do século XIX, quando a emergência da sociedade de massas impôs a necessidade de reconfigurar a teoria. Uma dessas vertentes foi, justamente, a Teoria das Elites, elaborada por Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, cuja pré-condição residia no fato de toda sociedade conter, “naturalmente”, uma *minoría* integrada por *indivíduos seletos* ou *iluminados* que, dotados de atributos especiais – como riqueza, conhecimento, dons, etc. – teriam, também “naturalmente”, o poder de dirigir a maioria, consolidando um conjunto de teses antidemocráticas e anti-igualitárias (Grynszpan, 1999, p. 12).

Princípios como esses são responsáveis, no plano cultural e ideológico, por transmutar Capitalismo em Neoliberalismo, numa operação destinada a ocultar e abolir categorias fundantes do primeiro, tais como a superexploração da classe trabalhadora, a superextração de sobretrabalho, a preponderância de grupos dominantes derivados do Capital Financeiro ou mesmo a existência da luta de classes (intra e entre elas), dentre outras escamoteações político-ideologicamente nocivas e desmobilizadoras dos movimentos sociais organizados ou em vias de

organização. Por certo, se existe algo que escapa e se perde em interpretações como essas é a complexidade inerente ao processo histórico como *totalidade*, especialmente perante o fato da maioria delas prescindir de seu chão mais palpável: a luta de classes, aqui tomada não apenas como a que contrapõe classes fundamentais, mas também a que se verifica no interior de cada uma delas, entre suas distintas frações.

A matriz marxista e a disputa teórica pelo Estado

Nos primórdios do século XIX surgiram, com o filósofo alemão Hegel, as primeiras críticas contundentes à concepção liberal de Estado, discordando veementemente de seu cunho a-histórico e da ideia de um “contrato social” que transferisse ao governante todos os poderes. Além dessa, somava-se outra crítica, relativa à perspectiva individualista de concepção do Estado. A obra de Marx e Engels situa-se na polêmica com o liberalismo, desde seus fundamentos econômicos até suas derivações históricas e políticas. Nessa outra matriz teórica, a sociedade não pode ser tomada como mero somatório de indivíduos, como o supunham os pensadores liberais tanto para o momento denominado de “Estado de Natureza”, quanto para o “Estado [ou sociedade] Civil”, fruto de um contrato firmado, em teoria, entre o governante e cada um de seus governados.

Na matriz marxista, se existe uma natureza humana biológica, ela é duplicada por uma forma especificamente sócio histórica de existência, que integrava as transformações produzidas pelos próprios seres sociais tanto sobre a natureza, quanto sobre o conjunto das relações junto as quais se inseriam. A isso denomina-se historicidade. Logo, a sociabilidade deixava de restringir-se ao plano do político como espaço, por excelência, do exercício das vontades coletivas (Fontes; Mendonça, 2012). O Estado tampouco procederia de um pacto, emergindo do conjunto das relações sociais para assegurar a continuidade da produção e reprodução de sua existência. Ele tampouco seria numa exigência da natureza humana, resultando das diferenciações inerentes à vida social, derivadas da divisão da sociedade em classes. Assim, o poder do Estado tem suas raízes nas distintas formas de dominação presentes na cena social (econômicas, sociais, culturais, políticas, etc.) e Marx, analisando as bases sociais do processo de produção e reprodução do capital, aponta o Estado como a organização do conjunto da dominação de classe, asseguradora das condições da reprodução ampliada do capital, sufocando/controlando as contradições daí decorrentes.

Alguns marxistas posteriores buscaram fazer derivar as relações políticas ou culturais diretamente de uma base econômica cristalizada, concebendo o Estado

como uma espécie de objeto manipulado por uma classe dominante supostamente homogênea. Apropriações deste tipo devem ser vistas como a 'vulgata' do marxismo, que originou uma tradição pouco dialética e histórica, de grande disseminação no meio universitário. Outras linhagens do marxismo, todavia, ativeram-se às bases originais e fizeram avançar as questões teóricas sobre a composição e transformações do Estado capitalista. Como se percebe, o maniqueísmo inerente à matriz liberal de conceber o Estado, não se restringiu apenas a ela, insinuando-se, até mesmo, junto à vertente marxista citada, de cunho ortodoxo e igualmente reducionista. Por certo há distinções entre a “vulgata” e a matriz liberal, sobretudo pelo fato de a primeira admitir que a sociabilidade humana é coletiva, classista e histórica. Entretanto, supor o monopólio do Estado por uma única classe ou fração tem resultados igualmente empobrecedores e restritivos.

De uma forma ou de outra, essas leituras do Estado – seja como Sujeito, seja como Objeto – obscurecem sua visibilidade como a condensação de relações sociais, fruto de conflitos entre sujeitos coletivos organizados junto à da Sociedade Civil e que, para consolidarem sua hegemonia (capacidade dirigente), visam se inscrever na materialidade da Sociedade Política ou Estado restrito. Isto posto, será enfatizada, doravante, uma certa “linhagem” marxista de conceber o Estado, derivada das reflexões formuladas pelo filósofo e militante italiano Antonio Gramsci.

Retomando as grandes transformações sócio-políticas de inícios do século XX vale ressaltar que emergiram, no próprio âmbito do marxismo, outras concepções sobre o Estado, merecendo relevo aquela elaborada por Antonio Gramsci, ainda nos anos 1930. A grande questão norteadora de suas reflexões é, justamente, a necessidade de refinar a definição do Estado “ocidental” contemporâneo, priorizando a complexidade de suas determinações e criticando leituras “economicistas” ou “mecanicistas”. Sua principal contribuição, claramente no âmbito do marxismo, é o conceito de Estado Ampliado, elaborado a partir de uma análise de cunho centralmente histórico, quer no tocante à construção das formas de intervenção social de classes e frações de classe, quer no sentido de imbricar a expansão socioeconômica capitalista à política e, particularmente, ao Estado.

O conceito de Estado Ampliado propicia analisar a íntima correlação existente entre as formas de organização das vontades (singulares e coletivas), a ação e a própria consciência (desenvolvidas no âmbito da sociedade civil) - sempre enraizadas na vida socioeconômica - e as instâncias específicas do Estado em seu sentido restrito (sociedade política). Com isso Gramsci supera a dualidade das análises que contrapunham base e superestrutura, integrando sociedade civil e sociedade política numa só Totalidade, em permanente inter-relação. O Estado,

em Gramsci, não seria sujeito nem objeto, porém a condensação das próprias relações sociais vigentes numa dada sociedade (Poulantzas, 2000), sendo por elas atravessado e absorvendo, nele mesmo, os conflitos a elas inerentes. Ele resgata conceitos clássicos do marxismo - como os de sociedade civil e sociedade política - porém as recria, recriando, simultaneamente, o conceito de Estado - Integral ou Ampliado - que incorpora, dialeticamente, ambas as instâncias.

Segundo o pensador sardo, não seria mais possível, na análise do Estado Capitalista contemporâneo, operar com uma lógica dual, tornando-se imperioso assentá-la numa perspectiva triádica que englobaria, numa só totalidade, a infraestrutura (espaço das relações de produção e de trabalho); a sociedade civil (formada pelo conjunto dos sujeitos sociais organizados junto aos chamados aparelhos privados de hegemonia, espaços organizadores das vontades coletivas e da ação política consciente, capitaneados pelos intelectuais orgânicos de uma dada classe ou fração dela, em contínua disputa pela afirmação hegemônica de seus respectivos projetos) e a sociedade política – ou Estado restrito, identificado aos aparelhos e agências do poder público (Mendonça, 2013). Segundo Gramsci, a peculiaridade do Estado Capitalista Ocidental de seu tempo, consistia no fato dele jamais pode ser concebido tão somente no registro da coerção pois, se assim o fosse – levando em conta o contexto italiano de afirmação do fascismo, pano de fundo de suas reflexões – seria inexplicável que os mais oprimidos e despossuídos da Itália (camponeses) venerassem um ditador. O Estado, em Gramsci, guarda também um espaço de consenso entre os grupos que nele se faziam presentes, consenso este construído a partir dos sujeitos coletivos organizados junto aos aparelhos de hegemonia – ou seja, na própria Sociedade Civil - bem como através da ação do Estado restrito que, igualmente, promoveria e generalizaria a visão de mundo da fração de classe hegemônica.

Logo, o Estado, em Gramsci, conta com outra dimensão além da força e do poder político-econômico da burguesia: a *cultura*. Mas não aquela de sábios e eruditos (portadores de “dons” especiais), porém aquela emanada do conjunto dos projetos e visões de mundo (valores, crenças e autopercepções, de indivíduos e grupos, acerca de seu lugar social) desenvolvidos por cada classe ou fração dela, em permanente disputa/tensão. Afinal para ele, todos os homens são intelectuais posto que até os trabalhos físicos mais mecânicos exigem um mínimo de atividade intelectual criadora (Gramsci, 2001, v.2, p. 18). Com isso, Gramsci desvenda um universo privilegiado para a capacidade organizativa das vontades coletivas por parte de intelectuais oriundos das próprias classes subalternas. Logo, a Cultura, em Gramsci, remete a reflexão para a questão da Hegemonia, uma vez que, para ele, esta seria inseparável da Política/Cultura

Para o autor, as transformações sociais e políticas das sociedades capitalistas ocidentais a ele contemporâneas, derivadas da emergência das massas, implicaram na complexificação da sociedade civil, através da proliferação das vontades coletivas organizadas junto a aparelhos de hegemonia a disputar entre si, a imposição de um dado projeto hegemônico, remetendo à constante tensão entre projetos contra hegemônicos. Porém, a efetivação da hegemonia de uma fração de classe, teria como condição *sine qua non* que o sujeito coletivo organizado junto a este ou aquele aparelho privado de hegemonia inserisse seus porta-vozes junto ao Estado restrito. Logo, o conceito de Estado Ampliado, além de altamente dinâmico, ancora-se diretamente nas lutas de classes que, ininterruptamente, atravessam sociedade civil e sociedade política. Pensar o Estado gramscianamente é pensá-lo sob dupla perspectiva: 1) a das *formas* mediante as quais as frações de classe se consolidam e *organizam para além da produção*, no âmbito da sociedade civil e 2) a das *formas* pelas quais as *agências ou órgãos públicos* contemplam projetos e/ou sujeitos sociais emanados de aparelhos de hegemonia presentes na sociedade civil. Uma delas, certamente, deterá função hegemônica (dirigente) junto a um dado organismo ou agência estatal, porém, ainda assim, outras lá também se fazem presentes, em constante tensão.

Sempre atento às contradições que a realidade do processo produtivo capitalista aprofunda, o filósofo pondera que, em função de certos grupos sociais nem sempre conseguirem organizar-se e elaborar sua própria visão de mundo - pela dificuldade em manter seus próprios aparelhos privados de hegemonia - acabam adotando como sua a visão de mundo de outro(s) grupo(s), via de regra dominantes. Essa seria a premissa da hegemonia, ou seja, quando o projeto/cultura elaborada por uma dada classe/fração é absorvida por todas as demais, promovendo o consenso. Cabe ao pesquisador verificar quem são os integrantes desses sujeitos coletivos organizados, de modo a verificar a que classe/fração estão organicamente vinculados e, sobretudo, o que estão disputando junto a cada organismo do Estado restrito, sem obscurecer que sociedade civil e sociedade política estão em permanente inter-relação. Pensar o Estado significa verificar, a cada contexto histórico, que eixo central organiza e articula a *sociedade civil* como matriz produtiva e como tais formas de organização se articulam *no e pelo* Estado restrito, através da análise de seus agentes e suas práticas. Logo, estudar o Estado é também investigar o *conflito* e não a homogeneidade. Somente assim torna-se viável compreender a efetividade de determinada política pública em detrimento de outra ou ainda porque diretrizes distintas de práticas estatais encontram-se, muitas vezes, superpostas, posto que emanadas de órgãos distintos. O essencial para a análise do Estado e suas políticas é tomá-las como frutos do

embate entre grupos/frações de classe distintas, disputando a inscrição de seus projetos junto às agências do Estado restrito.

Sabendo-se de antemão que tais interesses ou projetos só terão força uma vez organizados na sociedade civil e que, tal organização, tem como espaço privilegiado os aparelhos de hegemonia, o passo inicial para estudar-se qualquer política estatal deve consistir no mapeamento das agências afetas à política pública que se deseja estudar num dado momento histórico, verificando a organização de suas demandas, bem como os mecanismos da inscrição de seus quadros junto a este ou aquele órgão do Estado restrito, ainda que isso se traduza, muitas vezes, na criação de novos órgãos. O que se aqui se propõe é que, para chegarmos ao Estado, em seu sentido estrito, deve-se partir do estudo da sociedade civil e não o contrário, já que qualquer mudança na correlação de forças nela vigente - dentro ou entre aparelhos privados de hegemonia- repercute necessariamente, junto à sociedade política. Afinal, os agentes sociais engajados nesses aparelhos privados *não representam classes em abstrato, inscritas num Estado etéreo*. E *parte significativa de seus quadros dirigentes, encontram-se diretamente nele inseridos, sem uma obrigatória necessidade da mediação de “elites” que os representem*. Este vasto e complexo tecido de relações se constrói e reconstrói no cotidiano de suas práticas políticas e conta com rostos, projetos, embates, história, enfim.

E, neste ponto, faço questão de retomar um aspecto essencial do pensamento gramsciano, suscitando um *alerta*. Trata-se da reemergência, por ele promovida, do conceito de sociedade civil como elemento organizador da filosofia da práxis, com o objetivo de fazer reconhecer a complexificação da política - e do poder- nos Estados Ocidentais, em cotejo com autocracias “orientais”. Tal questão, para Gramsci, não era desimportante, posto tratar-se de assinalar, em sua própria época, a crescente dificuldade de suplantar um sistema de dominação de classe como aquele vigente sob o Capitalismo Ocidental, onde o poder de classe não mais se encontrava concentrado, de forma tão visível, no Estado restrito, porém difundido por toda a sociedade, através da proliferação das “casamatas do capitalismo” ou aparelhos privados de hegemonia contidos na sociedade civil, através de suas práticas culturais e ideológicas. O conceito de Sociedade Civil, tal como reelaborado por Gramsci, erigia-se numa arma *contra* o capitalismo - donde a noção de guerra de posições - e não num instrumento de acomodação a ele.

Em tempos de “pós-modernidade”, não deixa de ser assustador constatar que elucubrações teóricas a ela filiadas são incapazes de enfrentar criticamente o próprio Capitalismo, caminhando rumo à aceitação de um capitalismo “expurgado” de classes, sua exploração e suas lutas. Um bom exemplo dos que tentam

“ficar a meio caminho” deste processo é aquele que se poderia chamar de “neo-elitismo”, que trata de “compatibilizar” conceitos, a meu juízo, incompatíveis como os de “elites” e “classes”.

Por um sistema conceitual “alternativo”: elitismo marxista?

Retomemos, com mais cuidado, a vertente elitista tributária da matriz liberal que tem sido alvo, no campo da história, sociologia e ciência política atuais, de inúmeras tentativas de “recuperação”, tendo sido seu pioneiro José Murilo de Carvalho ao estabelecer uma “fratura” entre a chamada classe senhorial e as elites políticas governantes no decorrer do Império (Carvalho, 1980), o que já foi objeto de críticas bastante pertinentes (Mattos, 1987; Sales, 1996; dentre outros).

Uma grande leva de autores brasileiros contemporâneos tem se dedicado a reabilitar a teoria das elites, visando ora resgatá-la apenas como instrumento de pesquisa, ora como tentativa de “compatibilizá-la” com o Marxismo e o conceito de classe social. Em ambos os casos, a premissa é a suposta incapacidade destes últimos em dar conta das complexas tramas políticas vigentes na sociedade, sob o argumento da necessidade de “enriquecer” a história do Poder e do Estado mediante a “reincorporação de elementos da teoria das elites”.

Após o que alguns consideram como um “desaparecimento” dos estudos sobre as elites políticas iniciado em meados da década de 1980, estes têm sido “reabilitados” a partir de inícios do século XXI, adquirindo novos adeptos na historiografia brasileira, podendo ser apontado como um de seus pioneiros, Flávio Heinz. Tendo coordenado uma grande pesquisa sobre as elites (Heinz, 2006), o autor defende o que considera uma “nova maneira de estudar” a história e micro história das elites, através da adoção do método prosopográfico. Segundo ele, hoje, “um grande número de pesquisadores em História e Ciências Sociais incorporou, se não o método, pelo menos um ‘viés’ quantitativo de tipo prosopográfico em suas pesquisas sobre elites”, tendo encontrado “leitores interessados e dispostos a uma inflexão metodológica que ajudaria a reposicionar a investigação sobre elites no campo de uma história social renovada e vibrante” (Heinz, 2011, p. 7). Trata-se de uma proposta claramente sobredeterminada por uma certa metodologia - a prosopografia - conquanto carente de embasamento teórico sólido.

Outros autores tornaram-se responsáveis pela elaboração de reflexões teóricas destinadas a dar suporte à aproximação entre a Teoria das Elites e o Marxismo (Codato, 2011; Codato e Perissinoto, 2008; Codato e Perissinoto; 2009; dentre outros). Todavia, antes de apresentar essa nova tendência historiográfica, cabe

recordar que a teoria das elites, em sua origem, visava combater frontalmente o Marxismo refutando, sobretudo, a tese segundo a qual o poder político das classes dominantes derivaria – algo mecanicamente - de seus recursos econômicos. Na apresentação do dossiê intitulado “Por um retorno à Sociologia das Elites”, publicado na *Revista de Sociologia e Política* em 2008, os dois autores acima citados, a despeito de admitirem certo exagero nas críticas ao Marxismo formuladas pelos precursores da Teoria das Elites (especialmente Mosca) destacam que um de seus méritos o fato de terem determinado que

As chamadas ‘minorias politicamente ativas’ deveriam ser, para os cientistas políticos, o objeto de análise mais importante. Dado o caráter oligárquico de todos os governos, um estudo científico da política teria de estar atento não ao número de governantes (conforme a classificação aristotélica tradicional: um, poucos, muitos), mas aos mecanismos sociais e políticos responsáveis pela formação, pelo recrutamento, pela socialização e pela conduta dessas minorias” (Perissinotto; Codato, 2008, p. 7, grifos meus).

Ambos os autores atribuem o “desaparecimento” dos estudos sobre elites políticas ocorrido no decurso da década de 1980, às críticas formuladas pelo estruturalismo marxista, pelo institucionalismo de escolha racional e pela sociologia relacional de Pierre Bourdieu. A despeito disso, afirmam que tais “(...) críticas são contundentes e, não raro, convincentes. *Não acreditamos, porém, que as aceitar implique necessariamente o abandono das elites políticas como objeto de estudo importante para a Ciência Política e a Sociologia Política*” (Perissinotto; Codato, 2008, p. 8, grifos meus). E concluem a apresentação do dossiê pontuando tratar-se de uma

Amostra reduzida da vitalidade crescente dessa área de estudos, da capacidade de renovação dos seus temas, métodos e abordagens e do vasto campo a explorar ainda quando se trata das “elites”. Por falar nelas, esses artigos são também uma prova daquela capacidade da Sociologia ser sempre inconveniente: mostrar as condições sociais de produção do mundo social e da posição – privilegiada – de alguns agentes sociais nele (Perissinotto; Codato, 2008, p. 14, grifos meus).

Em defesa de sua proposta, os autores explicam o conceito de elite com o qual a maioria dos estudiosos (inclusive eles), operam parte da seguinte constatação:

(...) a elite como um grupo formado por indivíduos que, no seu campo de atividade, conseguem apropriar-se em maior quantidade dos bens ali valorizados. Ao mesmo tempo, reconhece-se que essa apropriação ocorre em detrimento da “não-elite”, definida

como os desprovidos desses bens ou como aqueles que os possuem em menor quantidade (Perissinotto; Codato, 2008, p. 12, grifos no original).

Mesmo admitindo a existência de uma elite sempre “privilegiada” e uma “*não-elite*” (seriam as massas?), postulam ser “perfeitamente possível conjugar, na análise social, ambas as tradições teóricas [elitismo e marxismo], a *despeito de suas notórias diferenças ideológicas*” (Codato; Perissinotto, 2009, p. 144, grifos meus).

Curiosamente, Codato, em artigo publicado na *Revista do Serviço Público* em 2011, onde investiga a origem e modos de funcionamento do sistema estatal autoritário após a edição do Decreto-lei nº 1.202, que institui os Daspinhos na década de 1930 (Codato, 2011, p. 330), critica a literatura especializada na temática pelo fato de, insistentemente, entender as transformações verificadas no aparelho do Estado tão somente “em função do processo de industrialização e das novas formas de negociação com as classes economicamente dominantes, desprezando-se, com isso, tanto o jogo político intraelites, quanto o marco institucional que regulou e viabilizou essas disputas” (Codato, 2011, p. 322), o que, para ele, seria uma chave para o entendimento de “como foi possível desmontar não só os esquemas oligárquicos tradicionais, quanto a *solução de conflitos intraelite (...)*” (Codato, 2011, p. 323, grifos meus). E conclui seu texto afirmando que

O característico é que a fórmula adotada para a solução dos conflitos no universo das elites (...) se dá através de um aumento do controle da elite nacional sobre a elite regional. Esse é um dos fatos que está na base da inflação do poder do Estado brasileiro no pós-1930 (Codato, 2011, p. 339).

Fica no ar uma interrogação: para quem se propôs, anteriormente, a estabelecer um “diálogo” entre os conceitos de Elites e Classes, onde estão estas últimas no texto de 2011?

Retomando o “diálogo” proposto pelos dois autores mencionados, vale destacar que, apesar de admitirem que a Teoria das Elites promoveu uma “deformação’ do Marxismo, ambos advogam a imperiosa necessidade de se restabelecer o *diálogo* com este último, o que é justificado pelo fato de que o *conceito de classe social não é operacionalizável em termos da pesquisa empírica*, posto ter ele preservado seu caráter de *estrutura objetiva* que produz ‘efeitos pertinentes’ e, justamente por isso, “(...) esse *gênero de análise* não pode se limitar a identificar a morfologia do modo de produção (e dos seus estágios ou fases) a fim de derivar daí, *por dedução teórica, os efeitos políticos que supostamente a estrutura de classe produz* (Codato; Perissinotto, 2009, p. 149, grifos meus).

Vale destacar que o assim chamado “gênero de análise” por eles citado - tornando o Marxismo comparável a qualquer procedimento metodológico ou “estilo” analítico -, somente adquire consistência caso referida a uma das linhagens marxistas, o Marxismo estruturalista (que não é aqui compartilhado), especialmente aquele atribuído ao teórico grego Nicos Poulantzas, em torno ao qual constroem seu artigo, tecendo-lhe incontáveis críticas teóricas. Creio ser necessária tal ressalva pois um leitor incauto ao deparar-se, inadvertidamente, com assertivas como essas, arrisca-se a tomá-la como característica de todo o Marxismo, induzindo a conclusões distorcidas.

Prosseguindo com os argumentos apresentados pelos defensores do que aqui denomino de “marxismo elitista”, cabe destacar que os dois autores mencionados justificam o porquê de considerarem o conceito de elite um instrumento de operacionalização empírica para uma análise classista da política, afirmando que a escolha entre as expressões *classe dominante* e *elite política* não consiste em mera questão terminológica, pois o Marxismo necessita enfrentar alguns problemas a ele inerentes. Um deles refere-se, justamente, à relação entre poder político e poder econômico, diante das múltiplas e complexas conexões existentes entre eles, relação esta tida, pelos autores, como “irresolvida” *no plano operacional*. Some-se a isso a problemática de que, no Marxismo, a questão da classe dominante se subdivide em dois grandes “enigmas” (Codato; Perissinotto, 2009, p. 145): o primeiro é se existe, efetivamente, uma classe politicamente dominante ou se a vida política se resume ao embate entre múltiplos grupos de pressão dotados de *quantum* de poder equivalente; já o segundo implica, a meu juízo, em desdobramentos mais sérios: se a classe politicamente dominante é a mesma que domina economicamente - o que é veementemente questionado por ambos (Codato; Perissinotto, 2009, p. 145) – eles deixam entrever, nas entrelinhas da assertiva, a imperiosa necessidade de *elementos de mediação entre classe dominante e Estado*, ou seja, as próprias *elites* (mormente as burocráticas).

Semelhante raciocínio aponta para a questão da “representação” política: as elites políticas, burocráticas, científicas representam a si mesmas ou aos interesses de classe? Percorrendo todo o artigo datado de 2009, os autores parecem sugerir que as elites contam com dose considerável de *autonomia de atuação*, imaginando, ao que tudo indica, que isso poria em xeque o pertencimento de classe da burocracia de Estado, o que, *de uma perspectiva gramsciana*, como a aqui adotada, soa incabível. Afinal, remontando às reflexões de Gramsci sobre os intelectuais, vale lembrar que o *Caderno 12* se inicia com o seguinte questionamento: “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada

grupo social tem uma sua própria categoria especializada de intelectuais?”. E prossegue o filósofo sardo

Todo grupo social, *nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica*, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, *uma ou mais camadas de intelectuais* que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, *não apenas no campo econômico, mas também no social e político (...)* (Gramsci, 2001, v.2, p. 15, grifos meus).

Ou seja, segundo Gramsci, é *inadmissível* supor a existência de “especialistas” - intelectuais ou mesmo “elites” - *sem pertencimento de classe*.

Para corroborar a “autonomia” de atuação das elites, os dois autores aqui analisados pontuam que

Se podemos, de alguma forma, estabelecer uma relação entre a natureza das elites políticas/estatais (ou da “classe detentora”) e suas decisões e, por outro lado, entre essas decisões e os efeitos que elas produzem no sistema social (efeitos reprodutivos ou não; antecipados ou não; a favor ou não da fração hegemônica), então é *forçoso reconhecer a importância das elites como objeto de estudo*, inclusive para se analisar (ou “comprovar”) a reprodução/transformação das relações de dominação de classe (Codato; Perissinoto, 2009, p. 149, grifos no original).

Isso porque, partem da proposição de Poulantzas acerca da existência de uma “classe detentora” e uma “classe reinante” (Codato; Perissinoto, 2009, p. 147). A primeira seria *a classe social que controla os centros de poder do aparelho do Estado* (identificando-se ou não com a fração hegemônica), ao passo que a segunda remeteria à *classe ou fração de classe efetivamente predominante na cena política*. Ratificando tal raciocínio, chegam a recorrer ao próprio Marx, que já teria assinalado a defasagem existente entre a classe *economicamente* dominante e a classe *politicamente* dominante, conquanto Marx jamais tenha se referido a elites.

Três curiosidades chamam atenção em toda essa reflexão até aqui apresentada. A primeira diz respeito aos autores não conferirem a devida ênfase a outra obra do mesmo Poulantzas, onde ele assume sua adesão ao pensamento de Gramsci¹. A segunda remete ao fato de os autores sequer mencionarem pensadores marxistas contemporâneos não “estruturalistas” o que, certamente, criaria “arestas” em suas reflexões (Woods, 2003; Mészáros, 2002 e 2012, dentre outros).

1 Trata-se do livro **O Estado, o Poder e o Socialismo** que, a despeito de arrolado nas Referências Bibliográficas do artigo em pautas, não é contemplado com nenhuma citação específica, abundando, em contrapartida, aquelas extraídas de **Fascisme et dictature** (1970); **Pouvoir politique et classes sociales** (1971) e **La crise des dictatures** (1975).

Por fim, o mais curioso é, proporem um “diálogo” entre Elitismo e Marxismo, “jogando para baixo do tapete” um dos conceitos estruturantes deste último: o de *Totalidade*, que abriga nuances bem mais refinadas e complexas. Ficam no ar perguntas como o Marxismo teve seu “ponto final” com a obra de Poulantzas? E Gramsci que, bem antes do filósofo grego propicia, como será tratado na última seção do capítulo, caminhos para uma operacionalização da pesquisa empírica sobre Estado e classes sociais? Por que não é sequer citado?

Destacam, ainda, diante do que consideram “armadilhas das concepções puramente estruturais”, que a investigação sobre as elites políticas tem demonstrado “à farta e de forma convincente o valor científico de se estudar as ‘minorias politicamente ativas’ em função dos efeitos (não necessariamente intencionais) que suas ações e opções estratégicas podem produzir sobre o sistema social” (Codato; Perissinoto, 2009, p. 144), abrindo caminho para tratar do pertencimento de classe da burocracia de Estado, desde que se tenha em mente a *diferença decisiva existente entre aparelho de Estado e poder de Estado* (Codato; Perissinoto, 2009, p. 164). O primeiro seria o lócus a partir do qual se exerce o poder - “podendo ser ocupado e operado por quaisquer outras categorias sociais - as camadas médias, a pequena burguesia etc.” (Codato; Perissinoto, 2009, p. 146), enquanto o segundo é o próprio poder das classes e frações dominantes beneficiadas pelas ações do Estado, o que os leva a concluir que *a concentração “empírica” das funções político-administrativas nas mãos das classes e frações dominantes não é obrigatória*. Ora, mais uma vez emerge a óbvia ruptura existente entre os conceitos de classe e elites, como se estas últimas “representassem” as primeiras sem guardar, necessariamente, *qualquer* pertencimento de classe, o que me parece contraditório. Afinal, as citadas “camadas médias” e “pequena burguesia”, não são classes/frações de classe?

Prosseguindo, Codato e Perissinoto, afirmam que “as classes agiriam sempre através de ‘porta-vozes’, isto é, por meio de partidos, sindicatos, associações civis e outras instituições que falariam *em nome* das classes” (2009, p. 150, grifo no original) - o que, a meu ver, também não é fato empiricamente comprovado - ponderando que: “como é fácil perceber, em vez de decidir a parada, esse expediente coloca mais um termo na equação, já que o problema empírico que se soma aqui é: como então provar que tais instituições veiculam, representam, de fato, os interesses das classes em questão?” Indo mais além, afirmam que a “classe” só pode se constituir como conceito analiticamente rentável “*se abandonarmos em definitivo a ideia de que ela age diretamente na política*” (Codato; Perissinoto, 2009, p. 150). Ou seja, um uso adequado desse conceito parece

exigir que se considere a classe como uma coletividade “representada”, no campo político, por uma “minoridade politicamente ativa”, a la José Murilo de Carvalho.

Estabelecem ainda que, uma análise classista da dinâmica política somente seria viável caso se adotem três procedimentos *metodológicos* que comprovem a tese da representação política de classe por uma “minoridade ativa”/elite: a) o estudo do *comportamento efetivo* dessa minoridade; b) a análise do *conteúdo de seu discurso* manifesto; e, *somente em último lugar nesta hierarquia*, c) o estudo da *origem social* dos seus membros. Nessas condições seria possível demonstrar empiricamente se os membros da minoridade focalizada atuam de forma conveniente aos interesses da classe que “supostamente representam” (Codato; Perissinoto, 2009, p. 150). Os exemplos que fornecem parecem um tanto estranhos, a saber:

Um grupo pode ser recrutado numa classe (contemplando a exigência da origem social), mas ter um discurso e um comportamento orientados pela ideologia de outro grupo social; ao contrário, a presença de uma ação manifesta e conscientemente orientada pela consecução de objetivos de classe já seria suficiente para estabelecer a relação de representação, mesmo que os membros da minoridade não fossem recrutados na classe em questão e professassem a ideologia de um terceiro grupo social. Evidentemente, a presença das três dimensões - ação, filiação espiritual e procedência social - tornaria a comprovação da existência de uma "representação de classe" ainda mais convincente (Codato; Perissinoto, 2009, p. 150).

E os fenômenos políticos que, para eles, “*não dizem respeito à reprodução da ordem social*”? Estes só poderiam ser explicados abrindo-se mão de “compreender e comentar uma série de ocorrências políticas (...) só porque elas não se inscrevem naquilo que seria essencial do ponto de vista estrutural (supondo que “estrutural” é tudo o que diz respeito à reprodução do modo de produção social)? A nosso ver, a resposta a essa questão deve ser negativa” (Codato; Perissinoto, 2009, p. 151, grifos no original). Mesmo admitindo que as elites políticas não detenham “poder político” efetivo, pontuam que “elas certamente possuem, *em alguma medida (a ser determinada empiricamente), autoridade, força, prestígio*, enfim, ‘influência política’ capaz de produzir efeitos que valem a pena ser examinados” uma vez que “as opções feitas pelas elites políticas podem nos ajudar a entender a configuração e a evolução de uma dada formação política, assim como os processos de conservação ou de desestabilização da ordem social” (Codato; Perissinoto, 2009, p. 151, grifos meus).

Uma vez expostos seus principais argumentos, concluem os defensores do “marxismo elitista” que inexistem razões, *a não ser extrateórica*, para tomar os dois conceitos – classe e elite - como excludentes (Codato; Perissinoto, 2009, p. 151, grifos meus).

Operacionalizando o Marxismo: o Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica

Diversamente dos autores analisados até aqui abordados, retorno a Antonio Gramsci para demonstrar que, partindo do próprio edifício teórico por ele legado, é possível operacionalizar o marxismo na pesquisa empírica, sem recorrer a artifícios como “elites”, por exemplo. Ou seja, através do conceito de Estado Ampliado, Gramsci nos sugere um roteiro de pesquisa *empiricamente operacionalizável*.

Por mais que a análise de Norberto Bobbio (1955) tenha vulgarizado uma leitura do filósofo sardo como defensor do “aliancismo” entre classes ou “teórico das superestruturas”, vale pontuar que Gramsci jamais abdicou da estrutura como ponto de partida de suas reflexões teóricas, ainda que a ela tenha dedicado menos espaço do que à política e ao Estado. Segundo Bianchi (2008, p. 165) o marxista sardo tomava como ponto de partida a análise da relação de forças vinculadas à estrutura objetiva, sobre a qual se erguiam os grupos sociais (ou frações de classe), assim como do grau do desenvolvimento das forças materiais de produção, cada qual ocupando uma dada posição na divisão social do trabalho. E, segundo ele, *nesse nível, a classe existe objetivamente*.

Ainda assim, o Estado em Gramsci não deve e nem pode ser pensado como organismo próprio de um grupo ou fração de classe, devendo representar a expressão universal de *toda a sociedade*, incorporando até mesmo demandas e interesses dos grupos subalternos, mesmo que deles extirpando sua lógica própria. Conforme já analisado na segunda seção deste texto, o conceito gramsciano de Estado é entendido em sua acepção mais ampla e orgânica, como o conjunto formado pela sociedade política e a sociedade civil, resultando no que ele denomina de “Estado Integral” ou Estado Ampliado. Este é a principal contribuição de Gramsci para a renovação do Marxismo, “superando as dicotomias vontade *versus* imposição, sujeito *versus* sociedade e base *versus* superestrutura, através de uma análise cuja ênfase é histórica” (Fontes; Mendonça, 2012, p. 62). Por certo, é grande a preocupação do filósofo sardo em evitar a concepção reducionista segundo a qual o Estado se limitava meramente a uma função coercitiva, posto nele ainda caber o espaço da construção do consenso.

E aqui adquire centralidade a figura do intelectual orgânico como organizador das vontades e ações coletivas. O pleno desenvolvimento de uma classe/fração depende de sua capacidade de gerar seus próprios intelectuais, aptos a lhe conferirem homogeneidade e mesmo consciência de sua função, seja no âm-

bito econômico, político ou ideológico. A partir desse papel organizativo por excelência, os intelectuais respondem não apenas pela organicidade de um dado aparelho de hegemonia, mas, também, pela tarefa de atingir a própria sociedade civil em geral, configurando a plena hegemonia da fração de classe específica por eles organizada.

Neste sentido vale sinalizar que, segundo Gramsci, no Estado capitalista ocidental, a principal função desses aparelhos de hegemonia seria construir o consenso das grandes massas pouco organizadas, de modo a obter sua adesão aos projetos articulados pelos grupos dominantes. Não se pense, entretanto, que tal correlação, mesmo no âmbito da sociedade civil, efetive-se sem conflitos, já que as disputas entre distintas frações de classe atravessam os próprios aparelhos privados de hegemonia, além de os contraporem uns aos outros, em busca do consenso. Marcada por conflitos de classe, a sociedade civil nada tem de “idílica”, posto ser em seu seio que são elaborados/confrontados projetos distintos e mesmo antagônicos, deixando claro, no pensamento gramsciano, que ela é a *arena da luta de classes* e de afirmação de projetos em disputa. Para o pensador italiano algumas das associações da sociedade civil podem ser definidas como um partido. Logo, o *conceito de Estado ampliado* transborda os limites institucionais do Estado em sua acepção no senso comum dicionarizado. De modo dialético, o Estado ampliado resulta das diferentes formas de organização e conflito da vida social, constituindo-se, ele próprio, numa *relação social* entre forças desiguais (Poulantzas, 2000).

Por tal razão, Gramsci aponta que a unidade entre Estado (sociedade política) e sociedade civil é sempre “orgânica”, advertindo, entretanto, que tal distinção *tem um cunho tão somente “didático”* e não real. Não por acaso ele lança mão da figura do *centauro* como metáfora para ilustrar a organicidade das relações entre sociedade civil e Estado restrito, entre consenso e coerção, *dialeticamente imbricadas e inseparáveis*. Em suma, para o pensador italiano que tanto inovou o Marxismo com sua singular definição de Estado ampliado, a marca peculiar do Estado capitalista, desde sua época, residiria no fato dele guardar, simultaneamente, um espaço de consenso e não apenas de violência, sendo o consenso/consentimento obtido através da ação dos aparelhos de hegemonia na sociedade civil, bem como através da ação do Estado restrito, que generaliza o projeto da classe/fração hegemônica em um dado contexto histórico. Logo, política e Estado são inseparáveis da cultura e, neste sentido, a transformação social - e do Estado - nas sociedades capitalistas ocidentais só poderia advir da proliferação dos aparelhos de hegemonia da sociedade civil, tanto de frações da classe dominante ou dominada (Gramsci, 2001, V. 2, p. 38).

Para tanto, é indispensável que o grupo/fração de classe organizado junto a este ou aquele aparelho de hegemonia, atue no sentido de inserir seus quadros dirigentes na materialidade do Estado restrito, o que torna o conceito gramsciano de Estado ampliado, além de dinâmico e enriquecedor, coerente com o jogo de contradições que atravessa sociedade civil e sociedade política (e que muitos autores liberais reduzem a uma mera “disputa inter-burocrática”). Por tudo até agora apresentado, considero o Estado Ampliado não apenas um sofisticado conceito, mas igualmente uma utilíssima *ferramenta metodológica*, contendo, em sua própria elaboração, os passos de um *itinerário de pesquisa* destinado à análise da constituição/transformações sofridas pelo Estado, bem como para investigações de todo tipo de temáticas a ele correlatas, como a dominação política de classe; a representação de interesses – dominantes e dominados – na sociedade capitalista; as políticas públicas as mais variadas; as relações entre classe dominante, Estado restrito e classe trabalhadora; ideologia, classe e cultura; além de inúmeras outras, mormente no âmbito da história, posto que o cerne da análise de Gramsci não poderia deixar de ser a Totalidade.

Apresento, agora, um exemplo concreto de aplicação da *metodologia* contida no conceito de Estado Ampliado, à guisa de ilustração. Trata-se de minha tese de doutorado, publicada em 1997 sob o título de **O Ruralismo Brasileiro**. Nele apresento os resultados das pesquisas realizadas segundo os passos metódicos implícitos no conceito de Estado Ampliado, analisando as relações entre diversas frações da classe dominante agrária/agroindustrial e uma agência do Estado restrito: o Ministério da Agricultura, no decorrer da Primeira República (Mendonça, 1997, p. 39). Parto de extensa pesquisa empírica junto aos aparelhos de hegemonia da sociedade civil brasileira relacionados às políticas agrícolas, no caso a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e, tangencialmente, a Sociedade Rural Brasileira (SRB), detalhando suas formas organizacionais, suas bases sociais, seus quadros dirigentes (intelectuais orgânicos), bem como as divergências e disputas entre seus projetos.

Para verificar a correlação de forças vigente entre as entidades patronais agrárias/agroindustriais selecionadas, visando perceber quais de seus projetos inseriram-se na materialidade do Estado restrito, parto de quatro pressupostos: 1) que a sociedade civil, além de arena dos conflitos de classe – intraclasses dominante e mesmo intra aparelhos de hegemonia – é o espaço de correlações de forças específicas que originam o surgimento/organização das entidades estudadas; 2) que a pesquisa não se limita à simples identificação dos distintos projetos em disputa, sendo necessário ir além, investigando as forças sociais em confronto neles “personificadas”; 3) que as determinações estruturais configuram a essência dos

sujeitos analisados, sendo fundamental que estes sejam tomados como expressão das relações e condições em que se encontram reciprocamente situados; 4) que somente a partir da ação coletiva é possível falar de atores coletivos. Justamente por isso, inicio a pesquisa documental a partir das publicações periódicas produzidas pelas agremiações selecionadas, de modo a mapear seus quadros dirigentes, suas bases sociais, o cotidiano de seu funcionamento institucional, além dos projetos e demandas endogenamente homogêneos/conflitivos.

Partindo dessa necessária qualificação dos agentes da vontade coletiva materializada nas entidades da sociedade civil analisadas, o trabalho encaminha-se para o estudo de um organismo específico do Estado restrito, o Ministério da Agricultura, visando identificar três processos: a) que quadros dos aparelhos de hegemonia presentes na sociedade civil achavam-se diretamente inscritos nessa agência da sociedade civil; b) qual a correlação de forças vigente dentro do próprio órgão e 3) que políticas agrícolas efetivamente foram, a partir dele, postas em prática, de modo a atender a que demandas oriundas de qual aparelho privado de hegemonia junto a ele presente. Para tanto, elaboro vários quadros detalhados, mapeando tanto os ocupantes dos quadros dirigentes da SNA e suas propriedades – incluindo suas Diretorias e Conselhos Superiores (em sua quase totalidade proprietários de terra), quanto os “funcionários” do alto escalão ministerial (em sua quase integralidade dirigentes da SNA), verificando seu pertencimento às agremiações/frações da classe dominante pesquisadas.

De igual forma construo tabelas, a partir da revista *A Lavoura* publicada pela SNA, demonstrando as temáticas preponderantes no projeto da entidade, fundamentando tanto sua ação político-ideológica, quanto, no âmbito da sociedade política, os principais segmentos privilegiados pelas políticas agrícolas do Ministério, verificando o atendimento – ou não – das demandas formuladas pela SNA. Como conclusão, destaco o predomínio quase absoluto de dirigentes da SNA – todos grandes proprietários/agroindustriais - junto ao primeiro escalão ministerial, enfatizando os inúmeros ministros oriundos deste aparelho de hegemonia e demonstrando, ademais, o quanto as políticas públicas agrícolas de então contemplaram o projeto da SNA e das frações da classe dominante agroindustrial nacional por ela organizados, destacando-se a ausência de atores sociais oriundos da grande burguesia cafeeira paulista tanto junto à SNA, quanto junto ao Ministério.

Em síntese, a aplicação dos procedimentos metodológicos sugeridos pelo conceito gramsciano de Estado Ampliado tem sido testados, em diversas outras pesquisas (Chuva, 2009; Lamosa, 2016; Campos, 2018, dentre vários outros), de forma positiva e enriquecedora, não apenas no estudo das políticas agrícolas

no Brasil da Primeira República, escapando de reducionismos como a “passividade/subalternidade” das frações dominantes agroindustriais não cafeeiras ou mesmo a “inoperância” do Ministério da Agricultura haja vista inexistirem em seus quadros, membros da SRB e, sobretudo, o fato de serem os próprios membros das frações de classe estudadas os ocupantes de posições estratégicas na Pasta e não “elites burocráticas” falando “em nome” das frações de classe. Creio que o aspecto mais importante do trabalho não resida puramente nas respostas dadas às questões específicas por mim colocadas, mas, sim, à metodologia de pesquisa marxista *efetivamente operacionalizável*, proposta para o estudo das relações entre classes e Estado. Neste sentido, mais do que nunca, a vitalidade da reflexão gramsciana encontra-se dignamente ratificada.

Referências

- BIANCHI, Álvaro. **O Laboratório de Gramsci**. Filosofia, História e Política. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- CAMPOS, Pedro. **Estranhas Catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988). Rio de Janeiro/Niterói: Faperj/EdUFF, 2018.
- CARVALHO, José M. **A Construção da Ordem** – a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- CHUVA, Márcia. **Os Arquitetos da Memória**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- CODATO, Adriano. Intervenção estatal, centralização política e reforma burocrática: o significado dos departamentos administrativos no Estado Novo. **Revista do Serviço Público**. Brasília 62 (3): 321-339 jul. /set. 2011.
- CODATO, Adriano e PERISSINOTTO, Renato F. Apresentação: Por um retorno à Sociologia das Elites. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 16, nº. 30, pp. 7-15, jun. 2008.
- _____. MARXISMO E ELITISMO: dois modelos antagônicos de análise social? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 24, nº 71, out. 2009, pp. 143 – 195.
- FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV / editora UFRJ, 2010.
- FONTES, Virgínia; MENDONÇA, Sonia. “História e teoria política”. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, R (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 55-71.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v.2.

- HEINZ, Flavio M. (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- _____. (org.) **História social de elites**. São Leopoldo: Oikos, 2011.
- LAMOSAS, Rodrigo A. **Educação e Agronegócio: a nova ofensiva do capital nas escolas públicas**. Curitiba: Appris, 2016.
- LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- MATTOS, Ilmar R. **O Tempo Saquarema**. São Paulo/Brasília: Hucitec/INL, 1987.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Ruralismo Brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. Estado e Sociedade. In: MATTOS, Marcelo B. (org.). **História: Pensar & Fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório Dimensões da História, 1998, pp. 13-32.
- _____. Sociedade Civil em Gramsci: venturas e desventuras de um conceito. In: MENDONÇA, Sonia; PAULA, Dilma (org.). **Sociedade Civil: ensaios históricos**. Jundiaí: Pacco Editorial, 2013, pp 7-25.
- _____. O Estado Ampliado como ferramenta metodológica. **Marx e o Marxismo**, v.2, n.2, jan./jul. 2014, pp. 27-43.
- POULANTZAS, Nicos. **Fascisme et dictature: la Troisième Internationale face au fascisme**. Paris: Maspero, 1970.
- _____. **Pouvoir politique et classes sociales**. Paris, Maspero, 1971, 2 vols.
- _____. **La crise des dictatures: Portugal, Grèce, Espagne**. Paris: Seuil, 1975.
- _____. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo/Campinas: Boitempo/Editora da Unicamp, 2002.
- _____. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- SALLES, Ricardo. **Nostalgia Imperial: escravidão e formação da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
- WOOD, Ellen M. **Democracia contra Capitalismo**. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.

HISTÓRIA ECONÔMICO-SOCIAL E HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE*

Pedro Henrique Pedreira Campos

Desde os anos 1980 e 1990, é indicada a existência de uma decadência e agonia da História econômica, conforme apontaram com dados João Fragoso e Manolo Florentino (1997). No entanto, mesmo que não goze mais de um *status* de centralidade que desfrutou na historiografia em outro tempo, a história econômica ainda dispõe de um lugar bastante significativo, seja nas pesquisas feitas pelos historiadores, seja nas realizadas pelos economistas. No que tange ao campo da História, é certo que a história econômica perdeu nos últimos 30 anos espaço para os estudos culturais, sobre gênero, ensino de História, teoria, dentre outras áreas e correntes que ascenderam nesse período. Porém, as significativas dissertações e teses produzidas no campo da história econômico-social nos últimos anos, bem como a força de eventos, associações, revistas e grupos de pesquisa parece atestar a sobrevivência e relevância dos estudos nesse campo, conforme veremos a seguir.

Ao longo deste breve texto pretendemos realizar uma sucinta apresentação da história econômica e das possibilidades de pesquisa nessa área e de interlocução com a história do tempo presente. Nesse sentido, o capítulo está dividido nas seguintes seções: em primeiro lugar, pretendemos fazer uma breve conceituação da história econômica, tentando estabelecer uma definição acerca do campo de estudos; em seguida, apresentamos uma sumária trajetória do estudo da História econômica no mundo e no Brasil, expondo alguns debates fundamentais que operaram como referência nesse campo; a seguir, apresentamos os campos específicos de estudo no interior da história econômica, problematizando também as fontes e métodos empregados nessas pesquisas; por fim, esboçamos uma ponte de diálogo entre a história econômica e a história do tempo presente, tentando levantar algumas possibilidades de pesquisa a partir da interlocução desses dois campos do conhecimento.

(*) Agradeço a Almir Pita Freitas Filho e Rafael Vaz da Motta Brandão pela leitura da versão prévia do presente texto, cujos equívocos não constituem responsabilidade dos mesmos.

Definindo o termo – história econômica ou história econômico-social

A história econômica se configura enquanto um campo de conhecimento gestado pelo diálogo de duas áreas consolidadas do conhecimento científico – a História e a Economia. São disciplinas com especificidades e diferenças entre si, sendo a História categorizada como uma ciência humana e a Economia enquanto uma ciência social aplicada. De qualquer forma, antes de trazer reflexões e conceituações sobre o que concerne a História econômica, nos parece fundamental retomar o significado das categorias de História e Economia.

Está claro que realizar isso não é uma tarefa simples, tendo em vista os diversos sentidos e conceituações que os dois termos compreendem. Não cabe aqui uma longa discussão a respeito de ambos os conceitos, mas a retomada de algumas das definições mais consolidadas e conhecidas acerca dos dois campos disciplinares. Sendo assim, no que diz respeito à História, dispomos da conceituação clássica cunhada por Marc Bloch, que define a História como “a ciência dos homens no tempo” (Bloch, 2001 [1948], p. 55). Estamos cientes de que existem diversas outras definições de História, incluindo as que rejeitam o seu entendimento enquanto ciência, e que o campo da teoria da História avançou muito no período recente. Porém, partiremos dessa noção bastante estabelecida para poder realizar a conceituação da história econômica.

Já a noção de Economia guarda também seus problemas. A Economia enquanto área do conhecimento específico compreende algo recente, datado do final do século XIX, por iniciativa de Marshall, que subtraiu a palavra “política” do nome original do campo do conhecimento como era consagrado desde o século XVIII – Economia Política. Essa diz respeito à ciência que estuda as relações sociais de produção, circulação e distribuição de bens materiais (Machado; Martins, 2018). Já a conceituação contemporânea de Economia diz respeito à ciência que estuda o processo de produção, distribuição e circulação de bens e serviços necessários à sobrevivência e a qualidade de vida. Carlo Cipolla (1993) chama a atenção para as três perguntas básicas da Economia: o que produzir, como produzir e como distribuir.

A partir da definição básica dessas duas categorias, podemos chegar à conceituação de história econômica. Se a História diz respeito à ciência que estuda os homens no tempo e a Economia à ciência que estuda a produção, circulação e distribuição de bens materiais, a História econômica pode ser entendida como o campo do conhecimento que se debruça sobre como os homens produziram as suas condições materiais de existência ao longo do tempo. Essa noção coincide

com a definição realizada por Jean Bouvier, lembrada por Almir Pita como “o estudo dos fatos da produção e das trocas e de como estas evoluem através dos tempos e dos espaços” (Freitas Filho, 1989, p. 170). Confluindo com essa leitura, Hilário Franco Júnior destaca que a História econômica, em certa medida, pode ser compreendida como a história do domínio do homem sobre a natureza e de sua capacidade de utilizá-la em proveito próprio (Franco; Chacon, 1989).

Ao longo do século XX, os economistas se interessaram crescentemente pela História. Nícia Vilela Luz e Carlos Pelaéz (1972) sinalizam a importância das teorias do desenvolvimento para essa aproximação. Algumas correntes passaram a legar uma relevância fundamental à História para as reflexões e análises dos economistas, conforme indica Celso Furtado: “Não basta construir um modelo abstrato e elaborar uma explicação de seu funcionamento. Igualmente importante é a verificação da eficácia explicativa desse modelo em confronto com a realidade histórica” (Furtado, 1966, p. 19). Se esse interesse prosperou por parte dos economistas em boa parte do século XX, havendo a disciplina “História econômica” e “Formação econômica do Brasil” na maior parte dos currículos universitários da formação em Ciências Econômicas no país, na formação dos historiadores as disciplinas com esse perfil foram perdendo espaço e raramente hoje são encontradas mesmo na condição de disciplinas eletivas ou optativas.

Tamás Szmreczányi se baseou em Carlo Cipolla para apontar a história econômica como “campo de conhecimento específico e autônomo” ou uma “disciplina relativamente autônoma quanto a seus objetivos e instrumentos de trabalho” (1999, p. 1). No entanto, essa não é uma leitura consensual, não havendo unanimidade mesmo em torno do termo. A nomenclatura de história econômica não é a única para se referir a esse campo do conhecimento. Temos, por exemplo, o termo que dá título a esse capítulo, ou melhor, a categoria de história econômico-social ou história econômica e social. Essa denominação deriva da escola francesa da História econômica. Como Lucien Febvre indicou, toda história é, “por definição, absolutamente social” (1989 [1952], p. 40). O movimento dos *Annales*, que será tratado brevemente no próximo tópico do capítulo, propôs desde 1929 uma história econômica e social, em uma perspectiva interdisciplinar e sob a inspiração, dentre outros, da obra e da linha de trabalho de Henri Pirenne. Dessa forma, a conceituação de história econômico-social acabou marcando uma perspectiva de história econômica produzida prioritariamente por historiadores e com uma preocupação mais totalizante e mais atenta à historicidade que outras tendências visíveis no campo.

Vejamos a seguir como essa e outras noções de história econômica foram formadas e se desenvolveram ao longo do século XX.

Breve trajetória dos estudos da História econômica no mundo e no Brasil

De acordo com Jean Bouvier (1976 [1965]), historicamente ocorreram quatro encontros principais entre Economia e História e que resultaram em diferentes vertentes da história econômica: o marxismo, a escola história da economia política alemã do final do século XIX e início do século XX, a dos historiadores-economistas do início do século XX que estiveram envolvidos no movimento dos *Annales* ou eram próximos destes e, por fim, o quarto grupo, dos economistas-historiadores da história quantitativa, de Jean Marzewski e outros. Essas vertentes têm um perfil centrado na produção acadêmica franco-alemã e devemos acrescentar a elas a nova história econômica, ou *New economic history*, e a novíssima história econômica, ou escola institucionalista, ambas de origem anglo-saxã e que se aproximam mais da quarta vertente enunciada por Bouvier, tendo em vista que são lideradas por economistas.

As primeiras associações e revistas de história econômica remontam às décadas de 20 e 30 do século XX. A ascensão dessa área de estudos guarda estreita proximidade com os efeitos da Primeira Grande Guerra e a crise de 1929 e depressão dos anos 30 e todo o redirecionamento no campo das pesquisas econômicas, com ampliação das investigações sobre a economia, com quantificação e elaboração de políticas para evitar novas as crises como as que se abateram sobre as economias capitalistas do mundo naquele tempo. Nesse sentido, algumas das primeiras publicações especializadas foram a inglesa *The Economic History Review* (1927), o norte-americano *Journal of Economic and Business Society* (1928) e a francesa *Annales d'Histoire Economique et Sociale* (1929).

A revista dos *Annales* foi fundada em Estrasburgo pelo duo Marc Bloch e Lucien Febvre e acabou dando origem a um movimento historiográfico que teve amplo impacto sobre a disciplina histórica e particularmente sobre o âmbito da história econômica. A proposta dos dois autores incluía uma crítica à antiga história narrativa e eventual, com valorização da história-problema; ênfase na interdisciplinaridade, a partir do contato com a Sociologia, Geografia, Economia etc.; a importância dada à totalidade, ou melhor, a relação entre as diferentes dimensões da vida social; dentre outras características e inovações¹. A história econômica foi especialmente valorizada pelos dois autores e outros integrantes do movimento. O seu ápice provavelmente ocorreu na assim chamada segunda geração dos *Annales*, vigente nas duas décadas após o fim da II Guerra Mundial, em que tínhamos nomes como Fernand Braudel, Ernest Labrousse, Pierre Chagnu, François Furet e Pierre Vilar constando como alguns dos principais autores

¹ Sobre isso, ver, dentre outros, Dosse (1992 [1987]), Burke (1997 [1990]) e Fontana (1998 [1982]).

da historiografia francesa. Eles eram autores marcadamente da História econômica e defendiam a introdução da quantificação e séries no estudo da História. O uso significativo desses elementos levou alguns desses autores a se referir ao advento de uma ‘história quantitativa’ ou ‘história serial’, levando a críticas posteriores, como a François Dosse, que acusou integrantes dessa geração de serem economicistas (Dosse, 1992 [1987]).

Para além das correntes historiográficas, foi muito importante para a consolidação do campo da História econômica a realização de alguns debates que marcaram sua época e tiveram impacto significativo sobre os autores, operando como uma referência na trajetória desse campo. Nesse sentido, uma discussão acadêmica que teve lugar nos anos 1940 e 50 e que teve uma temática cara aos assuntos abordados pela história econômica – apesar de não ser um debate interno no campo, mas mais propriamente típico do materialismo histórico – foi a querela entorno da transição do feudalismo para o capitalismo. O debate começou com a publicação em 1946 do livro *Studies on the Development of Capitalism* pelo autor marxista britânico Maurice Dobb. Trata-se de uma obra que analisava a trajetória do capitalismo na Inglaterra e que recebeu análises de Karl Polanyi e Richard Tawney em 1946 e 1948 no *Economic History Review*. Em 1950, o economista norte-americano marxista Paul Sweezy escreveu uma crítica, publicada no *Science and Society*. A partir de então, veio uma réplica de Dobb, tréplica de Sweezy e comentários de Kohachiro Takahashi, Rodney Hilton, Christopher Hill, Georges Lefebvre, Giuliano Procacci, Eric Hobsbawm, dentre outros. Posteriormente, visitaram o tema Pierre Vilar, Perry Anderson, Ellen Meiksins Wood, Robert Brenner e o debate operou como uma espécie de marco sobre o pensamento marxista e o campo da história econômica. Em questão estavam, de modo geral, sendo discutidas as características gerais do processo de transição do feudalismo para o capitalismo, em particular a importância das relações sociais de produção para esse processo de mudança, o papel do comércio, das cidades e o próprio caráter do feudalismo. Trata-se de um debate marcante e que derivou discussões sobre os modos de produção e sobre a origem do capitalismo².

Particularmente na França outro debate ocorrido e de proporções bem menores que o referente à transição foi o sobre a ‘história quantitativa ou econometria retrospectiva’. O economista Jean Marzewski propôs uma história quantitativa da França, usando dados e métodos para estabelecer a trajetória econômica do país, com séries e gráficos sobre o PIB e aumento de produtividade. Na falta de dados, ele propunha o uso da tendência, com interpolações e extrapolações,

2 Em português, algumas obras sobre os debates estão reunidas no livro de Hilton *et al.* (1978 [1976]). Um balanço do debate foi feito por Barreiros (2008).

reconstruindo as linhas do gráfico conforme o padrão anterior ou posterior. A proposta recebeu a dura crítica de Pierre Vilar, que acusou da Marczewski de não fazer uma história econômica, mas sim a de proceder uma econometria retrospectiva, visto que usava modelos e métodos típicos e específicos da sociedade capitalista para analisar e compreender a dinâmica de formações sociais com outros sistemas econômicos. Vilar atacou os métodos empregados e o anacronismo da iniciativa, que não respeitava a historicidade específica da sociedade de Antigo Regime francesa. O debate acabou sendo importante por demarcar a diferença da história econômica feita por alguns economistas das análises efetuadas pelos historiadores, defensores do cuidado com a historicidade e o perigo do anacronismo na análise nesse campo³.

Já no mundo anglo-saxão e por liderança de economistas houve a criação nos anos 1950 da *New Economic History*, por iniciativa de autores como Robert Fogel, Stanley Engerman e outros. Esses autores norte-americanos escreveram textos e livros de viés revisionista, abordando temas visitados por autores progressistas e marxistas como a Constituição, as ferrovias e a importância das fronteiras para o impulso do capitalismo norte-americano. Eles produziram interpretações distintas dos autores críticos e usavam hipóteses contra-factuais, atacando conceitos utilizados por historiadores, como “Revolução Industrial”. Trata-se de uma reação ao domínio de autores baseados no materialismo histórico no campo da história econômica. Nessa mesma linha, Walt Whitman Rostow elaborou em 1956 o livro *Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não-comunista*. O livro era abertamente anti-marxista e elemento ideológico da Guerra Fria e da Aliança para o Progresso, tentando mitigar o alcance do desenvolvimento soviético após o efeito Sputnik.

Também no mundo anglo-saxão a nova história econômica deu lugar à novíssima história econômica, ou escola institucionalista, de Douglass North (1994 [1981]) e outros autores. Trata-se também de uma história econômica feita por economistas lastreados na escola neoclássica. Igualmente conservadora e anti-marxista, a escola institucionalista acessava elementos como a capacidade do Estado de defender a propriedade como elemento explicativo para o sucesso ou o caso econômico de países e civilizações. Apesar de bastante rejeitado por autores progressistas e historiadores em geral, os agentes dessa corrente tiveram êxito em suas trajetórias, sendo North, por exemplo, laureado com o prêmio Nobel de Economia em 1993.

No Brasil, o advento da história econômica também remete ao período da “era da catástrofe” (Hobsbawm, 1998) e todas as implicações que os conflitos e

3 O debate foi reunido na obra de Marczewski e Vilar (1973 [1965]).

crises geraram na primeira metade do século XX. Assim, algumas obras parecem ser fundamentais para o estabelecimento do campo da História econômica no Brasil, como os livros de Roberto Simonsen, de 1937, e o de Caio Prado Jr., de 1945, ambas intituladas *História econômica do Brasil*. A posterior obra de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, de 1959, também constitui um marco fundamental nos estudos na área no Brasil. O ensino da disciplina no país remete à formação das primeiras faculdades de Economia, datadas das décadas de 1930 e 1940, nas quais havia as cadeiras de história econômica.

O desenvolvimento da História econômica no Brasil seguiu em certa medida a partir da influência das principais correntes teóricas e analíticas produzidas no exterior. Sendo assim, houve grande influência, por exemplo, do movimento dos *Annales* pela história econômica produzida no país, especialmente pelos historiadores e, como de praxe, com atraso em relação ao movimento na Europa. Sendo assim, nesse caso, quando a história econômico-social era já descendente no movimento dos *Annales* e na historiografia francesa, na década de 1970, ele estava se consolidando no Brasil, com estudos e pesquisas realizados por autores que fizeram parte da sua formação no exterior. Foram especialmente relevantes e impactantes sobre a historiografia econômica brasileira as teses produzidas no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), com as reflexões heterodóxicas e desenvolvimentistas formuladas por autores como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, Antonio Barros de Castro, dentre outros (Mantega, 1984).

Assim como nos países centrais, alguns debates foram fundamentais na consolidação do campo da História econômica no Brasil, porém nesse caso não produzido de forma endógena, mas principalmente a partir da influência estrangeira, com as discussões travadas nos principais meios universitários do mundo. Nesse sentido, um dos debates mais relevantes travados pela historiografia econômica brasileira diz respeito ao dos “modos de produção”. Trata-se de uma querela antiga no país que se deu no seio dos pensadores marxistas. A interpretação oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB), vocalizada nas obras de autores como Alberto Passos Guimarães (1963) e Nelson Werneck Sodré (1962), indicava a existência de um feudalismo na história brasileira, em particular nas origens coloniais do país, mas chegando até o início do século XX. Caio Prado Júnior contestou essa tese em seu texto clássico de 1966 indicando que o Brasil sempre foi capitalista. Solidificou-se com isso a tese do chamado “capitalismo comercial”, que ganhou os posteriores aportes de Fernando Novais (1979) e José Jobson Arruda (1980). Ciro Flamarion Cardoso defendeu na década de 1970 uma tese de doutorado na França em que – sob a direta influência do debate

sobre os modos de produção vigente na Europa no período, como decorrência da discussão sobre a transição – defendia que houvera no Brasil antes do capitalismo um sistema econômico e social de tipo novo, não trabalhado na obra de Marx e Engels, o modo de produção escravista colonial. Trechos de sua tese foram publicados ao longo dos anos 70 no Brasil (Cardoso, 1975) e, ao final dessa década, Jacob Gorender produziu o livro *O Escravismo Colonial* (1978). Na obra ele tenta elaborar uma síntese acerca do modo de produção escravista colonial, indicando leis e tendências desse sistema econômico. Deu-se um grande debate em torno dessas diferentes interpretações da realidade histórica brasileira expressa na obra organizada por José Roberto do Amaral Lapa (1980), que tentou condensar algumas das tendências do debate.

O debate sobre os modos de produção é exemplo de uma época – anos 70 e 80 – na qual a história econômica florescia no Brasil, sob o impacto tardio dos estudos procedidos na Europa e que antecederam a submersão parcial das pesquisas nesse campo. Relacionado a esse debate houve as querelas sobre a escravidão e a agricultura brasileira. No entanto, outro debate que excitou a produção da historiografia econômica no Brasil diz respeito às origens do processo de industrialização no Brasil. Trata-se de uma discussão que opõe autores e suas leituras acerca do papel da cafeicultura no processo de industrialização brasileira, o impacto que teve a economia internacional e as ações estatais. Visitaram o debate autores como Wilson Cano, Flávio Saes, Sérgio Silva, dentre outros. Essa é uma discussão que ficou mais restrita aos economistas, que se preocupavam com a questão do desenvolvimento e também muito centralizada no estudo de caso de São Paulo, havendo críticas de alguns autores a respeito de um certo “paulistocentrismo” das análises realizadas por alguns autores desse grupo, bem como de uma certa generalização das condicionantes específicas do processo de industrialização em São Paulo para todo o país, negando as diferentes realidades regionais⁴.

Se a produção de textos e obras de História econômica no Brasil traz certo atraso em relação ao desenvolvimento do campo na Europa e nos Estados Unidos, é ainda mais patente o lapso de tempo de formação de uma associação de história econômica e de eventos e revistas específicas do setor. Foi somente em 1991, com a realização da Conferência Internacional de História de Empresas, na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, que, por iniciativa de Maria Bárbara Levy, foi levantada originalmente a primeira proposta de formação de uma associação de pesquisadores de história econômica e de história de empresas. Dois anos depois, em 1993, por iniciativa de Tamás Szmrecsányi,

⁴ Sobre esse debate, ver o texto de Saes (1989).

por ocasião do I Congresso Brasileiro de História Econômica e 2ª Conferência Internacional de História de Empresas, na Universidade de São Paulo (USP), foi formada a Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (ABPHE). Alexandre Saes (2017) destaca que a ABPHE foi formada no mesmo período da fundação de outras associações de história econômica na América Latina, entre os anos 80 e 2000. A organização promove eventos e, desde 1998, publica a revista *História Econômica & História de Empresas*. Com temática específica do campo a ela se junta hoje a *Revista de Economia Política e História Econômica* (formada em 2004), dentre outros periódicos de vida efêmera, como *História e Economia: revista interdisciplinar* (fundada em 2005) e também *História Econômica e Economia Regional Aplicada* (formada em 2006).

Após essa breve explanação acerca do desenvolvimento da História econômica no mundo e no Brasil, apresentamos a seguir algumas vertentes da história econômica, bem como as fontes e métodos em geral empregados nesse campo de estudos.

Vertentes, fontes e métodos da História econômica

A história econômica possui algumas linhas de trabalho e frentes de pesquisa, derivadas das próprias nuances das disciplinas que dão origem a esse campo de estudos. Assim, se a Ciência Econômica é dividida entre macroeconomia – dedicada ao estudo dos grandes agregados, da economia nacional e do desenvolvimento – e a microeconomia – orientada para a análise das unidades econômicas, em particular as empresas –, a história econômica em certa medida reproduz isso. Assim, o ramo clássico da história econômica diz respeito ao estudo das histórias econômicas nacionais, além da internacional, local e regional. Geralmente são estudos que partem de fontes oficiais e institucionais e que operam com dados quantitativos sobre a produção, o comércio, o crescimento econômico, preços, inflação etc. No campo da história econômica geral, há interface com a Economia Política Internacional, as teorias do desenvolvimento e as teorias da dependência.

Expressando a vertente da microeconomia no âmbito da história econômica, temos a história de empresas. Trata-se de um dos principais ramos da história econômica e que tem uma forte influência dos estudos pioneiros feitos nos EUA. Dessa forma, a origem da história de empresas é concomitante e às vezes até precede a institucionalização da história econômica. Em 1926, foi formada em Harvard a *Business History Society* (BHS), voltada para preservar arquivos empresariais e que, desde 1927, passou a editar um boletim, transformado na

Business History Review, em 1954. Esse tipo de pesquisa geralmente utiliza documentos produzidos pelas próprias empresas. Trata-se de um campo de estudos bastante consolidado no exterior e com um conjunto de estudos já bastante significativo no Brasil. Eulália Lobo (1997) destaca também a importância do estudo das organizações empresariais, que muitas vezes assumem um poder e protagonismo político significativo. Muitas pesquisas têm sido produzidas sobre essas associações e sindicatos com base teórica nas reflexões de Antonio Gramsci e suas concepções de sociedade civil, aparelho privado de hegemonia e partido.

Outro campo de estudos derivado do contato entre História e Economia diz respeito à história do pensamento econômico. Esse ramo trata das doutrinas econômicas e matrizes de pensamento sobre a economia. Novamente, essa vertente diz respeito a uma disciplina específica das Ciências Econômicas e que compõe uma cadeira da formação do economista. No entanto, há uma necessidade significativa de aporte dos conhecimentos e reflexões específicas do historiador nesse campo de trabalho, tendo em vista toda a preocupação com a historicidade e a totalidade que é necessária quando abordamos o processo de elaboração intelectual. O campo é bastante consolidado no exterior e já dispomos de diversos estudos no Brasil nessa área, apesar da necessidade de pesquisas sobre alguns pensadores e correntes relevantes na reflexão econômica no país.

A história econômica abrange ou se aproxima de outras áreas de estudo que merecem ser apontadas. Assim, outro campo específico da história econômica diz respeito à história das técnicas e da tecnologia, que se aproxima de outro campo historiográfico, a saber, o da história da ciência e também da Administração. Nesse caso, trata-se de um terreno menos explorado e que guarda a marca do estudo clássico de David Landes (1994 [1969]) sobre as técnicas industriais desde o período da Revolução Industrial. Além dela, cabe mencionar o terreno da Antropologia econômica, que opera justamente a partir de um contato entre a Antropologia e a Ciência Econômica, recorrendo muitas vezes à história. Assim, o estudo clássico nesse campo é o de Karl Polanyi (2000 [1944]), com suas discussões sobre mercados e outras organizações econômicas distintas produzidas por outros povos e sociedades. Outros autores que foram nessa direção foram Marshall Sahlins e Bronislaw Malinowski. Trata-se de um terreno que tem verificado avanços no Brasil, com organização de eventos e obras sendo produzidas, à luz dos estudos clássicos realizados no exterior.

As fontes utilizadas pela História econômica dependem do objeto de estudo definido pelo pesquisador. Nesse sentido, variam as fontes utilizadas se o trabalho versa sobre história de empresa, desenvolvimento, pensamento econômico ou outro recorte. Nos estudos globais realizados sobre história econômica nacio-

nal ou regional, desenvolvimento e história das industrializações, geralmente se recorrem a dados estatísticos oficiais ou institucionais. Nesse caso, o efeito da crise de 1929 e o advento posterior das contas nacionais e contabilidade sistemática das variáveis econômicas globais dispôs de grande influência nas pesquisas. Assim, o trabalho com dados estatísticos oficiais e institucionais compreende uma tipologia de fontes fundamental para quem trabalha nos anos 30 em diante. No Brasil, por exemplo, a fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938, é fundamental para a produção de levantamentos, séries e dados quantitativos que podem ser utilizados como fontes para pesquisas acerca desse período em diante, que depois ganharia o reforço da Fundação Getúlio Vargas (FGV, de 1944) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, de 1967). Para períodos anteriores, a situação é mais delicada e o trabalho com séries e dados quantitativos guarda mais dificuldades. No entanto, os historiadores que se debruçam sobre a história econômica colonial, do Império e I República geralmente usam dados paroquiais, fontes institucionais, documentos produzidos pelas administrações existentes, inventários post-mortem, fontes privadas, dentre outros acervos disponíveis para a pesquisa.

Quando estudamos as empresas, o objetivo principal é tentar trabalhar com o seu acervo documental, o que muitas vezes representa uma dificuldade significativa para os pesquisadores brasileiros, tendo em vista as dificuldades impostas pelos grupos empresariais ao manuseio da sua documentação por parte dos estudiosos. Enquanto no exterior, há fundos específicos para a história empresarial e centros de memória mantidos pelas empresas, no Brasil há uma série de cerceamentos colocados ao contato com a documentação produzida pelas empresas, mesmo quando se trata de estatais. Alguns historiadores conseguiram acesso às fontes produzidas pelas empresas e suas associações e algumas poucas firmas e entidades mantêm seus arquivos abertos para os pesquisadores. Porém, muitas vezes os estudiosos das empresas são obrigados a trilhar caminhos alternativos para reconstruir a trajetórias das empresas. Assim, recorrem a boletins, publicações, memórias e informes produzidos por essas empresas; à imprensa, em particular os jornais e revistas econômicas (*Gazeta Mercantil*, *Valor Econômico*, revista *Visão*, *Exame* etc.) e periódicos específicos dos ramos econômicos particulares de atuação dessas empresas; a entrevistas com empresários, dirigentes empresariais e outros agentes que guardam testemunhos sobre a atividade da empresa; dentre outras estratégias e fontes acessadas pelos pesquisadores desse campo, como o acesso ao *Diário Oficial*, fontes judiciais etc.

No entanto, quando abordamos a história econômica, o tema que geralmente mais gera debates não diz respeito às fontes utilizadas, mas sim aos mé-

todos e técnicas manuseados pelos pesquisadores que se debruçam sobre os diversos objetos nesse campo⁵. Isso ocorre porque a história econômica tem sido associada frequentemente ao método quantitativo, que gerou muita rejeição no campo historiográfico nas últimas décadas. Durante certo momento do desenvolvimento da História econômica – particularmente no período do pós-guerra –, formulou-se a proposta de uma “história quantitativa” ou “história serial”, com intensa aproximação com a Estatística e conhecimentos da Matemática. Os exageros procedidos nesse sentido geraram um estigma que se espalhou para toda a história econômica e que acabou identificando essa linha de pesquisa às tabelas, gráficos, usos de aplicativos como o *Excel* e à formulação controversa de que seria inviável uma história econômica sem o manuseio sistemático de dados quantitativos. A própria nomenclatura de uma possível história quantitativa ou serial foi criticada. Gabriel Pierucci (1978) destaca que, mais que uma história própria, o uso de dados quantitativos remete muito mais a um método do que uma história em particular, sendo, segundo o autor, preferível o emprego do termo método quantitativo.

O uso dos dados quantitativos demanda uma série de cuidados por parte do pesquisador. Nesse sentido, para a realização de séries, Ciro Cardoso e Héctor Brignoli (2002 [1976]) chamam a atenção de que os dados devem ser válidos e confiáveis, contínuos e abundantes, além de homogêneos. Da mesma forma, um método possível de uso quando há excesso de dados ou fontes é o estudo por amostragem, ou melhor, o uso de algumas e não de todas as fontes, para se chegar a uma determinada conclusão. Para proceder um estudo por amostragem, os dois autores lembram que a seleção deve ser feita ao acaso, deve haver uma proporcionalidade das fontes escolhidas com o conjunto de fontes disponíveis e também deve haver uma taxa de erro a ser levada em conta. No caso de uma história de preços, Harold Johnson (2002 [1973]) lembra que, desde 1930, a Comissão Internacional de História de Preços define regras para o estudo dos preços, devendo estes ser oriundos de um único mercado, ser comparáveis, ser abundantes para poder produzir séries anuais, sendo organizados em tabelas segundo os métodos estabelecidos. O uso de tabelas e gráficos também não deve ser o objetivo de uma pesquisa, mas a projeção de um certo processamento das fontes. Nesse sentido, Cardoso e Brignoli chamam a atenção de que o pesquisador deve captar padrões e tendências de um determinado gráfico, de modo a fazer a análise. Deve-se lembrar também que o método quantitativo não pode ser visto como um fim em si. Pelo contrário, os dados quantitativos são usados para que se percebam suas tendências e, em seguida, se proceda a análise quali-

5 Sobre isso, ver também Kula (1977).

tativa da questão proposta originalmente. Assim, o uso de dados quantitativos representa um meio para reforçar certas análises e interpretações acerca de um dado fenômeno. Para que não soe muito abstrato, poderíamos mencionar um exemplo: uma coisa seria indicar que o Brasil era um país primário-exportador no início do século XX, exportando bens básicos e importando em boa medida bens industrializados. Outra bem distinta é fazer isso com base em dados, lastreando o mesmo enunciado com números e informações, ao indicar, por exemplo, que, na década de 1920, o café chegou a compreender 71% de todas as vendas externas brasileiras (Fausto, 2002).

O uso do método quantitativo gerou uma série de debates e discussões ao longo do século XX entre historiadores e economistas. François Furet (1976 [1972]) entendeu em certo momento que a história serial poderia superar a história eventual e Jean Marczewski (1973 [1965]) afirmou que a história quantitativa seria uma história essencial das massas e não dos indivíduos e heróis. Apesar desses honrados propósitos, foram realizados em meio ao desenvolvimento do uso do método quantitativo alguns excessos. Assim, Maria Bárbara Levy lembra a arguição realizada por Fernand Braudel em uma defesa de tese de doutorado ocorrida na Espanha: “Não ouço as castanholas... onde está o homem nisso tudo?” (Levy, 1994, p. 22). De forma similar à crítica que Perry Anderson (1984 [1983]) procedeu acerca do estruturalismo de Althusser, acusando-o de gerar estruturas nas quais os sujeitos e indivíduos não aparecem e são nulos, os excessos do uso dos dados quantitativos na história econômica pode produzir uma história sem agentes e atores sociais. Nesse sentido, cabe dosar o método quantitativo com a análise qualitativa e o uso de dados com o reconhecimento e compreensão da ação humana e social sobre a vida econômica.

Outro risco muito comum quando abordamos o econômico e procedemos uma pesquisa nessa área é cair no economicismo, ou melhor, no determinismo econômico. Durante muito tempo, o marxismo foi associado diretamente a uma “determinação em última instância pelo econômico” (Cardoso, 1997), baseada nos modelos e simplificações de uma infraestrutura econômica que determina superestrutura política, cultural, jurídica etc. Essa simplificação foi criticada por autores no âmbito do próprio materialismo histórico, como Gramsci e Thompson. Mesmo entre os defensores do método quantitativo, foram indicados os limites da dimensão econômica. Nesse sentido, Pierre Chaunu (1976 [1965], p. 67) salientou: “O econômico condiciona, não comanda necessariamente”. Assim, devemos levar em conta essa questão, entendendo que é totalmente fundamental para os fenômenos da vida humana e em sociedade a produção das condições de existência, mas a dimensão do econômico não necessariamente determina as outras manifestações da vida social.

A totalidade constitui um pressuposto metodológico que se pode levar em conta quando se estuda um determinado fenômeno no âmbito da História econômica. Cardoso e Brignoli (2002 [1976]) lembram, por exemplo, que nos estudos de história empresarial não se deve analisar a empresa por ela mesma, mas sim relacioná-la a questões mais amplas como a trajetória econômica da região, do país e do mundo, verificando como a unidade econômica pôde ter êxito ou fracassou naquele meio. Nesse sentido, cabe a sinalização de Pierre Vilar (1976) de que a história total não implica falar tudo sobre tudo, mas sim de relacionar o todo à parte e a parte ao todo.

Outra querela que se aborda quando se procede um estudo de história econômica diz respeito às explicações produzidas acerca dos fenômenos encontrados. Criticando certas tendências cliométricas efetuadas por economistas-historiadores, Eric Hobsbawm (1998) rejeitou as explicações exógenas realizadas por certas vertentes da historiografia econômica. Assim, o autor defendeu que fenômenos no campo econômico não devem ter uma explicação psicológica ou de outra dimensão da vida social que não o próprio meio econômico. Assim, as manifestações sentidas no terreno da produção das condições de existência dos seres humanos deveriam ser explicadas de forma endógena, ou melhor, por outros fenômenos também ocorrido no âmbito da economia.

José d'Assunção Barros chama a atenção para dois apontamentos feitos pelos historiadores aos economistas quando estes se aventuram no terreno da história econômica. É comum os historiadores criticarem estudos feitos por economistas por não levar em conta as condições históricas específicas do momento histórico estudado. Dessa forma, um equívoco comum realizado em certos estudos de história econômica diz respeito ao anacronismo das análises procedidas, com o uso de conceitos e valores de uma determinada historicidade aplicados de forma mecânica e inadequada em outro momento histórico. Nesse sentido, é comum a crítica feita por historiadores sobre o uso de métodos e categorias típicas do capitalismo em relação a meios sociais e históricos que não conheciam aqueles fenômenos.

O segundo deslize apontado por Barros (2008) diz respeito ao risco da generalização. Isso é comum em certos estudos realizados na história econômica mundial e do Brasil. Nessas pesquisas, é comum o estudo da parte e a aplicação reducionista das características percebidas ali ao todo. Dessa forma, os estudos sobre a América Latina, por exemplo, costumam ressaltar as semelhanças e minorar as diferenças e hierarquias que existem no processo de desenvolvimento das forças econômicas entre as diferentes regiões e países do subcontinente. Da mesma forma, é comum na história brasileira o estudo de certas regiões e setores

e a generalização dessa tendência a toda a formação social brasileira, muito mais complexa e multifacetada do que poderíamos acreditar em um primeiro relance.

Após esses apontamentos sobre os campos de trabalho no interior da história econômica, suas fontes, métodos e precauções metodológicas, podemos concluir o texto levantando as possibilidades abertas de pesquisa nesse terreno, em particular no diálogo junto à história do tempo presente.

História do tempo presente e história econômica – possibilidades de pesquisa

A história do tempo presente compreende um campo de estudos bastante fértil para a atuação do historiador. Através do controle que ele possui sobre a dinâmica do tempo histórico e da capacidade que possui de pensar historicamente, pode perceber o presente enquanto um instante – ou uma lacuna, como afirmou Passerini (1996) – de um porvir muito mais amplo, fazendo com que não possamos prescindir do passado e das possibilidades abertas de futuro para a compreensão da história imediata. René Remond (1996) chama a atenção para as especificidades da história do tempo presente, sinalizando para as dificuldades com a duração, a objetividade e a análise dos depoimentos. Já François Bédarida (1996) lembra que a história do tempo presente não é algo novo e, mesmo no movimento dos *Annales*, ela já foi realizada por Marc Bloch em *Estranha Derrota*, por exemplo. O mesmo autor lembra que a história imediata instiga ainda mais a ética e a responsabilidade social do historiador, sendo a história do tempo presente sempre inacabada e em movimento.

Caso tenhamos a pretensão de proceder uma vigorosa história do tempo presente, que tenha ambições totalizantes e tente dar conta do conjunto das manifestações da vida social, não podemos prescindir da dimensão econômica da existência humana. Nesse sentido, o conhecimento prévio das reflexões, querelas e trajetória específica da história econômica parece item necessário a quem deseja realizar uma história imediata que enfatize e dimensão da produção das condições reais de existência por parte dos seres humanos. Assim, cabe recuperar o último alerta feito na seção anterior, lembrando o texto de Barros (2008), no qual esse autor chama a atenção para o risco do reducionismo e da generalização na pesquisa de História econômica, prescrevendo como antídoto para esses equívocos a realização de mais pesquisas sobre as realidades locais e regionais de modo a superar simplificações e análises inadequadas realizadas anteriormente em sínteses de História econômica do Brasil. Assim, parece que a história econômico-social pode perfeitamente dialogar com a história do tempo presente para

ajudar a compreender a complexidade da formação econômico-social brasileira e os desafios e dilemas que possuímos no momento presente. Para tal, é necessário levarmos a cabo pesquisas que não ignorem as distintas realidades locais e regionais que configuram as sutilezas e contradições que marcam o processo de formação histórica da sociedade brasileira.

Referências

- ANDERSON, Perry. **A Crise da Crise do Marxismo**: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1984 [1983].
- ARRUDA, José Jobson de Andrade. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo, Ática, 1980.
- BARREIROS, Daniel de Pinho. **Os Debates sobre a Transição**: idéias e intelectuais na controvérsia sobre a origem do capitalismo. Niterói: Eduff, 2008.
- BARROS, José d'Assunção. História econômica: considerações sobre um campo disciplinar. **Revista de Economia Política e História Econômica**. Número 11, janeiro de 2008, p. 5-51.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janáina (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 2219-229.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História**: o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 [1948].
- BOUVIER, Jean. O aparelho conceptual em história econômica. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Teoria da História**. São Paulo: Cultrix, 1976 [1965], p. 135-61.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-89)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Unesp, 1997 [1990].
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Introdução: história e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 1-23.
- _____. O modo de produção escravista colonial na América. In: SANTIAGO, Théo Araújo (org.). **América Colonial**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975, p. 89-143.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; BRIGNOLI, Héctor Perez. **Os Métodos da História**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002 [1976].
- CHAUNU, Pierre. Os novos domínios da história serial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Teoria da História**. São Paulo: Cultrix, 1976 [1965], p. 66-72.
- CIPOLLA, Carlo M. **Introdução ao Estudo da História Econômica**. Lisboa: Edições 70, 1993.
- DOSSE, François. **A História em Migalhas**: do 'Annales' à 'Nova História'. São Paulo / Campinas: Ensaio / EdUnicamp, 1992 [1987].

- FAUSTO, Boris. A economia brasileira, 1870-1930. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. vol. 5. São Paulo: Edusp, 2002, p. 659-697.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Presença, 1989 [1952].
- FONTANA, Josep. **História**: análise do passado e projeto social. Bauru, SP EdUSC, 1998 [1982].
- FRAGOSO, João Luiz Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. "História econômica". In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 27-43.
- FRANCO Júnior, Hilário; CHACON, Paulo Pan. **História Econômica Geral e do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1980.
- FREITAS Filho, Almir Pita. "História econômica e história de empresa: algumas reflexões metodológicas". **Ensaio FEE**. Porto Alegre: 10 (1): 168-177, 1989.
- FURET, François. História 'eventual' e história serial. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **Teoria da História**. São Paulo: Cultrix, 1976 [1972], p. 61-65.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1966.
- _____. **Formação Econômica do Brasil**. 27ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional / Publifolha, 2000. [1959].
- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2001 [1978].
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Fulgor, 1963.
- HILTON, Rodney et al. **A Transição do Feudalismo para o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978 [1976].
- HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Extremos**: o breve século XX; 1914-91. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1994].
- HOBSBAWM, Eric J. **Sobre História**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- JOHNSON, Harold. Investigação preliminar sobre dinheiro, preços e salários no Rio de Janeiro, 1763-1823. In: **Camponeses e Colonizadores**: estudos de história luso-brasileira. Lisboa: Estampa, 2002 [1973], p. 225-77.
- KULA, Witold. **Problemas y Métodos de la Historia Económica**. Barcelona: Península, 1977.
- LANDES, David S. **Prometeu Desacorrentado**: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994 [1969].
- LAPA, José Roberto do Amaral (org.). **Modos de Produção e Realidade Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- LEVY, Maria Bárbara. **A Indústria do Rio de Janeiro através de suas Sociedades Anônimas**. Coleção Biblioteca Carioca. Rio de Janeiro: EdUFRJ / Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. História empresarial. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 217-39.

LUZ, Nícia Villela; PELAÉZ, Carlos Manuel. “Economia e História: o encontro entre os dois campos do conhecimento”. In: **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 273-301, jul/set. 1972.

MACHADO, Marina; MARTINS, Mônica. “História e economia: um convite aberto à reflexão sobre capitalismo, mercado e propriedade”. In: Márcia Maria Menendes Motta; Mônica de Souza Nunes Martins (org.). **História em Parceria**. Seropédica: Edur, 2018, p. 225-247.

MANTEGA, Guido. **A Economia Política Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARCZEWSKI, Jean; VILAR, Pierre. **Qué es la Historia Cuantitativa?** Buenos Aires: Nueva Visión, 1973 [1965].

NORTH, Douglass C. **Estructura y Cambio em la Historia Económica**. Madri: Alianza, 1994 [1981].

NOVAIS, Fernando Antonio. **Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

PASSERINI, Luisa. A “lacuna” do presente. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 211-214.

PERUCCI, Gadiel. **A República das Usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].

PRADO Júnior, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942.

_____. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945.

_____. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RÉMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 203-210.

ROSTOW, Walter Whitman. **As Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não-comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SAES, Alexandre Macchione. “A institucionalização da história econômica: história e ambiente intelectual na formação das associações de história econômica”. In: SAES, Alexandre Macchione; RIBEIRO, Maria Alice Rosa; SAES, Flávio Azevedo Marques de (org.). **Rumos da História Econômica no Brasil: 25 anos de ABPHE**. São Paulo, Alameda, 2017, p. 37-83.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. "A controvérsia obre a industrialização na Primeira República". In: **Estudos Avançados**. Vol. 3, no 7, set/dez 1989, p. 20-39.

SIMONSEN, Roberto. **História Econômica do Brasil: 1500-1820**. 4ª ed. Brasília: Senado Federal, 2005 [1937].

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Fundamentos teóricos e metodológicos do estudo de história econômica**. Araraquara: Unesp, 1999.

VILAR, Pierre. "História marxista, história em construção". In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (org.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 146-178.

A DITADURA BRASILEIRA E O TEMPO PRESENTE: A HISTÓRIA ENTRE A TRAGÉDIA E A FARSA

Enrique Serra Padrós

Introdução

No início do século XXI, em um cenário onde os países do Cone Sul eram perpassados por tentativas de resgatar o passado de suas respectivas Ditaduras de Segurança Nacional, o Brasil, no plano institucional, se destacava por uma quase inércia quanto à apuração dos fatos dos crimes de lesa humanidade. A esse respeito, o Brasil era reconhecido, fora de fronteiras, como *o país do silêncio*, cultor de uma espécie de *novilíngua* orwelliana, caracterizada por não identificar os fatos pelo seu verdadeiro sentido: assim, o golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart era uma *revolução* (ou *movimento*): igualmente, a ditadura decorrente não era tal e os chefes do Poder Executivo eram denominados presidentes ou generais-presidentes, o que, em tese, não estava equivocado; mas eles raramente eram qualificados pela sua essência: a de ditadores. Por outro lado, os crimes cometidos pelo Estado, durante o longuíssimo regime de exceção, não tinham autoria conhecida, portanto, seus executores não possuíam nome, sobrenome e nem rosto.

O Brasil, dessa forma, demarcava diferenças (mesmo que relativas) em relação aos demais países da região; assim, a excepcionalidade brasileira desconhecia semelhanças, como se resultasse de marcos históricos, concepções doutrinárias e fatores sócio-econômicos radicalmente distintos. Parte do passado recente continuava cinzento; a leitura, ainda predominante, catalogava o governo iniciado em 1964 como *democracia autoritária ou ditadura extremamente branda*, concepções que indignavam a consciência de muitos contemporâneos, fossem sobreviventes ou vítimas diretas e indiretas do mesmo.

Simultaneamente aos próprios acontecimentos, muitas denúncias contra a violência estatal haviam sido efetuadas. Mesmo nos contextos de maior intensi-

dade repressiva, sempre houve quem procurou informações, apesar destas serem sistematicamente negadas, escamoteadas. Apesar de tudo, perguntas incômodas e inconvenientes foram feitas às autoridades pertinentes, mas, quase sempre, obtiveram como resposta oficial mentiras e ameaças. Essa tendência teve continuidade durante a transição, apoiada na premissa do apagamento do passado e no foco centrado em um hipotético futuro de nação, espelhado em fórmulas importadas como o Pacto de la Moncloa¹, impondo um pacto anestésico, condição necessária para consagrar a impunidade e garantir imunidade aos agentes da repressão – os *operários da violência*, assim nomeados no estudo de Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo (2006) - e aos mandantes da mesma. A operação de esquecimento foi muito bem sucedida e perdurou por décadas. Entretanto, não se pode menoscar o papel daquelas pessoas que sempre reivindicaram seu passado, exigindo a entrega dos cadáveres insepultos, o esclarecimento dos crimes cometidos e a responsabilização do Estado, das autoridades e dos funcionários envolvidos. Ou seja, sempre houve quem, frente à negativa das autoridades e das Forças Armadas em responder suas questões, persistiu, à espera de tempos melhores, apostando na legalidade democrática e aguardando que a justiça tomasse parte do processo de cicatrização das feridas que permaneciam abertas.

A ditadura no seu tempo e no presente

A ditadura brasileira durou 21 anos (ou 24 se considerarmos a Assembleia Constituinte de 1988 como fechamento de ciclo); o golpe de Estado que a originou foi justificado pelos ditames básicos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Em nome da *defesa da democracia*, dos valores ocidentais e da luta contra o comunismo, a ditadura foi imposta sobre amplos setores da sociedade. Um

1 O *Pacto de la Moncloa*, de 1977, foi o acordo político da transição espanhola na difícil passagem da ditadura franquista para uma democracia incipiente, carregada de incertezas e demandas reprimidas. Com o apoio dos partidos parlamentares, das entidades empresariais, da Igreja e das centrais sindicais (com exceção da anarquista CNT e de certas seções de *Comisiones Obreras*), o acordo visou à estabilidade política diante de forte crise econômica e reivindicações populares. As negociações garantiram sucesso político-eleitoral afastando as tensões sociais temidas pelos setores dominantes e virou modelo paradigmático de transição política, principalmente na América Latina dos anos 80. Uma das suas premissas centrais foi convencer a sociedade a *olhar para o futuro e esquecer as desavenças do passado*. Na prática, isso implicou em ignorar 40 anos de violência estatal contra os derrotados, sistematicamente perseguidos. Apesar deste esquecimento induzido, apoiado até pelos grandes partidos de esquerda, o tema do passado silenciado explodiu na virada do século, constringendo a propalada democracia espanhola. O filme *El silencio de otros* (2018), de Almudena Carracedo e Robert Bahar, é um ótimo registro pedagógico para descortinar a perpetuação dos traumas invisibilizados na Espanha do século XXI, e funciona, também, como espelho, que constringe o público brasileiro dada a similitude dos processos.

balanço global acerca dela obriga a reconhecer que promoveu maior desigualdade social, concentração de renda e arrocho salarial. Desencadeou, também, um crescimento vertiginoso da dívida externa e privilegiou interesses multinacionais em detrimento de certos setores nacionais. Mesmo seu maior trunfo, o decantado *milagre econômico*, merece reparos: durou menos tempo do que veiculou o governo e beneficiou menos gente do que foi divulgado, mas não se pode obliterar que, de fato, ocorreu e a propaganda oficial, em tempos de feroz censura, se encarregou de extrapolar exponencialmente seus relativos benefícios; seu impacto discursivo perdura até os tempos atuais, o que alimenta parte dos setores saudosistas. Também é fato que na pretensão de criar as bases para um Brasil potência, foram preservados nichos considerados estratégicos sob controle estatal - casos da Petrobrás, Eletrobrás, Embraer, indústria bélica, etc. - e investiu em obras de infraestrutura (como a hidroelétrica de Itaipu), nas universidades e na burocracia continuando o processo de modernização conservadora subordinada.

Contudo, o maior legado foi a impunidade dos agentes estatais, rescaldo do combate a quem ousou enfrentá-los. O uso da tortura, as massivas detenções, as execuções sumárias e o desaparecimento de opositores, combinado com outros potentes mecanismos coercitivos (censura, controle, monitoramento, espionagem) e psicossociais semearam temor, incerteza e desespero. O AI-5 foi o ponto alto de uma lógica repressiva sempre presente. Não é algo menor, por extensão, lembrar do papel que o Brasil desempenhou na espiral autoritária do Cone Sul, apoiando projetos inconstitucionais – de teor semelhante ao seu –, contribuindo na desestabilização de governos considerados hostis (a Bolívia de Torres, o Chile de Allende), e ameaçando ocupar o Uruguai (Operação 30 Horas) para impor e garantir estabilidade sobre a fronteira do extremo sul do seu território. Além disso, participou da Operação Condor e de outras formas de conexão repressiva regional².

Diante das acusações de promover uma violência estatal inaceitável desde a perspectiva do direito internacional, o Estado brasileiro agiu de forma semelhante a suas congêneres da região. Nesse sentido, desde os seus primórdios até o início da transição, não hesitou em realizar operações diversionistas diante de pedidos de esclarecimento e acusações de responsabilidades, estratégia empregada para esvaziar pressões. Dessa forma, as autoridades afirmaram não saber nada, omitiram informação, ignoraram denúncias e negaram responsabilidades. Assim, uma história oficial do período começou a se constituir tendo como base

2 O Brasil, na região, não ficou restrito à participação nas redes de conexão repressiva, mas chegou a se imiscuir em questões internas dos vizinhos, afetando sua soberania, agindo como potência regional policial.

a negação e o tergiversamento ao respeito de fatos concretos, apoiando-se em uma versão amena, palatável, que reiteradamente se procurou reforçar, como décadas depois fez a *Folha de São Paulo*, através do polêmico editorial em defesa da *Ditabranda*, em 2009³.

No contexto da longa abertura política, nas administrações Geisel e Figueiredo, as denúncias da sociedade civil se intensificaram incorporando as informações coletadas no exílio, na clandestinidade e na prisão política, mas também nas lutas no chão da fábrica, nos espaços públicos, no campo e no parlamento, assumidas pelos setores progressistas e democráticos da Igreja, pelo MDB, pelos sindicatos e por outras organizações e entidades de perfil diverso. A onda de acusações e a contundência das evidências levaram os estrategistas a mudar de postura; fazer-se de desentendido ou persistir na relativização do que era denunciado, não era mais suficiente ante as mudanças em curso. Desde determinados setores do Estado se reforçou a narrativa calcada em aspectos básicos da DSN, estratégia que, de forma difusa, fora eficiente no momento de justificar a conspiração e o golpe que havia derrubado o governo contra Goulart.

As Forças Armadas, efetivamente, ao justificar sua atuação frente a um sempre superdimensionado *inimigo interno*, recorreram à tese de que, estes, representando uma ameaça comunista letal, no contexto da Guerra Fria, haviam deflagrado o conflito contra a nação brasileira. Ou seja, se a oposição denunciava as ações coercitivas, os militares e seus sócios civis alegavam que havia ocorrido uma *guerra interna*. Além de servir como justificativa procurava-se convencer à opinião pública da necessidade de dividir responsabilidades com aqueles que haviam sido vencidos, a partir do argumento que realçava a *teoria dos dois demônios*⁴, premissa vital para consolidar o artífice constitucional que garantisse

3 A matéria *Limites a Chávez*, de 17 de fevereiro de 2009, ao discutir o governo da Venezuela, aludiu à ditadura brasileira, identificando-a como *ditabranda*, o que bastou para gerar forte debate, inclusive, com a comunidade de historiadores. Semanas depois, o jornalista Carlos Heitor Cony tentou serenar o mal-estar, através da sua coluna no caderno *Ilustrada* (do mesmo jornal), intitulada *Ditadura e ditabranda*. Ver: *Limites a Chávez*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 fev. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>. Acesso em 15 de maio de 2019. Também: Cony, Carlos Heitor. *Ditadura e ditabranda*. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 mar. 2009. *Ilustrada*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2003200928.htm>. Acesso em 15 de maio de 2019. Ao respeito, veja-se a crítica que faz Carla Luciana Silva (2014).

4 A fundamentação da *Teoria dos dois demônios* se origina na Argentina (1985), durante o julgamento das Juntas Militares, no governo Alfonsín. Acabou incorporada como argumento, no Cone Sul, nos contextos do embate entre memória e esquecimento induzido. De forma geral, evidencia que a violência política ocorrida durante a ditadura é responsabilidade das organizações armadas e do Estado (que reagiu porque foi provocado por aquelas). No Brasil, o debate apontava para o AI-5, que seria o resultado da provocação das organizações armadas. As pesquisas acadêmicas, porém, deixam claro que as ações punitivas existiam desde 1964, e não só a partir do fim de 1968. Os defensores da ditadura também assumiram

imunidade eterna aos agentes do Estado. A Lei de Anistia proposta pelo governo, independentemente dos avanços conjunturais que possa ter acarretado (o esvaziamento das prisões e a volta dos exilados), ocorreu dentro dos limites restritos que a ditadura impôs e foi a chave que garantiu a imputabilidade dos responsáveis pelo terrorismo de Estado. Destarte, se consagrou a ideia de que a Lei de Anistia tratou os dois lados combatentes por igual e, com o passar do tempo, se reforçou o entendimento de que foi algo justo e negociado entre as partes⁵; assim, se diluiu a compreensão das limitações de um contexto duríssimo, de ausência de múltiplas liberdades e de uma relação de forças muito desiguais⁶.

A ditadura brasileira e os governos posteriores estruturaram um *esquecimento organizado*. Quer dizer, o olvido institucional da extremada coerção, o que se expressou na forma da anistia; a impunidade, a corrupção, a banalização da violência e o imobilismo foram efeitos da tentativa de imposição de uma “amnésia coletiva” sobre a sociedade civil projetando-se como parte dos desdobramentos não-resolvidos que conectam o passado imediato com a conjuntura atual (ou seja, com o presente vigente, emoldurado pela administração Bolsonaro e pelo radicalismo de direita).

Concluída formalmente a ditadura, no embalo da Nova República e dos governos posteriores, o jogo político decorrente - com suas alianças partidárias e políticas de governabilidade -, garantiu a inércia e a surdez diante das vozes que persistiam no clamor por verdade e justiça. Em círculos restritos, a garantia de imunidade solidificou a visão negacionista, distorcendo a realidade anterior, como surge da análise do material de contrainformação divulgado no site *Ternuma* e nos livros do chefe do DOI-Codi (entre 1970 e 1974), Carlos Alberto Brihante Ustra (1987; 2006). De modo geral, os arautos da ditadura persistiram na justificativa ou na relativização dos crimes cometidos pelo Estado, com a convicção de que *se tratava de uma guerra* e ambos os bandos haviam produzido baixas no inimigo. Por mais que se argumentasse que a desproporção no confronto que

a tese de que a esquerda revolucionária existia antes de 1964. A polêmica persiste: não é a mesma coisa propor a construção do socialismo do que pegar em armas (embora, no espírito daquele contexto mundial, isso não era uma aberração). Aqui se coloca outra discussão, a do direito à insurreição contra uma ditadura, ver Vladimir Safatle (2010).

5 Uma das justificativas para manter vigente a lei foi a emitida pelo ministro Eros Graus ao alegar que a Lei de Anistia resultou de negociações políticas; assim, somente o Poder Legislativo poderia se pronunciar ao respeito. Tal afirmação representa uma forma de omissão do judiciário, com a falácia de que, em um estado de exceção, seja possível um debate franco, transparente e onde a oposição seja levada em conta. Ver: Eros Graus vota contra revisão da Lei da Anistia. **O Globo**, 28/04/2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eros-grau-vota-contra-revisao-da-lei-da-anistia-3017002>. Acesso em 20 de junho de 2019.

6 Sobre os embates ao redor da Lei de Anistia ver: Lemos (2018).

envolveu o Estado – e seu complexo sistema de inteligência e segurança - contra organizações armadas fragmentadas, de pequeno porte e pouca capacidade operativa, era inconcebível, a repetição exaustiva dessa afirmação desviou o foco do terrorismo de Estado e a consolidou como argumento recorrente entre setores saudosistas e autoritários.

As narrativas negacionistas e relativistas se beneficiaram da impunidade resultante da Lei de Anistia - corroborada pela posição do Supremo Tribunal Federal (STF), quase trinta anos depois -, produzindo, em decorrência, algo muito mais grave: a apologia da ditadura, do passado ditatorial e dos repressores⁷. Pior, permitiu que isso fosse feito sem constrangimento, de forma explícita, substituindo ironia por deboche escancarado; esse é o recado que se desprende da postura e das ameaças que acompanham, nos tempos atuais (posteriores ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff), a rápida ascensão da extrema direita, que desqualifica o outro, não com argumentos, mas com palavras de ordens alimentadas por dispositivos de falsificação histórica, carregados de intolerância e fanatismo que se contrapõem ao conhecimento científico. No limiar dessa postura multiplicam-se ações que colocam um veemente anticomunismo extemporâneo travestido de ameaçador antipetismo, identificando novos *inimigos internos*, na melhor tradição da Doutrina de Segurança Nacional, e o uso irresponsável, banal e rasteiro da bandeira nacional e de outros símbolos pátrios expropriados e agitados furiosamente contra os *outros*, clara demonstração de chauvinismo interno, como se fosse uma nova *guerra interna*, performática, verborrágica e avassaladora, pelo domínio das redes sociais, do espaço público e do aparelho do Estado.

O exame analítico da ditadura, a partir dos pressupostos da história do tempo presente (HTP), no contexto da administração Bolsonaro, impõe reconsiderar a gravidade da manutenção da impunidade, resultante da Lei de Anistia. A falta de sensibilidade política e jurídica quanto à revisão da interpretação imposta em tempos de ditadura é um dos fatores fundamentais para dar inteligibilidade à equação política que permitiu chegar a um presente antidemocrático, com aguçado clima de ódio instalado por todo o país. A ausência de julgamento dos crimes de lesa humanidade e o não atendimento das reivindicações dos familiares dos mortos e desaparecidos deixa de ser, no contexto dos últimos anos, uma mera demonstração da inércia e omissão ante as vítimas de ontem, para transformar-se, na atualidade, em miopia política e/ou conivência com a violência física,

⁷ O caso mais acintoso refere-se ao antigo chefe do DOI-Codi (um dos maiores centros de tortura do país), Carlos Alberto Brilhante Ustra, reivindicado como herói por Bolsonaro e pelo seu vice, general Mourão.

social, econômica, psicológica, moral e simbólica que muitos estão sofrendo no presente e tantos outros podem vir a sofrer em um futuro imediato: a ameaça de um capitalismo ancorado em ameaças e práticas que combinam a experiência securitista da DSN com métodos repaginados do fascismo.

Entre memórias e desmemórias: o impacto dos 50 anos do Golpe de 64

O cinquentenário das memórias do golpe de Estado de 1964 recolocou na agenda da opinião pública um debate há muito postergado. A confluência da efeméride com a existência de um governo nacional, no qual vários integrantes – a começar pela presidenta Dilma Rousseff – eram portadores de marcas profundas daqueles acontecimentos – e com uma Comissão Nacional da Verdade nomeada em 2012 com o objetivo de levantar informações sobre o passado recente, permitiu um eco social inédito. A ressonância governamental e o redimensionamento midiático possibilitaram instalar o debate nos meios políticos, no tecido social e nos espaços acadêmicos.

Paralelamente e perpassada por esses fatos houve um avanço considerável na produção de conhecimento sobre a ditadura e seus temas afins. A produção historiográfica teve, na última década e meia, um crescimento quantitativo e qualitativo vertiginoso. A explicação para tal evidência contempla diversos fatores. Um deles está relacionado a uma demanda social latente, represada pela indisponibilidade de boa parte da documentação estatal, particularmente aquela produzida pelos órgãos de inteligência e segurança, ou seja, os arquivos da repressão (Da Silva Catela; Jelin, 2002). Tais arquivos são aqueles produzidos pelos órgãos que estavam no epicentro do *combate à subversão*. Essa situação começou a se modificar nos anos 1990, a partir da iniciativa do governo Collor, ao tornar público o acesso à documentação elaborada pelos antigos DEOPS e DOPS⁸.

Outro fator a ser levado em conta se vincula à sequência de vitórias eleitorais da Frente Popular à Presidência da República. Determinados setores do Partido dos Trabalhadores e dos seus aliados, a partir do Ministério da Justiça, da Casa Civil e da Secretaria de Direitos Humanos foram responsáveis pelo impulso de medidas que começaram, aos poucos, a superar a inércia da cultura estatal do esquecimento induzido. Como resultado dessas iniciativas se conformou um conjunto de ações que expressou os anseios de parte da base de apoio do governo, questionadora da permanência de excrescências do passado ditato-

8 A disponibilização ocorreu após o fechamento do SNI pelo governo Collor. (COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 2009, p. 13).

rial, como, entre outros: a falta de informação sobre a localização dos cadáveres dos desaparecidos; o desconhecimento da identidade dos agentes envolvidos na tortura, nas execuções e nos desaparecimentos - bem como dos locais onde esses crimes foram perpetrados; a presença de repressores em cargos públicos em tempos democráticos; etc. Todavia, deve-se salientar que essas iniciativas geravam embates no interior do governo e dos partidos constitutivos. Mesmo assim, campanhas institucionais ocuparam os meios de comunicação procurando conscientizar a sociedade civil, preparando o terreno para projetos que estavam sendo amadurecidos.

A campanha solicitando colaboração, através da entrega de informações e documentação pessoal relacionada com aquele passado⁹, tendo o Arquivo Nacional e a Casa Civil como centros irradiadores expressou a intencionalidade do Projeto Memórias Reveladas¹⁰, o qual se transformou, na prática, na pedra angular das políticas de memória implementadas a nível estatal, pelo seu alcance e pela sua magnitude. Outra diligência de proporções marcantes foram as denominadas Caravanas da Anistia¹¹, mecanismo que aliou elementos de reparação, com objetivos pedagógicos (no sentido de esclarecimento social) em escala nacional. Inegavelmente, essas duas ações, entre outras, foram da maior relevância para a consolidação do campo da Justiça de Transição¹².

O descortinamento do passado ditatorial contou, também, com o rol permanente, qualitativo e obcecado dos sobreviventes e dos familiares das vítimas,

9 O Projeto Memórias Reveladas divulgou várias campanhas através de vídeos institucionais como Memórias Reveladas, com depoimentos de familiares de desaparecidos. Disponível em: (<https://www.youtube.com/watch?v=qpqaREB8gNg>). Acesso em 13 de julho de 2019. Também Desaparecidos Políticos no Brasil 1964 1985. Disponível em: (<https://www.youtube.com/watch?v=uRSRYKz8e5c&t=5s>). Acesso em 13 de julho de 2019.

10 O Projeto Memórias Reveladas é o nome do Centro de Referência das Lutas Políticas, 1964-1985, criado em maio de 2009 pela Casa Civil da Presidência da República, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça. Em 2005, o governo determinou transferir documentos públicos que estavam na Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), para o Arquivo Nacional. O objetivo foi disponibilizar seu acesso público; através de uma grande rede de integração arquivística, os documentos estatais relativos à ditadura se encontram sob a sua guarda. A consolidação da democracia, o resgate da memória e da história daquele período, foram objetivos do projeto.

11 As Caravanas da Anistia foram uma estratégia da Comissão de Anistia, do Ministério da Justiça, para realizar o julgamento de processos de solicitação de anistia, em diversos lugares do país, procurando disseminar uma cultura de respeito dos direitos humanos e trazendo a tona inúmeras histórias de perseguidos políticos durante a ditadura. Era nessa instância que, em nome do Estado, a comissão pedia perdão às vítimas da repressão.

12 A Justiça de Transição é um conjunto de medidas políticas e judiciais utilizadas como reparação das violações de direitos humanos e uma estratégia de ação em sociedades atingidas por passados traumáticos. Seu objetivo primordial visa fortalecer as instituições democráticas. Os direitos à memória, verdade, justiça e reparação são percebidos como condição essencial para superar a fratura provocada por um regime repressivo.

de participação variada nos acontecimentos daquele período. Organizados em entidades representativas ou agindo individualmente deram continuidade a uma prática assumida ainda nos tempos do regime de exceção: denunciar os crimes cometidos pelo Estado e exigir responsabilidades. Durante a ditadura, muitos desses militantes atuaram em nome da resistência à opressão e/ou a favor da revolução. Com a volta da democracia e os efeitos anestésicos da Lei de Anistia e dos grandes acordos políticos, não foram poucos os que, mesmo isolados e considerados inoportunos, persistiram na luta, agora transfigurada na consigna *por memória, verdade e justiça* (Gallo, 2014). No cenário das rememorações dos 50 anos do golpe de Estado e de atuação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) desempenharam papel primordial, energizando atividades políticas, sociais e acadêmicas. Assim, dedicaram esforço e entusiasmo – alguns desde posições coincidentes, outros com posturas críticas – para reforçar o trabalho da CNV, procurando brechas para serem ouvidos e colaborar com aquela e com as comissões e grupos de trabalho complementares.

Um dado a considerar, ainda no âmbito da atuação testemunhal dos sobreviventes, é que os fatores mobilizadores citados (a atuação da CNV e a efeméride dos 50 anos do Golpe), combinados com a aplicação governamental de políticas de memória - para tentar reverter as políticas de esquecimento herdadas da ditadura e reafirmadas no período posterior -, deu confiança à manifestação de inúmeros antigos lutadores sociais, que nunca se haviam manifestado publicamente sobre suas vivências naquele passado traumático. A existência de um clima político favorável, com parcelas importantes da sociedade civil predispostas a ouvir e valorizar o testemunho gerou condições para que isso pudesse ocorrer. Para muitos deles, a experiência de ser ouvido, significou um reconhecimento social da sua luta, um reencontro consigo mesmo e com seus ideais, além de constituir uma forma de reparação pelas perdas e sofrimentos decorrentes.

O esforço dos novos depoentes se somou ao daqueles que, desde longo tempo, se debatiam *por memória, verdade e justiça*, lembrando e frisando que as primeiras denúncias contra a ditadura ocorreram coetaneamente à sua existência, tanto internamente – em condições difíceis -, quanto externamente a partir dos exilados. Parte dos protagonistas sobreviventes foi incorporada em tarefas intrínsecas à CNV, outros ocuparam espaço nas esferas governamentais; muitos mais, todavia, participaram das comissões paralelas e complementares, aportando voluntarismo, experiência e informação. Para os sobreviventes, um dos resultados mais valorizados foi a concretização, mesmo que tardia, da conexão intergeracional, a partir da participação em instituições educativas, em meios informativos e em espaços públicos. A interrupção e a superação do estranhamento produzido

pela indiferença, acumulado durante tantos anos, abriu espaços para a transmissão de suas experiências de vida - intermediada pela ação da memória e da subjetividade -, possibilitando o reconhecimento de certas identidades comuns e estabelecendo pontes com as gerações mais novas, seus ouvintes. Quer dizer, para muitos foi a possibilidade de transmitir o acúmulo de camadas de experiências de luta, resistência e sobrevivência, desconhecidas, até então, às gerações mais novas, rompendo, finalmente, os muros levantados pelas políticas institucionais de esquecimento.

Um registro à parte merece a explosão da pesquisa acadêmica relacionada à temática e que, nos últimos anos, se mostrou, abrangente, multidisciplinar e contínua, instalando-se de vez, na grande maioria das universidades. Tamanho fato está associado à reconhecida expansão dos programas de pós-graduação nas últimas décadas. Os estudos sobre a ditadura se beneficiaram desse impacto, encontrando infraestrutura favorável, linhas de financiamento, bibliotecas, arquivos, laboratórios de pesquisa e uma nova geração de estudantes e jovens pesquisadores ávidos por inserir-se nessa temática. Diga-se de passagem, que, simultaneamente a essa atitude acadêmica, muitos destes novos estudantes apresentaram, também, um perfil militante quanto às questões dos direitos humanos referentes ao passado recente, especialmente motivados pela ação dos coletivos de familiares de mortos e desaparecidos e ex-presos políticos. O compromisso, de forma geral, não diminuiu a qualidade da sua produção, nem o respeito aos cânones norteadores da ciência histórica. A explicação dessa articulação entre ativismo e estudo também se explica pelos efeitos positivos gerados pelas políticas de inclusão - que as universidades públicas vêm implementando no decorrer deste século -, quanto ao reconhecimento da alteridade, o desenvolvimento de sensibilidade diante das dificuldades do outro, a convivência fraterna etc. Porém, isto não exclui a constatação de que, parte dessa mesma geração, se deixa seduzir pelo individualismo fomentado em enormes doses pelo discurso neoliberal, através das redes sociais e das mídias.

Em termos estritamente historiográficos a massiva produção realizada nos últimos anos demonstra a vigência e revitalização dos estudos sobre a ditadura. As apreciações que podem ser feitas a esse respeito são diversas. Destacamos, no entanto, alguns aspectos que consideramos imprescindíveis no elo intrínseco que a HTP impõe no trinômio conhecimento-consciência-comportamento cidadão.

Um primeiro aspecto a ressaltar, partindo de uma visão panorâmica, é sobre a produção que vem sendo realizado em relação ao resgate das experiências regionais, reafirmando uma tendência que ocorre desde o marco das lembranças dos quarenta anos do golpe de Estado, em 2004. Estimuladas pelas políticas de

memória estatais dos governos da Frente Popular, pelos desdobramentos dos atos de *descomemoração* do cinquentenário do golpe, pela nomeação da CNV e a formação da rede de comissões auxiliares, inúmeras obras redundaram desse profícuo movimento; o volume de pesquisas, publicação de artigos e livros e divulgação de teses e dissertações tem sido animador e obriga a repensar a real dimensão nacional do golpe de Estado e a decorrente ditadura.

Apesar dos estágios diferentes em que se encontram esses estudos locais, estaduais ou regionais (o que vale também quanto à existência de arquivos, produção de estudos científicos, publicações específicas, formação de grupos de estudo e pesquisa e organização de centros de referência) é visível a gama de situações que se apresentam com complexidades e peculiaridades próprias de cada lugar, tensionando e interpelando as afirmações calcadas a partir de uma visão limitada à realidade da região sudeste (sempre importante, em termos políticos e econômicos), principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. A incorporação desses estudos regionais, com suas especificidades, impõe a revisão e a ampliação dos marcos explicativos considerados de abrangência nacional. As pesquisas que vem dando densidade à produção de cada estado comprovam a existência de tendências diversas, com graus diferenciados de violência, de protagonismos e peculiaridades locais que questionam afirmações, até então consolidadas, mas de visões parciais que ocupavam o lugar do todo. Nesse sentido, a modo de exemplo, pode ser destacado: a existência de uma violência estatal inédita desde 1964 (e não só a partir de 1968 e do AI-5) em diversas localidades do país; o monitoramento repressivo acontecendo a partir da deflagração do golpe de Estado nas zonas de *fronteiras vivas*, sobretudo nos limites compartilhados com a Argentina, o Paraguai e, especialmente, o Uruguai; a urgência no controle das áreas de predomínio trabalhista (com as marcas do janguismo, do brizolismo e da Legalidade), e aquelas de conflito agrário, onde o poder do latifúndio e dos coronéis era confrontado pelos camponeses organizados.

No conjunto, estas considerações são essenciais para reavaliar o peso do uso de mecanismos coercitivos já desde 1964 e não só a partir do AI-5. Da mesma forma, verifica-se que o golpe e a ditadura, independente dos setores conjunturalmente atingidos, foram percebidos nas mais diversas regiões. Portanto, integrar e rearticular essas contribuições locais e regionais, com aquilo que há tempo se subentende como a história da ditadura brasileira, exige novas reflexões e redimensionamentos do período da ditadura efetivamente em escala nacional. De qualquer maneira, este ainda é um dos maiores desafios historiográficos pendentes em um país de dimensões continentais; todavia, com o ritmo

e volume de contribuições que continuam sendo realizadas¹³, em pouco tempo, se poderá ter uma percepção nacional mais acurada do que realmente foi esse regime de exceção.

O Projeto Memórias Reveladas, já citado, merece um registro particular. Além das atividades diretamente conectadas com as atividades fins do Arquivo Nacional, procurou sensibilizar a opinião pública por meio de campanhas institucionais solicitando a doação de documentos ligados à ditadura. Igualmente ofereceu espaço de fala àquelas pessoas que eram vítimas do *ruidoso* silêncio social que pairou durante décadas. O resgate de testemunhos, a partir da história oral e dos registros audiovisuais, permitiu elucidar enigmas, descobrir memórias, descortinar traumas, apresentar rostos, olhares, sensibilidades e vozes de vítimas, de resistentes, de testemunhas, de sobreviventes, etc. No âmbito mais amplo do projeto, ocorreu a iniciativa de julgar e premiar trabalhos de graduação, dissertações e teses que versavam sobre a temática do passado recente, através do exame de comissão constituída por especialistas. Além de dar visibilidade a novas abordagens e subtemáticas, a publicação dos textos vencedores tem funcionado como importante reconhecimento à produção acadêmica na área da História e estímulo às novas gerações de pesquisadores.

O movimento editorial motivado pela demanda do mercado e pelo interesse da sociedade esteve aberto para a divulgação de uma miríade de artigos publicados em periódicos acadêmicos, de divulgação e livros autorais e coletivos. Paralelamente, ocorreram importantes reedições de obras clássicas, basilares, há tempo esgotadas, como no caso do sempre emblemático *Brasil Nunca Mais* - cuja origem, concepção e organização constituem, em si, um capítulo na épica da resistência e posterior denúncia do regime de exceção. O mesmo aconteceu com uma aguardada reedição do clássico *Estado e oposição: 1964-1984*, de Maria Helena Moreira Alves, em 2005, obra que continua tendo extrema vigência e constitui uma referência fundamental para a compreensão das estruturas da ditadura, pautada por uma aguda preocupação com a noção de processo histórico, adequando com equilíbrio erudição, empiria, rigor documental (apesar das parcas fontes disponíveis no momento da sua escrita) e solvência na definição dos eixos analíticos e na qualidade das argumentações das teses esgrimidas. Apesar da proximidade temporal dos acontecimentos e das condições para a

13 Citamos algumas contribuições para o resgate da realidade regional durante a ditadura: Grimaldo, 2009; Brancher; Lohn, 2014; Souza, 2013; Pereira; Marvilla, 2005; Padrós Et Al, 2011; Oliveira; Aires; Silva, 2016. São obras dispares que refletem o estado da questão em cada realidade específica. A produção é variedade assumindo a forma de textos introdutórios, panorâmicos ou de divulgação, em meio de depoimentos, entrevistas e de textos mais analíticos.

escrita - o que ajuda a compreender alguma imprecisão ou insuficiência -, tal situação não só não implica em fragilidade da abordagem como, ao contrário, corrobora o rigor e a qualidade analítica da obra. No sentido mais estrito da palavra, trata-se de uma análise caracterizada pela coetaneidade da autora com o seu tempo presente.

Não sendo o objetivo de este artigo peneirar a produção historiográfica específica, pode se apontar, entretanto, como uma das grandes contribuições, a inclusão de novas temáticas e objetos de pesquisa, o que foi garantido, de certa forma, pelas preocupações de uma nova geração de historiadores e historiadoras, pela volumosa disponibilização de novos acervos documentais e pelo amadurecimento do próprio campo historiográfico mediante novos recursos metodológicos e um diálogo interdisciplinar mais fluído (com a Literatura, o Direito, a Psicanálise, a Ciência Política, o Jornalismo, a Antropologia, etc.), que vem crescendo gradativamente. Característica desta produção interdisciplinar é a irrupção de novas temáticas. Em relação a isto pode se alegar que o acesso a novos fundos documentais bem como o resgate de outros que se encontravam inacessíveis (caso do Relatório Figueiredo, vinculado à violência contra as terras e comunidades indígenas) contribuiu para isso. O esforço testemunhal de indivíduos ou coletivos jogados nas catacumbas do esquecimento pelo regime de exceção e posteriormente ignorados pela sociedade e pela historiografia começou a ser resgatado pela força do empoderamento das novas sensibilidades e demandas. Assim, constituem polos dinâmicos de geração de pesquisas novidosas, em termos teórico-metodológicos e documentais, e de temáticas inéditas ou de campos ainda incipientes.

Entre os novos temas destacam-se, pela importância social, estudos que têm a população negra e indígena como protagonista ou objeto de controle por parte do Estado repressor. O tema do exílio e as questões de gênero também vêm sendo contemplados bem como pesquisas vinculadas aos temas da memória, do testemunho e da Justiça de Transição (especialmente desde o campo do Direito). Constata-se, além disso, a continuidade de interesse em temas mais tradicionais, como aqueles focados, por exemplo, na lógica repressiva (destacando-se a incorporação da Doutrina Francesa como componente estrutural do aparato repressivo) ou na luta armada; entretanto, continua havendo carência de um maior volume de estudos sobre a relação da ditadura com os trabalhadores urbanos e rurais, os vínculos internacionais, o entrelaçamento com o mundo empresarial e financeiro – especialmente com as empresas transnacionais -, as questões envolvendo a corrupção, o papel de certos impérios de comunicação bem como as questões referentes à interna militar. De modo ge-

ral, entre as importantes contribuições a destacar, salientam-se aqui, entre tantas outras – talvez por mero gosto pessoal e sem outra pretensão que não seja ilustrativa – obras que se referem ao detalhamento da ordem repressiva e seus efeitos¹⁴, o papel dos empresários¹⁵, a resistência desde os direitos humanos¹⁶, os estudos biográficos¹⁷ e os de gênero¹⁸.

A Comissão Nacional da Verdade: resgate tardio e contribuições

O início dos trabalhos da tardia Comissão Nacional da Verdade¹⁹, em 2012, foi um fato da maior envergadura. O intenso debate público gerado sobre sua estruturação, dinâmica de organização, atuação e funcionamento, acrescido das dificuldades internas – disputas intensas, pressões externas, embate de metodologias – gerou uma exposição pública e mediática ímpar e grandes expectativas no campo acadêmico, dos movimentos sociais e dos direitos humanos²⁰. O ato de instalação e posse dos seus integrantes, dirigido pela presidenta Dilma Rousseff, contou com a presença de todos os ex-presidentes da República²¹, transmitindo o que pareceu ser uma mensagem de consenso ao redor de uma política de Estado e não de governo, portanto, por cima das rivalidades partidárias e enfatizando o fortalecimento da democracia como finalidade maior. A constituição de dezenas de comissões de diversa índole, mas que perseguiram o mesmo fim corporificou uma extensa rede de apoio multiplicando esforços por todo o país, envolvendo dezenas de pesquisadores, juristas, jornalistas, ativistas de direitos humanos e sobreviventes, conformando um compromisso que, se bem não era homogêneo, expressava um desejo coletivo de horizonte de expectativa que, definitivamente, pudesse corresponder à parte dos anseios comprimidos por décadas de esquecimento induzido.

14 São exemplos dessa temática: Godoy, 2014; Joffily, 2013; Gasparotto, 2012; Reina, 2019; Duarte-Plon, 2016.

15 Publicação de Campos, 2017.

16 Casos de: Rocha, 2018; Benevides, 2009; Gallo, 2014; Padrós; Vivar, 2014.

17 Obras de: Magalhães, 2013; Schmidt, 2017.

18 Ver: Rosa, 2013; Teles; Leite, 2013.

19 A conformação da CNV ocorreu depois da condenação do Brasil, em 2010, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), após esta ter sido acionada pelas denúncias de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos (*Caso Gomes Lund e outros*). É importante frisar este fato: a exigência de uma CNV não partiu de iniciativa governamental, mas de atendimento à exigência da CIDH.

20 A implementação da CNV serviu, também, para contrabalançar a frustração provocada pelo pronunciamento do Supremo Tribunal Federal que, em 2010, rejeitara o pedido de revisão da Lei de Anistia inviabilizando qualquer possibilidade de reverter a impunidade dos crimes de lesa humanidade.

21 Estiveram presentes, além da presidenta em exercício Dilma Rousseff, os ex-presidentes José Sarney, Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso e Luis Inácio Lula da Silva.

Contrariamente à postura assumida em outras conjunturas, os meios de comunicação fizeram eco dessas iniciativas. Alguns, em decorrência do simples interesse comercial no atendimento à demanda dos leitores; outros meios agiram com o objetivo de polemizar e defender posições próprias – procurando desconectar-se do seu próprio passado -, ou realçando interpretações ambíguas, insípidas ou relativistas (como ocorreu com o mencionado editorial da *Folha de São Paulo*) que, em nome de *dar voz ao outro lado da história*, abriu espaço para visões messiânico-salvacionistas dos que agiram contra o Estado de direito em 1964. Parte da mídia, no entanto, acompanhou as atividades da CNV com seriedade profissional. O importante é a constatação de que a mídia, como nunca antes, abriu (ou teve que abrir) espaços para notícias, relatos, testemunhos e interpretações sobre aqueles acontecimentos funcionando, de fato, como caixa de ressonância de toda essa massa de informação que veio a público.

O estabelecimento do debate nos meios políticos, no tecido social e nos espaços acadêmicos foi imediato e intenso. Após quase dois anos e meio de muito trabalho a CNV entregou o Relatório Final à presidenta Rousseff, em 2014, encerrando a sua existência. Apesar das limitações estruturais e insuficiências nos resultados apresentados²², a dinâmica promovida durante o tempo de relevamento de informações e análise das mesmas, recuperou a centralidade de certos temas e conferiu notoriedade inédita a outros. No extenso relatório teve particular destaque o esforço para elucidar questões como: o caráter de classe do regime e os vínculos com os círculos empresariais; a incorporação das vítimas da luta pela terra e da questão indígena no cômputo geral do universo dos mortos e desaparecidos; a explicitação do funcionamento do sistema repressivo e a identificação de diversos criminosos de estado; a perseguição dos movimentos sociais; o sistema de vigilância sobre o mundo do trabalho; a perseguição e os expurgos nas universidades e empresas estatais etc.

A avaliação do Relatório Final realça algumas contribuições que, embora pareçam um tanto óbvias, possuem a legitimidade de ser parte do produto do primeiro esforço institucional, global, de esclarecimento - mesmo que parcial -, de parte do passado do Brasil recente. Ao reconhecer o uso sistemático da tortura como política de Estado contra amplos setores da sociedade e recomendar a intervenção da justiça ante os crimes de lesa humanidade - em sintonia com as normativas da legislação internacional - evidenciou, apoiada em farta documentação, as falácias repetidas de forma incessante pelos cultores do negacionismo e

22 O resultado dos trabalhos da CNV ficou aquém das expectativas. As críticas das organizações de direitos humanos são pertinentes; o maior objetivo devia ser a localização os restos dos desaparecidos e sua entrega aos familiares, o que, de fato, não ocorreu.

das formulações ambíguas, diversionistas e relativistas. Ao afirmar que as Forças Armadas devem reconhecer suas responsabilidades pelos crimes cometidos, que os repressores têm que ser investigados, julgados e punidos e que o currículo das academias militares deve mudar e incorporar reflexões sobre a democracia e os direitos humanos, faz forte crítica ao comportamento das forças de segurança e reforça a sua descontaminação doutrinária²³.

A CNV reconheceu, ainda, que o leque de inimigos internos foi bem maior do que era comumente aceito. A incorporação, entre os mortos diretos ou indiretos pela mão do Estado, de centenas de lideranças camponesas²⁴ e milhares de indígenas²⁵, dado anteriormente negligenciado nos labirintos da desinformação mediática e do encobrimento dos crimes, amplificou sensivelmente o número de pessoas executadas, jogando por terra o argumento numérico, usado como termômetro para relativizar o grau de violência estatal em comparação com as administrações de Pinochet e das Juntas Militares argentinas. Dentro do esforço de identificação de vítimas invisibilizadas faltou abranger a população que, sem ser de militantes políticos, também foi atingida pelos esquadrões da morte. Estes grupos, que agiam funcionalmente em vários estados antes do golpe de 1964, no contexto da ditadura funcionaram com maior liberdade de ação e em escala muito maior, amparados pelos poderes locais que, por sua vez, estavam integrados na emaranhada teia de vínculos espalhada pelo país, com seus nódulos centrais convergindo nos grandes centros urbanos e em Brasília.

Complementarmente, a CNV divulgou uma cartografia dos centros de tortura - legais e clandestinos - em escala nacional, desenhando a complexa estrutura que comprova a responsabilidade do Estado e seus organismos vinculados, na manutenção desses centros e no posterior apagamento dos registros da sua

23 Relacionada a essa questão há duas recomendações fundamentais: modificar os currículos escolares das academias militares e que o ensino dos colégios militares passe à alçada do Ministério da Educação, retirando-o do controle dos mandos militares. Tais recomendações indicam a permanência de uma bolha impermeável aos valores constitucionais e democráticos diante de uma formação que continua pautada na DSN.

24 O relatório indica mais de 600 trabalhadores rurais assassinados no contexto da luta pela terra durante a ditadura. As organizações camponesas que participaram da Comissão Camponesa da Verdade, que subsidiou os trabalhos da CNV, defendiam a inclusão de um número maior de vítimas. A CNV alegou que os dados não eram totalmente fidedignos.

25 Em relação aos indígenas se apontou, inicialmente, ao redor de 2.500 vítimas executadas ou desaparecidas ante a expansão de frentes de colonização e de iniciativas empresariais de exploração da floresta amazônica e terras contíguas. Após a recuperação do Relatório Figueiredo, documento que compreende os anos de 1962 e 1968 e que traz registros da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o número de vítimas triplicou. A dificuldade de aferir esses dados, dada a peculiar condição de invisibilização histórica imposta às comunidades indígenas no país, é um dos grandes desafios a ser enfrentado pela pesquisa histórica nos próximos anos.

existência e das atividades ali efetuadas. Não menos importante foi revelar, ao público em geral, algo que o sistema político e o mundo empresarial sempre procuraram encobrir, o nebuloso tema da colaboração e participação de civis nos espaços de poder financiando-o, oferecendo suporte filosófico e doutrinário e apoio através dos meios de comunicação, atuando nos circuitos diplomáticos, etc. O envolvimento ativo dos setores empresariais e de suas entidades de classe, na conspiração que derrubou o governo Goulart, era conhecido em detalhes, desde a publicação da portentosa obra de René Dreifuss, *1964: a conquista do Estado - Ação política, poder e golpe de classe* (1981), de circulação restrita quase que exclusivamente ao mundo acadêmico.

No conjunto, as informações e os esclarecimentos em relação à violência explícita, quanto ao tamanho, intensidade e autoria estatal, representaram, para milhares de perseguidos políticos, a confirmação e o reconhecimento da legitimidade das denúncias apresentadas imediatamente após os acontecimentos, ou durante as longas décadas de imobilismo institucional e apatia social. Além da reparação implícita diante da confirmação da veracidade daquelas falas – desqualificadas e negadas durante a ditadura e ignoradas em tempos democráticos –, as conclusões da CNV reforçaram a importância do testemunho no resgate da memória e da história do passado traumático. No fundo, foi o reconhecimento social ao direito de interpelação desses depoentes - e que constitui em si, uma característica central na delimitação da história do tempo presente.

Por fim, pode-se afirmar que os esforços do Projeto Memórias Reveladas (inclusive com a fundamental digitalização do seu vastíssimo acervo, para disponibilização virtual) e da CNV resultaram na disponibilização de um volume de dados, documentos e textos que alimentarão muitos anos de pesquisa. Independente das polêmicas e das críticas pertinentes é inquestionável que o conjunto de ações produzidas sob o guarda-chuva da CNV, dos seus Grupos de Trabalho²⁶, das comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais bem como de outras entidades, permitiu a conformação e organização de um gigantesco material depositado em repositórios físicos e virtuais, o que implica na preocupação com a preservação e proteção dos mesmos – a segurança desta documentação é fundamental, sobretudo pelo uso de que pode ser objeto em caso de maior retrocesso democrático. Cabe lembrar que a preservação dos documentos produzidos por regimes repressivos é uma tarefa essencial para a democracia, como anunciado no clássico relatório elaborado por Antônio González Quintana (1997), a pedido da UNESCO e que foi base da argumen-

26 Os Grupos de Trabalho organizados dentro da CNV foram quatorze. A coordenação de cada um deles foi feita por um dos sete comissionados.

tação para a compreensão de que tais arquivos representam material sensível e dizem respeito à vida de várias gerações de pessoas direta ou indiretamente afetadas pelos fatos ali contidos.

Ao concluir com farta evidência que a violência estatal foi muito mais ampla, extensa e intensa do que se afirmou durante décadas a CNV incide na superação de leituras que persistem na *excepcionalidade brasileira* quanto ao menor uso de recursos coercitivos, em comparação às demais ditaduras da região, ou seja, refuta a tese da *ditabranda*. Trata-se de um ato político da maior importância porque transcende o mero enunciado em si e extrapola o simples ato de informar. Em realidade, esclarece à sociedade brasileira e ao mundo: a ditadura foi um regime criminoso. A legitimidade dessa conclusão é avalizada pela diversidade profissional (irretocável) e política dos notáveis que integraram a comissão e dirigiram os trabalhos, e pelas evidências apresentadas. Tal afirmação devia ser o pressuposto e ponto de partida para encaminhar medidas específicas para atender as lacunas pontuais, ainda persistentes, além de fortalecer a consigna Nunca Mais ou, a versão brasileira, *Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça*. Entretanto, uma contra-onda de signo oposto se desenhava desde 2013; era a expressão do desconforto que a existência da CNV – mesmo sem prerrogativas de julgamento – provocava em parte do mundo militar e setores rançosos da sociedade civil. Há poucos anos disso, o estado de consternação é inevitável. O tempo presente brasileiro não está assentado, como se imaginou em algum momento, em um clima de superação do passado traumático - mesmo que não fosse possível condenar os terroristas de Estado. O tempo presente brasileiro não só não está marcado pela superação ou reconversão do esquecimento e da impunidade como, ao contrário, é demarcado pela existência da administração Bolsonaro, da extrema direita e da defesa e apologia do terrorismo de Estado.

A ditadura sob o crivo da história do tempo presente

A reflexão sobre o estado do debate e da pesquisa sobre a Ditadura de Segurança Nacional brasileira, pouco mais de uma década atrás, implicava em reconhecer a existência de um grande desafio, o de montar um complexo quebra-cabeça de inúmeras lacunas, resultante de uma documentação que ainda se mostrava dispersa e de acesso limitado. Tal situação correspondia aos reflexos, em longo prazo, derivados de negociações que enquadravam a transição política e a redemocratização, tendo como base uma relação de forças, onde os militares impuseram como exigências a sonegação de informação institucional e a

imunidade perpétua para os crimes que cometeram na *guerra contra a subversão* naquele contexto. Em função desses acordos se impôs a interdição dos arquivos militares, removidos ou de existência negada. Reduzia-se, nesse quadro, a possibilidade de conhecer aquele passado traumático; além de documentos oficiais esparsos e de certa crônica jornalística - muitas vezes também alvo de coerção -, sobrava, como fonte fundamental, certa memorialística das vítimas e dos sobreviventes, quer dizer, relatos caracterizados pela fragmentação ocasionada nas duras condições do cárcere político, do exílio, da clandestinidade e do medo cotidiano. Durante muito tempo, parte da própria historiografia questionava a legitimidade dessa fonte, considerando-a parcial, nada objetiva, portadora de ranços políticos e ideológicos.

A demora do reconhecimento acadêmico das vozes dos sobreviventes, que reivindicavam seu protagonismo, alimentava a desqualificação que a visão oficial descarregava sobre as suas falas, em nome de uma aparente pretensão de reconciliação, enquanto rotulava de revanchista a quem persistisse com temas considerados superados. Esta visão fora (e continua sendo) imputada desde as teses da *ditabranda* ou da guerra interna contida na *teoria dos dois demônios*. Foi necessário esperar os ventos que postulavam a história oral (como metodologia legítima para o trabalho do historiador e do resgate da história recente) e a consequente valorização das fontes orais. Portanto, a discussão sobre a ditadura desde a ótica da HTP, ressaltava as dificuldades sobre as fontes, mas começava (aos poucos) a valorizar os testemunhos e, conseqüentemente, à possibilidade de interpelação dos protagonistas daquele momento histórico à produção historiográfica em andamento. Paulatinamente, a inércia gerada pelo medo, silêncio institucional e silêncio historiográfico começou a ser empurrada pelas engrenagens sociais em funcionamento.

Há um contraste significativo no que implicava, há uma década, o mergulho em uma história de relativamente *poucas fontes*, com a fartura documental disponível na atualidade. É inegável que, em função disso, aumentou o conhecimento que numerosas parcelas da sociedade possuem, hoje, sobre as sequelas provocadas pela ditadura, inclusive, sobre elas. Mas tal afirmação gera um desconfortável paradoxo: se por um lado nunca se tratou tanto sobre o tema como nos últimos anos, (em termos de pesquisa, divulgação social e políticas reparatórias), isso não evitou que ressurgisse, com especial truculência, um ativismo reivindicatório do regime de exceção, com argumentos que variam entre a convicção ideológica, o relativismo ou o negacionismo dos acontecimentos. Maior é o espanto ante as manifestações de saudosismo externadas por pessoas que nasceram depois, o que joga por terra um axioma que indicava que quanto mais esclarecida fosse a

sociedade ao respeito do seu passado traumático, mais se fortaleceriam os pilares da democracia bem como a coexistência das diferenças e entre os diferentes. Ao contrário, o discurso da intolerância atingiu níveis impensáveis, alimentado por estratégias políticas baseadas na mentira como certeza, explorando a dinâmica das redes sociais (ensurdecendo-as, embrutecendo-as), erigindo um fundamentalismo político com fortes matizes religiosos e com argumentos assustadoramente rasos. A impetuosidade da fúria anticomunista travestida de antipetismo, expressa mais do que a rejeição a um partido político; de fato, trata-se da desqualificação de qualquer iniciativa de extração popular. A consolidação deste movimento, brutalmente excludente, teve contornos devastadores, conseguindo tirar da cena política dois ex-presidentes da República cujas trajetórias pessoais, além de evidenciar sensibilidade com os setores menos favorecidos, resistiram nos tempos discricionários.

A ausência da atuação da justiça continua definindo o caráter inacabado de um ciclo histórico que, apesar dos esforços reparatórios, não se conseguiu fechar. A falta de conclusão para esse ciclo é vertebral no diagnóstico da HTP, pois reforça a ideia-força de *um passado que não passa*. Até pouco tempo atrás o tema da inconclusão dizia respeito à existência de um evento, a ditadura, ainda em estágio aberto quanto as diversas possibilidades de desenvolvimento; o estudo do passado recente era perpassado por essa constatação. Ou seja, o reconhecimento de que a análise científica sobre aqueles eventos decantados há várias décadas, ainda era relativamente limitada em função dos efeitos institucionais de anestesiamento. Contudo, esta situação vinha se alterando com os avanços significativos da pesquisa e da divulgação sobre aquela realidade. Porém, a irrupção do (não) debate, trazido à tona pelos setores de extrema direita obriga a resgatar a forma pedagógica no tratamento da informação, como meio de intervenção real para esclarecer o que é obliterado ou repetido à exaustão pelos defensores do terrorismo de Estado.

Outra questão que persiste como elemento estrutural da análise do tempo presente, é o da *coetaneidade*, como bem indicam Julio Aróstegui (2004, p. 30) e Josefina Cuesta (1993, p. 13); ou seja, o encontro, no mesmo plano - e no mesmo tempo - entre o objeto de estudo e o olhar do historiador. O reconhecimento da coetaneidade entre evento e análise permite identificar, em relação ao sujeito-historiador, lembranças, sentimentos e imagens (próprias ou herdadas) de um cotidiano passado que se torna presente, em diversos momentos da pesquisa e da produção do texto.

Porém, trata-se de uma situação que gera momentos de tensão, pois a objetividade do historiador e a subjetividade da experiência vivida se encontram, se sobrepõem e se confrontam dentro do mesmo indivíduo. A ocorrência de coe-

taneidade, nesse aspecto, produz outro fenômeno: historiador e cidadão caminham juntos, um a sombra do outro e vice-versa, sempre integrados. Se essa afirmação pode ser considerada válida para qualquer objeto histórico, independente da sua temporalidade, quando a mesma se sobrepõe ao presente do analista, as tensões implícitas se tornam muito mais delicadas.

Uma novidade ocorre nos tempos atuais de radicalização política no Brasil; a defesa do *modus operandi* do regime de exceção, a apologia do terrorismo de Estado, pelo entorno do presidente Bolsonaro bem como do setor fundamentalista do seu eleitorado, impõe uma nova coetaneidade. Um governo cujos objetivos são o desmonte e a privatização do Estado, a destruição de direitos sociais, a desnacionalização da economia, a promoção de uma cultura de intolerância, violência, medo, violência policial e militarização do Estado, produz efeitos nefastos: obriga políticos e intelectuais que lhe fazem oposição a abandonar o país, desconsidera o assassinato de lideranças populares e a agressão às comunidades indígenas e promove a destruição ambiental. Na prática, é um governo que resgata do passado traumático diversos métodos para colocá-los em prática, de forma acintosa. Este tipo de problemática traz implicações para o especialista da HTP, seja na perspectiva mais tradicional, seja naquela apresentada por Jean Lacouture (1998) com o nome de *história imediata*.

Em relação à Lacouture, aliás, cabe mencionar que o esforço analítico sobre o cruzamento e diálogo entre Jornalismo e História, foi ponto seminal para a percepção do que significava uma história do presente que, em termos concretos, representava uma parcela da temporalidade tradicional da história contemporânea²⁷, como uma faixa temporal menor e mais próxima da atualidade. Seu instigante artigo constitui a base do que seriam as posteriores reflexões e enunciados da HTP, mas indicando algo mais, a presença de traços que indicavam uma singularidade em relação àquela, onde reside o centro da história imediata. Se a história do tempo presente é o recorte da história contemporânea mais próxima do plano de existência do sujeito que observa, a história imediata é a mesma coisa, mas em relação à história do tempo presente (como se fosse uma espécie de análise conjuntural, mas onde a noção de processo histórico se mantém). Transportando esta relação à realidade brasileira pode-se afirmar que o período da ditadura, com todas as questões que permanecem em aberto é parte essencial do tempo presente ou recente, como sinônimo, apesar da insuficiência apontada por Aróstegui (2004).

27 Uma das propostas de temporalidade para a história contemporânea mais instigante é a de Geoffrey Barraclough (1977). Para ele, a História Moderna se projeta até 1890 e a História Contemporânea começa no início da década de 60, no século XX. Entre essas datas ocorre um longo período de transição marcado por permanências, continuidades e a efervescência de novas tendências.

Ao avaliar as opiniões e posturas dos círculos bolsonaristas sobre esse passado, desde a campanha eleitoral, constata-se uma simultaneidade temporal que exhibe novos desafios metodológicos. Sendo assim, o governo Bolsonaro pode ser percebido como continuidade de problemas não resolvidos, lacunas não preenchidas daquele passado. Nesse sentido, não há diferença com o que acontecia com os governos que se sucederam com a redemocratização. Porém, há fatos novos, que vão além da vigência da tortura ou da falta de respostas aos familiares dos desaparecidos. O governo impõe uma rotina de provocações com a reivindicação constante da ditadura, com formas simbólicas perversas de menosprezo aos avanços nas políticas de memórias, promovendo a militarização do Estado, trazendo de volta a linguagem securitista dos tempos de Guerra Fria. Tais atitudes devem ser percebidas como novidade a ser confrontada no calor dos acontecimentos e dentro de uma temporalidade quase instantânea, pautada pela velocidade da circulação das mensagens pelas redes sociais, meio de comunicação escolhido pelo círculo presidencial para comunicar-se com a sua base de adeptos, menosprezando a comunicação com a sociedade e toda forma de intermediação institucional. Diante desta realidade, se torna necessário retomar as discussões sobre a história imediata, propostas por Lacouture em um tempo que a transmissão de mensagens ainda não era instantânea, pois não existia a Internet que, de certa forma, acabou com o tempo físico.

Enfrentar o presente exige muito zelo, condição primeira para preservar a objetividade que a cientificidade da análise histórica impõe. A cidadania (dimensão que envolve o analista de forma ampla e abrangente) coloca a possibilidade de um ativismo que extrapola uma limitada, mas, ainda vigente, concepção acadêmica. A percepção da agressão contra os avanços sociais, as entidades e estruturas geradas e geridas desde concepções iluministas, inclusivas, populares ou coletivistas, conforma esse ativismo de muitos profissionais, vinculados organicamente ao campo de atuação (da pesquisa, das artes ou da docência).

François Bédarida (1998), um dos especialistas essenciais no amadurecimento do campo da HTP defendeu o entendimento de que, diante do fenômeno negacionista de experiências traumáticas, o historiador não pode omitir-se; ao contrário, deve evitar que a sua omissão fundamente e facilite tentativas de *apagamento* de passados correlatos aos das Ditaduras de Segurança Nacional. Para Bédarida, diante de tais fatos, o saber do historiador deve assumir sua cientificidade e ocupar o lugar legítimo de expertise que a sociedade lhe confere através da sua formação universitária. Por conseguinte, deve comprometer-se e intervir na esfera pública a fim de pronunciar-se diante das manifestações desses fenômenos. Não há como negar que, no Brasil bem recente, houve um ponto

de inflexão nesta atitude, como se verifica na fala de muitos historiadores, na sua participação em atos públicos de denúncia e, sobretudo, nas manifestações nas redes sociais. Desde a campanha de *impeachment* da presidenta Dilma, passando pela conformação do governo Temer, a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva e a ofensiva da extrema direita - que culmina com a formação do governo Bolsonaro e as constantes agressões contra as universidades públicas -, houve uma mudança perceptível no engajamento de muitos profissionais (empurrados também pelo perfil de parte dos novos historiadores), em ações que extrapolaram os limites físicos dos seus gabinetes. Dada a proporção massiva nesta participação, esta é, sem dúvida, uma novidade provocada pela enorme ofensiva de extrema direita, neoliberal, pentecostal e bastante íntima na sua subordinação e servilismo como peão regional no tabuleiro da lógica internacional da administração Donald Trump e do imperialismo estadunidense.

A extrema direita e a reivindicação das práticas da ditadura

O Brasil acabou sendo o país mais fora da curva na região quanto a confrontar o pacto do silêncio das Forças Armadas e, em decorrência, o silêncio social. Também demorou em assumir as consignas de memória, verdade e justiça. Todavia, como já foi dito, desde o início da última década este quadro parecia estar sendo revertido, mesmo que lentamente. Iniciativas de cunho governamental, acadêmico e das organizações de direitos humanos, eram indicativas dessa tendência. O *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, revestido de fortes suspeitas de tramas abjetas em um processo que intelectuais reconhecidos denominaram golpe institucional jurídico-mediático (Gentile, 2016), rapidamente, mudou o curso das expectativas.

A velocidade do avanço da extrema direita, justificando os crimes da ditadura e defendendo a violência estatal e seus agentes (recuperados como heróis) surpreendeu. A potência do discurso de incitação do ódio e a proliferação de ameaças contra aqueles identificados como novos inimigos internos, acompanhado de ações virulentas sintonizadas com aquele discurso, indicam que os debates sobre a presença de resquícios da ditadura em tempos democráticos se mostraram imprecisos.

O contexto da administração Temer, da ascensão da extrema direita e da cada vez mais evidente direitização do pensamento dominante nos poderes Executivo e Legislativo, foi caracterizado pelo antipetismo macartista, ou seja, com um teor importado dos momentos mais acirrados da Guerra Fria. No meio de

tantas urgências é necessário retomar a análise criteriosa e detalhada do período 1985-2016. Deve-se avaliar a dimensão, não só do que era considerado resquício da ditadura, mas do que, em função dos acontecimentos recentes, deve ser examinado como a persistência de continuidades complexas, abrangentes e enraizadas nas instituições, nas práticas políticas, na perspectiva do poder econômico e nos corações e mentes de amplos setores da sociedade e das instituições militares. Os fatos demonstram que as tergiversações e os diversionismos sobre o passado em nada ajudaram na descontaminação de instituições e consciências antidemocráticas que se mantiveram fiéis aos seus princípios, como células adormecidas. Como era evidente prever a impunidade não removeu desses setores, a sua percepção excludente, preconceituosa e de apologia à violência.

No Brasil de 2019, a insegurança de quem se percebe atingido pelo clima aguçadamente hostil apregoado pelos círculos coléricos do bolsonarismo e do fundamentalismo pentecostal, é o produto da irresponsabilidade daqueles que direta ou indiretamente, consolidaram a cultura do esquecimento e da ausência da justiça, que grassou desde o final da ditadura. Não há como ficar indiferente: o encontro da desmemória, do negacionismo e da impunidade com o ódio de classe e contra toda forma de diversidade é o caldo de cultura que, no presente, semeia práticas fascistas e aquece um brutal retrocesso democrático.

A situação mudou, e mudou para muito pior. No que se refere ao assalto aos direitos sociais, às relações trabalhistas e previdenciárias, a destruição realizada deixará sequelas negativas por muitos anos, em várias gerações de homens e mulheres (como sempre, os mais pobres em primeiro lugar). A feroz iniciativa contra o meio ambiente e os territórios indígenas e quilombolas explicita outro face da brutal exclusão em andamento. Em relação às questões diretamente ligadas ao passado ditatorial, já não se trata mais de enfrentar omissões e esquecimento; trata-se, agora, de enfrentar a apologia do terrorismo de Estado. Uma apologia que é feita desde o centro do Poder Executivo, com a associação, conivência, omissão ou despreocupação de parte daqueles que são responsáveis pelos demais poderes do Estado brasileiro e que se traduz em ação concreta quando se respalda, abertamente, desde a Presidência da República o armamento da população para transformá-la em justiceira, ou a eliminação dos entraves para as ações de extermínio nas comunidades periféricas contra a população jovem, pobre e negra, como atestam diversos indicadores sociais.

Tudo indica que o fator Bolsonaro pode acarretar no curto prazo, certo esvaziamento ou recuo no campo de estudos sobre a ditadura. O tratamento de choque na área da educação (com a desculpa de atender obrigações de contingenciamento), atingindo, de forma particular, as universidades públi-

cas com recortes orçamentários, fechamento de linhas de financiamento para a pesquisa e a pretensão de intervenção na sua autonomia é uma realidade; porém, o objetivo é ir muito além, interferindo nos programas dos cursos de pós-graduação e dos cursos de graduação. Mais do que isso, ameaça-se com uma nova narrativa dos fatos porque, segundo é repetido incessantemente, falta *contar o outro lado da história* (reduzindo o conhecimento histórico a algo semelhante a uma mera discussão entre torcidas de futebol). Portanto, elaborar uma versão vulgar, que justifique uma visão de mundo maniqueísta, intolerante, homofóbica, racista, excludente, elitista, autoritária; em síntese, antidemocrática em todos os sentidos.

A finalidade de contar o *outro lado da história* é atingir o objetivo declarado de falsificá-la enquanto ciência e de mergulhar a maioria da população na ignorância, tornando-a refém da irracionalidade dos segmentos aglomerados em volta do poder. Independentemente de encontrar voluntários para falsificar a história, de forma a que fique ajustada aos interesses exclusivos do novo bloco de poder, fazendo uma versão de *fake news*, dificilmente se evitará a continuidade da tendência que instalou os estudos sobre o passado ditatorial do país como uma das áreas temáticas mais consolidadas e de maior expansão. O destempero, as atitudes e a verbosidade descontrolada (ou politicamente calculada) dos círculos do poder, ao contrário do que se pode pensar, a partir de uma avaliação primária, provavelmente provocarão resultados contraproducentes, reforçando esse campo de estudos, até como resposta às ameaças e à censura, gerando outro fenômeno, que poderá ser coincidente com o atual mandato presidencial, mas que certamente o extrapolará: o governo Bolsonaro dificilmente escapará de ser analisado como paradoxo de revitalização e continuação dos resquícios antidemocráticos da ditadura e, também, como paradigma de governos fecundados pela combinação de elementos de matriz fascista e da DSN. Como consequência direta das ameaças constitutivas do discurso presidencial e das ações do seu entorno, sua administração e o fundamentalismo anticientífico dos seus seguidores estarão no cerne de futuras análises que considerarão a sua própria existência como excrescência e retrocesso civilizatório derivados da forma como a sociedade e as instituições brasileiras encararam o seu passado ditatorial.

Durante os trabalhos da CNV se percebiam avanços que permitiam arriscar, naquele momento, que a sociedade brasileira havia perdido a batalha pela justiça, mas estava vencendo a batalha pela memória. Essa constatação se originava no convencimento de que nunca antes se havia falado tanto sobre a ditadura; tal fato era reconhecido como elemento básico para a consolidação de consciências democráticas. O futuro imediato, no horizonte do contexto em

que a CNV atuava, estimulava a percepção de que a democracia e as conquistas sociais estavam asseguradas. Desde o ponto de vista da contribuição da história para a consolidação de uma visão cidadã e democrática da sociedade podia se alegar que estava vigente uma novíssima Lei de acesso à informação²⁸, e que se disponibilizavam novos acervos documentais repressivos, fator de atração do interesse de jovens pesquisadores. A própria legitimação da CNV no ato da sua instalação, com a presença de todos os presidentes anteriores vivos, mesmo de partidos diametralmente opostos (com dois ex-mandatários, Sarney e Collor, com antecedentes públicos que os ligavam ao partido de sustentação da ditadura) reforçava essa leitura.

O processo de aceleração histórica que se seguiu, porém, iniciou na virada político-ideológica das manifestações que ocorreram em 2013, e culminou na estranha interdição imposta à presidenta Dilma Rousseff, a polêmica prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os ambíguos movimentos de bastidores, posicionamentos e argumentos de uma variada gama de protagonistas intrínsecos a todos os poderes do Estado e do mundo empresarial. Tudo isto já está sendo - e muito mais o será em pouco tempo -, objeto de estudo.

Por maior que seja a singularidade deste tempo em aberto, a sua inteligibilidade ainda deverá ser pensada a partir de vários fatores explicativos cujas raízes continuam e continuarão estando no marco temporal da Ditadura de Segurança Nacional e na forma como foi processada a sua transição. O fato de que o administrador do governo de extrema direita seja um militar não é algo secundário; tampouco é gratuito o perfil do seu vice, figura muito mais orgânica das Forças Armadas que o próprio presidente.

Os fatos falam por si: incentivo à comemoração do golpe de 1964; ameaça de cortar as indenizações de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos políticos (pejorativamente chamadas de *bolsas ditadura*); destituição dos integrantes da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; elogios públicos a reconhecidos torturadores; etc. A sequência de afrontas não tem fim²⁹; a omissão e a conivência do Poder Legislativo e Judiciário, diante

28 A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem precisar apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. Foi um passo fundamental para acessar documentos em poder do Estado cujo acesso era bloqueado por interesses corporativos ou políticos. Trata-se de instrumento essencial para a democracia e o exercício da cidadania. É potencial alvo do governo Bolsonaro e das Forças Armadas, pois expõe os documentos da repressão.

29 No final do mês de julho de 2019, um novo abrupto presidencial ganhou repercussão nas redes sociais e demais mídias. Em nova demonstração de falta de decoro no desempenho da função, Bolsonaro afrontou, novamente, o tema dos desaparecidos políticos, agredindo o presidente da OAB, Felipe

dos abruptos presidenciais, são constrangedores e demonstram, cabalmente, o desrespeito à Constituição, expondo a fragilidade daqueles que pensaram estar protegidos por ela.

No tocante ao passado traumático, a postura do atual presidente e seu séquito recoloca, em chave metodológica, a *inconclusão* - esse elemento tão central em qualquer percepção da HTP. Inclusive porque há o ressurgimento de situações que se imaginava definitivamente superadas. Cabe lembrar, a esse respeito, que durante a campanha de denúncias contra os crimes das Ditaduras de Segurança Nacional, no Cone Sul, foi necessário criar novas palavras para dar conta de situações que não tinham denominação; eram experiências inéditas como, por exemplo, aquelas que a partir desse momento foram evocadas como *inxílio* e *desexílio*³⁰. A realidade do Brasil atual repete essa situação. Assim, faz parte do cenário atual o debate sobre a existência ou não de presos políticos no país. Não são poucos os que alegam que de fato isso está ocorrendo. Há polêmica está instalada e a campanha *Lula livre* é sua maior expressão. A prisão do líder político de maior popularidade dos últimos cinquenta anos indica a existência de interpretações que expõem a fratura até na área jurídica.

Situação mais bizarra envolve aquelas pessoas que abandonaram o território nacional diante das constantes ameaças sofridas através das redes sociais ligadas aos círculos de intolerância criados e estimulados em volta da construção do *Mito*³¹. Os casos do ex-deputado do PSOL, Jean Wyllys - obrigado a abrir mão de um novo mandato legislativo frente às ameaças sofridas, estendidas à família - e da filósofa Márcia Tiburi, candidata do PT ao governo do Rio de Janeiro em 2018, são de domínio público. E justamente, falando de exílio voltamos ao

Santa Cruz, através de um comentário sobre a morte do seu pai, o desaparecido Fernando Santa Cruz, contrariando as informações apuradas e registradas no Relatório Final da CNV. Ver: "Presidente da OAB diz que vai ao STF para Bolsonaro esclarecer o que sabe sobre a morte de seu pai". Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/29/presidente-da-oab-diz-que-vai-ao-stf-para-que-bolsonaro-esclareca-o-que-sabe-sobre-a-morte-de-seu-pai.ghtml>>. Acesso em 29 de julho de 2019. Também: "Miguel Reale Jr. critica Bolsonaro: "Caso de interdição". Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/miguel-reale-jr-critica-bolsonaro-apos-polemica-caso-de-interdicao,ea-18f936e1aa4a45846b26771398ddd2d0fqm12z.html>>. Acesso em 29 de julho de 2019.

30 O neologismo *inxílio* significa exílio interno, o isolamento do indivíduo que não se reconhece mais onde está, nem naquilo que faz, nem nas relações com os demais; sofre o tempo indefinido e congelado do exilado, mas o sofrimento não está no distanciamento geográfico e cultural, e sim no não-reconhecimento do seu meio social mais imediato. É o exílio experimentado sem abandonar o próprio país (Padrós, 2005, p. 102). A palavra *desexílio* foi criada pelo escritor uruguaio Mario Benedetti e se refere ao processo que inicia no momento em que o exilado imagina a sua volta, e que continua quando se depara com um lugar que não é o mesmo lembrado e desejado, onde os afetos reencontrados estão marcados pelo tempo de distanciamento e pela dura conjuntura. O *desexílio* é o estranhamento de quem volta para casa e se descobre portador de uma hibridez que não imaginava.

31 É a forma como os simpatizantes de Bolsonaro o chamam.

tema dos novos vocábulos. Sendo assim, como encaixar no processo histórico em aberto uma afirmação como a da antropóloga Débora Diniz, quando se pergunta: “Não sou desterrada. Não sou refugiada. Qual é a minha condição ao não poder existir sem escolta policial?”³². Professora da Universidade de Brasília, Diniz foi ameaçada de morte por sua posição em defesa dos direitos reprodutivos das mulheres. As ameaças se disseminaram ao redor do seu entorno afetivo e profissional, sendo orientada a abandonar o país para o exterior pelo Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos do próprio governo. O limbo jurídico e kafkiano no qual se encontra interpela a toda a sociedade. O que ela é? Uma pessoa desterrada? Refugiada? Censurada? Perseguida? Inimiga interna? Subversiva? Seja como for, no Brasil da extrema direita ocupando o aparelho do Estado, há pessoas que tiveram que exilar-se, porém, muitas mais se percebem sofrendo a condição de *inxiliadas*, ou seja, exiladas na sua própria terra, na sua própria casa. O Brasil de Bolsonaro produz exilados e *inxiliados*, como ocorria na sua idolatrada ditadura.

Considerações finais

Os setores militares e civis associados na Ditadura de Segurança Nacional procuraram projetar no tempo (com a inegável colaboração dos governos democráticos que a sucederam), a consolidação de uma política de desmemória que sonheou, às gerações posteriores, o conhecimento dessa história através da mentira, do diversionismo, da tergiversação e de uma história oficial que, como tal, fraudou profundamente os fatos - como demonstram as pesquisas acadêmicas produzidas nos últimos anos e pelas descobertas ou confirmações que a Comissão Nacional da Verdade trouxe a público. Assim, garantiu-se uma imunidade intocável (fato sequer minimamente revertido) obtida através da interpretação dada à Lei de Anistia, o que contribuiu na imposição de um esquecimento “de cima para baixo”.

A persistência da impunidade estatal no tempo tem sido uma ameaça constante para a sociedade brasileira. É um legado que anuncia aos atuais agentes dos serviços de inteligência e segurança do Estado que tudo lhes é permitido. As ações das forças de segurança, cada vez mais, parecem defender interesses privados em detrimento dos públicos; da mesma forma, sua atuação varia de intensidade, eficiência e violência, dependendo da aparência da pessoa visada ou dos

32 “Débora Diniz: ‘Não sou desterrada. Não sou refugiada. Qual é a minha condição?’” Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/22/politica/1550871025_250666.html. Acesso em 25 de junho de 2019.

espaços urbanos e rurais em que precisam agir. Trata-se de uma lógica de atuação que é condizente com as sequelas de um terrorismo de Estado que, longe de ter sido revertido ou confrontado minimamente, continua pairando como fator de criminalização da população pobre e dos setores organizados e questionadores.

A invenção de novos *inimigos internos*, atualizada e adequada de acordo às tensões do século XXI, é um dos traços da ditadura que perdura em um presente onde os setores dominantes continuam apostando em políticas de criminalização visando maior coesão social em torno de um projeto antidemocrático, que confunde e distorce a percepção das verdadeiras razões que levam o Estado a agir com essa velha estratégia reconfigurada e emoldurada por um neoliberalismo exacerbado, cada vez mais excludente, e pela retomada de um pensamento único muito raso que, em tempos pós-ciclo progressista, se mostra reacionário, regressivo, devoto da intolerância e do ódio contra o outro. Aliás, este pensamento único tem um objetivo central, que não é mais o da cooptação ideológica (a conquista dos corações e mentes), pois em tempos de *fake news* (mesmo tendo poderosas usinas formadoras de opinião pública na mídia, nas agências de publicidade, entre os intelectuais, pastores e altas patentes militares), basta com alimentar as massas de seguidores, verdadeiros autômatos, dos quais a única coisa que se espera é que repitam e multipliquem as mensagens emanadas desses centros de mentiras e distorções sobre a realidade concreta. *Crer, obedecer e lutar* era consigna do nazifascismo clássico, mas está vigente no atual cenário nacional e no comportamento histérico da extrema direita, tanto no mundo real quanto, sobretudo, no mundo virtual das redes sociais.

A realidade do governo Bolsonaro extrapola o esforço negacionista alusivo ao passado ditatorial. Essa fase parece superada; a colocação da temática da pós-verdade na agenda de debates parece ser o reconhecimento disso. Não se trata mais de negar ou impor o esquecimento como forma de esconder os crimes cometidos em nome da segurança nacional. A falta de iniciativas de esclarecimento, associado ao questionamento, esvaziamento e à desqualificação das políticas de memória precedentes, conjugado com o menosprezo do *passado que não termina de passar*, é instrumento para uma nova situação, muito mais perigosa. Se antes havia o temor de que a amnésia induzida fosse caldo de cultura para o reflorescimento de novos projetos calcados na violência estatal, agora, cabe reconhecer que um deles chegou ao poder.

No primeiro semestre de governo pode-se avaliar que a fase ainda é mais de ameaças e deboches verbais do que ações concretas contra a oposição política formal. Mas isto não significa inexistência de violência estatal; basta ser negro, indígena, morador de periferia ou LGBT para se ter uma opinião diametralmen-

te diferente. É necessário levar em conta, também, a violência de alcance muito mais extensivo, implícita na destruição ambiental em andamento, nas mudanças na previdência social e nos recortes *contingenciais* nas áreas mais sensíveis da sociedade. Por isso, não surpreende a falta de freio dos setores antidemocráticos, carregados por um fundamentalismo de teor político e religioso que propõe a apologia dos regimes de exceção, o culto dos terroristas de Estado, a reivindicação da *heróica luta antissubversiva*, potencializando, de forma ameaçadoramente irresponsável, a ideia de que a sociedade atual está impregnada de potenciais focos subversivos.

O tema da ditadura brasileira continua sendo um exercício da HTP (e da história imediata ao incluir o governo Bolsonaro); tal exercício não pode ser dissociado de uma ação que é, ao mesmo tempo, científica e militante, pois envolve uma dimensão cidadã. O aprendizado das experiências de outras gerações, em contextos diferentes, se tornou vital como forma de resistir à avalanche de ameaças e agressões contra os direitos sociais e políticos da população. A leitura e análise científica do passado tornam-se fundamentais para enfrentar a permanência, o aprofundamento e a readequação de elementos do terrorismo de Estado no presente.

O passado ditatorial deve continuar sendo objeto de estudo, diante do volume de documentos, acervos e arquivos disponíveis para ajudar a conhecê-lo, de forma muito mais precisa do ponto de vista científico. Mas a ditadura também precisa ser analisada e compreendida visando a apropriação da experiência de resistência daqueles que a sofreram, pois isso pode alimentar uma postura cidadã ativa, que precisa manifestar-se urgentemente diante da realidade atual, para impedir uma rápida deterioração na qualidade de uma democracia que sempre se mostrou muito frágil, sobretudo em termos sociais. Uma democracia que não teve instrumentos sólidos para barrar a ascensão de uma extrema direita ultraliberal ao poder. Uma extrema direita que usa as brechas, dessa mesma democracia, para acabar com ela. O processo autofágico da democracia da República de Weimar é um alerta concreto a ser considerado no atual presente brasileiro, inclusive, diante da necessidade urgente de avaliar o futuro que se desenha a partir dos desdobramentos do atual presente e do fato de que, parte do eleitorado, já é refém, de um fanatismo e uma intolerância, profundamente ameaçadores. A tragédia da ditadura iniciou em 1964 e não há muita certeza do seu fim; já o governo Bolsonaro, por tudo o que vem demonstrando, até a metade do seu primeiro ano de governo, se mostra como uma farsa... uma farsa extremamente perversa.

Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- ARÓSTEGUI, Julio. **La historia vivida: sobre la historia del presente**. Madrid: Alianza Editorial, 2004.
- BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.
- BÉDARIDA, François. As responsabilidades do Historiador Expert. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). **Passados Reconstituídos: Campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1998.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **Fé na luta: a Comissão Justiça e Paz de São Paulo, da ditadura à democratização**. São Paulo: Lettera, 2009.
- BRANCHER, Ana; LOHN, Reinaldo (Orgs.). **História na ditadura**. Santa Catarina: 1964-1985. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.
- CAMPOS, Pedro Henrique. **Estranhas catedrais: as empreiteiras e a ditadura civil-militar 1964-1988**. Niterói: Eduff, 2017.
- COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. **Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: IEVE, 2009.
- CONY, Carlos Heitor. Ditadura e ditabranda. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 mar. 2009. Ilustrada. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2003200928.htm>. Acesso em 15 de maio de 2019.
- CUESTA, Josefina. **Historia del Presente**. Madrid: Eudema, 1993.
- DA SILVA CATELA, Ludmila; JELIN, Elizabeth (comps.). **Los Archivos de la Represión: Documentos, memoria y verdad**. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUARTE-PLON, Leneide. **A tortura como arma de guerra – Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado**. São Paulo: Intermeios: Fapesp, 2013.
- HUGGINS, Martha K.; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. **Operários da violência: policiais torturadores e assassinos reconstruem as atrocidades brasileiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- GALLO, Carlos Artur. **Para que não se esqueça para que nunca mais aconteça: um estudo sobre o trabalho da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

GASPAROTTO, Alessandra. **O terror renegado**: a retratação política de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar (1970-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

GENTILE, Pablo (Ed.). **Golpe en Brasil**. Buenos Aires: Editorial La Página, 2016.

GODOY, Marcelo. **A Casa da Vovó**: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar. São Paulo: Alameda, 2014.

GONZÁLEZ QUINTANA, Antonio. **Los archivos de la seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivos**. UNESCO, 1997. Disponível em: https://www.foro-porlamemoria.info/excavaciones/archivos_represion.htm. Acesso em 05 de junho de 2019.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: São Paulo: EDUSP, 2013.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEMOS, Renato. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil 1964-1979**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LIMITES A CHÁVEZ. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 17 fev. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>. Acesso em 15 de maio de 2019.

MAGALHÃES, Mario. **Marighella**: o guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon; AIRES, José Luciano de Queiroz; SILVA, Vânia Cristina da Silva (Orgs.). **Poder, memória e resistência**: os 50 anos do golpe de 1964 e outros ensaios. João Pessoa: Editora do CCTA; Mídia Editora, 2016.

PADRÓS, Enrique Serra; VIVAR, Jorge. **Memórias da resistência e da solidariedade**: o Movimento de Justiça e Direitos Humanos contra as Ditaduras do Cone Sul e suas conexões repressivas. Porto Alegre: Ed. ASF-Brasil, 2014.

_____. et al. (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)**: história e memória. 2ª ed. rev. e ampl., 4 vol. Porto Alegre: Corag, 2011.

_____. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional**: Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre, PPG-História/UFRGS, 2005.

PEREIRA, Valter Pires; MARAVILLA, Miguel (Orgs.). **Ditaduras não são eternas**: memórias da resistência ao golpe de 64, no Espírito Santo. Vitória: Flor&Cultura: Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2005.

REINA, Eduardo. **Cativeiro sem fim**: a história dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil. São Paulo: Alameda, 2019.

ROCHA, Jan. **Solidariedade não tem fronteiras**: a história do grupo Clamor, que acolheu refugiados das ditaduras sul-americanas e denunciou os crimes do Plano Condor. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres, ditaduras e memórias**: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios: Fapesp, 2013.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado legal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Flávio Koutzii**: biografia de um militante revolucionário. De 1943 a 1984. Porto Alegre: Libretos, 2017.

SILVA, Carla Luciana. Imprensa e construção social da “ditabranda”. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). **A miséria da historiografia**: uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **“Ousar lutar, ousar vencer”**: história da luta armada em Salvador (1969-1971). Salvador: EDUFBA, 2013.

TELES, Amelinha; Leite, Rosalina Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista**: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. **Rompendo o silêncio**. Brasília: Editerra, 1987.

_____. **A verdade sufocada**: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça. Brasília: Ser, 2006.

VINYES, Ricard (Dir.). **Diccionario de la memoria colectiva**. Barcelona: Gedisa, 2018.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (Org.). **Ditadura militar na Bahia**: novos olhares, novos objetos, novos horizontes. Salvador: EDUFBA, 2009.

**OS EMPRESÁRIOS E A AMAZÔNIA:
PLANEJAMENTO REGIONAL E PROTAGONISMO EMPRESARIAL NO
INÍCIO DA DITADURA MILITAR (1964-1966)**

Sidney Lobato

Introdução: a Amazônia da ditadura, entre o passado e o futuro

Este texto apresenta as questões centrais que nortearam os debates em torno do desenvolvimento da região amazônica iniciados depois do Golpe de Estado de 1964 e que desembocaram na elaboração do plano de ação chamado de Operação Amazônia, lançado em 1966. Com base na análise de decretos, leis, discursos oficiais e artigos de jornal¹, foi possível desvelar e analisar diretrizes e estratégias adotadas por governantes e empresários para acelerar a expansão capitalista no norte do Brasil. A maior parte dos estudos que abordam as políticas desenvolvimentistas da ditadura militar para a Amazônia enfocam o período que se inicia em 1970, quando a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), entre outras medidas, consolidava e acelerava os processos de mercantilização das terras e de formação da frente agropastoril².

No entanto, o debate ocorrido nos primeiros anos da ditadura nos permite reconhecer e elucidar os desentendimentos e ensaios de acordos havidos num momento em que frações das classes dominante e dirigente se empenhavam na definição dos contornos do planejamento do futuro da Amazônia. Em outras

1 Este capítulo é o resultado parcial de uma pesquisa em andamento, que se baseia fundamentalmente em artigos de três jornais de grande circulação: *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*. O presente texto é fruto da análise de artigos deste último periódico. Miriam Lifchitz Moreira Leite (1978, p. 149) chama nossa atenção para a função manipuladora do discurso jornalístico e assevera que não podemos tomá-lo apressadamente como elemento para a confirmação de hipóteses. Ao nos dispormos a analisar os artigos de jornal, pretendemos identificar os seus objetivos, códigos e mudanças, conforme a indicação metodológica de Leite, de que devemos atentar para “as palavras escolhidas, as expressões recorrentes, quem escrevia e por que, e o que escrevia e para quem”.

2 Seguem alguns exemplos: Ianni (1979 [1ª edição de 1978]); Lena & Oliveira (1991); Martins (1997); Kohlhepp (2002); e Castro (2008).

palavras, este planejamento, conforme veremos, engendrou um jogo de forças que envolvia grupos sociais com interesses diversos, tais como: alto oficialato das Forças Armadas, empresários nacionais e estrangeiros, elites locais, camponeses, migrantes, povos indígenas, entre outros. A aliança empresarial-militar, contudo, sinalizou nesses anos para uma prioridade: a intensificação da exploração capitalista na região amazônica. Membros da classe dirigente convidaram o empresariado nacional e estrangeiro a assumir o papel de protagonistas desse processo. Ao Estado caberia preparar as condições necessárias à boa consecução dos esforços destes investidores privados.

As forças sociais que realizaram e apoiaram o Golpe de 1964 procuraram construir e difundir uma narrativa que atribuía sentido positivo a este acontecimento, proclamando-o como o início de um novo Brasil. A adoção do termo “Revolução” já reivindicava tal significado. A grande imprensa majoritariamente celebrou com entusiasmo a abrupta interrupção daquilo que os golpistas caracterizavam como uma escalada esquerdizante que ameaçava jogar o país no caos total (Motta, 2013). Ao mesmo tempo, anunciava-se o fim do esquecimento da Amazônia, que, segundo os representantes do governo, estivera até então “entregue à própria sorte” (Castelo, 1964, p. 1)³. De acordo com tal discurso, o governo finalmente teria reconhecido o valor desta região, pois enfim começara a transpor uma miragem secularmente criada por caracterizações apressadas e fantasiosas dos biomas amazônicos. Lendas e representações literárias eram tratadas pelo governo central como algo que deveria ser deixado para trás em prol do descortino e do acurado estudo das potencialidades econômicas regionais. Em pronunciamento realizado na cidade de Boa Vista (Roraima), Castelo Branco afirmara que a política desenvolvimentista em gestação seria um instrumento de redenção da Amazônia, “cuja riqueza deixará de ser uma fábula para se tornar alguma coisa de palpável a serviço dos brasileiros há séculos empenhados numa terrível luta pela sobrevivência” (Amazônia, 1966, p. 7).

A Amazônia também era apresentada como vítima da rapinagem dos recursos públicos. A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) era descrita como um órgão cujo fracasso decorria sobretudo da corrupção praticada no seu interior (A SPVEA, 1965, p. 12). Poucos meses depois do

3 Em março de 1966, o artigo d’**O Estado de São Paulo** “Nova Amazônia agora é meta” destacava: “Marginalizada de muitas administrações, essa vasta porção do País somente após 31 de março de 1964 passou a constar efetivamente de planos econômicos do Governo federal. Os dois principais órgãos suportes do desenvolvimento regional – SPVEA e Banco de Crédito da Amazônia – serviam de veículo à corrupção e à politicagem; o interesse regional ficava relegado a último plano; a estagnação econômica imperava”. E completava: “Hoje, há um novo estado de coisas. A nova atitude do Governo da União tornou-se realidade e uma nova Amazônia está surgindo” (Nova, 1966, p. 20).

Golpe, o presidente desta Superintendência Mário Cavalcante afirmou que antes da “Revolução” a SPVEA havia distribuído recursos aos políticos regionais que os aplicaram usando “uma sistemática de conveniência tribal” (Presidente, 1964, p. 10). Castelo Branco por vezes minimizava os grandes cortes no orçamento do órgão, pondo em primeiro plano as denúncias de corrupção⁴. Em meados de 1965, reunido em Belém com governadores dos estados e territórios federais da região⁵, ele exortava: não devemos “apenas nos preocupar em saber quanto foi mandado para a Amazônia e, sim, conhecer também como estão sendo aplicados os recursos a ela destinados”. E em seguida lastimava: “Infelizmente, porém, o mal emprego do dinheiro público tem sido a nota marcante da ação do governo federal na Amazônia”. No entanto, segundo o correspondente do jornal *O Estado de São Paulo*, nesta reunião “dominaram as queixas de falta de recursos, isto é, a falta de pagamento das dotações orçamentárias” (A Amazônia, 1965, p. 6).

Figura 1: Mapa da Amazônia Legal - Fonte: IBGE (2007)



4 Reunido com parlamentares em meados de 1964, Castelo foi interpelado pelo deputado Gabriel Hermes (UDN-PA), que chamou a atenção dos presentes para a paralização das atividades da SPVEA e da Rodobrás, bem como informou que, em 1963, apenas 15% dos 12 bilhões de cruzeiros previstos para esses órgãos foram de fato repassados. O presidente reconheceu que a situação destes órgãos era grave, “mas lembrou a desorganização e a corrupção que existia nos mesmos” (Sugerido, 1964, p. 7).

5 Para fins de sua política desenvolvimentista o governo ditatorial adotou o conceito de Amazônia Legal (Art. 3º da Lei n. 5.173, de 27 de outubro de 1966), área que abrangia: os estados do Acre, Pará e Amazonas, os territórios federais do Amapá, Roraima e Rondônia e ainda partes do Mato Grosso (a norte do paralelo 16º), de Goiás (a norte do paralelo 13º) e do Maranhão (a oeste do meridiano 44º). Ver figura n. 1.

Os representantes do governo insistiam na necessidade urgente de “medidas saneadoras”, realizadas com “espírito moralizador”, para se retirar a Amazônia de seu estado de “atraso”⁶. A narrativa governamental representava o tempo histórico como um fluxo unilinear cujo sentido era o progresso. Progredir significava transformar todos os recursos e energias existentes em valor de troca por meio da difusão da ética do trabalho e do uso cada vez mais generalizado das modernas técnicas de produção e reprodução de capital. Trata-se de uma estrutura de sensibilidade (Williams, 1979, p. 130-137) baseada no imperativo de se produzir volumes crescentes de riquezas em velocidade igualmente ascendente. Na perspectiva dos arautos do progresso, o “atraso” amazônico consistia na ociosidade de vultosos recursos naturais por falta de trabalhadores e de capitais capazes de inseri-los nos circuitos de produção e consumo do sistema capitalista global (Aproveitamento, 1964, p. 36). O corolário desta perspectiva era que romper com este estado de coisas significava criar e ampliar, por meio de massivos investimentos de capitais e da migração, novas frentes de atividades agropecuárias e industriais na região. O horizonte de expectativa (Koselleck, 2006, p. 305-327) que emergia nesse discurso apontava para uma Amazônia que substituiria a base econômica dependente do extrativismo por outra assentada principalmente na indústria e na agricultura.

Um exemplo do esforço governamental nesse sentido foi a reformulação da forma de atuação do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em relação à produção da borracha. Uma nova política para o setor gomífero, anunciada em 1966, previa o fim da compra pelo BCA do volume total da borracha vegetal amazônica. Este banco seguiria comprando somente uma parte desta produção, ficando o restante disponível a compradores privados (Nova, 1966, p. 95). Um ano antes, a política de estímulo ao consumo de elastômeros sintéticos (cuja matéria prima era importada) e a manutenção do alto preço da borracha silvestre tinham feito com que a procura por esta última diminuísse. Era o momento em que a produção da goma vegetal atingia o índice mais elevado dos últimos 50 anos, restando, por consequência, um excedente de 2,7 mil toneladas sobre o volume consumido (Pinto, 1984, p. 131-132). Em 1966, o ministro do Planejamento Roberto Campos assinou um decreto autorizando o BCA a comprar quase todo esse excedente (2,5 mil toneladas), a fim de garantir equilíbrio estatístico do mercado do produto (Borracha, 1966, p. 16).

Pela Lei 5.122, de 28 de setembro de 1966, o BCA foi transformado em Banco da Amazônia S. A. (Basa). Desobrigado de ser o único comprador da bor-

⁶ A noção de “atraso” é muito recorrente nas caracterizações que vem sendo feitas da Amazônia ao longo de muitas décadas. A este respeito ver: Messina (2016, p. 96-106); Lobato (2016, p. 1-16); e Mougey (2018, p. 375-408).

racha silvestre, esse banco deveria doravante prioritariamente financiar “os empreendimentos agrícolas, pecuários, industriais ou serviços básicos” (§ 1º do Art. 73 do Decreto 60.079, de 16 de janeiro de 1967). Para tanto, o Basa contava com o Fundo de Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia (Fidam), criado pela Lei 5.173, de 27 de outubro de 1966, e cujos recursos seriam oriundos sobretudo dos depósitos deduzidos do Imposto de Renda (IR) não aplicados em projetos específicos. Tais recursos eram destinados ao financiamento de empreendimentos da iniciativa privada previamente declarados prioritários pelas agências estatais de desenvolvimento regional. Dessa feita, a mudança em curso não consistia numa mera troca de nomes, mas sim no redirecionamento de recursos públicos (renúncia de impostos) a fim de favorecer a substituição, na base econômica regional, do extrativismo pela agroindústria.

O processo de “desestatização” do setor gomífero iniciava-se num momento crítico. Em agosto de 1966, Castelo Branco encaminhou ao Congresso o projeto de lei (PL) que propunha: o estabelecimento de preços básicos para a compra das borrachas vegetal e sintética; a formação de estoque para equilibrar o mercado de elastômeros; a taxa de controle de até 5% do valor da borracha para custear as atividades das agências governamentais de desenvolvimento regional; e o financiamento pelo Basa ou por outros bancos da compra da borracha. Na exposição de motivos que acompanhara o PL, Roberto Campos assinalou que, estando a indústria de artefatos de borracha já bem desenvolvida no Brasil, era oportuno “exonerar o erário dos encargos financeiros crescentes que lhe advinham do sistema de comércio até agora vigente”. Cumpria, segundo ele, aumentar a importância da heveicultura, mas também não levar ao colapso Acre e Rondônia, ainda muito dependentes da coleta florestal. Campos igualmente afirmou que a nova política deveria “propiciar condições para que a importância relativa da borracha extrativa na Amazônia decline gradativamente, pela substituição paulatina dessa atividade e criação de novas, inclusa a heveicultura” (Governo, 1966, p. 17).

A alusão ao “vazio demográfico” era frequente nos discursos do presidente, bem como nos de seus ministros e assessores. Um dos articulistas d’*O Estado de São Paulo*, no texto intitulado “Amazônia pode ser redimida”, lembrava do “problema da mão-de-obra”, que na Amazônia supostamente decorria da rarefação populacional, e destacava: “o Governo prevê, em seu programa, a formação de grupos populacionais estáveis com a adoção de uma política imigratória para a região, aproveitando contingentes internos e contingentes selecionados externos, além da fixação de populações regionais” (Amazônia, 1966, p. 14). Em consonância com estas palavras, o Regulamento Geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (aprovado pelo Decreto n. 60.079, de 16 de janeiro de

1967) estabeleceu como orientação básica da ação governamental para a região a criação de núcleos de população estável, tendentes a um processo de auto sustentação, e a adoção de uma política imigratória com aproveitamento de “excedentes populacionais” internos e externos (Sudam, 1967, p. 55).

O protagonismo empresarial na Amazônia

Para o governo central, o protagonismo na empreitada de superação do atraso amazônico caberia ao capital privado. Os planos governamentais eram esboçados e definidos sempre no sentido de atribuir ao Estado o papel de estimulador e apoiador do empresariado. O articulista do jornal *O Estado de São Paulo*, em texto publicado em maio de 1965, destacou que “o tipo de desenvolvimento que se procura[va] dar à Amazônia visa[va] à criação de uma forte corrente de recursos da iniciativa particular”, investimentos que iriam ao encontro dos recursos naturais amazônicos que ainda não haviam sido “devidamente avaliados” (Investimentos, 1965, p. 44). Uma das orientações básicas do Plano de Valorização Econômica da Amazônia foi a “concentração da ação governamental nas tarefas de planejamento, pesquisa de recursos naturais, implantação e expansão da infraestrutura econômica e social”, reservando para a iniciativa privada “as atividades industriais, agrícolas, pecuárias, comerciais e de serviços básicos rentáveis”.

Várias ações governamentais foram realizadas para atrair o interesse e os capitais do empresariado nacional e estrangeiro para a Amazônia. As páginas dos jornais de maior circulação no Brasil foram usadas para atrair a atenção de empresários do Sul e, principalmente, do Sudeste para o Norte. Os anúncios frequentemente publicados pelo governo ditatorial na grande imprensa listavam os produtos que poderiam ser fabricados a partir das matérias primas regionais: laminados; óleos comestíveis; ligas metálicas; papel e celulose; fibras de juta, malva e algodão; artefatos de borracha; laticínios, carnes e peixes etc. Mencionavam a lei federal 4.216, de 06 de março de 1963, que permitia investir até 50% do Imposto de Renda na Amazônia, e a lei 3.692-B, de 15 de dezembro de 1961, que dava total isenção fiscal a indústrias de borracha, juta, e de sementes oleaginosas que se instalassem na Amazônia. Uma propaganda publicada em abril de 1965 destacava: “você agora pode escolher uma atividade econômica nessa vastíssima área e construir uma fábrica, com a vantagem inicial de ser de graça grande parte de sua inversão” (Agora, 1965, p. 7).

Além dos incentivos fiscais disponíveis e das imensas extensões de terra existentes na região, os propagandistas apontavam para vantagens como a destinação

de verbas públicas para ajudar as indústrias e a proximidade de grandes mercados internacionais (As Quatro, 1965, p. 7). A “paz social” (ver imagem n. 1) seria o quinto motivo para se investir na Amazônia (PAZ, 1965, p. 7). Não se tratava de um motivo de menor importância devido ao recente acirramento dos enfrentamentos de fazendeiros e empresários com os sindicatos rurais e as ligas camponesas no Sudeste e no Nordeste (Stedile, 2002; Andrade, 2009, p. 72-85; Welch, 2010, p. 355-417). Prodigalidade de recursos e “mão-de-obra abundante e cheia de boa vontade!” (Deixe, 1964, p. 23), facilidade de acesso a financiamentos e ausência de conflitos, esse era o Eldorado ofertado ao empresariado. Certamente esse cenário idílico não correspondia à realidade. Frações da classe dominante regional, como demonstraremos adiante, não tardaram a desmentir vários dos motes dos propagandistas do governo ditatorial.

Figura 2: Propaganda “Paz social”

PAZ SOCIAL

O quinto motivo para preferir a Amazônia para seus investimentos

Através da SPVIA e do Banco de Crédito da Amazônia S.A., está se levantando o padrão de vida das populações da região. E isso é feito oportunamente também ao ser feita para ajudá-lo a contribuir para o progresso da região. Sua oportunidade de investir nas centenas de atividades econômicas que a Amazônia oferece - é agora. Com a Lei 4.206, de 02 de maio de 1964, você pode adquirir 50% do que vai pagar de imposto de renda para adquirir no Banco de Crédito da Amazônia S.A. e comprar lotes de ações de companhias em operação ou para criação de uma indústria nova. Começa com a vantagem de ter parte de sua futura participação de graça, já que você fez esse depósito que você pagará de imposto... e não paga. Mas Paz Social é o 5º motivo pelo qual você deve aproveitar esse investimento. Há pelo menos mais quatro, a começar pelo próprio fato de a Lei 4.206 lhe oferecer, segundo no momento de entrar a Amazônia para parte dos grandes mercados internacionais, a que se liga por excelentes portos, e aproximada do resto do Brasil por uma rede aérea e por estradas como a Belém-Brasília (que em breve estará completada) e pelo Brasília-Açu, a se inaugurar iminentemente em 3º motivo é que sua indústria se conecta com a SPVIA (Sociedade de Investimentos Privilegiados da Amazônia) e do Banco de Crédito da Amazônia S.A. e um quarto é que há nos 0.025.000 lotes que constituem a Amazônia (quase dois terços do Brasil) todo que você pode imaginar um milhão de oportunidades de negócios e exploração.

Para no Banco de Crédito da Amazônia S.A. você pode adquirir ações em qualquer base de capitalização, com o objetivo de obter o máximo de benefícios fiscais e de investimentos privilegiados na Amazônia.

Para obter mais detalhes sobre estes aspectos ou conhecer uma brochura sobre o assunto, escreva para: Banco de Crédito da Amazônia S.A., Caixa Postal 100, Manaus, Amazonas. Ou para: Agência de Paz Social, Caixa Postal 100, Manaus, Amazonas.

BCA BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S.A.

MANAUS: Rua Manoel Caldeira, 90 - Bairro
 AGENCIAS: Manaus, São Paulo, Brasília, Rio Grande do Sul,
 Ilhéus, Santos, Recife, Belo Horizonte, Salvador,
 Aracaju, Teresina de Aragoia, Fortaleza, Recife.

Fonte: O Estado de São Paulo, n. 27.602, de 13.04.65, p. 7.

Em São Paulo, Guanabara, Porto Alegre, Brasília, Cuiabá e Belém foram criadas agências do Banco da Amazônia S. A. para facilitar a interlocução direta dos funcionários deste órgão com os potenciais investidores. No início de 1966 foi publicada a brochura *Investimentos privilegiados na Amazônia*, um livreto com

instruções para os que desejassem investir em empreendimentos amazônicos. Cinegrafistas da General Filmes produziram filmagens com os “aspectos positivos da região” a fim de atrair os capitais “do sul para o Extremo Norte” (Filme, 1966, p. 8). Em outros termos, o governo ditatorial, usando estratégias diversas, procurava criar uma psicofera favorável à expansão e intensificação da exploração capitalista no interior da Amazônia. A grande mídia, como aponta Daniel Huertas (2009, p. 131), salvo poucas exceções, exaltava os empreendimentos em curso, anunciando-os como se fossem “epopeias”, “odisseias”, “sagas” e “desafios”.

Fazia igualmente parte da criação desta psicofera a mudança de nome das agências até aquele momento responsáveis pela valorização econômica da região. Para o articulista d’*O Estado* a reformulação da política de valorização econômica da Amazônia seria completa, “começando pela nova nomenclatura, sepultando psicologicamente a SPVEA e o Banco de Crédito da Amazônia, organismos que sofreram o desgaste provocado por governos anteriores, que malbarataram seus recursos e usaram seus serviços na politicagem” (Amazônia, 1965, p. 44). Noutro artigo do mesmo periódico, lemos que “esse jogo de siglas [Sudam, Basa, Fidam, entre outras] nada mais fez além de sepultar psicologicamente duas entidades totalmente desacreditadas” (Inflação, 1965, p. 3). A narrativa governamental e as estratégias de marcação do tempo aí adotadas cumpriam o papel de um ritual de sepultamento do passado e, portanto, de abertura de um espaço atuação para aqueles que se apresentavam como os construtores legítimos do presente e do futuro⁷.

Exorcizados os fantasmas do passado – por meio de narrativas, mas também de cassações, prisões, e toda sorte de perseguições (Almeida & Weis, 1998, p. 319-409) –, pavimentava-se o caminho para os novos protagonistas do desenvolvimentismo. As mudanças implantadas foram conjuntamente batizadas com o nome de Operação Amazônia. No Discurso do Amapá – proferido em Macapá, no dia 1º de setembro de 1966 –, o presidente Castelo Branco anunciou oficialmente a criação desta Operação. Nas palavras dele:

7 Desejamos aqui apontar que práticas de escrita que não a histórica podem realizar o sepultamento simbólico do passado indicado por Michel de Certeau (2008, p. 108): “a escrita não fala do passado senão para enterra-lo. Ela é um túmulo no duplo sentido de que, através do mesmo texto, ela honra e elimina. Aqui a linguagem tem como função introduzir no *dizer* aquilo que não *se faz* mais. Ela exorciza a morte e a coloca no relato, que substitui pedagogicamente alguma coisa que o leitor deve crer fazer. Este processo se repete até o enterro. Porém, diferentemente de outros ‘túmulos’ artísticos ou sociais, a recondução do ‘morto’ ou do passado, num lugar simbólico, articula-se, aqui, com o trabalho que visa criar, no presente, um lugar (passado ou futuro) a preencher, um ‘dever-fazer’. A escrita acumula o produto deste trabalho. Através dele, libera o presente sem ter que nomeá-lo. Assim, pode-se dizer que ela faz mortos para que os vivos existam. Mais exatamente, ela recebe os mortos, feitos por uma mudança social, a fim de que seja marcado o espaço aberto por este passado e para que, no entanto, permaneça possível articular o que surge com o que desaparece.

Com o objetivo de carrear apreciáveis investimentos, por certo indispensáveis para alcançarmos os objetivos visados, valendo-se da experiência adquirida na promissora luta em favor do desenvolvimento do Nordeste, irá o Governo solicitar ao Congresso Nacional numerosos incentivos fiscais em benefício da Amazônia. Será uma série de reduções e isenções que irão alcançar, principalmente, os impostos de renda, de exportação e importação, e graças à qual terá esta região possibilidades idênticas às do Nordeste quanto à atração de recursos do setor privado, certamente sensível a incentivos tão pragmáticos (Sudam, 1968, p. 17).

Renúncias fiscais vigentes no Nordeste já haviam sido estendidas à Amazônia antes do Golpe de 1964. Como destacamos anteriormente, a Lei federal 4.216, de 06 de março de 1963, já permitia a qualquer pessoa jurídica investir até 50% do seu IR na Amazônia e a Lei 3.692-B, de 15 de dezembro de 1961, dava total isenção fiscal a indústrias da borracha, da juta, e de sementes oleaginosas que se instalassem nesta região. O que de novo estava acontecendo então? De modo mais amplo, enquanto o projeto da SPVEA priorizava a formação de colônias agrícolas, o projeto desenvolvimentista da Sudam privilegiaria a formação de frentes agropecuárias baseadas no latifúndio. A crítica ao liberalismo e a exaltação da dilação da área de atuação direta do Estado que inspirara a criação da SPVEA dava lugar, com o advento da Sudam e da Operação Amazônia, a uma defesa intransigente das ideias liberais e a um crescente recuo das agências estatais em benefício do protagonismo empresarial. A nova política dava isenção de 50% do Imposto de Renda para empreendimentos instalados na região até 31 de outubro de 1966 e de 100% aos que aí se instalassem entre esta data e o final do ano de 1971 (prazo posteriormente estendido até 1975⁸). Passou-se a conceder isenção fiscal para a importação de máquinas, peças e equipamentos destinados a atividades econômicas declaradas prioritárias pela Sudam – cujo foco, como vimos, recairia sobre a indústria e a agropecuária, bem como sobre os serviços tidos como essenciais (Sudam, 1967, p. 29-31 e 83).

Enquanto a Lei 4.216/63 impunha restrições às empresas de capital estrangeiro que pretendiam se instalar na Amazônia, o novo sistema de ação governamental ofereceu a estas os mesmos benefícios gozados pelas empresas nacionais. O artigo 27 da Emenda Constitucional nº 18, de dezembro de 1965, autorizou empresas estrangeiras investirem até a metade de seus IRs na Amazônia (Imposto, 1966, p. 10). As reações dos setores nacionalistas do governo e da oposição não se fizeram tardar. A tensão no interior da classe dirigente aumentou porque as resistências ao favorecimento de empresas estrangeiras se somavam às ácidas críticas do governador do Amazonas, Arthur Reis, à cogitação do governo central de criar um órgão igualmente

8 Os projetos instalados entre este ano-limite e 1982 gozariam de uma redução de 50% do IR.

estrangeiro (ligado ao Instituto Interamericano de Pesquisas Tropicais, com sedes em Washington e Porto Rico) para favorecer a pesquisa sobre as riquezas da Amazônia. Reis, que além de historiador mui prestigiado havia sido o primeiro presidente da SPVEA, denunciara a missão do Instituto Hudson que, segundo ele, pretendia inventariar os bens da região em proveito da cobiça internacional (Arthur, 1965, p. 7)⁹.

Ao comentar os objetivos e a instalação do grupo de implantação do novo sistema de ação do governo federal, o ministro extraordinário de Coordenação dos Organismos Regionais, João Gonçalves de Sousa, “desmentiu notícia divulgada segundo a qual o governo estaria planejando a entrega da Amazônia a grupos internacionais”, e garantiu: “não haverá entrega, nem arrendamento, nem sublocação” (Ação, 1966, p. 25). A cúpula governamental tentava de várias formas aplacar as críticas dos nacionalistas. Os ministros Gonçalves de Sousa e Roberto Campos, em novembro de 1966, chamaram a atenção para a necessidade de maior atração de capitais estrangeiros “resguardados todavia os interesses nacionais” (Amazônia, 1966, p. 6). Em 13 de novembro de 1966, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou o artigo “Desnacionalização, mania de criar inimigos”, onde lemos comentários sobre a participação de Roberto Campos em programa de televisão. Ao ser perguntado acerca da propalada divisão da Amazônia em capitânicas internacionais, o ministro assegurou que “todo episódio da Amazônia é um exercício de mórbida imaginação” e disse ao repórter que houvesse sim nacionalização de empresas, citando o exemplo da AMFORP, entre outros (Desnacionalização, 1966, p. 40).

A I Rida, entre a esperança e o erro

O *start* da Operação Amazônia foi a I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia (I Rida)¹⁰. Sua abertura ocorreu no dia 03 de dezembro

9 A polêmica parecia fazer ressuscitar os motes do vivo debate em torno da criação do Instituto Internacional da Hileia Amazônica, ocorrido após a Segunda Guerra Mundial (Magalhães & Maio, 2007, p. 169-189).

10 A I Rida foi noticiada com entusiasmo por vários periódicos nacionais. Por exemplo, o articulista Marinho Nunes, da revista *Icomi-Notícias* (publicação do primeiro grande projeto de exploração mineral da Amazônia), destacou em janeiro de 1967: “Juntaram-se governo e iniciativa privada, com o objetivo único de aceitar o velho desafio. Não em termos de palavras, mas procurando transplantar para a região a filosofia e a estratégia do programa brasileiro que obteve sucesso no Nordeste. O governo modificou seu esquema e colocou a sua responsabilidade nos setores de infraestrutura e de apoio ao trabalho que será conduzido pelos homens de empresa convocados para a dinamização da economia da região. Caberá aos investidores privados a tarefa principal de aproveitar os recursos identificados e transformá-los em riqueza de uso social. Assim, a Amazônia dispensará paternalismos improdutivos [...]”. E arremata: “A I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia foi um ato público de lançamento desse enfoque novo” (Nunes, 1967, p. 1).

de 1966, sob as luzes do Teatro Amazonas, em Manaus, numa cerimônia presidida por Castelo Branco, que deu ao evento o codinome de “Reunião da Esperança”¹¹. Em seu discurso, o presidente destacou que a primeira preocupação para com a região deveria ser “povoá-la racionalmente” com as correntes historicamente promanadas do Nordeste ou do Centro-Sul. Sudam, Basa e Fidam foram por ele apresentados como “instrumentos ativos e eficientes a serviço do desenvolvimento da Amazônia”, o conteúdo fundamental da Operação Amazônia, oferecido ao empresariado. Este fora caracterizado por Castelo como “peça fundamental” e “mola mestra” do desenvolvimento. Empresariado que, segundo o presidente, “pode calcular os seus custos salariais, e [que] não enfrenta perspectiva de contínuas greves de inspiração política” (Sudam, 1968, p. 39-42).

Octavio Ianni apontou que, entre 1964 e 1970, o poder público interferiu em praticamente todos os setores do sistema econômico nacional, reelaborando “as condições de funcionamento dos mercados de capital e força de trabalho”. O empresariado pode então se beneficiar de uma estrutura política excepcional, sustentada por atos institucionais e outras medidas autoritárias. Nas palavras do sociólogo, “pela segunda vez, depois de duas décadas, um governo dispunha de controle tão completo de todas as ‘variáveis’ políticas, para formular e executar uma política econômica planejada” (Ianni, 1986, p. 229-230 e 234). Contudo, as fissuras e as tensões existentes no interior do bloco no poder geravam instabilidades na definição dos contornos do planejamento estatal¹².

Antes mesmo da I Rida, a Operação Amazônia já vinha sendo objeto de críticas e de disputas. No início de 1966, o governador do Amazonas protestou contra a pretensão do governo central de sediar em Belém todos os órgãos que substituiriam a SPVEA. E Arthur Reis reivindicava: “pelo menos um deles deve ficar em Manaus” (Governador, 1966, p. 6). Em meado do mesmo ano, o deputado Abrahão Sabbá (Arena-AM) apresentou ao Congresso uma emenda que propunha que o Banco da Amazônia ficasse sediado na capital amazonense (Banco, 1966, p. 24). A disputa de décadas entre as elites belenense e manauara acirrava-se, pois, as decisões da cúpula do governo ditatorial pareciam privilegiar a primeira, avivando o ressentimento da segunda. Ao optar por sediar na capital do Pará os órgãos fomentadores do desenvolvimento de toda a Amazônia, esta cúpula consolidava o *status* de metrópole regional desta cidade. Tal questão

11 A preparação deste evento já punha em evidência o afã do governo ditatorial de agradar o empresariado nacional. Em outubro de 1966, o ministro extraordinário de Coordenação dos Organismos Regionais (Mecor), João Sousa, discutiu com presidentes e técnicos da Confederação Nacional da Indústria a programação da I Rida.

12 Para Poulantzas (1986, p. 293), o bloco no poder constitui “uma unidade contraditória das classes ou frações dominantes, unidade dominada pela classe ou fração hegemônica”.

foi retomada ao longo da “Reunião da Esperança”, que prosseguiu de 4 a 8 de dezembro, descendo o rio Amazonas, a bordo do navio Rosa Fonseca, e que se encerrou em Belém, no dia 11.

O pessimismo de grande parte dos empresários e dirigentes da Amazônia foi notado desde o início da I Rida, quando um documento negando as condições para o sucesso de um programa de desenvolvimento da região foi distribuído pelos representantes dos estados amazônicos, excetuando-se o Pará (Castelo, 1966, p. 43-44). Os governadores da região não haviam participado da elaboração do plano de ação da Sudam, que foi objeto de ácidas críticas. As falas dos insatisfeitos apontavam que tal plano estava “cheio de falhas”, como o emprego de estatísticas e ideias ultrapassadas “por uma empresa cujos os técnicos não estiveram na Amazônia”. Arthur Reis declarou de forma categórica: “está tudo errado” (Governo, 1966, p. 14). Reis taxou de “ignóbil” o plano da Sudam, condenando a proposição de que a Amazônia reduzisse seu consumo num prazo de 3 anos. O governador do Amazonas destacou igualmente que, doravante, lutaria “por uma maior participação nos trabalhos definitivos” e aduziu que na Operação Amazônia ainda reinava o desencontro entre empresários e autoridades federais, estaduais e municipais, havendo “divergências quanto à maneira mais acertada de agir” (Amazônia, 1966, p. 16).

O governador do Acre encabeçou a campanha pelo tratamento tributário especial para determinadas áreas, defendendo a tese de que dar o mesmo incentivo para toda região amazônica inevitavelmente faria com que os investidores se fixassem na orla marítima e nos lugares onde as economias fossem mais robustas. O exemplo apresentado fora o contraste entre as unidades federativas situadas “na Amazônia interior” e o Pará. Tal argumentário culminou na proposição de alíquotas diferenciadas por zonas. O tratamento tributário especial para determinados estados e territórios federais foi defendido por Arthur Reis, que sugeriu isenção fiscal total para o Acre e que reivindicou a divisão da Amazônia em duas partes, Ocidental e Oriental, e políticas de desenvolvimento específicas para cada uma delas (Amazônia, 1966, p. 16). De outro lado, o plano da Sudam criava os seguintes “polos de irradiação” do desenvolvimento: Bacabal, Belém, São Luís, Cuiabá, Miracema, Rio Branco. Foram também instituídos os seguintes “polos de atração”: Tocantinópolis, Santarém, Manaus, Macapá, Porto Velho, Boa vista, Belém e Cuiabá¹³. Mas, as críticas feitas no Rosa Fonseca evidenciavam que os governantes iriam tentar mudar essa lista, cada um em proveito do seu próprio estado ou território federal (Chegou, 1966, p. 47).

13 Prevía-se a futura criação de mais 3 polos de atração: Benjamin Constant, Alto Araguaia e Tucuruí.

Nas fímbrias das manifestações ufanistas emergiram questionamentos inspirados pela falta de confiança nas promessas oficiais. De acordo com Mário Médice Barbosa (2010, p. 91-92), “o *Álbum*, aparentemente enaltecedor do projeto, não destacou apenas ‘simples elogios’ à Operação Amazônia, como o editor fez questão de frisar”. O historiador refere-se ao *Álbum Operação Amazônia*, uma compilação de discursos de políticos, intelectuais e empresários paraenses sobre esta nova política desenvolvimentista regional, publicado pelo governo do Pará em 1967. Médice Barbosa, ao analisar esta publicação, põe em relevo os dois textos mais críticos aí encontrados: “Amazônia é Brasil”, de Aldebaro Klautau; e “O Basa e a Amazônia”, de Octavio Meira. Ex-superintendente da SPVEA, Klautau (1967, p. 18) iniciava aplaudindo a I Rida, mas também lastimava seu “aparato de suntuosa viagem e a prodigalidade de banquetes e coquetéis”. Algo que contrastava com uma “região de penúria”. Lastimava ainda: que o repasse de 3% da renda tributária da União à Amazônia (previsto no Art. 199 da Constituição de 1946) tivesse caído no esquecimento; e que o alto custo da energia elétrica nos estados e territórios amazônicos não fosse objeto da atenção do governo central. A este respeito, aduzia o seguinte: “a continuar assim, a Operação Amazônia poderá redundar em deplorável insucesso por colapso energético no ato operatório”.

Meira (1967, p. 28) considerava as vantagens fiscais oferecidas pela Operação Amazônia insuficientes e defendia a “isenção absoluta de impostos federais, durante 20 ou 30 anos, para todas as atividades que se exerçam na Amazônia”. Afirmava que os quase três milhões de habitantes da região não estavam em condições de pagar esses encargos. Estes totalizavam apenas 2% do Tesouro Nacional, percentual que, segundo o ex-presidente do BCA, o governo central poderia dispensar, afinal “o Brasil deve à Amazônia”. Os textos de Klautau e Meira evidenciam que o deslanchar da Operação Amazônia deu azo a manifestações da velha desconfiança de frações da classe dominante amazônica em relação à atuação do Estado brasileiro na região (Barbosa, 2010, p. 93). Impunha-se ao governo central o desafio de gerir ressentimentos que então emergiam na cena política e que tinham sido nutridos pelas muitas experiências da “filha enjeitada”¹⁴.

14 Armando Mendes (1974, p. 50-51), que, como Octavio Meira, havia sido presidente do BCA, chamou de argumento “sentimental” a insistente rememoração da dívida histórica do Brasil para com a região amazônica. Dívida que ele esboçou com as seguintes palavras: “A Amazônia não é, porém, um simples e passivo receptáculo de poupanças nacionais desperdiçadas. Ela tem, historicamente, uma contribuição importante a oferecer ao país. Através de aproximadamente meio século proporcionou, logo abaixo do café, a fonte de receitas públicas do Governo Central, inclusive na formação de divisas estrangeiras. Durante largo tempo, nessa fase, quaisquer estimativas do produto interno e da renda per capita mostrariam que os resultados amazônicos superavam aos de outra região e às médias nacionais. Para a nossa análise, mais do que fazer história, importa sublinhar: (a) os benefícios acumulados da geração de

Não foram apenas intelectuais e políticos do Norte que discordaram de muitas das propostas trazidas no bojo da Operação e Amazônia e apresentadas a bordo do Rosa Fonseca. A expectativa era de que 150 empresários participassem da I Rida (Plano, 1966, p. 8). O número de investidores que de fato compareceram foi bastante inferior: cerca de 20. Calçado em dados falsos e comprometido com a nociva premissa de que a redução do consumo (supérfluo) e das importações proporcionaria poupança de recursos à região amazônica, foi assim que o empresariado presente na I Reunião, de modo geral, caracterizou o plano de ação administrativa da Sudam (Governo, 1966, p. 14). *O Estado de São Paulo* noticiou, em 13 de dezembro de 1966, que a legislação reguladora dos incentivos fiscais para os empreendimentos na Amazônia não estava agradando aos empresários paulistas e que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) tinha feito as seguintes sugestões de alterações no referido plano: extensão dos benefícios a empresários residentes no exterior; criação da opção de se investir o imposto retido tanto no Nordeste quanto no Norte, determinando porcentagens a serem aplicadas em cada um; flexibilização dos prazos para opções por áreas de aplicação; e simplificação dos trâmites burocráticos para a realização dos investimentos (Encerrada, 1966, p. 19).

Apesar de elogiar o plano da Sudam, o ministro Gonçalves de Sousa admitiu “a necessidade de rever alguns de seus pontos”. Ele concordava com a criação de áreas de tributação especial, como fora proposto por empresários e governadores do Amazonas, do Acre e dos territórios federais limítrofes. Antes de findar 1966, técnicos da Confederação Nacional da Indústria (CNI) sugeriram que se formassem grupos de trabalho mistos (de empresários e dirigentes de órgãos oficiais) para discutir as propostas surgidas durante a I Reunião (Chegou, 1966, p. 47). Esse evento fora idealizado e organizado por CNI e Mecor e bem demonstrava a aliança empresarial-militar que sustentava o governo ditatorial¹⁵.

renda proporcionada pelo extrativismo da borracha foram se fazer sentir principalmente no Centro-Sul, através de um processo de transferência de renda jamais medido mas notório; (b) passada a fase em que a contribuição da região ao resto do país era muito maior do que o inverso, o Brasil não soube, por muito tempo, senão devolver tentativas tímidas e inócuas para responder ao desafio que a região em depressão lhe punha. Contraíu, portanto, uma dívida”. A respeito da influência dos ressentimentos nos embates políticos, Pierre Ansart (2004, p. 29) adverte que é difícil analisar os ódios e explicar o não dito ou o que é negado. Diante da esquivia deste objeto, “é preciso formular a hipótese de sua importância e reconstruir o invisível que, se não é totalmente inconsciente, ao menos em parte é não consciente. É preciso formular a hipótese do inconsciente na política, hipótese audaciosa em seu princípio e em suas realizações”.

15 Nosso estudo converge para a hipótese de que militares e empresários compunham a fração hegemônica do bloco no poder instaurado pelo Golpe de 1964 (Dreyfuss, 1981). A questão do arco de forças que sustentava a ditadura militar tem sido amplamente debatida pelos historiadores nos últimos dez anos. A propósito deste debate ver: Napolitano (2011, 209-219); Melo (2014, p. 157-188); Calil (2014, p. 13-34).

Entretanto, como demonstramos, divergências e fraturas desafiaram nestes anos as frações hegemônicas do bloco no poder.

O Connecticut dos Ometto: as investidas do grande capital no espaço amazônico

O *New York Times* noticiou no início de 1966 o aparecimento de uma “nova fronteira agrícola” no coração do Brasil. A rodovia Belém-Brasília tornava-se aos poucos a espinha dorsal de um conjunto de empreendimentos agropecuários à base de grandes áreas desmatadas e de trabalho degradante ou escravo. Segundo o texto do periódico estadunidense, citado nas páginas d’*O Estado*, eram “uns 1.000 particulares de amplos recursos” que aí vinham se instalando. Eles traziam, além de grande volume de capital, a “experiência quanto à agricultura e criação de gado, adquirida em São Paulo, Minas Gerais e Goiás”. As terras do sul do Pará e do norte mato-grossense eram adquiridas “a preços simbólicos de acordo com dispositivos legais do Estado, que remontam à década de 1930”. Vozes compradores pagavam apenas Cr\$ 1,25 por acre, sem falar dos estímulos, via isenções de impostos federais, com que contavam (Amazônia, 1966, p. 38).

Não era incomum a junção de vários empreendimentos para formar “fazendas reunidas” com enormes áreas. Os latifúndios de um só proprietário também poderiam atingir tamanhos estupeficientes. O exemplo maior é Orlando Ometto, produtor de açúcar em São Paulo, cujas propriedades rurais no nordeste do Mato Grosso equivaliam, em dimensões, ao estado de Connecticut (EUA), com cerca de 5.000 milhas quadradas. Uma estrada de 60 milhas de extensão ligava o rio Araguaia a sua propriedade, a Fazenda Suiá-Missu, onde, no prazo de dois anos, foram desbravados 144 mil acres de terras florestais e colocadas 7 mil cabeças de gado (Amazônia, 1966, p. 38). A Agropecuária Suiá-Missu S. A. foi aprovada pela Sudam como projeto apto a receber os incentivos fiscais da Operação Amazônia em 22 de dezembro de 1966. Suas terras situavam-se no então distrito de São Félix do Araguaia, que pertencia ao município de Barra do Garça. O Grupo Ometto havia comprado esta propriedade de Ariosto da Riva em 1962. Este, por sua vez, havia adquirido tais acres anos antes da Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso (Codemat), que, na década de 1950, fizera da venda de terras devolutas a maior fonte de renda do Mato Grosso (Tafner Júnior, 2015, p. 122-125).

O projeto da Agropecuária Suiá-Missu S. A. previa a criação de 130 mil cabeças de gado até 1978. Contudo, até 1972 deveriam estar prontas todas as instalações: casas, barracões, serraria, alojamentos, currais, açudes, etc. O rápido

desmatamento motivou o início do desentendimento com os Xavante, que viviam em parte das terras adquiridas pelos Ometto. A este respeito o bispo Pedro Casaldáliga escreveu:

A Suiá-Missu ao se estabelecer onde se encontra localizada defrontou-se com o problema da presença dos índios Xavante. Foram empregados diversos meios de aproximação com eles, procurando-se evitar um confronto direto. Quando o acampamento dos materiais ficou pronto, os índios se aproximaram e se estabeleceram próximos ao mesmo.

Mas esta presença ia se tornando pesada. Cada dia era um boi que era matado para os índios. Era necessário encontrar uma solução (Casaldáliga, 1971, p. 16).

A solução encontrada foi a deportação dos indígenas de suas antigas terras (Maráiwatsede) para a área da missão salesiana de S. Marcos, num avião da FAB. Assim que chegaram a S. Marcos, boa parte deles morreu por causa de uma epidemia de sarampo. Os Ometto “compensaram” os Xavante doando um trator à missão e realizando pagamentos mensais durante um ano. Os empresários conseguiam com instável sucesso a aquiescência dos indígenas. A precariedade dos postos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a crescente dependência dos homens indígenas em relação ao mercado – e, por conseguinte, ao trabalho assalariado – concorria para isso. Como destaca Seth Garfield (2011, p. 234): “remédios para auxiliar índios xavantes doentes; ferramentas e fertilizantes para ajudar na colheita; uma vaca sacrificada para acalmar a fome de uma comunidade; uma carona até uma cidade vizinha para procurar assistência ou comprar e vender mercadorias – tudo era feito para dourar a pílula do poder bruto e da dominação”. Mas, os limites da solução paternalista não demoraram a aparecer e as tensões entre indígenas e proprietários mais e mais ganharam as páginas da imprensa nacional e internacional¹⁶.

Além dos Xavante, posseiros que por vários anos haviam ocupado o nordeste do Mato Grosso subitamente se viram expulsos de suas terras quando novos donos chegaram para fazer valer seus títulos de propriedade. Os moradores da região muito comumente recusavam-se a vender sua força de trabalho a empresas agropecuárias cujos métodos já conheciam. Estas se viam então forçadas a buscar mão de obra em lugares distantes, como no sul de Goiás e, principalmente, no Nordeste. Milhares de trabalhadores foram transportados em pequenos aviões e

16 Em 1967, o procurador-geral da República Jader Figueiredo foi nomeado para investigar a corrupção no SPI. O Relatório Figueiredo, como é atualmente chamado, foi concluído no início de 1968, contendo 5.115 páginas. Ele denunciava massacres, escravidão, torturas, estupros e ataques biológicos contra os povos indígenas. Concluía que a falta de assistência do SPI também concorrera para o extermínio de povos indígenas. A divulgação dos resultados do Relatório suscitaram muitas críticas ao governo ditatorial (Garfield, 2011, p. 2217-221).

barcos para executar o pesado trabalho do desmatamento. A esse respeito, o administrador da Fazenda Santa Fé comentou em 1966: “os contratamos do outro lado do rio, nas cidades que se situam ao longo da Belém-Brasília”. E completou: “se desejam trabalhar, não lhes fazemos muitas perguntas, mas procedem de todas as partes, principalmente de Goiás, Bahia e de estados do Nordeste” (Amazônia, 1966, p. 38). O recrutamento desses trabalhadores era feito por empreiteiros que usavam como arma de sedução promessas de bons salários e de excelentes condições de trabalho.

Logo que chegavam na área a ser desmatada, os homens eram notificados do que já deviam ao patrão em razão dos gastos com a viagem, incluindo com o transporte. Na mata, os novos peões deveriam recolher materiais toscos para construir, como pudessem, as barracas onde morariam. Muitos adoeciam de malária, ocasião em que, sem tratamento imediato, viam seus saldos se esvaírem. Na labuta eles eram organizados em grupos. Contando apenas com ferramentas manuais e fogo, cada trabalhador deveria limpar uma área de 10 acres em 40 dias¹⁷. Recebiam arroz e feijão dos seus empregadores e eventualmente caçadores lhes vendiam carne de porco-do-mato, de veado, entre outros. Segundo a mencionada reportagem do *New York Times*, na Fazenda Santa Fé, no dia do pagamento do salário, cerca de 30 vigorosos homens, alguns com revólveres na cintura, formaram fila para receber o saldo de 40 dias devotados à derrubada do mato. Maurício, “um mulato do Estado do Piauí”, havia ganhado Cr\$ 120,00 (US\$ 54); mas, feitos os descontos do que devia, restava-lhe apenas o correspondente a US\$ 1 (um dólar) por dia trabalhado (Amazônia, 1966, p. 38).

A frente agropecuária que avançava na esteira dos incentivos fiscais da Operação Amazônia era capitaneada por um empresariado que comprava terras a preços pífios, assim como pagava remunerações irrisórias a trabalhadores que eram explorados até o limite de suas capacidades físicas. Além disso, os empresários oriundos do centro-sul do Brasil criaram um eficiente sistema de *lobby* sobre o governo central. Em 1968, o capital corporativo fundou a Associação dos Empresários da Amazônia (AEA), com sede em São Paulo. Como primeiro presidente desta Associação, o industrial paulista Hermínio Ometto pressionou a Sudam de modo a fazê-la direcionar parcelas cada vez maiores do fundo público para projetos agrícolas ou pecuários. Como observado por Seth Garfield (2011, p. 225-226), “os incentivos fiscais concedidos pela Sudam para projetos de criação de gado subiram

17 Os novos empreendimentos agropecuários da Amazônia não geravam postos de trabalho duradouro. A fase inicial de desmatamento e de formação das pastagens exigia abundante força de trabalho. Porém, isto acabado, quase todos os peões viravam desempregados (Casaldáliga, 1971, p. 20). A migração estimulada pela demanda inicial de trabalho nas frentes agropastoris recém-abertas metamorfoseava-se de solução a problema na medida em que o gado começava a se apossar dos pastos.

vertiginosamente de Cr\$ 29,8 milhões em 1968 para Cr\$ 75,7 milhões em 1969, e Cr\$ 170,1 milhões em 1970, permanecendo neste patamar durante os quatro anos seguintes”. Este aumento ocorreu em detrimento da prioridade inicialmente dada aos empreendimentos industriais. Ademais, 90% dos investimentos em pecuária concentraram-se nos estados do Mato Grosso e do Pará.

Palavras finais

Nos anos aqui analisados ocorreu uma série de debates e de ações a fim de favorecer o máximo afluxo de capitais para atividades industriais e agropecuárias existentes ou a serem implantadas no espaço amazônico. O volume de investimentos na região cresceu vertiginosamente. Em 1964, primeiro ano de vigência da lei 4.216/63, mesmo sem uma ampla divulgação desta, foram recolhidos entre os empresários de São Paulo Cr\$ 2.043.633.459 de parcelas de IR destinadas à Amazônia. Em 1965 esse valor subiu para Cr\$ 5.602.784.136. Em 2 anos foram aprovados pela SPVEA 22 projetos (no valor de 53 bilhões de cruzeiros) das seguintes indústrias: madeireira (6), de alimentos (6), oleaginosas (5), de fibras (3), de mineração e siderurgia (2). Mas, no tocante à balança comercial (relação com o resto do Brasil), os índices econômicos eram desfavoráveis à região, pois se em 1960 a soma das importações totalizava Cr\$ 16.243,13 e a das exportações atingia o montante de Cr\$ 20.198,20, no ano de 1970 esses valores chegavam respectivamente a Cr\$ 502.950,00 e Cr\$ 956.745,00. A Amazônia viu-se, portanto, diante de um vultoso crescimento de seu déficit comercial, o que denota o tamanho da sucção da renda regional (Cardoso & Müller, 1977, p. 203).

A Operação Amazônia também gerou grande perda de impostos para os cofres públicos. Dados da Comissão de Avaliação de Incentivos Fiscais apontam que, entre 1966 e 1985, 70% dos projetos registrados nos organismos federais da região ou eram fictícios, ou estavam falidos, ou funcionavam precariamente; e que 10% haviam sido cancelados (reembolsando o incentivo sem correção monetária). Ou seja, apenas 20% deles tinham sido efetivamente implantados (Becker, 1994, p. 27). A Amazônia tornou-se a Pasárgada dos especuladores. Nas palavras de Casaldáliga (1971, p. 9), “as terras todas compradas – ou requeridas – ao Governo do Mato Grosso por pessoas interessadas, não os moradores, a preço irrisório, foram depois vendidas a grandes comerciantes de terras, que posteriormente a vendem a outros”. As terras entravam, assim, num circuito de compra e venda muito rentável. Acelerava-se, na Amazônia, a realização do projeto de “totalidade global intensiva” do capitalismo (Linden, 2013, p. 399),

ou seja, o empenho para que o valor de troca passasse a mediar todas as relações existentes neste espaço.

Na realização de tal projeto, o protagonismo foi dado ao empresariado. A gestão autoritária do Estado foi posta a serviço dos interesses do grande capital. Conforme demonstramos acima, o governo central instituído pelo Golpe de 1964 esmerou-se para criar condições ótimas a fim de que investidores nacionais e estrangeiros abrissem com quase nenhum risco novas frentes de exploração de recursos naturais na região amazônica. O exemplo mais enfático disto foi a oferta de diversos incentivos fiscais à iniciativa privada. As frações da classe dominante formadoras do bloco no poder travaram acalorados debates em torno de como tais vantagens deveriam ser dispensadas, visando garantir que as diversas Amazônias pudessem usufruir dos investimentos almejados. Militares e empresários formavam o núcleo hegemônico deste bloco e buscavam orquestrar meios e estratégias para azeitar as engrenagens de reprodução ampliada do capital.

As novas frentes agropecuárias concentraram-se sobretudo no sul do Pará e no noroeste mato-grossense. O desmatamento ocorria num ritmo acelerado em face, inclusive, dos prazos dados pela Sudam para a instalação de novos projetos. Em março de 1966, a articulista d'*O Estado* minimizava os impactos ambientais trazidos por essas frentes, afirmando: “a bacia amazônica é gigante e poderosa. Há espaços suficientes para fazendas e florestas” (Geld, 1966, p. 41). Outro impacto pouco debatido na grande imprensa foi aquele sofrido por povos indígenas, como os Xavante, que tiveram parte de suas terras tomada por latifundiários munidos de títulos adquiridos num crescente comércio de terras. Somente a partir do final da década de 1960 é que a questão indígena passou a ganhar maior visibilidade nas páginas dos periódicos nacionais e estrangeiros.

Muitos posseiros também perderam suas terras, pois comumente estas eram compradas como se a Amazônia fosse de fato um grande vazio demográfico. Expropriados de suas fontes de subsistência (áreas de roça, caça, pesca e coleta), esses trabalhadores muitas vezes migravam para as cidades em busca de empregos ou outros meios de sustentar a vida. Os empreiteiros contratados pelas empresas agropecuárias recrutavam, sobretudo em Goiás e no Nordeste, os peões que faziam a abertura dos plantéis. Conforme apontamos, as precárias condições de vida e a péssima remuneração faziam desse trabalho algo deveras degradante. Cardoso e Müller (1977, p. 181) destacam que “as denúncias quanto à semi-escravidão eram anteriores à Transamazônica e persistiram”. Doenças, dívidas e violências praticadas pelas milícias armadas dos fazendeiros faziam parte do cotidiano destes migrantes, que logo se viam desempregados. Acabada a fase de desmatamento, quase todos eles eram dispensados.

O estudo sobre os impactos sociais da Operação Amazônia precisa ser aprofundado. O avanço na investigação a respeito das formas de atuação (combinadas ou não) da classe dominante e dos dominados tornará possível problematizar questões muito relevantes ao debate historiográfico, tais como: a aliança empresarial-militar na ditadura instaurada pelo Golpe de 1964; as formas dos trabalhadores lidarem com o avanço da expansão capitalista no espaço amazônico; os (in) sucessos das políticas desenvolvimentistas no Norte; as transformações ocorridas na rede urbana regional; o imaginário relativo à natureza e às sociedades amazônicas, entre outras.

Fontes

Livros

FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. **Operação Amazônia**. Brasília: Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, 1966.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Brasil. **Álbum Operação Amazônica**. Belém: Governo do Estado do Pará, 1967.

SUDAM. Brasil. **O novo sistema de ação do governo federal na Amazônia**. Rio de Janeiro: Spencer, 1967.

SUDAM. Brasil. **Operação Amazônia (discursos)**. Belém: Serviço de Documentação e Divulgação, 1968.

Carta pastoral

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. Barra do Garças-MT: Prelazia de São Félix do Araguaia, 1971.

Artigos de periódicos

A AMAZÔNIA terá programa de povoamento e desenvolvimento. **O Estado de São Paulo**, n. 27.654, de 15.06.65, p. 25.

AÇÃO federal na Amazônia. **O Estado de São Paulo**, n. 27.654, de 15.06.65, p. 6.

AGORA a Amazônia é ali. **O Estado de São Paulo**, n. 27.600, de 11.04.65, p. 7.

AMAZÔNIA: ação será planejada. **O Estado de São Paulo**, n. 28.084, de 05.11.66, p. 6.

AMAZÔNIA: Castelo anuncia nova era. **O Estado de São Paulo**, n. 28.046, de 21.09.66, p. 7.

AMAZÔNIA já tem agricultura. **O Estado de São Paulo**, n. 27.854, de 06.02.66, p. 38.

AMAZÔNIA muda com nova política. **O Estado de São Paulo**, n. 27.689, de 25.07.65, p. 44.

AMAZÔNIA pode ser redimida. **O Estado de São Paulo**, n. 28.049, de 24.09.66, p. 14.

- AMAZÔNIA quer pasta. **O Estado de São Paulo**, n. 28.114, de 10.12.66, p. 16.
- APROVEITAMENTO das riquezas da Amazônia. **O Estado de São Paulo**, n. 27.315, de 10.05.64, p. 36.
- ARTHUR Reis é contra a internacionalização da Amazônia. **O Estado de São Paulo**, n. 27.626, de 13.05.65, p. 7.
- A SPVEA cumpre sua finalidade. **O Estado de São Paulo**, n. 27.716, de 26.08.65, p. 12.
- AS QUATRO razões fundamentais para se investir na Amazônia. **O Estado de São Paulo**, n. 27.597, de 08.04.65, p. 7.
- BANCO da Amazônia em debate. **O Estado de São Paulo**, n. 28.039, de 13.09.66, p. 24.
- BORRACHA: governo ampara produtores. **O Estado de São Paulo**, n. 27.865, de 19.02.66, p. 16.
- CASTELO instala o encontro da Amazônia. **O Estado de São Paulo**, n. 28.109, de 04.12.66, p. 43-44.
- CASTELO quer plano para a Amazônia. **O Estado de São Paulo**, n. 27.443, de 07.10.64, p. 1.
- CHEGOU o momento da ação na Amazônia. **O Estado de São Paulo**, n. 28.121, de 18.12.66, p. 47.
- DESNACIONALIZAÇÃO, mania de criar inimigos. **O Estado de São Paulo**, n. 28.090, de 13.11.66, p. 40.
- DEIXE de pagar 50% do seu imposto de renda. **O Estado de São Paulo**, n. 27.889, de 20.03.66, p. 23.
- ENCERRADA reunião da Amazônia. **O Estado de São Paulo**, n. 28.116, de 13.12.66, p. 19.
- FILME vai mostrar o que é o Norte ao investidor do Sul. **Icomi-Notícias**, n. 28, de abril de 1966, p. 8.
- GELD, Elen Bromfield. Desenvolvimento da Amazônia. **O Estado de São Paulo**, n. 27.879, de 09.03.66, p.
- GOVERNADOR amazonense protesta. **O Estado de São Paulo**, n. 27.848, de 30.01.66, p. 6.
- GOVERNO pode rever plano da SUDAM. **O Estado de São Paulo**, n. 28.113, de 09.12.66, p. 14.
- GOVERNO propõe nova política para a borracha. **O Estado de São Paulo**, n. 28.018, de 19.08.66, p. 17.
- IMPÔSTO de renda das empresas – Grande investimento. **O Estado de São Paulo**, n. 27.830, de 09.01.66, p. 10.
- INFLAÇÃO de siglas na Amazônia. **O Estado de São Paulo**, n. 27.695, de 01.08.65, p. 3.
- INVESTIMENTOS na Amazônia devem atingir 12 bilhões. **O Estado de São Paulo**, n. 27.617, de 02.05.65, p. 44.
- NOVA Amazônia agora é meta. **O Estado de São Paulo**, n. 27.878, de 08.03.66, p. 20.
- NOVA política da borracha. **O Estado de São Paulo**, n. 27.825, de 04.01.66, p. 95.
- NUNES, J. S. Marinho. Amazônia. **Icomi-Notícias**, n. 33, de jan./fev. 1967, p. 1.

PAZ social: o quinto motivo para preferir a Amazônia para seus investimentos. **O Estado de São Paulo**, n. 27.602, de 13.04.65, p. 7.

PLANO abre perspectivas para a Amazônia. **O Estado de São Paulo**, n. 28.100, de 24.11.66, p. 8.

PRESIDENTE da SPVEA diz que esse órgão não fomenta economia. **O Estado de São Paulo**, n. 27.408, de 27.08.64, p. 10.

SUGERIDO plano-diretor para a Amazônia. **O Estado de São Paulo**, n. 27.365, de 08.07.64, p. 7.

Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; e WEIS, Luiz. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 319-409.

ANDRADE, Manuel Correia. As tentativas de organização das massas rurais – as Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963). In: WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazaré B. (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 73-85.

ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; e NAXARA, Márcia (Orgs.). **Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2004, p. 15-36.

BARBOSA, Mário Médice. **Entre a filha enjeitada e o paraensismo: as narrativas das identidades regionais na Amazônia paraense**. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1994.

CALIL, Gilberto. O sentido histórico do golpe de 1964 e da ditadura militar e suas interpretações. In: MATTOS, Marcelo Badaró; e VEGA, Rúben (Orgs.). **Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 13-34.

CARDOSO, Fernando H.; e MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CASTRO, Edina (Org.). **Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão**. Belém: NAEA-UFPA, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

GARFIELD, Seth. **A luta indígena no coração do Brasil: política indigenista, marcha**

para o Oeste e os índios Xavante (1937-1988). Trad. Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Unesp, 2011.

HUERTAS, Daniel Monteiro. **Da fachada atlântica à imensidão amazônica: fronteira agrícola e integração territorial**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2009.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KLAUTAU, Aldebaro. Amazônia é Brasil. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Brasil. **Álbum Operação Amazônica**. Belém: Governo do Estado do Pará, 1967, p. 18.

KOHLHEPP, Gerd. Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira. **Estudos Avançados**, vol. 16, n. 45, 2002, p. 37-61.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/ PUC-Rio, 2006.

LEITE, Mirian Lifchitz M. O periódico. Variedade e transformação. **Anais do Museu Paulista**, tomo XXVIII, 1977/1978.

LENA, Philippe; e OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Orgs.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991.

LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas: Unicamp, 2013.

LOBATO, Sidney. O futuro da Amazônia: o horizonte de expectativa de Arthur Reis (década de 1950). **Confins**, n. 28, 2016, p. 1-16.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva; e MAIO, Marcos Chor. Desenvolvimento, ciência e política: o debate sobre a criação do Instituto Internacional Hileia da Amazônia. **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**, vol. 14, suplemento, dez. 2007, p. 169-189.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MEIRA, Octavio. O Basa e a Operação Amazônia. In: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Brasil. **Álbum Operação Amazônica**. Belém: Governo do Estado do Pará, 1967, p. 28.

MELO, Demian Bezerra. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra (Org.). **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 157-188.

MENDES, Armando. **A invenção da Amazônia**. Belém: UFPA, 1974.

MESSINA, Marcello. Atraso. In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues; PACHECO, Agenor Sarraf (Orgs.). **Uwakürü: dicionário analítico**. Rio Branco: Nepan, 2016, p. 96-106.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85.

MOUGEY, Thomas. Tracing the origins of Brazil's great acceleration: the SPVEA's Primeiro Plano Quinquenal and technoscientific recovery of Amazonia, 1945-1959. **Varia História**, vol. 34, n. 65, mai./ago. 2018, p. 375-408.

NAPOLITANO, Marcos. O Golpe de 1964 e o regime militar brasileiro: apontamentos para uma revisão historiográfica. **Contemporânea**, vol. 2, 2011, p. 209-219.

PINTO, Nelson Prado Alves. **Política da borracha no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1984.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

STEDILE, João Pedro (org.). **História e natureza das Ligas Camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

TAFNER JÚNIOR, Armando Wilson. **Expansão da fronteira agropecuária do Oeste paulista para a Amazônia**: a trajetória das famílias Ometto e da Riva e a colonização do norte mato-grossense. Tese (Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos da Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES: ABORDAGENS E POSSIBILIDADES DE PESQUISAS

Tiago Siqueira Reis

A historiografia que se dedicou de maneira bem-sucedida nas investigações das agências e agentes que perpassam as instituições e empresas em diferentes recortes cronológicos, parece ainda não ter despertado significativo interesse por estes estudos no tempo presente. Apesar de sua importância para compreensão de fenômenos diversos, sobretudo a dinâmica do capitalismo vigente, a História das instituições necessita caminhar de maneira mais efetiva nos estudos históricos, que por sua vez vem perdendo espaço para outras áreas do saber, como a Ciência Política, Sociologia e cursos da área de gestão organizacional.

O presente capítulo tem por objetivo demonstrar possíveis abordagens e possibilidades teórico-metodológicas para o estudo da História das Instituições à luz da análise da trajetória da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entre os anos de 1970 e 1985, dialogando também com a História das Empresas e outras temáticas, como o estudo da sociedade civil e aparelho do Estado. Nossa intenção é encorajar novos estudos na área e chamar a atenção para a importância do tema para a História do Tempo Presente e a historiografia em geral.

Instituições complexas: Fundação Oswaldo Cruz (1970-1985)

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma instituição pública e estatal de ciência e tecnologia (C&T), vinculada ao Ministério da Saúde brasileiro, com sede na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Manguinhos. A Fiocruz nasce em 1970¹ por força da ditadura empresarial civil-militar (1964-1985) a partir da

¹ A história da Fiocruz se confunde com a do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), antigo Instituto Sorotérico Federal, fundado em 1900 na mesma localidade que deu origem a Fiocruz. Com a formação do complexo fundacional em 1970, o IOC que já se destacava no cenário nacional como um dos mais proeminentes institutos de pesquisa em saúde pública, passa a conviver institucionalmente com outras enti-

fusão de distintas instituições públicas de C&T em saúde, com a finalidade de prestar serviços em ensino, pesquisa, informação, tecnologia, produção de bens e serviços e apoio estratégico ao Sistema Único de Saúde brasileiro, com objetivo de contribuir para a melhoria e qualidade de vida da população, destacando-se como a mais importante do setor na América Latina².

O processo de construção da Fiocruz está intimamente relacionado aos pressupostos políticos de modernização do capitalismo nacional e agenciamento do capital privado após o golpe civil-militar de 1964³. Uma das medidas da ditadura consistiu em instituir a reforma administrativa do setor público por meio do Decreto-lei 200 de 1967, com objetivo de “obter que o setor público possa operar com a eficiência da empresa privada”⁴. O Decreto-lei 200 procurou regular e delimitar a estrutura, as atribuições, normas, funcionamento e desenvolvimento da administração pública, separando-a em administração direta⁵ e indireta⁶. Além disso, o Decreto-lei 200, prevê o regime celetista disposto na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)⁷ para os trabalhadores da administração pública indireta no lugar do regime estatutário que confere ao trabalhador, dentre outros direitos, a estabilidade no emprego.

Dessa forma, foi estimulado o crescimento das entidades públicas descentralizadas de caráter eminentemente empresarial, como fica evidente no Art. 27 do Decreto-lei 200, que assegura “às empresas públicas e às sociedades de economia mista, condições de funcionamento idênticas às do setor privado”⁸. Como

dades de pesquisa. No entanto, é atribuído ao IOC a responsabilidade e importância de se tornar o eixo central do “novo” empreendimento, ou seja, a Fiocruz deverá seguir as mesmas diretrizes estabelecidas pelo IOC, em especial, a lógica de funcionamento ancorada em ensino, pesquisa e extensão traçadas por seu idealizador e principal personagem da história do IOC, o sanitarista Oswaldo Cruz. Nesse sentido, é comum ouvirmos falar que a Fiocruz é uma instituição centenária, nascida em 1900, a própria entidade afirma que sua trajetória histórica nasce a partir da criação do Instituto Oswaldo Cruz.

2 FIOCRUZ. **Relatório de Atividades 2000**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

3 Utilizamos o conceito de golpe e ditadura empresarial civil-militar (1964-1985) elaborado por René Dreifuss (1981), no qual o golpe de 1964 e a ditadura são caracterizados por um projeto de classe, que contou com a participação de “civis” e militares, delimitando o termo civil como sendo os empresários ou tecnoempresários.

4 Mensagem Presidencial de 1965 apud Dias (1969, p. 50).

5 Serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos ministérios.

6 Autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas.

7 A CLT entra em vigor de acordo com o Decreto-lei 5.452, de 01 de abril de 1943, durante o Governo de Getúlio Vargas. Em resumo, aprova a Consolidação das Leis do Trabalho no Brasil, conferindo direitos à classe trabalhadora como; salário mínimo; período de descanso e férias anuais; direito à greve (restringido pela ditadura civil-militar); duração da jornada de trabalho; previdência social; regulamentação de sindicatos; segurança e proteção no trabalho; justiça do trabalho e processo trabalhista; décimo terceiro salário, entre outros. Porém, não estabelece o pleno emprego, o direito a estabilidade no emprego. O plano de carreira e salarial deve ser negociado em acordo coletivo com o patronato.

8 BRASIL. Artigo 27. Decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967.

resultado dessas medidas, o estudo de Gileno Marcelino (1989) demonstra que em 1988 o percentual total de trabalhadores do serviço público chegou a 6% sob o regime estatutário e 94% no regime celetista. Por seu turno, Fernando Rezende (1987) revela que as empresas estatais típicas da gestão descentralizada, consistiam em aproximadamente 30 unidades até os anos de 1949, alcançando um número de 175 unidades na década de 1960. O apogeu desse processo como apontou a pesquisa de Rezende se deu entre os anos de 1970 e 1976 com a criação de 70 novas unidades pelo governo federal e 60 pelos governos estaduais (Rezende, 1987, p. 8).

O projeto político do regime ditatorial de criação e expansão de instituições descentralizadas no serviço público, adquiriu vitalidade por contar com forte aparato repressivo, investindo na dominação das relações de classe por meio de uma política de “terrorismo de Estado”, suprimindo as vozes contrárias ao regime, ao mesmo tempo em que institucionalizava mecanismos de legitimação e domínio de suas ações (Lemos, 2014). Dentre os principais instrumentos legais de poder e coerção, constam os atos institucionais (AI)⁹.

Diante desse cenário, o Presidente da República, General Castelo Branco, depõe Joaquim Travassos da Rosa do cargo de diretor do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), nomeando em seu lugar, Francisco de Paula Rocha Lagoa, que ocupou o cargo entre os anos de 1964 e 1969. Assumido anticomunista, Lagoa era pesquisador do instituto desde 1942, sendo escolhido em 1963 pelo Ministério da Saúde para estudar na Escola Superior de Guerra na cidade do Rio de Janeiro, reconhecido reduto de ideias conservadoras no país. Lagoa durante sua gestão no IOC perseguiu cientistas considerados por ele como subversivos a ditadura civil-militar.

Em 30 de outubro de 1969, data da posse do presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Lagoa deixou a direção do IOC e assumiu o Ministério da Saúde, cargo que ocupou até seu pedido de demissão

9 Estiveram presentes durante toda a ditadura, sendo confeccionados entre os anos de 1964-69, somando um total de 17 atos institucionais (AI), regulamentados por 104 atos complementares (AC). Não obstante, o mais sombrio é, sem dúvida, o AI-5, publicado em 13 de dezembro de 1968, durante o segundo governo militar (General Costa e Silva), mantido em vigor até 1978. O AI-5 colaborou, em grande medida, para a hegemonia do Poder Executivo e a arbitrariedade do governo. Em resumo, conferiu amplos poderes ao Presidente da República, dentre eles: decretar recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; intervir nos estados e municípios, sem limitações previstas na Constituição; o Presidente da República é responsável por nomear os líderes políticos dos estados e municípios; poderá suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais – podendo, ainda, aplicar as seguintes medidas: 1) liberdade vigiada; 2) proibição de frequentar determinados lugares; 3) domicílio determinado; decretar estado de sítio; confiscar bens de pessoas físicas ou jurídicas; baixar AC para execução desse AI; suspender *habeas corpus*; excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com esse AI e seus AC, bem como seus respectivos efeitos (Brasil, 1968).

em junho de 1972. Em sintonia com os projetos do regime ditatorial apontados acima, a gestão de Lagoa elaborou um audacioso projeto de criação de um grande polo em saúde pública brasileira, e o epicentro desse novo empreendimento seria representado pelo Instituto Oswaldo Cruz.

Assim, por meio do Decreto n. 66.624, de 22 de maio de 1970 (Brasil, 1970), criou-se a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), constituída pela fusão do Instituto Oswaldo Cruz, Instituto Fernandes Figueira, do Departamento Nacional da Criança, Instituto Nacional de Endemias Rurais, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, Instituto Evandro Chagas, da Fundação Serviços de Saúde Pública e o Instituto de Leprologia, do Serviço Nacional de Lepra. O *campus* onde se localiza o IOC tornou-se a sede da fundação, no bairro de Manguinhos, cidade do Rio de Janeiro, Brasil.

A Fiocruz foi pensada para ser um grande polo em saúde pública, incorporando em uma única identidade jurídica, distintos e renomados institutos científicos em saúde no país. Ao longo de sua história a Fiocruz adquiriu e incorporou novos institutos e unidades de produção, tornando-se a maior entidade em saúde na América Latina. A montagem desse projeto e seus desdobramentos só foi possível pelas políticas do regime ditatorial de formação de grandes centros organizacionais com forte tendência a monopolização das atividades e de seu aparato coercitivo.

Em 13 de agosto de 1970, por meio do Decreto n. 67.049, instituiu-se o primeiro estatuto da fundação sob a designação jurídica de *Fundação de Direito Privado*, enquadrada no Código Civil brasileiro e vinculada ao Ministério da Saúde. As fundações estavam na moda na época, em grande medida porque conferiam ao ente público a capacidade de se orientar por instrumentos legais cabíveis ao direito privado, ou seja, às premissas organizacionais e legais do setor privado (Schwartzman, 2001). Cabe ressaltar que a modalidade jurídica de Fundação de Direito Privado conferida as instituições públicas representam uma novidade nas normas jurídicas no país.

O estatuto conferia também amplos poderes ao presidente da entidade, sendo ele indicado e nomeado pelo Ministério da Saúde. Além disso, a fundação gozaria de autonomia administrativa e financeira, bem como de pesquisa e execução de planos e programas científicos, que por sua vez ficará sujeito à aprovação do presidente da instituição. A Fiocruz para constituir seu patrimônio poderia adquirir recursos de pessoas físicas e jurídicas, de empresas privadas, públicas, nacionais e estrangeiras, órgãos públicos, prestação de serviços e outras receitas, mas sem perder de vista que o Ministério da Saúde será o responsável central pelo financiamento de recursos via dotação orçamentária anual e controle sobre suas receitas.

No entanto, o que se verificou em Manguinhos¹⁰ após o golpe civil-militar de 1964, expressa uma mudança substancial do cotidiano social, econômico e político. O quadro de pesquisadores que vislumbravam um ministério das ciências e sua desvinculação do Ministério da Saúde, visando uma maior autonomia, passam a ser duramente perseguidos pela ditadura e por opositores internos, como, por exemplo, o ex-presidente do instituto Olympio da Fonseca Filho (1949-1953) e Rocha Lagoa. Estes últimos defendiam, dentre outros aspectos, a pesquisa aplicada como de interesse da iniciativa privada e a pesquisa básica como meio produtor de saber disponível para a indústria e aos interesses comerciais, conforme apregoava a proposta estadunidense de Vannevar Bush para a C&T (Hamilton, 1989).

Rocha Lagoa a frente do Ministério da Saúde finalmente conseguiu punir os pesquisadores de Manguinhos no fatídico episódio conhecido como o “Massacre de Manguinhos”. Este acontecimento correspondeu a cassação de dez pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, que perderem os seus direitos políticos e foram aposentados compulsoriamente pelo regime ditatorial civil-militar (Lent, 1978). Para tanto, como relata Haity Moussatché, um dos cassados, a barbárie foi além do “Massacre de Manguinhos” (Moussatché, 1998, p. 13):

Muito se fala nos cassados. Eles foram importantes, mas muito importantes foram as pessoas que saíram do instituto jovens, que agora são maduras, com quarenta anos, e que o instituto perdeu! Mais importante eles do que nós.... Eu, com 61 anos, fui cassado mas podia ter morrido. Destruíram o laboratório, dispersaram uma porção de gente! O Nelson Vaz era um dos melhores imunologistas do Brasil, saiu daqui. Annie Prouvost-Danon foi para a França. A Maria da Guia Silva Lima para o Ceará, para a universidade também. O Leopoldo De Meis é professor na escola de bioquímica, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, tem projeção internacional. Ou mesmo o Dietrich! Essa gente foi criada por nós e dispersada!

Toda esta perseguição contribui para que boa parte do quadro de dirigentes e atores políticos envolvidos com a história de Manguinhos fossem retirados de cena por grupos conservadores ligados ao regime ditatorial civil-militar. O desmonte institucional imposto pela ditadura contribuiu para esvaziar a instituição no seu aspecto político representativo e, sobretudo no desenvolvimento da pesquisa científica com a transferência, expulsão e pela própria saída de pesquisadores ameaçados pelo regime ditatorial e descontentes com a situação em vigor.

Por conseguinte, a direção da Fiocruz e o regime ditatorial civil-militar foram incapazes de construir um projeto institucional unificador que promovesse

10 Referimo-nos a Fiocruz como um todo, pessoas e estrutura física, que é conhecida como comunidade de Manguinhos ou simplesmente, Manguinhos.

uma identidade para a fundação. Um primeiro fator deve-se ao irrisório respaldo político do Ministério da Saúde no quadro governamental, que, de certo modo, contribuiu para aprofundar o descaso acerca dos repasses orçamentários, que não passava de 1% do produto interno bruto (PIB) neste período (Benchi-mol, 2001). Em segundo lugar, Rocha Lagoa, como o grande formulador desse novo empreendimento, não foi capaz de traçar um planejamento que conferisse sentido à fusão dos institutos, tampouco de convencer os institutos quanto à importância de se unirem em busca de objetivos comuns. Um terceiro aspecto refere-se ao desprestígio da instituição no cenário nacional motivado principalmente pelo desmanche interno causado pelo regime ditatorial. Por seu turno, destaca-se também, os escassos e reduzidos recursos financeiros transferidos pelo Ministério da Saúde, que em outra oportunidade¹¹ argumentamos que se tratava de uma política estrutural que já vinha se manifestando no IOC e na C&T em saúde no Brasil, bem como a ausência de políticas voltadas à instituição e a falta de autonomia política e organizacional dos agentes internos sob domínio das instâncias do Poder Executivo federal.

Por fim, um quinto elemento e essencial para compreensão da Fiocruz até os dias atuais cabe a sua estrutura jurídica, conferida pelo estatuto de 1970 na qualidade de fundação de direito privado. Devido ao caráter centralizador, controlador e autoritário da ditadura, o modelo jurídico não se manifestou conforme anunciava a reforma administrativa de 1967, pois a autonomia, flexibilidade administrativa e financeira não haviam ainda sido colocadas em prática, seria preciso desatar os nós da estrutura jurídica do estatuto.

Será durante a presidência da república do General Ernesto Geisel (1974-1979), que ocorrerá uma maior preocupação com a C&T e a Fiocruz. O Ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado indicou para o cargo de presidente da Fiocruz o economista Vinícius da Fonseca, homem ligado ao Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso e um dos fundadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)¹², em 1965. Nas palavras de Vinícius da Fonseca (Hamilton e Azevedo, 2001, p. 242-243).

O Paulo de Almeida Machado passou um período grande tomando pé no ministério. Foi quando ele conheceu bem Manguinhos. Ele me disse que Manguinhos era um enorme desafio. Ele estava realmente precisando de alguém. Um dia ele me disse: “Eu acho que não deve ser um homem de lá. Não deve ser um pesquisador

11 REIS, Tiago Siqueira. Sentido público, direções privadas: o processo de formação político-institucional da Fiocruz (1970-1979). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 410 - 451, abr./jun. 2018.

12 O Ipea era um instituto ligado à Secretária de Planejamento (Seplan).

nem um médico. Eu acho que tem que ser uma pessoa alheia ao meio, e até alheia ao assunto”. Então percebi a intenção dele: um homem ligado ao governo, um homem de formação econômica. Era o meu perfil. Eu estaria indicado, segundo ele, porque estava dentro do espírito do Ministério da Saúde. Fiz a recuperação de Manguinhos como qualquer um do *staff* do Reis Veloso poderia fazer, porque tínhamos mentalidade de planejamento. O planejador tem uma ideia política, de conjunto, integrada a um projeto econômico-social.

Assim, Fonseca tornou-se o primeiro presidente no âmbito de Manguinhos que não detinha carreira como pesquisador em ciência da saúde e nenhuma relação institucional com o espaço. Por outro lado, Fonseca exercendo sua influência junto ao ministério do planejamento e da saúde, protagonizou uma série de políticas reformistas na entidade, obtendo apoio político e financeiro do governo federal. Nessas circunstâncias, Fonseca altera o estatuto da Fiocruz, imprimindo maior flexibilidade de gestão e negociações, tal como permitindo a aplicação de recursos e prestação serviço para o setor privado¹³.

Dentre outras medidas tomadas pela gestão Fonseca (1975-1979), chama atenção a criação do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) em 1976, unidade responsável por desenvolver e produzir vacinas, reativos e biofármacos. A gestão Fonseca firma acordo de cooperação com o Instituto Mérieux da França a fim de criar uma Unidade Piloto de Vacina Antimeningocócica na Fiocruz. Como aponta Benchimol, o objetivo se assentou em construir uma empresa de capital misto, com capital majoritário para a Fiocruz e minoritário para a Mérieux. Além disso, os bens adquiridos por Bio-Manguinhos seriam convertidos em capital acionário, cuja contrapartida da Fiocruz na fusão corresponderia a 59% da quantia de Cr\$ 10 milhões, recursos já assegurados pelo Estado por meio da Seplan, as agências de fomento nacional com 1% e a Mérieux com 40% (Benchimol, 2001).

Para Fonseca, a parceira com o instituto francês atendia ao pressuposto de “criar uma estrutura forte que não poderia estar muito ligada ao serviço público” (Hamilton e Azevedo, 2001, p. 263). Apoia-se na ideia de edificação de uma empresa pública, livre para firmar acordos comerciais com o mercado privado e deter a mesma flexibilidade das empresas nas relações administrativas, financeiras, de pessoal e comercial. Porém, gozando das vantagens de estar atrelada ao Estado por meio da transferência de recursos públicos, facilidades de aquisição de bens e produtos, isenções fiscais e de usufruir de um vasto conhecimento adquirido e produzido pelas instituições públicas e de suas instalações. O projeto

13 FIOCRUZ. **Estatuto Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1976, caixa 55, maço 3. Art. 4 e 6.

privatista para a Fiocruz, representado por Bio-Manguinhos, poderia ter sido em maior escala, como pode ser confirmado pelos interesses de Vinícius da Fonseca nesta passagem (Hamilton e Azevedo, 2001, p. 263):

Antes de sair, apresentei ao ministro um trabalho que continha ideias para o futuro da instituição, dentre as quais constava o projeto de organização de uma empresa multinacional, uma sociedade anônima, da qual Manguinhos seria a *holding*. No último item desse trabalho, escrevi: “Outra modificação estrutural, administrativa, a meu ver, indispensável para se consolidar a recuperação da Fiocruz, é a instituição de uma sociedade anônima, Bio-Manguinhos S.A., que sucederia, na área de produção, a atual unidade técnica do mesmo nome”. O projeto contou com muito boa receptividade por parte do BNDES, que seria o segundo sócio da empresa, ao lado da Fiocruz. “A sociedade seria aberta à participação de empresas privadas do ramo, assegurando-se desse modo a sua gradativa privatização, sem que com isso a Fiocruz deva chegar à posição minoritária. A constituição da empresa aparece na forma mais apropriada para tornar a Fiocruz cada vez mais autônoma do ponto de vista econômico-financeiro”. Para alguns da fundação, essa sugestão era um absurdo, eu estava dizendo uma heresia. O ministro aceitou, mas não deu continuidade. Infelizmente, esse projeto não foi adiante.

Dado o passo privatizante com a construção de Bio-Manguinhos, a gestão de Vinícius da Fonseca buscou alinhar a funcionalidade interna priorizando a produção. Desse modo, a pesquisa se tornou coadjuvante no cenário institucional da fundação. Isso porque, de acordo com as presunções tecnocratas-desenvolvimentistas de Vinícius da Fonseca, a pesquisa não garante autonomia financeira. Para ele, o que garantiria autonomia seria focar em determinados tipos de produtos fabricados pela fundação, pois só assim será possível segundo ele; “desmamar das tetas do governo” (Hamilton e Azevedo, 2001, p. 260).

Apesar de não ter obtido sucesso em seu plano de privatização de Bio-Manguinhos, o projeto de alinhamento da estrutura organizativa e política da Fiocruz em bases empresariais ganhou fôlego com o Plano de Reorientação Programática criado pela gestão Fonseca. Contando com aportes financeiros do governo federal, o plano de “recuperação” de Manguinhos (1975-1978), como é conhecido, alterou substancialmente o funcionamento da instituição. Podemos destacar a confecção de normas e diretrizes para os institutos sob comando da administração central, perdendo a autonomia que detinha de funcionamento até então. A centralização contribuiu para que o projeto de reformulação da instituição avançasse; o amplo poder da direção central, dispondo de vultosas quantias financeiras, permitiu uma ampla reforma física nos institutos, pavilhões, edifícios, no *campus* em geral.

Do ponto de vista administrativo-processual, ocorreu a padronização dos processos de compras por meio do *manual de licitações*. Não obstante, pelo fato da fundação se enquadrar no direito privado, dispõe da flexibilidade para efetuar compras e contratos com dispensa de licitação, nos casos em que o recurso aplicado não seja oriundo do tesouro nacional. Por seu turno, o campo das relações de trabalho concentrou esforços em formar um quadro de trabalhadores regidos pela CLT. Porém, a direção da Fiocruz encontrou dificuldades para forjar seu objetivo, por conta do elevado número de trabalhadores em regime estatutário. Além disso, dentre os trabalhadores que se encontravam em regime de CLT, poucos aderiram ao sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), motivo que lhes rendia o direito de estabilização compulsória ao fim de 10 anos de trabalho.

Os trabalhadores com regime estatutário tiveram de optar entre permanecer como servidor público ou migrar para o regime celetista. Esse processo se manteve contínuo durante a ditadura, mas, a partir da gestão de Vinícius da Fonseca, a adesão ao regime celetista se tornou uma busca implacável na fundação. Os números demonstram que, em 1975, a Fiocruz contava com 1.218 trabalhadores estatutários, sendo que 359 escolheram continuar na fundação como estatutários, 499 decidiram retornar à esfera do Ministério da Saúde¹⁴ e permanecer como servidor público e 360 optaram pelo regime celetista¹⁵.

Vinícius da Fonseca contribuiu no estabelecimento de aspectos formais e no delineamento de diretrizes orientadas para as práticas empresariais, enfraquecendo ou mesmo diluindo de modo contundente o serviço público de base estatal voltada ao interesse da coletividade pública. A sua gestão, apesar de grandes transformações, não propiciou uma identidade na fundação, muito por conta da falta de consenso interno acerca de sua posição de liderança institucional¹⁶. No entanto, a proposta articulada entre o regime ditatorial civil-militar e as lideranças internas favoráveis à flexibilização e ao caminho empresarial conseguiu, a partir da gestão Fonseca e mantida na gestão do médico Guilardo Martins Alves (1979-1985), normatizar as regras e os direcionamentos da fundação que se mantiveram até o fim do regime ditatorial civil-militar (1964-1985), constituindo pistas essenciais para a compreensão da estrutura jurídica, organizacional e política da Fiocruz ao longo dos anos até os nossos dias.

14 De acordo com a Lei n. 1.711, de 28 de outubro de 1952, que dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos civis da União, o servidor público está vinculado a determinado ministério. Desse modo, ele poderá solicitar sua transferência para outras entidades do mesmo ministério ou sua incorporação ao mesmo ministério. No caso mencionado, os trabalhadores optaram por retornar ao Ministério da Saúde.

15 Recuperação 1975-1978. Rio de Janeiro, 1979, p. 58.

16 Cf. Britto (1991); e Ponte (2012).

Possibilidades teórico-metodológicas

O estudo das instituições, é de certo modo, pouco explorado no Brasil pelos historiadores em análises do tempo presente. Um dos desafios enfrentados na pesquisa histórica diz respeito a noção de empresa e instituição pública. Para o historiador estadunidense Alfred Chandler, um dos precursores dos estudos históricos em empresas, tomando como referência os Estados Unidos, define empresa industrial como uma “grande empresa comercial privada com fins lucrativos e que produz bens mediante alguns ou todos os sucessivos processos industriais, desde a compra da matéria-prima até a venda ao consumidor final” (Chandler, 1998, p. 131).

Assim, adverte que não se encaixam nesse conceito as empresas de transportes, serviços públicos ou puramente financeiras, sendo apenas aquelas dedicadas à comercialização, à extração de matérias-primas e às de beneficiamento ou manufatura. Desse modo, assinala que a empresa industrial é um organismo econômico autônomo, ou seja, existe sem depender dos indivíduos, sendo ela mesmo agente em todas as transações, de tal modo que possui vida própria e mais longínqua que seus membros (Chandler, 1998). Vale ressaltar que Chandler refere-se a grande empresa industrial dos Estados Unidos como sendo a básica instituição moderna norte-americana. O autor considera dentre outras questões, que os administradores eventualmente modificam suas atividades rotineiras e suas posições de poder, exceto em momento de fortes pressões, sendo necessário concentrar a análise na estrutura organizacional e em seus personagens, sobretudo na figura dos responsáveis pelas decisões e ações operacionais que ele chama de empresários.

O estudo da história das empresas em grande medida sofre acentuada influência das considerações feitas por Chandler, sobretudo no que diz respeito a ideia de “empresa moderna”, aquela que têm por objetivo o lucro, intervindo em pelo menos parcialmente em todo o processo de operações industriais para produzir e comercializar mercadoria. A percepção de que toda empresa está pautada pelo lucro não dá conta das variedades de formas de acumulação do capitalismo contemporâneo. Isto porque uma organização sem fins lucrativos apesar de não distribuir lucros, gere lucro. Entende-se, desse modo, que trata-se de instituições complexas que no capitalismo se adequam como empresas.

Portanto, a Fiocruz configura-se como uma instituição sem fins lucrativos e de natureza pública estatal, sem auferir o lucro diretamente, porém, gera lucro. A Fiocruz carrega praticamente as mesmas práticas e mecanismos organizacio-

nais das empresas privadas com fins lucrativos, ressaltando as particularidades de cada modelo jurídico. Assim sendo, podemos sugerir uma aproximação da Fiocruz ao estudo das empresas, porém, sem limitá-la ao âmbito da infraestrutura, como veremos mais adiante. Partimos da ideia de que instituições ligadas ao aparelho do Estado e organizações sem fins lucrativos ampliam o campo de possibilidades para a história das instituições e a história das empresas, constituindo um terreno fértil e pouco explorado pelos historiadores.

As contribuições de Chandler (1998) são valiosas para a compreensão das dinâmicas internas das empresas e das instituições, em especial pelo uso intensivo e variado de fontes, dentre outras: relatórios anuais e folhetos das companhias, publicações oficiais, artigos em periódicos e, eventualmente, história de empresas e biografias, entrevistas com executivos graduados para complementar o material impresso, correspondência comercial, memorandos, atas de reuniões, complementados por entrevistas com agentes que participaram do processo de mudança organizacional.

Por outro lado, as considerações de Chandler não dão conta de questões fundamentais para a pesquisa, uma vez que o autor não trabalha com contexto histórico, com a dinâmica do capital, não faz menção e relação com o Estado, não apresenta qualquer referência ao papel dos trabalhadores, tampouco dos sujeitos em geral no universo empresarial, ressaltando apenas o protagonismo dos empresários. Deve-se ter muito cuidado para não incorrer no uso excessivo da descrição amplamente empregado por Chandler, bem como não cair na armadilha de tratar a evolução das empresas de forma linear, natural e despolitizada.

Devemos também levar em consideração as debilidades do método comparativo amplamente utilizado por Chandler (1998), voltado para as grandes empresas estadunidenses, com a finalidade de elaborar generalizações. O uso intensivo da história comparada utilizada por Chandler abre margem para uma série de questionamentos e deficiências que não se comprovam com a pesquisa empírica, como por exemplo, a racionalidade e protagonismo dos empresários em um contexto que não cabe incertezas e ações externas, como dos trabalhadores, do mercado, do Estado, da economia, da política, da natureza, dentre outros. Além disso os estudos de Chandler dizem respeito ao cenário norte-americano, de modo que o uso de comparações e o emprego das generalizações não condizem com os aspectos históricos, sociais, políticos, culturais e econômicos no Brasil.

O aspecto de segundo plano do ambiente externo em Chandler (1998), pode ser melhor trabalhado a partir das contribuições para os estudos das empresas e instituições de Witold Kula (1977), que defende uma dualidade integrada

do que é possível fazer ou não em determinadas dimensões e em determinados recortes, de tal modo que o micro e o macro devem ser pensados dialeticamente, não sendo possível separar o estudo do micro (empresa) do estudo do macro (sistema) e vice-versa. Desse modo, Kula (1977) adverte que o estudo das partes não é suficiente, defendendo que o princípio filosófico que dá a totalidade é a organização dialética das partes e não a sua soma. Acrescenta ainda o perigo de olhar a realidade da empresa e construir um tipo ideal, tomando-o como padrão para a análise da realidade como nos termos de Max Weber. No entanto, Kula alerta para o dimensionamento da lente da investigação científica, pois mesmo levando em consideração as múltiplas relações, a pesquisa deve manter um foco em questões específicas.

Para discutirmos as relações de poder com o Estado, mercado e o universo interno, diferentemente de Chandler, levamos em consideração a ação dos sujeitos coletivos e a reformulação da perspectiva de Estado. Para Chandler (1998) a empresa tem vida própria e paira no ar, o mesmo cabe ao Estado, tratado como uma entidade, apesar de não ser trabalhado especificamente pelo autor. Assim, o emprego teórico e metodológico da noção de Estado Ampliado e Bloco Histórico do italiano Antonio Gramsci nos oferece importantes contributos para o estudo das relações de poder interno e externo nas empresas e instituições, como veremos a seguir.

Para Gramsci (2000), o Estado não é um sujeito que se coloca acima da sociedade e dos homens como na perspectiva liberal, tampouco é um objeto a serviço exclusivamente dos interesses burgueses ou de uma determinada classe ou fração, tese que podemos encontrar em certas correntes marxistas. O Estado em Gramsci é acima de tudo uma relação social presente em formações históricas e sociais concretas. Desse modo, entendemos o Estado como uma “condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe, tal como ele expressa, de maneira sempre específica, no seio do Estado” (Poulantzas, 1980, p. 147).

O Estado em Gramsci mantém sua natureza classista defendida por Karl Marx, mas ele se ampliou e, também está atravessado pelas lutas de classes de interesses dos subalternos. O Estado em Gramsci opera-se com uma lógica triádica, compreendendo três níveis de percepção da sociedade e do Estado como demonstra Sônia Mendonça (2003, p. 2):

- a) infra-estrutura – o espaço das relações de produção e de trabalho; b) sociedade civil – conjunto dos indivíduos organizados nos aparelhos privados de hegemonia e cerne da ação/pressão política consistentemente dirigida à consecução de certos objetivos de grupo; c) sociedade política – ou Estado em sentido estrito, identificado ao que mais comumente designamos como Estado, isto é, o conjunto de aparelhos

e agências do poder público. O peculiar nessa visão de Estado ampliado é que ele, sendo uma relação social, engloba tanto a sociedade civil quanto a sociedade política, em permanente interação e interconexão.

A unidade entre estrutura e superestrutura forma o conceito de bloco histórico, no qual Gramsci adverte para o fato de não ser “verdade que a filosofia da práxis ‘destaque’ a estrutura das superestruturas; ao contrário, ela concebe o desenvolvimento delas como intimamente relacionado e necessariamente inter-relativo e recíproco” (Gramsci, 1999, p. 369). Nesse sentido, o Estado Ampliado ou Integral de Gramsci é formado pela sociedade política¹⁷ e sociedade civil, que se constituiu através do nexos dialético de unidade-distinção, ou seja, uma inseparável relação entre o exercício da dominação que se expressa na sociedade civil e a coerção na sociedade política, mesmo que ambos possuam funcionamentos distintos (Gramsci, 2000).

A sociedade civil em Gramsci é formada por um conjunto de aparelhos privados de hegemonia (APH), ou seja, organismos sociais coletivos que organizam as vontades coletivas, visões de mundo, as consciências sociais de modo a adequá-las ou não aos interesses das classes dominantes, isto é, comporta tanto APHs das classes e frações dominantes, como dos subalternos e formas outras de organização de luta de cariz social, através de formas de dominação por meio do convencimento (Gramsci, 2000). Dessa forma, será na sociedade civil que ocorre o processo de “luta de classes, de conquistas democratizantes e de suas limitações no âmbito do Estado capitalista” (Fontes, 2010, p. 133). Portanto, a sociedade civil em Gramsci é inseparável da noção de totalidade.

A hegemonia é uma das dimensões da dominação para Gramsci, ela é entendida como um conjunto de estratégias que o poder dominante emprega para obter o consentimento a partir da direção política e cultural de uma classe sobre a outra, materializada através da sociedade civil (Coutinho, 2003, p. 128). A hegemonia em Gramsci se fundamenta a partir da “combinação da força e do consenso” (Gramsci, 2000, p. 95).

Nessa direção, Sônia Regina Mendonça (2014) em seu artigo *O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica* nos apresenta dois caminhos teóricos e metodológicos para o estudo do Estado ampliado em Gramsci que se adequa ao estudo das instituições: o primeiro exemplificado no trabalho da própria autora em *O Ruralismo Brasileiro* (1997), a partir da análise dos aparelhos privados de

17 A sociedade política também chamada por Gramsci de “Estado-governo” ou “Estado do político” é o Estado em seu sentido restrito, correspondente ao aparelho governamental voltada para a administração direta e do exercício legal da coerção sobre aqueles que não consentem de maneira ativa ou passivamente.

hegemonia que se encontram na sociedade civil com objetivo de perceber quais de seus projetos são adensados na sociedade política (Estado restrito), verificando as formas organizacionais, as bases sociais, os intelectuais orgânicos, as divergências e disputas entre aparelhos privados de hegemonia; e um segundo itinerário que parte das mesmas premissas, porém, concentra-se na análise da dinâmica interna do próprio aparelho privado de hegemonia, investigando as inter-relações entre distintas frações de classes endógenas, as divergências de projetos internamente, levando em conta quais projetos se impuseram como hegemônicos, bem como a análise dos intelectuais orgânicos, as bases sociais do aparelho privado de hegemonia e as modalidades organizacionais. No segundo caso exemplificado do trabalho do cientista político Álvaro Bianchi, na obra *Um Ministério dos Industriais* (2010), pouco se realizou quanto a análise do APH junto ao Estado restrito.

Diante disso, refletimos sobre como podemos aproximar nossa temática com tais enunciados. Logo de início nos deparamos com a questão teórica referente a ideia de sociedade civil, ao contrário dos pressupostos defendidos por Gramsci, a sociedade civil é vista hegemonicamente nas fileiras da academia e dos documentos oficiais do poder público em diferentes governos como algo positivo formada por “associações voluntárias”, auto organizadas, marcadas por laços de solidariedade, atuando de forma autônoma, sendo responsável por harmonizar a relação Estado e mercado, bem como por manter a coesão social, promovendo a cidadania e a democracia participativa (Bresser-Pereira, 1999)

Bresser-Pereira (1999) o principal expoente dessa corrente interpretativa no Brasil, assinala a ideia de um misto público e privado para entidades como a Fiocruz, no qual o segundo se sobrepõe ao primeiro, de modo que a existência da natureza pública só é aceitável pelo fato da instituição pertencer ao campo da saúde, setor que ainda não sofreu o processo de privatização em sentido *stricto sensu*. Bresser-Pereira (1999), sustenta que setores como a saúde, “ainda” devem, de alguma maneira, ficar atrelada ao Estado, até que o mercado se interesse por ela. Ele defende também a setorização das esferas sociais em três níveis: o primeiro setor (Estado); o segundo setor (mercado) e; o terceiro setor (sociedade civil). Percebe-se, assim, a apropriação do conceito de sociedade civil por uma via liberal, completamente oposta e não poderia deixar de ser diferente, dos enunciados de Gramsci. Nessa linha interpretativa que se tornou hegemônica, atribuem ao Estado o campo da política, ao mercado a função econômica e a sociedade civil o âmbito social.

Os usos liberais do conceito de sociedade civil englobam uma infinidade de organismos coletivos, instituições, empresas, dentre outras, bem como de

natureza diversas, num mesmo arcabouço conceitual. Além da falta de precisão, tal roupagem do conceito de sociedade civil despreza por completo o conceito de capitalismo, de classe social e da noção de totalidade. A sociedade civil nesses termos perde seu caráter transformador ou contra-hegemônico, tornando-se um instrumento legitimador de práticas do capitalismo contemporâneo (Mendonça, 2013, p. 17-25).

Para não cair nas armadilhas do revisionismo do conceito de sociedade civil, nos deparamos com a dificuldade de “enquadramento” conceitual da Fiocruz. Caberia dizer que a Fiocruz é um aparelho privado de hegemonia? Uma agência do Estado Restrito? Uma empresa e se vincula a esfera da infraestrutura? Tomando por base a natureza da Fiocruz de instituição pública vinculada ao Ministério da Saúde, formada por servidores públicos, bem como por diversos outros trabalhadores de natureza contratual variada, assim como regida por normas, diretrizes e aspectos legais específicos do serviço público, podemos sugerir que ela é um aparelho de Estado e nada tem de aparelho privado de hegemonia no sentido *stricto sensu* do termo gramsciano?

Por outro lado, a Fiocruz atua nos processos de formação, educação e promove a elaboração de consciência coletiva, bem como comporta em seu interior modalidades distintas de instituições, o que sugere a ideia de APH. As questões teóricas que visam imputar conceitos pré-acabados para entidades como a Fiocruz não são de fácil apreensão e manuseio, o que torna fundamental a capacidade de analisar e compreender o conjunto da ossatura teórica do objeto, sem perder de vista que “categorias” conceituais “não devem ser concebidas como esquemas rígidos, mas apenas como critérios práticos de interpretação histórica e política”¹⁸. Nas análises concretas dos eventos reais, as formas históricas são determinadas e quase “únicas” (Gramsci, 2000, p. 67). Portanto, não cabendo a Fiocruz ou qualquer outra instituição ou mesmo uma empresa escolhida como objetivo de estudo no modelo, de maneira alguma torna-se uma barreira para a investigação, mas surgem pistas fundamentais que colocam o problema por inteiro.

Para além disso, o referencial teórico e metodológico gramsciano nos ajuda a pensar as relações sociais tomando por base os sujeitos. Além de Mendonça (2014) conferir um método com base em Gramsci que trabalhe com a relação sociedade civil e sociedade política, ele nos ajuda também em diversas maneiras, vejamos: verificar quem são os grupos e agentes sociais, a que classe ou fração dela estão organicamente vinculados, bem como o que estão disputando no in-

18 A formulação teórica deve-se fundamentalmente ao diálogo e sugestões da historiadora Virgínia Fontes. Cabe ressaltar que qualquer inconsistência e possível equívoco são de minha responsabilidade.

terior da relação Fiocruz e mesmo com as agências de poder estatal. Assim sendo, Gramsci permite olhar as relações intra e extraclases e o Estado, bem como as agências da sociedade civil. Portanto, a infraestrutura e a superestrutura estão organicamente relacionadas.

Concluimos nosso texto evidenciando a importância dos estudos das instituições e empresas públicas e privadas no tempo presente. Acreditamos que a compreensão da dinâmica interna, seus agentes e suas múltiplas relações com o Estado, sociedade civil e a infra-estrutura, considerando os contextos históricos, bem como as inter-relações micro e macrosociais, podem enriquecer o debate historiográfico e o mundo em que vivemos, desvelando a essência e aparência das nossas instituições e dos sujeitos sociais vinculantes. Dessa maneira, podemos perceber que a Fiocruz não é uma entidade deslocada da sua realidade política e social. Pensar a política de saúde pública brasileira passa necessariamente pela análise e compreensão das agências, agentes e instituições desse universo, a qual a Fiocruz pertence. Por fim, o estudo de sua organização e política, abre caminho para discutirmos os processos de privatização, flexibilização e expropriação do bem público, dos direitos trabalhistas e acesso a saúde universal e gratuita a partir da análise da dinâmica interna, observando que tais políticas estão em permanente tensão, organicamente ligadas pelas relação dialética entre o micro e o macrosocial.

Referências

- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada**. 20. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/Bio-Manguinhos, 2001.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 200**, de 25 de fevereiro de 1967.
- BRASIL. **Ato Institucional n. 5**, de 13 de dezembro de 1968.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 66.624**, de 22 de maio de 1970.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 67.049**, de 13 de agosto de 1970.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 74.878**, de 12 de novembro de 1974.
- BRASIL. **Decreto-Lei n. 77.481**, de 23 de abril de 1976.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. & SPINK, Peter (Org.). **Reforma do estado e da administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. & GRAU, N. C. (Org.). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- BRITTO, Nara. (Coord.). **Memória de Manguinhos**. Acervo de depoimentos. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 1991.

- CHANDLER JR., Alfred. **Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.
- DIAS, José Nazaré Teixeira. **A reforma administrativa de 1967**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1969. (Série Cadernos de Administração Pública, n. 73).
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 1. ed. Rio de Janeiro: editora da UFRJ, 2010.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. **Estatuto Fiocruz**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1976, caixa 55, maço 3.
- _____. **Recuperação 1975-1978**. Fundo Presidência, Departamento de Arquivo e Documentação/Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Fiocruz, caixa 12, maço 6, 1979.
- _____. **Relatório de Atividades 2000**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, v. 1, 1999.
- _____. **Cadernos do cárcere**, vol. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- HAMILTON, Wanda. Massacre de Manguinhos: crônica de uma morte anunciada. **Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-18, 1989.
- HAMILTON, Wanda; AZEVEDO, Nara. Um estranho no ninho: memórias de um ex-presidente da Fiocruz. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 237- 264, 2001.
- KULA, Witold. Las Investigaciones Sobre la Historia de las Empresas. In: **Problemas y métodos de la historia económica**. Barcelona: Península, 1977, pp. 139-186.
- LEMONS, Renato. Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964. **Marx e o Marxismo**, Niterói, v. 2, n. 2, p. 111-138, 2014.
- LENT, Herman. **O massacre de Manguinhos**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978.
- MARCELINO, Gileno Fernandes. Administração pública brasileira: evolução, situação atual e perspectivas futuras. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 117, n. 2, p. 105-116, 1989.
- MENDONÇA, Sônia. R. de. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. **Marx e o Marxismo**, v. 2, p. 27-43, 2014.
- _____. Estado e Poder no Brasil: Abordagens Teórico-Metodológicas. In: **XXII Simpósio Nacional de História**, 2003, João Pessoa. Anais Eletrônicos do XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa: ANPUH/UFPb, 2003. v. 1, p. 1-5.
- _____. **O Ruralismo Brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Sociedade Civil em Gramsci: venturas e desventuras de um conceito. In: Sonia Regina de Mendonça; Dilma Andrade de Paula. (Org.). **Sociedade Civil: ensaios históricos**. 1ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, v. 1, p. 15-25.

MOUSSATCHÉ, Haity. Haity Moussatché: homenagem ao guerreiro da ciência brasileira. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 443-491, jul./out. 1998.

PONTE, Carlos Fidelis. **Pesquisa versus produção em Manguinhos: constrangimentos e perspectivas de desenvolvimento tecnológico em uma instituição pública**. 2012. 239 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

REIS, Tiago Siqueira. **Trajetória político-institucional da Fiocruz (1970-2003): a flexibilização gerencial como projeto**. Dissertação de Mestrado em História. Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2017.

_____. Sentido público, direções privadas: o processo de formação político-institucional da Fiocruz (1970-1979). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 410 - 451, abr./jun. 2018.

REZENDE, Fernando. O crescimento (descontrolado) da intervenção governamental na economia brasileira. In: LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de; ABRANCHES, Sérgio Henrique (Org.). **As origens da crise: Estado autoritário e planejamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Vértice/Iuperj. 1987.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Brasília, DF: MCT, 2001.

MOVIMENTO NEGRO BRASILEIRO: UMA UTOPIA E VÁRIAS HISTÓRIAS DO TEMPO PRESENTE

Petrônio Domingues

O objetivo deste capítulo é reconstituir, em linhas gerais, a trajetória do movimento negro brasileiro em sua fase contemporânea. A ideia central é relacionar a história do protesto negro com a história das relações entre Estado e sociedade civil no Brasil nos últimos quarenta anos. Mas, o que é movimento negro? A somatória de esforços dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade, em particular os derivados dos preconceitos e discriminações raciais. É em torno da experiência do racismo e antirracismo que os negros identificam interesses comuns, unem-se na esfera pública como sujeitos políticos, definem programas, tradições, cenografias, repertórios e plataformas de atuação, e envidam esforços em favor de objetivos específicos.

Pode-se considerar o movimento negro brasileiro como porta-voz das lutas, aspirações e reivindicações da população afro-brasileira. Constitui uma arena de debates e agenciamento que articula discursos, signos, projetos e ações coletivas à luz do ideal de igualdade racial e justiça social, em vista de garantir à população afro-brasileira direitos humanos, cidadania plena, reconhecimento e redistribuição.

A história do movimento negro é integrada à história Brasil, e não algo à parte. Isto significa que sua trajetória reflete as várias conjunturas políticas, sociais, econômicas e culturais pelas quais tem passado o país. O movimento negro contemporâneo nasceu no contexto da ditadura militar, quando esta entrou em crise e se desencadeou um processo de distensão e “abertura política” (Mitchell, 1985; Rios, 2014). Foi aí que novos personagens entraram em cena no Brasil. Trabalhadores, mulheres, negros e gays se (re)articularam coletivamente, desfraldando suas bandeiras e lutas específicas, no campo dos direitos e da cidadania. Testemunhou-se uma espécie de insurgência da sociedade civil contra o Estado, o que pavimentou o terreno para a vida política do país retomar aos poucos os rumos da democracia.

Do MNU ao paradigma das ações afirmativas

Em 18 de junho de 1978, o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) foi criado em São Paulo, como reação à discriminação do Clube Tietê a quatro atletas negros e, também, à morte de Robson Silveira da Luz, negro, trabalhador e pai de família. O MUCDR é considerado o marco inaugural do movimento negro contemporâneo. Um ato público, realizado em 7 de julho nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo – contando com a presença de Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Yedo Ferreira, Hamilton Cardoso, Milton Barbosa, Eduardo de Oliveira, Rafael Pinto, Neuza Maria Pereira, entre mais de mil pessoas –, consistiu na primeira atividade pública da nova organização. Na ocasião, foram lidas moções de apoio de grupos negros de vários estados. Uma carta aberta lançada à população anunciava importantes posições do movimento:

Hoje estamos nas ruas numa campanha de denúncia! Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o subemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro! Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado contra o racismo¹.

No dia seguinte ao ato público, o jornal *Folha de São Paulo* reportou aos seus leitores: “O braço direito esticado e a mão fechada, gesto característico do movimento americano *Black Power*, foi usado ontem, nas escadarias do Teatro Municipal, como o princípio de uma luta negra contra o racismo no Brasil”². Bem-sucedido, o protesto do MUCDR – de ocupação do espaço público em defesa dos direitos da população negra e contestação do regime autoritário vigente – repercutiu nacional e internacionalmente, contribuindo para a emergência da mobilização racial e o desenvolvimento de diferentes ações de outros movimentos sociais que esgrimiam contra a ditadura.

Em 23 de julho, foi realizada a primeira assembleia de estruturação do MUCDR, quando decidiu-se adicionar o vocábulo “negro” ao nome da entidade, dali em diante chamada de Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Com a adoção do vocábulo “negro”, em vez da construção de uma frente ampla aglutinando todos os “discriminados”, optou-se por

1 A Carta Aberta à população lançada pelo MUCDR foi publicada em Lélia Gonzalez e Carlos Hembalg (1982, p. 50).

2 “Negros protestam em praça pública”. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 8 de julho de 1978, p. 9.

uma organização que reunisse somente grupos negros que emergiam pelo Brasil afora naquele instante. Na segunda assembleia do MNUCDR, realizada no Rio de Janeiro nos dias 9 e 10 de setembro, foram aprovados o Estatuto, a Carta de Princípios e o Programa de Ação (Movimento Negro Unificado, 1988, p. 78).

Já na terceira assembleia, sediada na Bahia em 4 de novembro, acolheu-se o 20 de Novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra. A proposta foi originalmente apresentada pelos ativistas do Rio Grande do Sul, os quais viam a abolição da escravidão como uma farsa – uma “falsa liberdade” –, por isso passaram a rechaçar as comemorações do dia 13 de Maio. Em seu lugar, eles elegeram o 20 de novembro – data presumível da morte de Zumbi, o legendário líder do Quilombo de Palmares, que foi apropriado como símbolo-mor da resistência à opressão.

O 1º. Congresso do MNUCDR ocorreu no Rio de Janeiro, nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 1979, reunindo delegados de São Paulo, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo. Entre outras deliberações, aprovou-se abreviar o nome da organização para Movimento Negro Unificado (MNU). Com o intuito de realizar um trabalho de base e ter penetração no meio popular, o MNU formou os Centros de Luta em algumas cidades. Em curto intervalo de tempo, a organização se ramificou por vários lugares do país, com sucursais sendo abertas no Rio de Janeiro, em Vitória, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre.

O MNU procurava conscientizar as pessoas negras e os brasileiros em geral para o problema do racismo, assim como buscava organizar seus membros para se insurgirem contra esse problema (Covin, 2006). Do ponto de vista dos referenciais, o MNU foi influenciado, externamente, pelos movimentos de direitos civis e do poder negro nos Estados Unidos, bem como pelos movimentos de libertação nacional na África, especialmente das colônias portuguesas; já em âmbito interno, a organização foi influenciada pela perspectiva no campo da esquerda, de oposição à ditadura. Politizando a questão do negro, o MNU abraçou uma nova concepção de luta antirracista, que articulava os temas *raça e classe*. As bandeiras específicas do negro deviam ser desfraldadas em combinação com as bandeiras gerais que clamavam por emprego, educação, moradia, saúde, segurança etc (Hanchard, 2001, p. 146-148).

A mensagem do MNU conquistou corações e mentes de uma parcela da população afro-brasileira. Eis a razão pela qual, na sua esteira, surgiram o Centro de Cultura Negra (CCN) do Maranhão, a Associação Cultural Zumbi (ACZ), em Maceió; o Grupo Negro da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), em Belém; o

Grupo de União e Consciência Negra (Grucon) e os Agentes de Pastoral Negros (APNs), no Rio de Janeiro, entre muitas outras organizações negras espalhadas em diferentes estados do país.

A conjuntura nacional – durante o processo de “abertura política” e gradual transição para o governo civil – era de agitação política. E os ativistas negros não perderam o bonde da história. Ao mesmo tempo em que atacavam o problema do racismo, eles também buscavam estabelecer alianças com grupos e instituições que lutavam contra o regime militar. Afinal, viviam numa sociedade que não era nem uma democracia política nem, como logo perceberam, uma democracia racial (Andrews, 1995; Alberto, 2011).

Em 1980, os ativistas negros lideraram uma campanha pela criação do Parque Nacional Zumbi dos Palmares, na Serra da Barriga, atual estado de Alagoas. Foi ali o berço do Quilombo dos Palmares e onde viveu o seu maior líder, Zumbi. Considerado o maior quilombo das Américas, Palmares chegou a abrigar cerca de 30 mil pessoas e resistiu por mais de uma centúria (do final do século XVI até o início do século XVIII) as consecutivas investidas por parte do poder colonial português. A campanha pela criação do Parque levou anos, entre avanços e recuos, até que, em 1986, houve o tombamento da Serra da Barriga, reconhecida como patrimônio cultural brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Durante a década de 1980, um grupo de mulheres negras se convenceu da necessidade de lutar a um só tempo contra o racismo e o sexismo, já que essas duas formas de opressão estariam interligadas. Para Luiza Bairos, somente à luz da dimensão do racismo e sexismo, conjugadamente, pode-se conferir significados às diferentes percepções e experiências de ser negro (vividas através do gênero) e de ser mulher (vividas através da raça) (Bairros, 1995, p. 461). Compartilhando dessa premissa, algumas mulheres negras encontraram caminhos próprios de autodeterminação política, soltaram suas vozes, brigaram por espaço de representação, tanto no movimento negro, quanto no movimento feminista, e se fizeram presentes em todos os espaços de relevância para a discussão das questões da mulher negra. O resultado disso foi o enegrecimento do movimento feminista e a ampliação do protagonismo das mulheres no movimento negro (Carneiro, 2003, p. 58).

Naquele contexto, foram realizados os primeiros encontros regionais de negros, do Norte-Nordeste, do Sul-Sudeste, além dos encontros estaduais e nacionais de mulheres negras. Esses eventos foram fundamentais para o intercâmbio de informações, troca de experiências, definição de estratégias de luta e a construção das redes de relação que concorreram para a consolidação do movimento

negro brasileiro contemporâneo. No caso das mulheres negras, aqueles encontros serviram para elas se estruturarem, organizarem uma representação nacional e definirem suas agendas (Domingues, 2009).

Diante do processo de redemocratização do país, com a volta das eleições diretas para os governos estaduais em 1982, os ativistas negros se aproximaram ou aderiram a alguns dos novos partidos políticos – sobretudo ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) – e buscaram cavar espaço de interlocução com o poder público. Foi nessa ambiência que se criou os primeiros órgãos governamentais para tratar das questões relacionadas à população afro-brasileira. O pioneirismo, nesse sentido, coube ao Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra do Estado de São Paulo, fundado durante o governo de Franco Montoro (1983-1987). No Rio de Janeiro, o governo de Leonel Brizola criou a Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Negras, em 1991 (Santos, 2007).

A partir desse novo cenário, os órgãos consultivos e, posteriormente, executivos de gestões municipais, estaduais e Federal – as coordenadorias, assessorias, secretarias e similares – começaram a discutir, em âmbito estatal, a pauta que o movimento negro vinha postulando contra o racismo no mercado de trabalho, na educação, na saúde, na segurança pública, enfim, em diferentes áreas.

A campanha das Diretas Já, em 1984, desencadeou uma mobilização de setores do movimento negro, que participaram ativamente da campanha, procurando conferir visibilidade a algumas de suas demandas específicas. Se, por um lado, a campanha, que foi um marco no processo de redemocratização do Brasil, malogrou, por outro, contribuiu para o acúmulo de forças do movimento negro. Isso explica seu ímpeto nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, com o lançamento inclusive de candidaturas próprias. As lideranças negras não conseguiram passar pelo teste das urnas (Andrews, 1998, p. 305), mas duas de suas proposituras foram contempladas na Constituição promulgada em 1988: a tipificação do racismo como crime inafiançável e imprescritível e o reconhecimento do direito à terra das comunidades remanescentes de quilombos.

Segundo Edward Telles, a Constituição de 1988 trouxe alterações nas “bases legais da defesa dos direitos humanos no país, e também reconheceu os princípios de tolerância, do multiculturalismo e da dignidade individual. Direitos e identidades tornaram-se a base de centenas de leis antirracistas em vários níveis jurisdicionais” (Telles, 2003, p. 71). A partir da chamada “constituição cidadã”, o movimento negro arvorou-se como sujeito coletivo de direitos, expandiu-se, fortaleceu-se e ganhou destaque no processo de construção

da Nova República – termo utilizado para designar o pacto de governabilidade que se seguiu ao fim da ditadura.

Fato é que os avanços institucionais das questões da população negra foram significativos com a redemocratização do país (Rios, 2012; 2014). Em alguns estados e municípios, foram entabulados programas específicos direcionados à promoção da igualdade racial e do reconhecimento da cultura afro-brasileira, culminando com a instalação, pelo então presidente José Sarney, da Assessoria para Assuntos Afro-brasileiros e da Comissão do Centenário da Abolição da Escravatura. Como corolário desse processo, em 1988, foi criada a Fundação Cultural Palmares, órgão vinculado ao Ministério da Cultura, com o papel de ser o interlocutor entre a comunidade afro-brasileira e o poder público.

Se, de um lado, o governo federal investiu no caráter ufanista, festivo e despolitizado das comemorações do Centenário da Abolição, de outro, o movimento negro contestou esse posicionamento oficial. Houve um grande esforço dos ativistas em todo o país para animar a discussão na sociedade sobre a ideologia da democracia racial. Um dos pontos altos, nesse aspecto, foi a “Marcha contra a farsa da Abolição”, realizada no Rio de Janeiro em 11 de maio de 1988. Consistiu em uma grande passeada da Candelária à Central do Brasil, no coração da cidade. Seu cartaz de divulgação, intitulado “Nada mudou – Vamos mudar”, apresentava duas imagens justapostas: uma gravura representando negros sendo vendidos como escravos antes de 1888 e uma fotografia contemporânea de negros amarrados pelo pescoço com uma corda, sendo vigiados por um policial (Pereira, 2013, p. 305).

A “Marcha contra a farsa da Abolição” ganhou repercussão nacional, sobretudo devido à postura do Exército brasileiro, que acionou um grande aparato militar para impedir a passagem dos ativistas negros pelo busto de Duque de Caxias (o patrono daquela Força Armada), que fica em frente ao Comando Militar do Leste, ao lado da Central do Brasil. A postura do Exército, contraditoriamente, deu mais projeção para o movimento negro e suas lideranças, que reivindicavam direitos e denunciavam a não existência da democracia racial no Brasil, mesmo 100 anos após a Abolição (Hanchard, 2001, p. 174-176).

Em vários estados, lideranças e entidades do movimento negro promoveram eventos (debates, plenárias e atos públicos) para problematizar e contestar as celebrações oficiais da efeméride. Isto impulsionou a discussão sobre a questão racial no Brasil, o que contribuiu para a formação de novas organizações negras por todo o país, como a União de Negros pela Igualdade (Unegro), na cidade de Salvador, em 1988; o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas

(Ceap), no Rio de Janeiro, em 1989, e o Geledés, na capital paulista, em 1988. Nesse contexto, o MNU tornou-se apenas mais uma organização entre muitas, e não a entidade guarda-chuva que pretendia ser.

Um raio em céu azul

A criação do Geledés aconteceu no mesmo ano de realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, o que fomentou a ideia de formação de outras organizações dedicadas exclusivamente às questões de gênero e raça em várias partes do país. Ao longo da década de 1990, o movimento de mulheres negras alargou seu raio de ação, ampliou sua representatividade, ganhou força, visibilidade e impacto na esfera pública, com a criação de fóruns, redes de articulação e diversas instituições locais, estaduais e regionais, o que contribuiu para re-crudescer e legitimar o debate público em torno da questão racial, de gênero e feminista no Brasil (Roland, 2000).

Além de impulsionar o movimento de mulheres negras, a experiência do Geledés foi importante em outro aspecto: a busca de fontes alternativas de financiamento. As entidades negras sempre enfrentaram o problema da precariedade de recursos, problema que, ora inviabilizava, ora limitava seus projetos e ações. Nesse sentido, o Geledés também serviu de paradigma para muitas outras entidades, na medida em que sua atuação se caracterizava pela implementação de programas e projetos financiados majoritariamente por instituições estrangeiras (como a Fundação Ford e a Fundação MacArthur), da chamada “cooperação internacional”.

No decorrer da década de 1990, as entidades negras se diversificaram, assumindo novos contornos, perfis e dimensões. Surgiram várias Organizações Não Governamentais (ONGs), como o Grupo Mulheres Negras Dandara no Cerrado (1991), em Goiana; a Criola (1992), no Rio de Janeiro; o Centro de Estudos das Relações do Trabalho e da Desigualdade (1992) e a Fala Preta! Organização de Mulheres Negras (1997), em São Paulo, entre muitas outras. Inscritas no universo do chamado Terceiro Setor, as ONGs negras procuram executar políticas de parceria entre o poder público e a sociedade civil, incidindo em áreas onde a prestação de serviços sociais é carente ou até mesmo ausente. Em linhas gerais, elas atuam em determinados temas específicos (mercado de trabalho e relações raciais; saúde da mulher negra; defesa e garantia de direitos humanos; educação e racismo etc), a partir de projeto financiados, seja por agências públicas ou privadas – nacionais e internacionais (Santos, 2009).

Nesse contexto de emergência de organizações negras de novo tipo, é importante salientar a profissionalização dos militantes, “que recebem recursos e aportes financeiros para realizar seus trabalhos. São homens e mulheres, em sua grande maioria militantes negros dedicados à luta contra o racismo”, que passaram a desenvolver suas atividades de maneira remunerada. “Não somente auferindo recursos financeiros, mas, fundamentalmente, tendo oportunidades de se qualificar, de estudar temas específicos e inclusive ingressar na vida acadêmica, fazendo cursos de graduação e pós-graduação” (Pereira, 2013, p. 314-315).

Até as organizações negras tradicionais, como o Centro de Cultura Negra (CCN) do Maranhão e o Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), passaram a encampar projetos focados em determinadas áreas e financiados, quer pelo poder público quer por agências multilaterais – instituições da cooperação internacional. Sem a perspectiva de frente única, o movimento negro tornou-se cada vez mais policêntrico e especializado, com as entidades se dedicando a domínios específicos de intervenção.

Uma das mais importantes demandas do movimento negro é a da regularização das “terras de preto”, que projetou o movimento quilombola na esfera pública no Brasil. Um marco desse processo foi o I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais, ocorrido em Brasília em 1995, que preparou o terreno para a unificação de um movimento que já vinha se articulando a nível regional. No ano seguinte, em 1996, foi criada na cidade de Bom Jesus da Lapa (BA) a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), congregando mais de vinte organizações locais e estaduais de diversos rincões.

Desde então, constata-se um forte ímpeto dos quilombolas, que cumprem seu papel na condição de sujeitos políticos empenhados em demonstrar à sociedade civil (universidade, igreja, imprensa, movimentos sociais) e aos setores do governo a legitimidade de suas reivindicações. As comunidades quilombolas têm se mobilizado nacionalmente para exigir títulos de propriedades das terras e políticas econômicas (de desenvolvimento sustentável), de saúde, educacionais e culturais em seus territórios. Com isso, seus direitos, anseios e narrativas identitárias passaram a fazer parte da agenda nacional (Arruti, 2008; 2009).

Uma forma de atuação específica do movimento negro que ganhou envergadura nacional foi o trabalho na área educacional. Na verdade, a luta pela educação étnico-racial é histórica: remonta à fase primeva do MNU, quando seus ativistas reivindicavam a introdução dos estudos africanos nos currículos escolares, assim como uma reavaliação do papel do negro na História do Brasil e, em uníssono, denunciavam o racismo no sistema de ensino, por meio da crítica

ao livro didático, ao currículo e à formação dos professores (Domingues, 2009a). Apesar disso, foi somente na década de 1990 que o movimento negro se apropriou da educação com maior vulto como estratégia de ação política. Ao lado do denunciamento, o movimento empreendeu projetos inovadores.

Desses projetos, ganhou destaque o trabalho para levar jovens negros às universidades através da criação de cursos pré-vestibulares para negros e carentes. Diferentemente das ONGS, tais cursos se baseiam no trabalho voluntário realizado por professores e coordenadores de cada núcleo. Em Salvador, a experiência pioneira foi a do pré-vestibular para negros e carentes da Cooperativa Educacional Steve Biko, criado em 1992; em São Paulo, a do Núcleo de Consciência Negra na USP, lançado em 1994 e, no Rio de Janeiro, a do Educação e Cidadania de Afro-descendentes e Carentes (Educafro), nascido em 1993. Desses cursos pré-vestibulares, o Educafro foi o que mais investiu em uma sólida infraestrutura, convertendo-se em modelo para experiências semelhantes em várias partes do país.

Outra forma de atuação específica do movimento negro, que assumiu vitalidade na década de 1990, foi o trabalho da juventude ou dedicado às pessoas dessa faixa geracional. As reflexões apontam para a importância do reconhecimento da organização dos jovens negros no processo de redefinir e alargar a concepção de política racial, na medida em que esses sujeitos protagonizam novas formas de resistência e pugnam por igualdade e justiça a partir de novas ferramentas que têm conseguido, mesmo com dificuldades, questionar paradigmas e estabelecer novos métodos de luta no enfrentamento do racismo. O movimento *hip-hop*, com expressiva inserção nas periferias de muitas capitais brasileiras, é uma evidência disso. Aglutinados em uma *posse* ou *coletivo*, seus adeptos utilizam o *rap* e o grafite como linguagem para denunciar e contestar a ordem vigente.

Em 2007, ocorreu o I Encontro Nacional da Juventude Negra, na cidade de Lauro de Freitas (BA). O tema do evento foi “Novas perspectivas na militância étnico/racial” e contou com a participação de delegações de 17 estados brasileiros. Como desdobramentos, foram criados o Fórum Nacional de Juventude Negra (Fonajune) e a Campanha Nacional Contra o Extermínio da Juventude Negra (Ribeiro, 2014, p. 151).

Durante a década de 1990, o movimento negro multiplicou seus quadros, ampliou sua capilaridade pelo território nacional, adquiriu mais reconhecimento, na medida em que pavimentou ou estreitou um diálogo com o Estado e a sociedade civil. O movimento foi precursor na defesa das políticas de ações afirmativas – também conhecidas como políticas compensatórias ou reparatórias –, das quais ganhariam destaque as cotas raciais, uma proposta controversa, que polarizou o debate público (Moehlecke, 2002).

O MNU manteve-se em atividade, travando embates em favor dos direitos dos negros e da transformação da sociedade brasileira. Divulgou diversos manifestos a partir de seus encontros e congressos, provocando discussões e ações voltadas ao combate ao racismo, porém passou a sofrer a concorrência de outras entidades negras de abrangência (ou representação) nacional, como a Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), a Coordenação Nacional dos Estudantes Negros Universitários (Cecun), a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), o Movimento Pelas Reparações (MPR) dos afrodescendentes, a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Ressaltam-se, ainda, as articulações nacionais de mulheres negras³, de sindicalistas negros, de religiosos de matriz africana e o ativismo na esfera cultural, jurídica, do trabalho, da saúde, entre outras áreas.

Um momento chave do movimento negro, relacionado ao início de sua luta pelas ações afirmativas no Brasil, foi a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, realizada em Brasília no dia 20 de novembro de 1995, durante as comemorações aos 300 anos de morte de Zumbi. A Marcha atraiu à capital federal cerca de 30 mil pessoas do movimento negro, de mulheres negras, de comunidades remanescentes de quilombos e de outros setores do movimento social (União Nacional dos Estudantes – UNE; Central Única dos Trabalhadores – CUT; Central de Movimentos Populares – CMP; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, entre outros). No final do evento, uma comissão entregou ao então presidente Fernando Henrique Cardoso um documento com uma série de reivindicações, entre as quais a de “desenvolvimento de ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta” (Pereira, 2013, p. 319).

No mesmo dia da Marcha, o presidente instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra (GTI), grupo ligado ao Ministério da Justiça, que contava com representantes do movimento negro. Em 1996, o presidente decretou a instalação do Grupo de Trabalho para Eliminação da Discriminação no Emprego e na Ocupação (GTDEO), com a finalidade de discutir e definir um programa de ações que visassem ao combate da discriminação racial no mundo do trabalho.

A Marcha foi considerada um sucesso, representando um momento de unidade das organizações negras. Com uma série de repercussões, sinalizou para as

3 Quanto ao processo de organização, “até o momento são contabilizados três Encontros Nacionais de Mulheres Negras (1988, 1991 e 2001), ressaltando-se, a partir deles, a criação de três formatos de organização nacional – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, o Fórum Nacional de Mulheres Negras e a Coordenação Nacional de Mulheres Negras” (Ribeiro, 2014, p. 140).

transformações pelas quais o movimento negro passava naquele instante. Anos depois, Sueli Carneiro, principal dirigente do Geledés, fez um balanço ponderado daquele evento:

Acho que, depois do centenário da Abolição, das ações, das marchas que fizemos por conta do centenário, a Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e a Vida, de 1995, foi o fato político mais importante do movimento negro contemporâneo. Acho que foi um momento também emblemático, em que nós voltamos para as ruas com uma agenda crítica muito grande com palavras de ordem muito precisas que expressavam a nossa reivindicação de políticas públicas que fossem capazes de alterar as condições de vida da nossa gente. Foi um processo rico, extraordinário. Eu fiz parte da coordenação executiva da Marcha naquela oportunidade, e a executiva foi recebida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Naquele ato, ele assinou o decreto de criação do Grupo de Trabalho Interministerial para pensar políticas públicas para a população negra. Dali surgiram, digamos, as iniciativas que o governo Fernando Henrique acabou tendo em relação à temática racial, que resultaram em políticas de cotas para alguns ministérios e tudo o mais (Carneiro, 2007, p. 345-346).

O movimento negro, à medida que avançou em termos de promover canais de interlocução com diferentes setores da sociedade civil e do Estado brasileiro, adquiriu mais legitimidade institucional. O próprio fato de uma comissão da Marcha Zumbi dos Palmares ter sido recebida no Palácio do Planalto, pelo presidente da República, é um indicador desse reconhecimento governamental. Um ano após a Marcha, em 20 de novembro de 1996, Zumbi dos Palmares foi consagrado herói nacional, com o seu nome inscrito no **Livro dos heróis da pátria**. Houve a oficialização da presumível data de morte de Zumbi – 20 de novembro – como Dia Nacional da Consciência Negra. Essa data se tornou feriado em vários municípios e estados. Também em 1996 Fernando Henrique Cardoso admitiu publicamente, em um seminário internacional ocorrido em Brasília, que o Brasil é uma país que não se viu livre do racismo. Foi a primeira vez na história que um presidente da República reconheceu a existência desse problema aqui.

Na década de 1990, o movimento negro passou por transformações, que o levaram às novas formas de articulação e atuação. Daquela postura predominantemente de confronto e denúncia, que vigorou nas décadas de 1970 e 1980, a esfera da institucionalidade foi esposada como um dos principais eixos de sua intervenção, daí o engendrar de novas táticas, retóricas, urdiduras e disputas pela construção de políticas públicas de igualdade racial (Nogueira, 2004; Paschel, 2016).

Salienta-se, assim, que a Marcha Zumbi dos Palmares significou um marco, impulsionando importantes perspectivas e ações propositivas. Não por acaso as lideranças da Marcha vociferaram em documento na época: “já fizemos todas as

denúncias. O mito da democracia racial está reduzido a cinzas. Queremos agora exigir ações efetivas do Estado – um requisito de nossa maioria política” (Marcha Zumbi Contra o Racismo, 1996, p. 9). Com a instalação do GTI e GTDEO, o governo sinalizou a possibilidade de promover políticas de “ações afirmativas”, políticas que passaram a ser conhecidas e debatidas por setores mais amplos da sociedade. Isto se aprofundou no processo de preparação para a III Conferência Mundial contra o Racismo no limiar do terceiro milênio, quando houve uma surpreendente articulação por parte do governo e do movimento negro brasileiro (Santos, 2009).

A III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e as Intolerâncias Correlatas transcorreu entre os meses de agosto e setembro de 2001, na cidade de Durban, na África do Sul. Convocada pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), é considerada o mais amplo conclave internacional nessa área até o momento. A participação do Brasil na Conferência foi intensa, inclusive coube a Edna Rolland, uma liderança do movimento de mulheres negras, a Relatoria final do evento. Depois de muita discussão, foram aprovados a Declaração e o Programa de Ação de Durban, documentos que incentivaram os Estados signatários a se comprometerem na execução de medidas efetivas para a superação da desigualdade racial (Paschel, 2016).

Sob o impacto da Conferência de Durban, o governo brasileiro incrementou uma série de iniciativas e estratégias compreendidas como ações afirmativas. O Plano Nacional de Direitos Humanos lançado em 2002, por exemplo, trouxe algumas das propostas relacionadas à eliminação da desigualdade racial. Medidas de ações afirmativas foram sugeridas pelos Ministérios da Cultura, da Educação, do Trabalho e do Desenvolvimento Agrário, mas a maior parte delas não chegou a ser concretizada. De todo modo, pela primeira vez o Estado brasileiro implementou políticas compensatórias em benefício – e não em prejuízo – da população negra, o que representou um marco na história da nação, pois refletiu o “reconhecimento do governo da existência de racismo no Brasil e o fim do conceito da democracia racial” (Telles, 2003, p. 75-76).

Com os ventos soprando a favor, o ativismo negro aumentou sua pressão em termos de defender políticas de ações afirmativas. À luz desse princípio, o governo do estado do Rio de Janeiro, em 2001, sancionou uma lei determinando que 40% das vagas das universidades públicas estaduais devam ser reservadas para negros. Em 2003, a Universidade de Brasília (UnB) tornou-se a primeira universidade federal a adotar cotas raciais em seus processos seletivos de ingresso na graduação. Aprovado no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o chamado Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial estabelecia que 20%

das vagas do vestibular seriam destinadas a candidatos negros, além de prever a disponibilização de vagas para indígenas de acordo com demanda específica. Um ano antes, o Ministério do Desenvolvimento Agrário instituiu uma política de cotas de 20% de negros para a contratação de pessoal – política, aliás, que o governo federal estendeu para outros ministérios e, posteriormente, para o funcionalismo público em geral.

O sistema de ações afirmativas deu um salto no governo de Luiz Inácio “Lula” da Silva (Lima, 2010). Com uma semana de seu mandato como presidente da República, ele sancionou, em 9 de janeiro de 2003, a Lei n. 10.639, que alterava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. O ensino desta temática tem por finalidade o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, assim como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas na formação da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas. O dispositivo legal previa a elaboração de materiais didáticos de História que incluam narrativas cujas referências positivas aos afrodescendentes redefinem seu protagonismo, frisando sua ancestralidade cultural, étnica e racial. Consistiu numa importante medida no sentido de fomentar o muticulturalismo em vista de problematizar e, quem sabe, superar o aspecto eurocêntrico ainda presente no ensino de História e das outras disciplinas nas escolas brasileiras (Grin, 2010; Gomes, 2017).

Em 21 de março de 2003, no Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, Lula criou a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), órgão que adquiriu *status* de Ministério e visava garantir a proteção dos direitos de indivíduos e grupos étnico-raciais afetados pela discriminação e demais formas de intolerância com ênfase na população negra (Santos, 2018). Dois anos depois, o movimento tentou reeditar a Marcha Zumbi dos Palmares de 1995, agora chamada de Marcha Zumbi + 10 Contra o Racismo e pelo Direito à Vida. A qualificação +10 (mais dez) na designação do ato público indicava uma postura de continuidade na estratégia de pressionar o Estado brasileiro por políticas de promoção da igualdade racial. No entanto, o movimento negro se dividiu e acabou realizando duas Marchas em Brasília – uma no dia 16 de novembro, e outra no dia 22 de novembro de 2005.

Ainda no governo Lula, o Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado em junho de 2010, com a meta de fixar direitos para os afro-brasileiros em várias estâncias da vida social, econômica e cultural. Dois anos mais tarde, o Supremo Tribunal Federal julgou constitucionais as cotas raciais na Universidade de Bra-

sília (UnB). Na sessão de 25 de abril de 2012, os ministros seguiram, por unanimidade, o voto do relator do caso, ministro Ricardo Lewandowski, para quem as políticas de ação afirmativa adotadas pela UnB estabeleciam um ambiente acadêmico plural e diversificado, e tinham o objetivo de superar distorções sociais historicamente cristalizadas.

Em 29 de agosto de 2012, a então presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei n. 12.711, estabelecendo cotas de no mínimo 50% das vagas das instituições federais para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. O segundo artigo da Lei indicava o preenchimento das vagas para os candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção igual à sua distribuição nas unidades da Federação onde estão localizadas as instituições federais do ensino superior, e de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ribeiro, 2014, p. 267).

Nesse terceiro milênio, o movimento negro tem revelado novas vertentes, cenografias, narrativas e plataformas de atuação e reivindicação. Vale registrar, nesse sentido, a bandeira das reparações no campo da religião, cultura e patrimônio, que já resultou no reconhecimento, por exemplo, do Cais do Valongo no Rio de Janeiro (Saillant, 2016), e as experiências do Movimento Clubista, uma coalizão transregional que aglutina os clubes sociais negros; dos coletivos de estudantes negros universitários, muitos deles cotistas, que se multiplicam na era das ações afirmativas; dos grupos culturais e políticos de base afrocentrada, cujos referenciais epistemológicos racialistas ganham cada vez mais adeptos, e do movimento de transição capilar, que procura valorizar a identidade e estética negra a partir da afirmação de um símbolo étnico – o cabelo natural (cacheado e crespo, sobretudo).

Todavia, o movimento que talvez venha causando mais alarde seja o Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto, uma organização pan-africanista que nasceu na cidade de Salvador, em 2005, tendo como escopo lutar contra a violência policial, pela causa antiprisional e pela reparação aos familiares de vítimas do Estado (via execuções sumárias e extrajudiciais) e dos esquadrões da morte, milícias e grupos de extermínio. Notadamente, a organização denuncia o racismo do Estado, acusando-o de empreender uma política de genocídio cujo principal alvo é a juventude negra. Como é comum ler em seu material de divulgação, “a campanha reaja ou será mort@ não é uma ONG, não tem nenhuma vinculação partidária”. Seu “único compromisso é com a vida”. Em atividade há mais de uma década, a organização teceu uma rede de articulação nacional e internacionalmente. Promove, desde 2013, a Marcha Contra o Genocídio do Povo Negro. Em sua primeira edição, a Marcha recebeu o apoio de diversos grupos em várias

capitais, que realizaram atos públicos. A sétima edição do evento aconteceu em Salvador, no dia 22 de agosto de 2019, reunindo na periferia da cidade um número significativo de pessoas negras, sobretudo da juventude.

Considerações finais

O movimento negro é constituído em torno dos dilemas, impasses e desafios ligados ao racismo e antirracismo. Ou seja, é a questão racial que confere a este movimento social especificidade em relação aos outros. O movimento negro brasileiro contemporâneo formou-se no processo de embate e oposição, quer à ditadura, quer ao racismo. Após a redemocratização do país, o movimento assumiu diferentes formas, programas, repertórios e direções, com limites, mudanças e permanências; avanços, recuos e estagnações. Isso, porém, não impediu que ele se constituísse como sujeito coletivo que fez (e faz) das lides em favor dos direitos e da cidadania da população afro-brasileira sua razão de existir.

No transcurso de sua história, o movimento negro foi se formando a partir da experiência, por meio de um campo de possibilidades e escolhas de ações coletivas, com clivagens, acertos e erros. Foi a partir dessa *práxis* que o movimento definiu suas retóricas identitárias, estratégias de atuação, políticas raciais e projetos que se tornaram referência, sendo muitas vezes difundidos através dos intercâmbios, conclave e das redes de relação constituídas pelos militantes em diferentes partes do país.

Diante das vicissitudes do movimento negro, verifica-se que as antigas estruturas organizacionais convivem ou se entrelaçam com as novas. O que significa que esse movimento – com seus diversos formatos organizacionais, arranjos, interesses, diretrizes, estilos, correntes de pensamento e ação política – caracteriza-se pelo caráter multifacetado, heterogêneo e plural. A coexistência dos movimentos das comunidades remanescentes de quilombos, da juventude negra e das mulheres negras são exemplos disso.

Por sinal, o movimento de mulheres negras merece um destaque especial, pois tem apresentado novos caminhos para formular e agenciar as políticas raciais, ampliando os horizontes de possibilidades nas hostes pela igualdade, justiça social e direitos humanos, apostando na interseccionalidade entre raça, gênero e classe social, com ênfase no protagonismo da mulher negra, de um lado, e no enegrecimento do feminismo, de outro. Empoderando-se, o movimento patrocinou a Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e Pelo Bem Viver, em

Brasília, no dia 18 de novembro de 2015. Foi um dia em que milhares de vozes se manifestaram, publicamente, por melhores condições de vida e de cidadania para as mulheres negras.

Ao que parece, o ativismo negro do tempo presente tem adquirido musculatura: ampliado sua área de abrangência, diversificado suas formas de atuação e auferido algumas conquistas importantes, como a Lei 10.639 – que instituiu o ensino da história da África, dos afro-brasileiros e da cultura negra – e as políticas de ações afirmativas, das quais fazem parte os programas de cotas raciais. Tanto a Lei 10.639 e suas diretrizes curriculares questionadoras do eurocentrismo na educação brasileira, quanto as ações afirmativas com suas políticas afro-reparatórias, devem ser vistas como frutos de um processo de lutas sociais capitaneadas pelo movimento negro e não dádivas do Estado.

Esse movimento tem contribuído de maneira fundamental para dar visibilidade aos tópicos, problemas, anseios, dilemas e projetos de sujeitos que fazem parte da história do Brasil, ou melhor, que fundaram as bases da comunidade nacional, mas que até há pouco tempo eram negligenciados ou mesmo tratados com subestimação. Foi o movimento negro que cumpriu um papel decisivo no tocante a minar com o mito da democracia racial. Havia uma época em que afirmar a existência do problema do racismo no Brasil era considerado um disparate. Graças à labuta renitente do movimento negro, labuta que ganhou o respaldo das pesquisas acadêmicas, setores da sociedade brasileira se sensibilizaram para o problema.

Portanto, foi o ativismo negro que inscreveu as questões da discriminação e das desigualdades raciais na agenda política nacional e provocou um amplo debate na sociedade sobre o modo como enfrentá-las. Também foi esse ativismo que, de maneira vanguardista, pautou na agenda política a questão da regularização das terras das comunidades quilombolas, a partir das discussões na Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, o que revelou para a maior parte da população brasileira, inclusive para muitos militantes negros dos centros urbanos, todo um conjunto de comunidades negras que até então eram desconhecidas.

Conhecer a história do movimento negro brasileiro é conhecer aspectos da história da nação pouco conhecidos pelos próprios brasileiros. Histórias de luta por inclusão social, reconhecimento e cidadania, que contribuem para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos e todas tenham igualdade de oportunidades e de tratamento. Trata-se de apreender outras experiências históricas – trajetórias, cosmovisões, tramas, narrativas, ações coletivas e utopias –, relacionadas às possibilidades de uma sociedade brasileira multirracial, pluricultural e mais humana, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade.

Se no início da fase contemporânea o movimento negro brasileiro padecia de relativo isolamento em seu questionamento ao mito da democracia racial, hoje acumula experiências práticas de reconhecimento do problema racial mediante a institucionalização das políticas públicas e ações afirmativas. Tem quem diga, inclusive, que o referido mito já foi sepultado (Guimarães, 2006; Mitchell; Reiter, 2009), de sorte que a luta prioritária do movimento agora seria poder, redistribuição e representação política, tendo no horizonte a utopia de uma sociedade igualitária.

Enquanto no passado o posicionamento do movimento negro era de estar de “costas para o Estado”, hoje seus militantes e lideranças procuram incidir na estrutura governamental e articulam ou negociam mecanismos institucionais em prol das políticas públicas, em especial as de igualdade racial. Em outros termos. No tempo presente, esse ator coletivo tem se inclinado às agências nacionais e multilaterais e, sobretudo, da administração pública como arenas privilegiadas de pressão e negociações em vista da adoção de políticas de igualdade racial. Talvez isso ocorra porque as lideranças negras estejam convencidas da importância do Estado como agente indutor e realizador de políticas de reconhecimento e redistribuição (Neves, 2005).

Uma última palavra. Nesta conjuntura tão periclitante da história do país – de recessão democrática e conseqüente ameaça ao pacto de governabilidade gestado com a “constituição cidadã” de 1988 –, o ativismo negro deve se manter alerta para defender o que construiu ao longo da história do Brasil do tempo presente. Assim, cabe a torcida para que se consolide as políticas já implementadas, as conquistas negras sejam ampliadas e prosperem as demandas que acenam para o aprofundamento dos direitos e oportunidades de um segmento étnico-racial que é a maioria – 54,9% da população brasileira, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE), de 2016.

Referências

ALBERTO, Paulina L. **Terms of inclusion: black intellectuals in twentieth-century Brazil**. Chapel Hill, N.C.: The University of North Carolina Press, 2011.

ANDREWS, George R. Black political mobilization in Brazil, 1975-1990. In: George R. Andrews e Herrick Chapman (orgs.). **The social construction of democracy, 1870-1990**. New York University Press: New York, 1995, p. 218-240.

_____. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru, SP: EDUSC, 1998.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo. **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: EDUFBA; Associação de Antropologia, 2008, p. 315-350.

_____. Políticas públicas para quilombos: terra, saúde e educação. In: R. Heringer; M. Paula (orgs.), **Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, ActionAid, 2009, p. 75-110.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, 1995, p. 458-463.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos; Takano Cidadania. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p. 49-58.

_____. Depoimento. In: ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar A. **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas, CPDOC, FGV, 2007, p. 345-346.

COVIN, David. **The Unified Black Movement in Brazi (1978-2002)**. Jefferson, NC: McFarland & Company, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e anti-racismo no Brasil. In: PEREIRA, Amauri M.; SILVA, Joselina. (orgs.). **O movimento negro brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009, p. 17-48.

_____. O recinto sagrado: educação e antirracismo no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 138, 2009a, p. 963-994.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia; HASEMBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GRIN, Monica. **Raça: debate público no Brasil (1997-2007)**. Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. **Tempo Social (USP)**, São Paulo, v. 18, n. 2, 2006, p. 269-287.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 87, 2010, p. 77-95.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MARCHA ZUMBI CONTRA O RACISMO, PELA CIDADANIA E A VIDA. **Por uma política nacional de combate ao racismo e a desigualdade racial**. Brasília: Cultura Gráfica e Editora, 1996.

MITCHELL, Michael. Blacks and the Abertura Democrática. In: FONTAINE, Pierre-Michel. **Race, class and power in Brazil**. Los Angeles: Center for Afro-American Studies; UCLA, 1985, p. 95-119.

MITCHELL, Gladys L.; REITER, Bernd. After the racial democracy. In: Bernd Reiter e Gladys L. Mitchell (orgs.). **Brazil's New Racial Politics**, Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 2009, p. 217-226.

- MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, 2002, p. 197-217.
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO. **1978-1988: 10 anos de lutas contra o racismo**. São Paulo: Confraria do Livro, 1988.
- MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, K. (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Edusp, 1996, p. 79-94.
- NEVES, Paulo Sergio C. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, 2005, p. 81-96.
- NOGUEIRA, João Carlos. Movimento negro: das denúncias do racismo à prática de políticas públicas. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 3, n. 5, 2004, p. 89-99.
- PASCHEL, Tianna S. **Becoming Black Political Subjects: Movements and Ethno-Racial Rights in Colombia and Brazil**. New Jersey: Princeton University Press, 2016.
- PEREIRA, Amílcar Araujo. **O mundo negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- RIBEIRO, Matilde. **Políticas de promoção da igualdade racial no Brasil (1986-2010)**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2014.
- RIOS, Flavia. O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010). **Lua Nova**, São Paulo, n. 85, 2012, p. 41-79.
- _____. **Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio A., HUNTLEY, L. (orgs.) **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 237-256.
- SAILLANT, Francine. Reconhecimento e reparações: o exemplo do movimento negro no Brasil. In: H. Mattos (org.). **História oral e comunidade: reparações e culturas negras**. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 17-48.
- SANTOS, Fernanda Barros dos. Estado e movimentos sociais negros (1980-2010). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 25, 2018, p. 144-182.
- SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Movimento negro e Estado: o caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra (1983-1987)**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo; Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, 2007.
- SANTOS, Marcio André de O. Política negra e democracia no Brasil contemporâneo: reflexões sobre os movimentos negros. In: R. Heringer; M. Paula (orgs.), **Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, ActionAid, 2009, p. 227-258.
- TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2003.

**APAGANDO NOMES E ROSTOS:
OS IMPACTOS NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/2003
NO “NOVO” ENSINO MÉDIO**

Monalisa Pavonne Oliveira

Introdução

Em 2003¹, foi promulgada a lei 10.639 que estabelece a obrigatoriedade do estudo da história da África e dos afrodescendentes no Brasil em toda a Educação Básica, principalmente nas disciplinas de História, Literatura e Artes. No ano de 2008 a lei foi alterada e incluiu-se a história dos povos indígenas. Esta legislação representou um enorme avanço na sociedade e reverberou fortemente nos cursos de licenciatura, que tiveram que se adequar para suprir a demanda da Educação Básica. Em paralelo, por intermédio da Universidade Aberta do Brasil (UAB), programa do governo federal², foram instituídos uma série de cursos de formação continuada de professores para lidarem com tais temáticas na modalidade Educação a Distância (EaD), na qual para além de professores da Educação Básica estiveram envolvidas as universidades públicas que ofereciam os cursos, seus docentes e alunos de pós-graduação. Soma-se aos esforços a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais³ para a Educação

1 Agradeço a leitura atenta do presente texto pela Prof^a Dr.^a Manuela Areias Costa (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS).

2 Instituído pelo Decreto 5.800 de 8 de junho de 2006, no governo presidencial de Luís Inácio Lula da Silva.

3 Cf. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, Outubro, 2004. Disponível <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Diretrizes+curriculares+nacional+para+a+educa%C3%A7%C3%A3o+das+rela%C3%A7%C3%B5es+%C3%A9tnico-raciais+e+para+o+ensino+de+hist%C3%B3ria+e+cultura+afro-brasileira+e+africana/f66ce7ca-e0c8-4dbd-8df3-4c2783f06386?version=1.2> acesso 29/04/2020; Cf. ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana": uma conversa com historiadores. *Estud. hist.* (Rio J.), Rio de Janeiro, v.

das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004).

As temáticas ganharam terreno e expandiram-se ultrapassando as discussões intramuros escolares, tornando perceptível o questionamento dos padrões de beleza, a emergência de uma nova cena cultural e a valorização dos costumes da população afrodescendente brasileira. Uma enorme parcela da população que até então fazia parte de dados estatísticos, experimentou o delineamento de rostos e insurgência de seus nomes. E esses rostos e nomes têm sede de conhecer sua história, sua ancestralidade, e de enfrentar estereótipos depreciativos de corpos sexualizados, corpos para o trabalho, baixa cognição, entre outros.

Tais avanços não poderiam, no entanto, deixar de serem acompanhados por forças reacionárias em virtude da manutenção de um *status quo* excludente de grande parcela da população brasileira, recorrendo usualmente a negacionismos⁴ revestidos de um termo mais palatável, o revisionismo. Este campo de forças reúne de um lado pautas identitárias e de classe e, por outro lado, encontra na manutenção do *status quo* tentativas sistemáticas para o refreamento de seus avanços.

O refreamento pode ser identificado claramente nas legislações que alteram a Educação Básica e estendem-se às licenciaturas, como a Reforma do Ensino Médio (REM), em 2017, que resultou no Novo Ensino Médio, suprime a obrigatoriedade da disciplina História nesta etapa do ensino, e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), homologada em 2018, e a Resolução CNE-CP 02/2019 de 20 de dezembro de 2019 que altera a carga horária dos conteúdos específicos de cada área nas licenciaturas promulgada pelo governo de Jair Bolsonaro. Aqui trataremos essas medidas como projeto de contenção das discussões sobre a diversidade e, conseqüentemente, desigualdade. Reconhecemos que os embates têm uma amplitude maior, mas para os limites deste texto enfocaremos nestas duas mudanças na educação brasileira empreendidas após o golpe midiático-jurídico-parlamentar⁵ sofrido pela ex-presidenta Dilma Roussef no ano de 2016. Contudo, levando em consideração que esta temática transcende à edu-

21, n. 41, p. 5-20, junho, 2008. Disponível http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862008000100001&lng=en&nrm=iso acesso 29/04/2020.

4 “Do ponto de vista de seu procedimento, considero que o negacionismo não se pauta pela apresentação de teses, mas pelo estabelecimento de uma proclamação (o assassinato sistemático e planejado de milhões de judeus no Terceiro Reich não existiu) e pela busca dos meios para dar plausibilidade a esta proclamação a um público leitor que não tem a sua disposição instrumentos de avaliação de suas proposições. E os meios utilizados pelos negacionistas para gerar a crença em suas proclamações não são comuns àqueles utilizados pela historiografia” (Moraes, 2011, p. 10).

5 Cf. MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (Org.). **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. São Paulo: Alameda, 2016.

cação, pensaremos à luz da História do Tempo Presente este assunto como uma demanda social latente da contemporaneidade.

Assim, propomos pensar e discutir os impactos da retirada da disciplina História do Novo Ensino Médio para a população brasileira, em particular os afrodescendentes, mostrando que esta retirada pode apagar rostos e nomes, objetivando silenciar a maioria da população do país em favor de um discurso único e hierarquizante.

História do Tempo Presente e o papel do historiador/ professor

A discussão das relações étnico-raciais, sua manutenção ou supressão em nível escolar constitui uma temática do tempo presente para o ensino de história que ultrapassa os interesses de educadores e estudiosos da educação. Poderíamos aqui acrescentar os debates calorosos que a temática gênero tem despertado, para ilustrar como o quê e como se ensina volta e meia converte-se em um amplo debate de interesse público envolvendo mídias, famílias, representantes de movimentos de sociais, religiosos etc. Quando a possibilidade do novo se apresenta, especialmente, um novo demandado pelas camadas historicamente excluídas e desfavorecidas, forças hegemônicas reagem e se tensionam, para evitar que sua univocidade seja abalada por múltiplas vozes.

Os discursos e as forças em disputa confrontam-se sobre qual narrativa será levada a adiante, qual história conformará a nossa história, sobretudo quais personagens devem fazer parte desta história, e qual papel caberá a cada um deles, manutenção ou abalo? Toda esta agitação deve esclarecer ao historiador que a História não é de interesse exclusivo dos historiadores, e isso tem se revelado frequentemente com as tentativas de ataques à disciplina e aos profissionais da área, com movimentos como Escola Sem Partido e com publicações como *O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil – Monarquia* (2009). Estes últimos vêm reabilitando o mais raso senso comum que se ancora no mais cruel racismo, misoginia e todo tipo de depreciação de populações afrodescendentes e indígenas e das mulheres, como fatores naturais e inerentes a tais populações. Resta, portanto, tentar conhecer os avanços que a disciplina escolar história conquistou nos últimos anos a partir da implementação da lei 10.639/2003, e o porquê sua implementação provoca resistências e interesses de pessoas e setores não envolvidos com a educação diretamente.

Essa nova percepção do fazer historiográfico coaduna-se com as demandas sociais nas quais a disciplina História se insere, adquirindo, para além do viés erudito e academicista, a demanda social de compreensão e interpretação do

presente. Certos de que a história não é de interesse e terreno apenas de historiadores, faz-se necessária a ampliação dos temas, alcance e, nomeadamente, do recorte cronológico, o que por sua vez, implica na elaboração de novos métodos, conteúdos e fontes, que viabilizem a disseminação desse conhecimento para a sociedade como um todo, desencastelando este saber. O “desencastelamento” deste conhecimento, principalmente, a partir da busca pelo entendimento e análise de seu meio e o seu presente traz à tona novos partícipes para sua construção.

Os historiadores cientes de que suas respostas são provisórias, característica de todo conhecimento científico, devem dedicar-se a apreender seu tempo e elaborar explicações que contribuam para elucidar uma série de questões que se impõem cotidianamente. Nessa direção, o intento de reduzir o alcance da disciplina escolar história para o atendimento de uma demanda de um grupo específico, como viemos reafirmando, objetiva a exclusão de vozes dissonantes. Tal propósito ancora-se em um discurso consagrado que reforça estereótipos e naturaliza relações de dominação e exploração.

O desafio que se coloca para este tipo de análise é o do distanciamento com relação ao objeto no qual estamos absolutamente imersos, somos historiadores discutindo os rumos da nossa disciplina. Inevitavelmente as paixões aflorarão. Exatamente porque esta temática está intrinsecamente envolvida com nossa profissão no sentido mais *lato*, isto é, nossa formação, atuação e o sustento de inúmeros licenciados em história que são formados todos os anos nas instituições públicas e privadas por todo o país.

Observamos nitidamente processos deliberados de silenciamento e, por conseguinte, esquecimento sendo levados a cabo, não sem resistência, por projetos elaborados por setores não necessariamente envolvidos com a educação, e uma investida verticalizada de governos federais na estrutura da organização da educação, que, em última análise, retira autonomia e campo de atuação da disciplina história. Como ressaltamos anteriormente o caso do “Novo” Ensino Médio e Resolução CNE-CP 02/2019.

O engajamento do historiador em relação a algumas temáticas e objetos é inelutável, principalmente, ao tratarmos de seu campo de atuação especificamente. Sendo assim, a história do tempo presente assume uma “dupla validade e justaposição das funções teórica e social da história” (Padrós, 2004, p. 218). Destarte, ponderamos acerca da contribuição da discussão em tela como um alinhamento ao campo da história ao qual se inscreve, o tempo presente, chamando a atenção para a ofensiva perpetrada contra a disciplina história em si e como disciplina escolar, a partir da tentativa de apagamento de determinados assuntos e sujeitos. Sublinhamos, inclusive, que uma parcela da população, da qual o

historiador também é parte, percebeu-se partícipe, está sendo sistematicamente “retirada da história” pelo silenciamento. Por exemplo, se desconhecemos que no país que existiram heroínas escravas negras ou escritoras negras, elas cairão no esquecimento até que se acredite que não existiram enquanto dados objetivos. Nessa perspectiva, como poderíamos reagir, talvez em um âmbito menor, do nosso fazer cotidiano, para enfrentar às constantes investidas ora de silenciamento ora de negacionismos?

No que se refere aos negacionismos, Alessandro Portelli (2000) em “Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI” enfatiza o contributo da história oral como forma de resistência à uma tendência unificadora das experiências sociais e históricas levadas a cabo por um revisionismo, o qual Bédarida (1998) prefere designar como negacionismo, em favor de uma ideologia liberal de mercado.

O historiador italiano ilustra como tais práticas vêm sendo efetivadas e disseminadas em sua terra natal. A Itália, de acordo com Portelli (2000), um “país que nasceu das lutas contra o nazismo e fascismo, das lutas dos partidários da democracia, do comunismo e do socialismo, que lutaram pela liberdade e pela dignidade”, se vê enredada um por uma revisão que, a grosso modo, retiraria a responsabilização de atos atrozescistas contra a população, que em última análise, estariam sendo movidos por um sentimento nacionalista e, em razão, deste sentimento uniram-se de “boa-fé” aos nazistas. Esta perspectiva sugere uma não responsabilização dos fascistas, criando uma narrativa cuja culpa estaria distribuída entre os opressores e na resistência à situação de opressão, eximindo os que não estivessem em nenhum dos lados, mas que teriam sofrido as consequências de ambas as ações.

Os revisionismos não são privilégio da terra natal de Portelli, o percebemos bem aqui entre nós. Atualmente, assistimos a uma nova perspectiva, nem tão nova assim, sendo reabilitada com relação à escravidão, de que ela teria sido benéfica aos africanos e a população afrodescendente nascida no Brasil, no sentido de retirá-los da ignorância e do paganismo. Estas investidas surgem para a manutenção de um *status quo*, quando da percepção de que podem de alguma maneira ser abalados, para reforçar as instâncias de poder.

A história do tempo presente que surge a partir das inquietações e desejo de que memórias obscurecidas fossem reveladas, encontrou nos relatos orais seu maior aliado. Assim, a HTP contribui para a emergência da história dos excluídos e dos derrotados. Para viabilizar esse novo prisma, Joutard (2000) em seus estudos sobre a História Oral, em que afirma que ela é mais do que uma metodologia, aponta que existem três fidelidades às quais a história oral

deve guardar: (1) fazer emergir a história dos excluídos, dos derrotados; (2) a história oral tem como um dos seus maiores contributos desafiar às ideologias dominantes, que invariavelmente colocam-se como neutras e portadoras da mediação e da verdade; (3) fixar novas pautas à política, economia e cultura dominantes. Apesar deste presente trabalho não lançar mão da história oral, mas considerando sua intensa relação com a história do tempo presente, tomaremos de empréstimo aquelas fidelidades para empreender nosso estudo, como imprescindíveis ao tempo presente e de confronto às investidas de silenciamento e esquecimento.

Seguindo a linha do compromisso do historiador com a ética e a objetividade, a partir do equilíbrio entre a subjetividade e a objetividade, François Bédarida discute tal premissa do fazer historiográfico no texto “As Responsabilidades do Historiador Expert” (1998), convocando os pesquisadores a fazerem frente aos negacionismos, redesignados de revisionismos pelos próprios negacionistas, como forma de encontrar um termo mais aceitável. Bédarida convida ao historiador a uma atitude proativa face aos negacionismos que tentam “falsificar” a história ao negar fatos objetivos, como podemos observar no Brasil com relação à ditadura civil-militar, cujo golpe de Estado que a iniciou, é repetidamente mencionado como revolução, e, sobretudo, a resistência, particularmente aquelas armadas, são consideradas violentas na mesma proporção que o regime ditatorial, e em casos extremos mais forte, violenta e poderosa, com a intenção exaltar o regime discricionário instaurado entre 1964 e 1985.

Semelhantemente à esta postura, relembramos os negacionismos relativos à escravidão brasileira, a negação de que a escravidão seria um mal em si. Para ilustrar podemos citar o caso do jornalista Sérgio Nascimento de Camargo nomeado como novo presidente da Fundação Palmares⁶ pelo presidente de extrema direita

6 Apresentação da Fundação Palmares: “No dia 22 de agosto de 1988, o Governo Federal fundou a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira: a Fundação Cultural Palmares (FCP), entidade vinculada ao Ministério da Cidadania. Ao longo dos anos, a FCP tem trabalhado para promover uma política cultural igualitária e inclusiva, que contribua para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais.

O § 4º do art. 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, reserva à Fundação Cultural Palmares a competência pela emissão de certidão às comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. Desde então, foram emitidas 3.271 certificações para comunidades quilombolas; este documento reconhece os direitos das comunidades e dá acesso aos programas sociais do Governo Federal.

Ademais, a FCP é referência na promoção, fomento e preservação das manifestações culturais negras e no apoio e difusão da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da História da África e Afro-Brasileira nas escolas. A Fundação Palmares já distribuiu publicações que promovem, discutem e incentivam a preservação da cultura afro-brasileira e auxiliam professores e escolas na aplicação da Lei”. Página eletrônica da Fundação Cultural Palmares. Disponível http://www.palmares.gov.br/?page_id=95 acesso 13/04/2020.

Jair Bolsonaro (sem partido) em 27 de novembro de 2019. Camargo autointitula-se “negro de direita” e se coloca “contrário ao vitimismo e ao politicamente correto”, emenda afirmando que o Brasil teria um “racismo Nutella”, isto é, mais “brando”, enquanto os Estados Unidos teriam um “racismo real”⁷. Estas afirmações desconsideram todos os dados históricos e fontes compulsadas por inúmeros historiadores por décadas em diversas partes do mundo. As questões que se colocam diante de tais alegações são: qual o papel da disciplina escolar história? Destarte, qual seria então o papel do historiador e o estudo do tempo presente? Nas palavras de Bédarida:

De início, afirmemos: pesquisa sobre o tempo presente, função de expertise e responsabilidade social do historiador caminham lado a lado. [...]. O historiador se acha então intimado a esclarecer o caso e a fornecer um fio condutor, aliando função crítica e função cívica – às quais a demanda social para mostrar-se generosa acrescenta muitas vezes uma função ética. Temos aí, portanto, o modesto pesquisador proclamado expert, com ou sem o seu consentimento. Certamente, como ressaltava recentemente Georges Duby (*Le Monde*, 23/01/1996), o bom historiador deve estar atento a tudo, a começar pela atenção ao mundo que o cerca, mas para ele o caminho é estreito quando precisa defender um lugar e definir a sua missão relativamente aos mitos, aos preconceitos e às deformações da consciência coletiva e da memória comum. Sem perder de vista que ele próprio contribui para a elaboração e construção dessa consciência e dessa memória, uma vez que nisso consiste uma de suas funções vitais na sociedade (Bédarida, 1998, p. 145).

A negação do racismo caminha *pari passu* a outras políticas igualmente nefastas, cujo racismo ou sua negação é o lastro para a implementação delas. Remetemo-nos aqui à faculdade de emitir certificação para as comunidades quilombolas e a preservação de seu direito à terra onde habitam, por parte da Fundação Cultural Palmares. Em outros termos, os negacionismos e silenciamentos são projetos minuciosamente pensados. Veremos essa questão mais adiante, a partir do caso dos quilombolas da cidade de Alcântara (MA) e a Base Espacial estabelecida nesta localidade.

A percepção, apreensão e interpretação de seu em torno por parte do historiador é legítima, e confere densidade e historicidade ao presente. Desse modo, o historiador não deve abster-se do estudo do tempo presente e assuntos com demandas latentes, com vistas ao combate aos silenciamentos, esquecimentos e negacionismos em marcha, que reafirmam processos legitimadores de racismo,

7 “Negro de direita”, presidente da Fundação Palmares disse que escravidão foi benéfica. In: Folha de São Paulo, 27/11/2019. Disponível <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/presidente-da-fundacao-palmares-nomeado-por-bolsonaro-diz-que-brasil-tem-racismo-nutella.shtml> acesso 25/03/2020.

misoginia, desprezo aos direitos humanos etc. Tais processos obedecem à uma pauta neoliberal unificadora das experiências humanas e que lhes retira a profundidade em detrimento da manutenção de posturas superficiais desprovidas de senso crítico e problematizações.

O tempo presente, também como um espaço de disputa de narrativas e memórias, configurar-se-ia enquanto uma lacuna, isto é, o presente não seria o elo entre passado e futuro, um *continuum*, mas uma lacuna na qual duas forças interagem em sentidos opostos, o passado empurra o presente em direção ao futuro, e o futuro constitui-se enquanto uma barreira que represa o presente, ou seja, “interrompe-se no ponto onde o ser humano se encontra e onde ele/ela tem que se posicionar contra o passado e o futuro juntos” (Paserini, 2006, p. 214).

A memória nesse ínterim e, simultaneamente, como o cerne da disputa em um campo de forças no qual atuam inúmeras demandas sociais, coloca-se, portanto, como um processo em constante transformação. O estudo da história enquanto disciplina escolar reflete muito claramente as forças em jogo, no nosso caso específico, da instituição as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que demonstram nitidamente as demandas em torno da memória e as tentativas de silenciamento.

Ensino de História e o “Novo” Ensino Médio

O estabelecimento da Lei 10.639/2003 e sua posterior modificação em 2008, alterando-se para 11.645/2008, representou um corolário das lutas dos movimentos sociais negro e indígena pela inclusão social de segmentos até então ausentes em boa parte ao longo dos manuais didáticos ou representados não como agentes ou partícipes, mas como receptores das ações. Eram personagens que não tinham rosto e, tampouco, nomes, que compunham apenas números em dados estatísticos.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 prescreve em seu Título I - dos Princípios Fundamentais, Artigo 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; e no Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, no Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XLII

- a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei⁸.

Apesar do reconhecimento da pauta relacionada ao racismo fazer parte do processo da Constituinte de elaboração da Carta Magna brasileira, o alcance do debate levado a cabo por movimentos sociais encontrou enormes dificuldades para alcançar ressonância na sociedade como um todo, sobretudo, na educação. Podemos pensar aqui também sobre a importância de governos sensíveis a tais pautas que, por sua vez, seriam responsáveis por viabilizar os processos de inclusão reivindicados pelas lutas incansáveis de movimentos sociais, o que não é o caso do atual governo brasileiro, cujo presidente protagonizou falas racistas⁹ por mais de uma vez. Além disso, como mencionamos anteriormente, nomeou para a presidência da Fundação Palmares uma pessoa que associa o combate ao racismo a posturas de vitimização.

Após três décadas da promulgação da Carta Magna e dezessete anos da primeira lei que reconhece a diversidade histórica e sociocultural do país em âmbito educacional, no intuito de des-hierarquizar o tripé: europeus, índios e negros, estamos novamente em um momento crucial de uma disputa de discursos, que apesar de nunca cessar, em determinados momentos alcança alguns ápices. No início do século XXI, observamos a instituição da História da África e dos afrodescendentes como conteúdo obrigatório, e no final da segunda década da mesma centúria assistimos a retirada da disciplina História como obrigatória no Ensino Médio, concretizada no Novo Ensino Médio¹⁰ (2017), em detrimento da obrigatoriedade das disciplinas Sociologia e Filosofia, que são igualmente fundamentais para a formação do cidadão crítico e autônomo, porém não comportam em seu bojo a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos afrodescendentes e dos povos indígenas. Esta obrigatoriedade incide apenas sobre as disciplinas de História, Artes e Literatura.

As disciplinas de História e Geografia mantêm-se como obrigatórias no segundo segmento do Ensino Fundamental, bem como o Ensino Religioso, muito embora sejamos regidos por um Estado laico, neste caso a oferta por parte

8 Constituição Federal Brasileira de 1988. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acesso 30/03/2020.

9 Cf. Bolsonaro: “Quilombola não serve nem para procriar”. In: Congresso Em Foco, 05/02/ 2017. Disponível <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/> acesso 13/04/2020; MPF entra com ação contra Bolsonaro por declarações ofensivas a negros e quilombolas. In: O Globo, 10/04/2017. Disponível <https://oglobo.globo.com/brasil/mpf-entra-com-acao-contra-bolsonaro-por-declaracoes-ofensivas-negros-quilombolas-21188576> acesso 13/04/2020.

10 Cf. Novo Ensino Médio. Disponível <http://novoensinomedio.mec.gov.br/resources/downloads/pdf/Guia.pdf> acesso 30/03/2020

da escola é obrigatória e a matrícula por parte do estudante é optativa, o que, por conseguinte, gera algumas questões: Qual atividade o estudante desenvolverá nesta carga horária? Haverá algum profissional para acompanhá-lo? Aqui o maior desafio é enfrentar os proselitismos religiosos, que culminam em uma hierarquização das crenças, e em última instância podem pavimentar caminhos para práticas preconceituosas e racistas em relação à algumas religiões, maiormente as de matriz africana e afro-brasileira¹¹.

Expressando mais detalhadamente de acordo com a legislação, a BNCC¹² (2018) indica que as disciplinas Língua Portuguesa e Matemática serão ministradas em todo o Ensino Médio, sobre elas há uma ênfase no quão basilares são para a formação, somadas a elas são sublinhadas também a importância das disciplinas Artes e Educação Física. Cabe a ressalva de que Literatura e Língua Portuguesa são duas disciplinas distintas.

O Novo Ensino Médio conta então com o estabelecimento de itinerários formativos que possuem na sua estrutura básica durante os três anos de duração do Ensino Médio, para além da ênfase em cada área, com as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, acrescidas de Educação Física, Artes, Sociologia e Filosofia, instituídos pela Lei nº 13.415, de 2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB Lei 9394/1996). Os itinerários formativos propostos pela reforma são: I - linguagens e suas tecnologias; II - matemática e suas tecnologias; III - ciências da natureza e suas tecnologias; IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

Na página eletrônica do Ministério da Educação (MEC), precisamente na parte “Novo Ensino Médio - perguntas e respostas” uma das dúvidas frequentes é: “O Novo Ensino Médio exclui disciplinas dos currículos?”. Vejamos a resposta do ministério:

Não. Pelo contrário, a proposta atual da BNCC, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), mobiliza conhecimentos de todos os componentes curriculares em suas competências e habilidades e, portanto, torna seu desenvolvimento obrigatório. Os currículos de referência das redes e os Projetos Pedagógicos das escolas que irão definir a organização e a forma de ensino dos conteúdos e conhecimentos de cada um desses componentes, considerando as particularidades e características de cada região¹³.

11 A Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR) tem empreendido discussões acerca do Ensino Religioso parte de seus associados e nos seus eventos regionais e nacionais. Cf. Página eletrônica da ABHR <https://abhr.com.br/> acesso 21/04/2020.

12 Cf. Base Nacional Curricular Comum (BNCC) http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf acesso 30/03/2020.

13 Novo Ensino Médio - perguntas e respostas, Ministério da Educação. Disponível http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_09 acesso 30/03/2020.

Entretanto, consta na legislação, como mostramos, que apenas algumas disciplinas farão parte obrigatoriamente do currículo durante os três anos que durarem o Ensino Médio, Língua Portuguesa e Matemática. Também farão parte das obrigatórias, no entanto, sem a indicação se devem ser ministradas no decorrer de todo o período, podendo ocupar uma carga horária referente a um período restrito: Sociologia, Filosofia, Artes, Educação Física e Língua Inglesa (LDB lei nº 9394/1996). Cumpre destacar que consideramos estas disciplinas como fundamentais para a formação do cidadão, mas que a formação do cidadão crítico e autônomo não pode prescindir do contato com a disciplina História.

Em 15 de fevereiro de 2017, quando das discussões sobre a Medida Provisória nº 746/16, emanada pelo então presidente da república Michel Temer e aprovada pelo Congresso Nacional, a Associação Nacional de História (ANPUH), nas pessoas de sua presidenta Maria Helena Capelatto e vice-presidenta Lucília de Almeida Neves Delgado, encaminharam uma “Carta Aberta pela Obrigatoriedade da História no Ensino Médio” aos seguintes órgãos do governo federal: Presidente da República, ao Chefe da Casa Civil, ao Ministro da Educação, à Secretária Executiva do Ministério da Educação e ao Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação. A carta destaca a maneira autoritária pela qual o Novo Ensino Médio fora instaurado, sem consulta popular, a supressão da disciplina História como obrigatória e a forma como seriam credenciados e incorporados os profissionais com “notório saber”. Tal golpe não foi desferido apenas na nossa disciplina, mas em toda a educação. Sobre nossa área do saber as dirigentes da associação afirmam:

A História, como disciplina escolar, integra o currículo do ensino brasileiro desde o século XIX. Sua presença, considerada fundamental para a formação da cidadania, foi gravemente ameaçada no período da Ditadura Militar, quando se deu a diluição da História na instituição dos Estudos Sociais¹⁴.

A resposta para a reivindicação foi apenas uma confirmação de recebimento da demanda e o seu encaminhando para os setores responsáveis¹⁵.

O Novo Ensino Médio visa contemplar a formação do estudante para o trabalho imediato através dos itinerários formativos na última etapa da Educação

14 Cf. Carta Aberta pela Obrigatoriedade da História no Ensino Médio, ANPUH, 15/02/2017. Disponível <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/4017-carta-aberta-pela-obrigatoriedade-da-historia-no-ensino-medio> acesso 31/03/2020.

15 Cf. Resposta do Gabinete Pessoal do Presidente da República à Reivindicação de Obrigatoriedade da Disciplina de História no Ensino Médio, ANPUH, 16/02/2017. Disponível <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/4019-resposta-do-gabinete-pessoal-do-presidente-da-republica-a-reivindicacao-de-obrigatoriedade-da-disciplina-de-historia-no-ensino-medio> acesso 31/03/2020.

Básica, destacamos que as escolas não têm a obrigatoriedade de oferecer todos os itinerários, principalmente porque a Reforma deve adequar-se às realidades socioeconômicas locais. Em outras palavras, poucas escolas terão condições de construir infraestrutura para implementação dos diferentes itinerários, como a construção de laboratórios de ciências, por exemplo. Por outro lado, tal formação prescrita na reforma negligencia uma “outra formação”, que alia Educação Básica e a Educação Técnica¹⁶, que vem sendo realizada exitosamente nos Institutos Federais de Educação sem suprimir disciplinas básicas para a formação do cidadão crítico e autônomo, formando-o para o trabalho – este reconhecido como inerente ao ser humano.

O “Novo” Ensino Médio, portanto, se assemelha aquele desenvolvido durante a ditadura-civil-militar¹⁷, percebendo a educação profissional como instrumento que deve adequar-se às demandas do mercado de trabalho, sem o compromisso de uma formação omnilateral¹⁸. Ao contrário ela preserva uma unilateralidade que corresponde preferencialmente às demandas do modelo econômico neoliberal, ao não mobilizar um conjunto de conhecimentos que possibilite ao sujeito a reflexão acerca do que realiza e qual lugar ocupa na sociedade. Diferentemente, do projeto que instituiu o modelo de ensino técnico e tecnológico proposto pelos Institutos Federais de Educação, que preconiza “a superação do enfoque tradicional da formação profissional e seu caráter discriminatório, baseado apenas na preparação para execução de um determinado conjunto de tarefas” (Viamonte, 2011, p. 32).

A nova configuração do Ensino Médio que restringe o ensino/ aprendizagem ao enfoque de temas específicos desprezando uma miríade de conhecimentos que se complementam e se revelam essenciais ao cotidiano das pessoas, é a conformação do *status quo* que não admite a multiplicidade de vozes e demandas que emergem e exigem espaço, em última análise, é a conformação da manutenção das hierarquias sociais, econômicas e culturais. A preparação para trabalho ao qual se propõe permanece:

Influenciado pelo modo de produção capitalista, ao trabalho dá-se um caráter de propulsor da riqueza material, não sob uma perspectiva inclusiva e humanizadora, mas em função de elementos que garantam a sobrevivência e manutenção desse sis-

16 Cf. Lei nº 11.741, de 16 de Julho De 2008. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art2 acesso 30/03/2020.

17 Por considerarmos que a proposta do Novo Ensino Médio se assemelha a proposta de formação técnica instituída pelo regime ditatorial civil-militar brasileiro, escrevemos o novo entre aspas, porque não há uma novidade efetivamente, mas sim um retrocesso.

18 Cf. Omnilateralidade. In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Disponível <http://www.sites.epsvj.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html#topo> acesso 30/03/2020.

tema econômico, no que ele tem de mais perverso e alienador. Além disso, quanto mais adaptações às finalidades das minorias dominadoras, mais as grandes maiorias ficam carentes de finalidades próprias (Viamonte, 2011, p. 35) grifo nosso.

Consideramos, desse modo, que a não obrigatoriedade do ensino do ensino/ aprendizagem da disciplina escolar História colabora para des-historicizar as relações humanas, os modos de produção, os processos de ocupação e povoamento empreendidos desde o século XVI, conhecimento e compreensão dos povos originários e formação sociocultural e econômica do país; para além, de privar os estudantes do aprofundamento da consciência história¹⁹.

O derradeiro golpe contra disciplina História em âmbito escolar e acadêmico foi desferido pela BNCC. Por meio da Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019 e sua lógica mercadológica que altera a estrutura curricular e formativa dos cursos de licenciatura, deverão atender a três eixos: um comum a todos os cursos de licenciatura, um de conteúdo específico e outro dedicado às práticas de ensino e estágios supervisionados. Esta reorganização pode reduzir nas licenciaturas a carga horária dedicada ao conteúdo específico da área do conhecimento ao qual corresponde.

Em dezembro de 2019, o Fórum de Ensino de História da Associação Nacional de História publicou um manifesto em reação aos ataques à disciplina, demonstrando sua importância na formação do cidadão crítico e autônomo. Vejamos alguns trechos:

Os presentes ao Fórum de Ensino de História da Associação Nacional de História, ocorrido em São Paulo, no dia seis de dezembro de 2019, manifestam seu descontentamento diante das reformas recentemente infligidas à Educação Nacional, especialmente às alterações curriculares, com destaque para a condução da elaboração e da discussão da BNCC, a qual afeta todas as disciplinas escolares. No que diz respeito à História, tanto a BNCC quanto a Reforma do Ensino Médio restringem o potencial da disciplina nos processos de formação básica. As reformas supracitadas se sustentam em um discurso de valorização das competências para o mercado de trabalho, que o trabalho é parte da vida e não a vida em si.

[...]

A História, como disciplina escolar, ensina a ler o mundo, em letramento específico – o que significa pensar historicamente: reconhecer evidências, perceber padrões, construir argumentos pautados na historicidade dos homens e mulheres. A História, pois, participa dos processos de construção do pensamento formal, em perspectiva histórica, por meio do estudo de diferentes sociedades humanas²⁰.

19 Cf. CERRI, Luis Fernando. **História e Consciência Histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

20 Cf. Manifesto. Fórum de Ensino de História da Associação Nacional de História, 06/12/2019. Disponível <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/5641-manifesto-forum-de-ensino-de-historia> acesso 30/03/2020.

Diante deste breve quadro traçado acerca da disciplina história enquanto disciplina acadêmica e escolar indagamos: Qual o futuro da disciplina após sucessivos ataques? Como implementar a legislação referente à obrigatoriedade do ensino e discussão das relações étnico-raciais nas escolas? Quais tipos de recursos podemos lançar mão na prática pedagógica? Um ponto nos parece bastante claro, os golpes desferidos, dentre diversos motivos, têm a iniciativa de refrear a discussão de determinados assuntos e silenciar as múltiplas vozes que emergiram e se insurgiram nesta última década e meia. O direcionamento que vem sendo tomado é o de calar a disciplina, os professores e os estudantes, a partir da sua retirada no Novo Ensino Médio e seu controle sobre as licenciaturas (Resolução CNE/CP nº 2/ 2019).

Relações étnico-raciais e a emergência de novas vozes

Na segunda edição da coleção “História Geral da África” publicada em português, no ano de 2010, em uma parceria entre a UNESCO, o Ministério da Educação e a Universidade Federal de São Carlos, observamos o compromisso em alargar o alcance sobre tal temática, e a percepção de que a História da África deve ocupar o mesmo patamar que outras histórias, abandonando a posição subalterna, ou de “sem história”. O continente desconhecido, participaria, então, de uma nova forma do ensino e cotidiano escolar. A apresentação subscrita pelo ministro da educação Fernando Haddad, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e por Vincent Defourny representante da UNESCO no Brasil expressa:

A imensa riqueza cultural, simbólica e tecnológica subtraída da África para o continente americano criou condições para o desenvolvimento de sociedades onde elementos europeus, africanos, das populações originárias e, posteriormente, de outras regiões do mundo se combinassem de formas distintas e complexas. Apenas recentemente, tem se considerado o papel civilizatório que os negros vindos da África desempenharam na formação da sociedade brasileira. Essa compreensão, no entanto, ainda está restrita aos altos estudos acadêmicos e são poucas as fontes de acesso público para avaliar este complexo processo, considerando inclusive o ponto de vista do continente africano (2010, p. VII).

Kabengele Munanga mostra que o continente africano foi por largo período concebido a partir do paradigma ocidental hegeliano que inicialmente compartimentou a África em três áreas distintas: “(a) a África Setentrional aberta ao Mediterrâneo e ligada à Europa – (b) o Egito, que tira sua existência do Nilo e destinado a se tornar um centro de grande civilização autônoma – (c) a África

propriamente dita, fechada em torno de si e desinteressada de sua própria história” (Munanga, 2015, p. 26). Nesta divisão, a África negra estaria apartada da história e sob o estado de barbárie e selvageria, isto é, sem história.

A África negra estaria em um estágio inicial da história universal pela sua intensa relação com a natureza e seus fenômenos, e pelo não desenvolvimento de uma escrita alfabética²¹. Nessa direção, esta porção do mundo não teria, grosso modo, um mundo histórico desenvolvido pela ausência de consciência da temporalidade linear que as conduzissem ao progresso. Devido à estas características seriam povos com uma história “sem valor filosófico, porque a natureza orgânica não tem história” (Munanga, 2015, p. 26). Tais sociedades precisavam, dessa forma, do desenvolvimento de novas áreas do conhecimento que pudessem apreendê-las enquanto sociedades primitivas e ágrafas, como: Etnografia, simples descrição das etnias; Etnolinguística, estudo das línguas dos povos sem escrita; Etnohistória, estudo do passado das sociedades primitivas, baseando-se principalmente na tradição oral; Etnofilosofia, estudo dos sistemas de pensamento (e não de filosofia no sentido próprio do termo), das sociedades selvagens, primitivas, não civilizadas (a razão é helênica); Etnomusicologia, ramo da musicologia que estuda a música das sociedades primitivas (Munanga, 2015).

Na 13ª Conferência Geral da UNESCO, em 1964, no contexto das lutas por independência de inúmeros países africanos, os novos Estados independentes levantaram-se contra os preconceitos que o continente africano sofreu ao longo de séculos, particularmente a parte subsaariana, exprimindo a premissa que valores pejorativos acerca de suas populações e a ignorância com relação a esta parte do globo fosse combatida. A iniciativa resultante das reivindicações culminou na produção da publicação “História Geral da África”, que se afasta dos paradigmas evolucionistas e percebe o continente em sua complexidade. Para Munanga:

A obra História Geral da África reverteu também o esquema da filosofia hegeliana, provando que o privilégio do ser humano em ter consciência de viver na

21 Resumidamente, perspectiva semelhante foi observada com relação aos povos ameríndios da América espanhola, nos quais o não desenvolvimento da escrita alfabética foi para intelectuais do século XVIII um indício da não antiguidade de algumas civilizações, que tinham como sistemas de registro os logogramas ou a transmissão oral, a constatação desses sistemas de conservação da história e memória indicaria que alguns povos estariam em uma escala evolutiva, no início, algo que poderia caracterizar uma infância civilizatória que precisaria de tempo para alcançar os avanços logrados pelo ocidente europeu. Esta perspectiva dizia respeito inclusive às religiões praticadas, que não passavam de supersticiosas, visto que os dogmas não estavam inscritos em um livro, como no caso a Bíblia, ou seja, não dominavam o tipo de escrita mais avançado, a alfabética. Isto os relegaria a um espaço fora da história. Cf. CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. **Como escrever a História do Novo Mundo**. Histórias, Epistemologias e Identidades no Mundo Atlântico do século XVIII. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo (Edusp), 2011.

história não é reservado à única humanidade europeia. Esta obra desenterrou algo incontestável no passado negro-africano que foi escondido: a África como berço da humanidade, recolocando-a na origem da própria história da humanidade (Munanga, 2015, p. 27).

Continua o autor:

O passado está na pré-história da África que foi desenterrada, no Egito que foi integrado, nos grandes reinos africanos que foram reconhecidos, contrariando o pensamento hegeliano. Reconhecer que a África tem história é o ponto de partida para discutir a história da diáspora negra que na historiografia dos países beneficiados pelo tráfico negreiro foi também ora negada, ora distorcida, ora falsificada. Como é que os negros da diáspora poderiam ter uma história e uma identidade se o continente de onde foram oriundos não as tinham? (Munanga, 2015, p. 27-8).

O reposicionamento da História do continente africano para o mundo, principalmente o mundo Atlântico e, particularmente, o Brasil colaborou para uma nova concepção acerca da sociedade brasileira e o seu “tripé” formador, e a contribuição que cada um dos elementos – europeus, negros e indígenas – teriam dado para formação da sociedade brasileira, desconstruindo estereótipos depreciativos direcionados invariavelmente aos dois últimos. A busca por uma equiparação entre a importância do contributo de diferentes povos trouxe à tona novos sujeitos e a necessidade de novas perspectivas e personagens.

O desconhecimento e um possível desinteresse pelo continente africano, não ocorre apenas entre os estudantes brasileiros e a população em geral. Vicente B. Khapoya, intelectual queniano, professor de ciências Políticas da Universidade de Oakland (Rochester, Michigan) nos Estado Unidos dedicou-se a redigir um livro que apresentasse de forma ampla o continente africano em seus mais deferentes aspectos, como: geopolíticos, econômicos, climáticos, geográficos, culturais, entre outros. Nas palavras do autor, as maiores dificuldades encontradas ao ministrar aulas sobre o continente eram que:

Apesar desses desenvolvimentos e do fato de que a cobertura dos eventos da mídia na África independente tenha melhorado significativamente desde a época colonial (antes 1960), muitos americanos não avaliam completamente o tamanho físico e a diversidade étnica do continente africano. Vivendo num país tão enorme como os Estados Unidos, os americanos tendem a ver a África como mais um país único do que como um continente que inclui mais de cinquenta países diferentes; eles admitem mesmo que é tão fácil viajar dos Camarões para a Tanzânia como dirigir do Colorado para o Tennessee. Por exemplo, não é incomum para um americano perguntar a um visitante africano da Nigéria se ele conhece alguém do Senegal ou da Zâmbia (Khapoya, 2015, p. 16).

Reconhecer a importância do continente africano, sua ancestralidade e legados social, cultural, econômico e político nos estimula a investigar, identificar e distinguir os sujeitos e memórias que outrora foram negligenciados. Captar as ações de inúmeros sujeitos ao longo da história, perceber como traçaram estratégias, as possibilidades de negociação e resistência, nos abrem novos horizontes para a apreensão de distintas realidades, que nos foram apresentadas como homogêneas, sem rosto, sem nome, e marcadamente resignadas.

Verificar que é possível mobilizar um conjunto de possibilidades na perspectiva de um futuro melhor dado o contexto ao qual se está inserido, seja ele pensado individual ou coletivamente, especialmente porque a história trata das ações humanas no tempo e no espaço, e as ações humanas também são impulsionadas pelas contradições guardadas por qualquer ser humano, nos mostra que nossas ações também se orientam a partir das possibilidades que nos são colocadas, e nossas decisões têm impactos e consequências para além de nossas próprias vidas. Esta percepção proporcionada pelos “novos” partícipes da história nos orienta a reconhecer que também somos, que todos são, partícipes da história.

Se todos fazemos parte da história, as histórias dos diversos povos que compuseram a sociedade brasileira deveriam ser ensinadas na mesma proporção. Tomamos a pergunta de Kabengele Munanga (2015) para seguir a discussão: Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? Esta indagação aparentemente simples esteve por décadas ignorada, no sentido de que não precisava ser levantada. Já que éramos fruto do harmonioso tripé que teria originado um povo miscigenado e sem conflitos internos, estabelecido por Martius no século XIX e que sustentou o mito da democracia racial, a concepção amplamente difundida entre os brasileiros de que somos todos iguais, corrobora a naturalização de hierarquizações pautadas na questão racial, muito tributárias dos contributos de cada um dos povos que compuseram o tripé.

A evidenciação das diferenças entre segmentos da sociedade poderia ser associada à uma dissensão, a emersão de conflitos latentes outrora ignorados ou encobertos. A percepção da diferença enquanto um direito, coloca em pauta a diversidade sobreposta por uma homogeneização cultural imposta pelo ideal de miscigenação. O direito ao reconhecimento das diferenças remete, portanto, à equidade e a valorização dos distintos contributos dados pelas sociedades que participaram da formação da sociedade brasileira. Dessa maneira, desvelar as relações conflituosas e o esteio das hierarquizações que excluem com base em uma racialização é imprescindível para a compreensão das relações sociais humanas, e isto implica em conhecer as histórias dos povos até então negligenciadas: a história dos povos indígenas e da África e dos afrodescendentes, na mesma dimensão

da história consagrada que rege-se pela história da Europa ocidental. A legislação que estabelece a obrigatoriedade do estudo da diversidade na Educação Básica, a lei 10.639/2003, cumpre a função de retirar do silenciamento as memórias da escravidão, recuperando as ações dos sujeitos.

A lei 10. 639/2003 institui para além da obrigatoriedade do estudo da história da África e dos afrodescendentes, o dia 20 de novembro como dia da Consciência Negra, data alusiva ao aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, como contraposição ao 13 de maio, dia da Abolição da Escravatura, que poderia ser considerado com um marco na emancipação jurídica do sujeito, sem que houvesse, no entanto, uma emancipação socioeconômica. Todavia, o 13 de maio, consagrado à Princesa Isabel como Redentora, vem adquirindo novas leituras, principalmente pelos estudos sobre os abolicionistas negros²², possibilitando a emergência de novos protagonistas, como as camadas escravas, libertas e livres de cor na obtenção deste direito, anteriormente concebido de modo verticalizado. A percepção verticalizada da abolição que extinguiu a relação senhor/ escravo “se metamorfoseou na relação branco/negro” (Munanga, 2015, p. 28), ambas carregando o mesmo cariz hierarquizado, compondo mais uma continuidade do que uma ruptura no que se refere à posição subalterna de grande parte da população.

A continuidade reflete-se na relevância que são dados aos conteúdos a serem ensinados, a história que se guia pela cronologia e acontecimentos da Europa ocidental são de tal maneira introjetados, que perdem a dimensão de seleção para convertem-se em dados comuns à toda a humanidade indistintamente, de tão naturalizados, outras perspectivas compõem apêndices, quase um quadro de curiosidades e folclore. Enquanto uma história tem rostos e nomes, a outra integra dados numéricos retirados de fontes seriais, seja econômico ou populacional ou ambos associados.

A tentativa de integração das histórias ainda é recebida com muita resistência nos meios escolares e acadêmicos por parte dos estudantes que naturalizaram o discurso eurocêntrico ocidental de tal maneira, que não conseguem enxergar contribuição dos povos que não participem da lógica capitalista neoliberal ocidental. Esta falta de sensibilidade pode ser indubitavelmente estendida à uma parcela significativa de educadores e gestores, nos dois níveis: na Educação Básica e Educação Superior.

22 COSTA, Manuela Areias. **O “Maestro da Abolição” no Recôncavo baiano**: abolicionismo e memória nas músicas e crônicas de Manoel Tranquilino Bastos (Cachoeira - BA, 1884-1920). Doutorado em História Comparada. Universidade Federal Do Rio De Janeiro; PINTO, Ana Flavia Magalhaes. **Fortes Laços Em Linhas Rotas**: Literatos Negros, Racismo E Cidadania Na Segunda Metade Do Século XIX. Doutorado em História. Universidade Estadual De Campinas, 2014.

O desinteresse sobre a história dos africanos, afrodescendentes e indígenas não é gratuita, ela é orquestrada, como dissemos no princípio do texto, ela é impulsionada por negacionismos e falsificações torpes. Em determinados momentos nega-se a crueldade da escravidão, enfatizando a resignação ou a gratidão dos escravos aos seus senhores, o que desemboca em outra circunstância, que é a inaptidão para insurgir-se. Exemplificando em linhas gerais, ambas constituem processos sistemáticos de manutenção de uma posição de inferioridade com a qual ninguém quer se identificar. Por isso, a busca e evidenciação de ascendências que integrem um considerado nível superior de civilização, os que possuam uma cultura superior, inclusive em relação à religião, que se afaste das superstições de povos primitivos. Para Munanga:

A memória da escravidão no Brasil é ora esquecida ou negada, ora descrita negativamente como uma simples mercadoria ou uma força animal de trabalho sem habilidades cognitivas. A construção da memória da escravidão começa por justificativas ideológicas. Estas apresentam a escravidão como um gesto civilizador para integrar o africano na “civilização humana” (2015, p. 29).

Apesar da tendência descrita ser ainda muito presente entre estudantes e educadores e na população em geral, é bastante nítida uma mudança com relação à importância da integração de outras histórias de forma horizontalizada. Parcela significativa da população apresenta-se com novas questões que contribuem para o fortalecimento dos estímulos aos estudos de povos negligenciados por décadas. O interesse por novas respostas e, principalmente, o aparecimento de novas questões impulsionaram a mudança na compreensão da história da África e dos afrodescendentes e indígenas no Brasil. Estas mudanças podem também ser atribuídas à legislação educacional que institui a obrigatoriedade de seu ensino/ aprendizagem, bem como o estabelecimento da lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e estabelece o sistema de cotas socioeconômicas, raciais e para pessoas com deficiência. As conquistas no que concerne ao campo jurídico devem ser majoritariamente associadas a incansável luta dos movimentos sociais, como o Movimento Negro brasileiro e à Luta dos Povos Indígenas. Sendo assim, a lei nº 12.711/2012 no seu Artigo 3º expressa:

Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indí-

genas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE²³.

O reflexo destas alterações pode ser observado mais concretamente na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015, no qual a população brasileira se autodeclara: 45,22% branca; 45,06% parda; 8,86% preta; 0,47% amarela; e, 0,38% indígena. A tendência de aumento na porcentagem de autodeclaração de pessoas pardas e pretas, pode ser observada já no Censo de 2010, dos 191 milhões de brasileiros em 2010, 91 milhões se classificaram como brancos, 15 milhões como pretos, 82 milhões como pardos, 2 milhões como amarelos e 817 mil como indígenas. Registrou-se uma redução da proporção de brancos, que em 2000 era 53,7% e em 2010 passou para 47,7%, e um crescimento de pretos (de 6,2% para 7,6%) e pardos (de 38,5% para 43,1%). Sendo assim, as populações preta e parda autodeclaradas passaram a ser consideradas maioria no Brasil (50,7%)²⁴, já em 2010. Considerando que o IBGE engloba como população preta aquelas autodeclaradas pretas e pardas, desde 2010 nos dados oficiais a maioria da população está sub representada no que se refere ao ensino de história.

A partir dos dados apresentados, invertamos a pergunta feita por Kabengele Munanga (2015): Por que *não* estudar a História da África e do negro hoje no Brasil? Temos uma população majoritariamente preta que precisa de novas perspectivas que não apenas aquela verticalizada do ponto de vista do colonizador. A des-hierarquização aqui proposta é de produção da equidade a partir da compreensão da diferença, o reconhecimento de diferentes origens e pontos de partidas que devem ser valorizados igualmente e não hierarquicamente. No entanto, este não é um processo natural, mas de luta contra um *status quo* que intenta preservar-se uníssono, avesso à multiplicidade de vozes que emergem.

Recusar a história de um segmento da sociedade é empreender um processo de silenciamento que nega fatores constitutivos de uma identidade e a subalterna, relegando a um plano inferior a cultura, comportamentos coletivos, língua, religião, ancestralidade etc. Tudo isto faz parte de um processo de homogeneização que privilegia a unilateralidade do discurso que visa a dominação e o apagamento do dominado.

23 Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm acesso 01/04/2020.

24 Lamarca G, Vettore M. **A nova composição racial brasileira segundo o Censo 2010** [Internet]. Rio de Janeiro: Portal DSS Brasil; 2012 Jan 21. Disponível em: <http://cmdss2011.org/site/?p=8005&preview=true>

Nesse sentido, o historiador ciente de que o interesse pela história transcende seu *métier*, deve aproximar-se o máximo da verdade, além de estar sensível às demandas e questões que lhes cercam. Nossa área do conhecimento, embora não seja exata, lida também com dados objetivos e dispõe de um sólido arcabouço teórico-metodológico capaz de fornecer respostas mesmo que provisórias, característica de todo fazer científico, que são fundamentais para a apreensão e interpretação das relações humanas. Nosso ofício tem como função o enfrentamento de silenciamentos, negações e falsificações da história que se colocam a todo momento em detrimento de um discurso hegemônico que reforça relações de dominação não somente entre pessoas, mas também entre nações.

Apresentar as contradições presentes na história contribui para a sua des-hierarquização e inclusão de novos sujeitos. Com relação à história da África, entre o senso comum mais recorrente está a culpabilização do continente africano que já praticava a escravização e teria “entregado seus próprios filhos aos comerciantes europeus”, estes, por sua vez, seriam responsáveis por civilizar as pessoas capturadas e retirá-las da superstição e de seu estado de barbárie, já que o continente seria povoado por selvagens primitivos reunidos em pequenas comunidades isoladas entre si²⁵. Esse tipo de discurso atualmente possui muita força. Discutir as contradições de cada história é fundamental para aproximar-se da verdade e para a compreensão da organização e contradições inerentes a cada povo. Sobre a escravidão Gwendolyn Hall explica que:

O tráfico de escravos e a escravidão existem no mundo há milênios. Mas ela não era sempre igual em todos os períodos e locais. A escravidão é uma categoria histórica – não sociológica. O tráfico transatlântico de escravos foi singularmente devastador. Ele certamente foi o exemplo mais cruel e duradouro de brutalidade e exploração humana na história. Foi uma atividade marítima móvel e instrutiva realizada por potências distantes protegidas contra qualquer retaliação do mesmo tipo. Por mais de 400 anos, ele envolveu a hegemonia das faixas etárias mais produtivas e potencialmente produtivas das populações nas regiões africanas afetadas profundamente por ele (HALL, 2017, p. 38).

25 “O comércio dos negros destinados às Américas organizou-se como um autêntico sistema, orquestrado pelos Estados Europeus. Se os efeitos do tráfico dos negros sobre as economias europeias são ainda controversos e se as consequências sobre as sociedades africanas continuam a alimentar os debates mais apaixonados, não há a menor dúvida de que, antes de se tornar no século XIX “o comércio vergonhoso” quase unanimemente condenado, foi durante três séculos um gigantesco e frutuoso negócio que mobilizou a Europa inteira e não poupou nenhuma região de África. Se os europeus foram os instigadores desta empresa, foi essencialmente para o Novo Mundo que o comércio dos Negros transportou os Africanos arrancados à sua terra, sendo as exportações para a Europa inteiramente marginais durante todo o período do tráfico quer legal quer clandestino”. M'BOKOLO, Elikia. **África Negra**. História e Civilizações até o XVIII. Tomo I. 2ª ed. Lisboa: Edições Colibri, 2012, p. 261.

Não estudar os diferentes povos e aspectos constitutivos da sociedade brasileira na sua complexidade, desencadeado pela retirada da obrigatoriedade da disciplina história do Ensino Médio resulta em duas questões: tolher o direito de estudar história, em especial, parte da história constitutiva da sociedade brasileira que é a da África e afrodescendentes; e a liberalidade para que discursos negacionistas circulem e sejam assimilados sem análise crítica. A legislação referente às cotas raciais e as que instituem os estudos dos africanos e afrodescendentes podem perder sua amplitude se a população não conseguir identificar-se com elas, pois nenhum avanço está imune a retrocessos.

Reconhecer equanimemente a contribuição do continente africano é valorizar a identidade, cultura e corporeidade de milhões de brasileiros. Gwendolyn Hall em “Escravidão e etnias africanas nas Américas: Restaurando os elos” (2017), desafia a crença, de acordo com a autora, ainda predominante entre os acadêmicos e o público em geral de que os africanos eram fragmentados e dispersos²⁶ quando desembarcaram nas Américas, e suas culturas étnicas exerceram influência pontual no novo continente. Os africanos, na sua análise, teriam dado contribuições fundamentais para a economia e o desenvolvimento de novas culturas por todo o continente. “Os africanos e seus descendentes receberam muito pouco reconhecimento por suas contribuições e sacrifícios, e muito pouco dos benefícios. É hora de tornar visíveis os africanos invisíveis” (Hall, 2017, p. 17).

Apesar de países da América, como o Brasil, contarem com uma parcela afrodescendente bastante expressiva, a inclusão socioeconômica dessas pessoas depende não exclusivamente da sua representatividade numérica, mas de políticas públicas que desafiem o *status quo* e a carga pejorativa sobre hábitos, costumes e comportamentos imputados às suas ancestralidades. Em nosso país observamos medidas como o racismo enquanto crime na CF1988, a lei 10.639/2003 e a lei nº 12.711/2012. No âmbito internacional assistimos à instituição da Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024²⁷ pela 69ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, através da resolução 68/237²⁸. O programa é sustentado por três pilares: Reconhecimento, Justiça e Desenvolvimento.

Na 62ª Assembleia Geral da ONU, em 2007 fixou-se o dia 25 de março como data alusiva da memória das vítimas do tráfico transatlântico de escravizados, a começar no ano de 2008, através da resolução 62/122 que criou o

26 Cf. VANSINA, J. Os movimentos populacionais e a emergência de novas formas sociopolíticas na África. In: **História geral da África**, V: África do século XVI ao XVIII / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília: UNESCO, 2010.

27 Cf. Década Afro ONU 2015-2024 Disponível <http://decada-afro-onu.org/> acesso 02/04/2020.

28 Cf. Resolução 68/237 Disponível http://decada-afro-onu.org/en/events/africandescentdecade/pdf/A.RES.69.16_IDPAD.pdf acesso 02/04/2020.

“Memorial permanente para lembrança das vítimas da escravidão e do comércio transatlântico de escravos”²⁹. O item quatro do documento diz o seguinte:

4. Solicita ao Secretário-Geral, em colaboração e com base em trabalho realizado pelas Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Organização, incluindo seu Projeto de Rota Escrava, para estabelecer um programa de alcance educacional para mobilizar, *inter alia*, instituições educacionais e sociedade civil a lembrar o comércio transatlântico de escravos e a escravidão, a fim de inculcar nas gerações futuras as causas, consequências e lições do tráfico transatlântico de escravos e comunicar os perigos do racismo e do preconceito; (Resolução 62/122, ONU, tradução livre da autora)³⁰.

Observamos, dessa maneira, a premência das demandas relacionadas à população afrodescendente em âmbito nacional e internacional. A “Década Afro” instituída pela ONU assentada em três pilares: reconhecimento, justiça e desenvolvimento, deveria encontrar ressonância em nível nacional, visto que há uma legislação sensível à temática. Sem embargo, acompanhamos sistemáticos golpes infligidos à população afrodescendente brasileira cujos direitos e demandas identificados nos pilares instaurados por um órgão internacional são negligenciados.

Para ilustramos, mostremos brevemente o caso das famílias quilombolas que habitam a região do entorno da Base Espacial de Alcântara/ MA. Na década de 1980, quando dos trâmites para desocupação do espaço e construção da base, as famílias e seus modos de vida e subsistência foram menosprezados. Entre 1986 e 1987, aproximadamente, 300 famílias de 23 povoados foram compulsoriamente deslocados para uma área onde a extensão de terra prevista era menor do que o prescrito no Estatuto da Terra, as chamadas agrovilas. “Instaladas longe do mar ou de rios, as agrovilas privaram as famílias da pesca, além de terem sido organizadas em lotes agrícolas individuais, o que não correspondia às formas tradicionais de uso comum da terra pelas famílias, o que estimulava conflitos internos e a crescente pauperização daquelas pessoas”³¹.

29 Cf. Resolução 62/122 – Permanent memorial to and remembrance of the victims of slavery and the transatlantic slave trade (Memorial permanente para lembrança das vítimas da escravidão e do comércio transatlântico de escravos – tradução livre da autora). Disponível <https://www.google.com/search?q=google+tradutor&oq=google+tradutor&aqs=chrome..69i57j0l7.4998j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8> acesso 02/04/2020.

30 “4. Requests the Secretary-General, in collaboration with and building upon the work undertaken by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, including its Slave Route Project, to establish a programme of educational outreach to mobilize, *inter alia*, educational institutions and civil society on the subject of remembering the transatlantic slave trade and slavery, in order to inculcate future generations with the causes, consequences and lessons of the transatlantic slave trade and to communicate the dangers of racism and prejudice;”

31 Mapa dos Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Escola Nacional de Saúde

Em 1999, os moradores impactados fundaram o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara – MABE.

Atualmente, no governo de Jair Messias Bolsonaro (sem partido), o que por si só representa um caso curioso, um presidente sem partido, no ano de 2020 ameaça novamente famílias quilombolas de retirada de seus locais de moradia, essas famílias habitam o espaço por séculos, através da Resolução nº 11, de 26 de Março de 2020 exarada pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete Institucional da Presidência da República Augusto Heleno Ribeiro Pereira. A resolução que prevê consulta às comunidades atingidas³², e, porém, estabelece claramente em seu Artigo 6º Inciso I:

- a) providenciar, por meio do Comando da Aeronáutica, a execução das mudanças das famílias realocadas, a partir do local onde hoje residem e até o local de suas novas habitações, incluindo o transporte de pessoas e semoventes; e
- b) disponibilizar, para as comunidades quilombolas realocadas, por meio do Comando da Aeronáutica, três corredores de acesso à faixa do litoral da área de 12.645ha a ser usada pelo Centro Espacial de Alcântara, assegurando medidas de engenharia que impeçam a interdição do leito dos corredores pelas chuvas, bem como o estabelecimento de mecanismos de controle de acesso a esses corredores³³ (grifo nosso)

O item Desenvolvimento proposto pela Década Afro recomenda:

Reconhecendo as condições de moradia precárias e inseguras em que muitos afrodescendentes vivem, os Estados devem desenvolver e implementar políticas e projetos, conforme o caso, visando, entre outras coisas, a assegurar que eles ganhem e mantenham um lar e uma comunidade segura e protegida onde possam viver em paz e dignamente³⁴. (grifo nosso)

Tendo em consideração que o direito à justiça e o desenvolvimento são esteios da Década Afro, a resolução nº 11/2020 que prevê corredores de acesso à faixa litorânea para comunidades de pescadores não está efetivamente preocupada com o impacto da mudança na vida dessas pessoas, seus modos de viver e

Pública Sérgio Arouca (ENSP). Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Disponível <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=ma-comunidade-quilombola-de-alcantara-continua-luta-contr-o-centro-de-lancamento-e-pelo-seu-direito-de-ficar-na-terra> acesso 02/04/2020.

32 Cf. Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho; Decreto nº.4887/2003; CF 1988.

33 Resolução nº 11, de 26 de março de 2020. Disponível <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-11-de-26-de-marco-de-2020-249996300> acesso 02/04/2020.

34 Década Internacional de Afrodescendentes. Desenvolvimento. Disponível <http://decada-afro-onu.org/development.shtml> acesso 02/04/2020.

fazer, porque o território constitui parte desse fazer e viver, pois a identidade e a sua reprodução cultural estão relacionadas ao território³⁵.

Prendemos mostrar rapidamente que se não estudamos a história de uma enorme parcela da população, o que acontece pode nos passar despercebido e sem análise crítica. Em um país que defende a terra e a propriedade privada inadvertidamente, o tipo de ataque perpetrado pelo governo federal à estas famílias pode ser amplamente aceito sem maiores discussões que envolvam a sociedade, e, principalmente, legitimado por esta mesma sociedade, que, certamente, desconhece que gerações dessas famílias habitam o espaço por mais de um século. Em outros termos, se deixarmos de ensinar e aprender em nível acadêmico e particularmente escolar a história da África e afrodescendentes no Brasil, as pessoas voltam a ser números estatísticos. Vale lembrar aqui a nomeação de Sérgio Carmo, que se autointitula “negro de direita” para presidente da Fundação Cultural Palmares, fundação esta responsável pela certificação das comunidades³⁶ e preservação da terra das comunidades bem como sua cultura e costumes, para pensarmos na importância da disciplina escolar História para a historicização das relações humanas e do racismo e discriminação.

Para “reconhecer que a pobreza é tanto causa quanto consequência da discriminação”³⁷, é fundamental o estudo da história em todos os níveis da Educação Básica. A história é a principal disciplina a conferir historicidade às relações humanas e habilitar o pensamento histórico, aqui não estamos de maneira nenhu-

35 A percepção da territorialidade é fundamental para a compreensão da importância da manutenção de um determinado espaço, entendendo como se relacionam comunidade e natureza, e principalmente o conhecimento da natureza e seu manejo por essas comunidades que nela habitam há séculos sem exauri-la. A observância do manejo do extrativismo e da caça que obedece à alternabilidade das espécies, conjugada com a roça e a criação de animais desenvolvido por essas comunidades é imprescindível para a compreensão da importância da conservação do espaço e das comunidades, constantemente ameaçadas pela lógica capitalista de maximização dos lucros em detrimento do tempo de reprodução das espécies, resultando em extermínio de espécies da flora e da fauna. Cf. ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Os Negros no Trombetas**: guardiões de matas de rios. Belém: Cejup/ UFPA – NAEA, 1998.

36 “de acordo com o Decreto 4887/2003, cabe ao INCRA, na esfera federal, a realização do processo administrativo de titulação dos territórios reivindicados pelas comunidades remanescentes de quilombo. A abertura do processo pelas Superintendências do INCRA nos estados constitui a fase inicial do processo para reconhecimento dos territórios quilombolas e pode ser principiada de ofício pelo Instituto ou a requerimento de qualquer interessado, associações ou entidades representativas das comunidades. Desde outubro de 2008, com a publicação da IN nº 49/2008, esta etapa passou a depender da emissão da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares (FCP), cuja base legal é a Portaria nº 98 da FCP. Sem a certidão, o INCRA não inicia o processo de titulação” (QUINTANS; GAY, 2014).

37 Década Internacional de Afrodescendentes. Desenvolvimento. Disponível <http://decada-afro-onu.org/development.shtml> acesso 02/04/2020.

ma desprezando as demais disciplinas das Ciências Humanas, mas enfatizando a enorme contribuição que a História pode dar, e os danos irreparáveis que a sua supressão enquanto obrigatória no Ensino Médio pode causar a médio e longo prazos. A retirada da obrigatoriedade do ensino/ aprendizagem da História no “Novo” Ensino Médio é a supressão, ao fim e ao cabo, do direito à História³⁸.

Considerações Finais

A produção historiográfica direcionada aos materiais didáticos, sobretudo, os livros didáticos mantiveram-se do século XIX até meados do século XX com uma perspectiva tradicional e positivista, que enfatizava os grandes eventos e personalidades políticas e militares, essa concepção de ensino/ aprendizagem voltava-se para as ações de uma elite que era associada aos grandes feitos e por guiar os rumos da nação.

Acrescidos à elite política e militar, a nação contaria com mais dois elementos decisivos a serem guiados pelos grandes vultos: o indígena, fraco e preguiçoso; e o negro, forte e resignado com a sua condição de escravo. Estes dois elementos permaneceram sem rosto e sem nome, salvo em raríssimas menções como aquelas relacionadas à Palmares, até a meados da segunda metade do século XX.

A manutenção da concepção de corpos negros como dóceis, resignados e fortes persiste até os dias de hoje lastreado pelo mito da democracia racial, de que haveria harmonia no contributo e convivência dos três elementos que engendraram o Brasil mestiço, de “pele morena e traços finos”, sem beleza igual no mundo... Pois bem, essa concepção racista tem como suporte a hierarquização das histórias dos elementos mencionados na Educação Básica e o reforço de estereótipos depreciativos que embasam teorias sobre superioridade e inferioridade e, principalmente os negacionismos transvestidos de “revisionismos”. E é justamente nos livros didáticos que foram publicados até poucas décadas atrás onde podemos encontrar este sustentáculo. Como a aclamação da princesa Isabel enquanto Redentora, e a culpabilização quase que exclusiva dos próprios africanos pela escravização, no qual os africanos maus escravizavam e vendiam seus “irmãos” aos europeus. Muito embora houvesse novas perspectivas teórico-metodológicas sendo aplicadas nos estudos sobre escravi-

38 Cf. OLIVEIRA, Monalisa Pavonne. O mês da Consciência Negra e o direito à História. In: **Contemporartes**: Revista Semanal de Difusão Cultural, v. IX, p. 1-9, 2018. Disponível em <http://revistacontemporartes.com.br/2018/12/04/o-mes-da-consciencia-negra-e-o-direito-a-historia/> acesso 03/04/2020.

dão na academia a partir da década de 1960, a produção de livros didáticos não a acompanhou exatamente porque as inovações valiam-se da perspectiva marxista, tão rechaçada pelo regime ditatorial civil-militar brasileiro, prevalecendo a matriz positivista da educação brasileira, em que a escravidão permanecia como tema secundário.

Durante o processo de redemocratização, na década de 1980, os estados empreenderam uma reformulação nos currículos da Educação Básica, com relação à História, o modelo mineiro foi pioneiro³⁹. A escravidão passou a ocupar novos espaços nos manuais didáticos, entretanto, a parcela afrodescendente da população durante os séculos XVII a XIX, continuava a preencher os espaços destinados aos números estatísticos, pois agora a escravidão era analisada a partir da lógica mercantilista, e a presença negra e sua importância bem como o peso da sua mão de obra eram percebidas segundo dados econômicos, frisando a relevância do tráfico de escravos e seus lucros⁴⁰. Finalmente, a maior parte da população do que conhecemos como Brasil, seguia sem rosto e sem nome.

Paulatinamente a história escolar e acadêmica foram se encontrando e se alinhando em uma relação de reciprocidade. Temos muito caminho pela frente, é claro, mas o trajeto percorrido não pode ser desconsiderado. Essa busca por uma confluência reflete-se nas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que tem estimulado grandemente trabalhos em conjunto entre a escola e a universidade, um dos melhores exemplos a serem citados é a criação do mestrado profissional em História, mais conhecido como ProfHistória⁴¹, cujas dissertações contemplam os fundamentos teórico-metodológicos da disciplina e privilegia projetos de intervenção nas realidades escolares.

Como dissemos, a temática aqui abordada ultrapassou os muros das escolas e está estendendo seus contornos. Nilma Lino Gomes em seu artigo intitulado “Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos” (2012) narra a experiência de participação enquanto expectadora do musical “Besouro – Cordão de Ouro” dirigido por João das Neves, apresentado no 4º FAN (Festival Internacional de Arte Negra) no dia 25 de novembro de 2007, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Besouro foi um capoeirista do Recôncavo baiano, cuja trajetória traz à cena o contexto do pós-abolição e a vida dos afrodescendentes na Bahia, passando pelas relações sociais, vida política, às lutas e resistên-

39 Cf. GUIMARÃES, Selva. **Didática e Prática De Ensino De História**: experiências reflexões e aprendizados. Campinas/ SP: Papirus, 2012.

40 Cf. FONSECA, Thaís Nivia de Lima e. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

41 Sobre o Mestrado Profissional em História (ProfHistória) Cf. <https://profhistoria.ufrj.br/> acesso 21/04/2020.

cias, entre outros. A peça teatral teve a potencialidade didática de alcançar um público extenso, reafirmando que o conhecimento histórico não ocorre apenas na sala de aula.

O segundo momento, precisamente após o espetáculo, que gerou uma série de reflexões por parte da autora, foi o depoimento de uma professora: “Pois é. Só mesmo a Lei nº 10.639/03 poderia me estimular a ver um espetáculo como esse!” (Gomes, 2012, p. 103). Aqui torna-se evidente a relevância de políticas afirmativas como a legislação relativa à diversidade e a sua potencialidade geradora de debates, inquietações e interesses. Este é um “um passo importante na construção de uma ruptura epistemológica e cultural causada pela introdução mais sistemática da discussão sobre a questão racial e a História da África na escola” (Gomes, 2012, p. 103).

A ampliação do direito à Educação Básica foi estendida até o Ensino Médio, as portas das universidades foram abertas às pessoas pretas, pardas, indígenas, portadoras de deficiência e de baixa renda. Sujeitos anteriormente alijados agora fazem parte. E querem mais! Por isso o refreamento de avanços, principalmente no que concerne à representatividade, que é o ensino/ aprendizagem da história da África, afrodescendentes e indígenas com a supressão da obrigatoriedade da disciplina História do “Novo” Ensino Médio. Não podemos deixar que as portas se cerrem novamente. Não podemos permitir que os sujeitos com nomes e rostos, retornem à posição de dados estatísticos. O confronto de narrativas sempre esteve presente, mas uma vez mais assistimos o seu ápice, e este é momento de nos posicionarmos pela manutenção da multiplicidade de vozes em detrimento de um discurso unilateral e homogeneizador, que visa apagar rostos e nomes.

Legislação Consultada

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil De 1988. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acesso 30/03/2020.

Brasil. Decreto nº.4887 de 20 de novembro de 2003. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm acesso 29/04/2020

Brasil. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm, acesso 29/04/2020

Brasil. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF, Outubro, 2004. Disponível <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/Diretrizes+curriculares+nacional+para+a+educa%C3%A7%C3%A3o+das+rela%C3%A7%C3%B5es+%C3%A9t>

nico-raciais+e+para+o+ensino+de+hist%C3%B3ria+e+cultura+afro-brasileira+e+africana/f66ce7ca-e0c8-4dbd-8df3-4c2783f06386?version=1.2 acesso 29/04/2020.

Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/1996. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm acesso 30/03/2020.

Brasil. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm acesso 30/03/2020.

Brasil. Lei nº 11.645, de 10 março de 2008. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm acesso 30/03/2020.

Brasil. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm#art2 acesso 30/03/2020.

Brasil. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm acesso 01/04/2020.

Brasil. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm acesso 01/04/2020.

Brasil. Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016. Disponível <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html> acesso 30/03/2020.

Brasil. Resolução nº 11, de 26 de março de 2020, Ministro de Estado Chefe do Gabinete Institucional da Presidência da República Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Disponível <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-11-de-26-de-marco-de-2020-249996300> acesso 02/04/2020.

Brasil. Resolução CNE-CP 02/2019 de 20 de dezembro de 2019. Disponível <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> acesso 02/04/2020.

Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

ONU. Resolução 62/122 – Permanent memorial to and remembrance of the victims of slavery and the transatlantic slave trade (Memorial permanente para lembrança das vítimas da escravidão e do comércio transatlântico de escravos – tradução livre da autora). Disponível <https://www.google.com/search?q=google+tradutor&oq=google+tradutor&aqs=chrome..69i57j0l7.4998j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8> acesso 02/04/2020.

ONU. Resolução 68/237 Disponível http://decada-afro-onu.org/en/events/africandescent-decade/pdf/A.RES.69.16_IDPAD.pdf acesso 02/04/2020.

Páginas Eletrônicas

Associação Brasileira de História da Religião (ABHR). Disponível <https://abhr.com.br/> acesso 21/04/2020.

ANPUH. Carta Aberta pela Obrigatoriedade da História no Ensino Médio, 15/02/2017. Disponível <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-des>

taque/item/4017-carta-aberta-pela-obrigatoriedade-da-historia-no-ensino-medio acesso 31/03/2020.

ANPUH. Manifesto. Fórum de Ensino de História da Associação Nacional de História, 06/12/2019. Disponível <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/5641-manifesto-forum-de-ensino-de-historia> acesso 30/03/2020.

ANPUH. Resposta do Gabinete Pessoal do Presidente da República à Reivindicação de Obrigoriedade da Disciplina de História no Ensino Médio, 16/02/2017. Disponível <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/4019-resposta-do-gabinete-pessoal-do-presidente-da-republica-a-reivindicacao-de-obrigatoriedade-da-disciplina-de-historia-no-ensino-medio> acesso 31/03/2020.

Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Disponível http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf acesso 30/03/2020.

Congresso Em Foco. Bolsonaro: “Quilombola não serve nem para procriar”, 05/02/ 2017. Disponível <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-quilombola-nao-serve-nem-para-procriar/> acesso 13/04/2020;

EPSJV-FIOCRUZ. Omnilateralidade. In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde. Disponível <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/omn.html#topo> acesso 30/03/2020.

Folha de São Paulo. “Negro de direita”, presidente da Fundação Palmares disse que escravidão foi benéfica. In: Folha de São Paulo, 27/11/2019. Disponível <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/11/presidente-da-fundacao-palmares-nomeado-por-bolsonaro-diz-que-brasil-tem-racismo-nutella.shtml> acesso 25/03/2020.

Fundação Cultural Palmares. Disponível http://www.palmares.gov.br/?page_id=95 acesso 13/04/2020.

Mapa dos Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP). Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Disponível <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=ma-comunidade-quilombola-de-alcantara-continua-luta-contr-o-centro-de-lancamento-e-pelo-seu-direito-de-ficar-na-terra> acesso 02/04/2020.

Mestrado Profissional em História (ProffHistória). Disponível <https://proffhistoria.ufrj.br/> acesso 21/04/2020.

Novo Ensino Médio - perguntas e respostas, Ministério da Educação. Disponível http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#nem_09 acesso 30/03/2020.

O Globo. MPF entra com ação contra Bolsonaro por declarações ofensivas a negros e quilombolas, 10/04/2017. Disponível <https://oglobo.globo.com/brasil/mpf-entra-com-acao-contr-bolsonaro-por-declaracoes-ofensivas-negros-quilombolas-21188576> acesso 13/04/2020.

ONU. Década Afro. ONU 2015-2024 Disponível <http://decada-afro-onu.org/> acesso 02/04/2020.

ONU. Década Internacional de Afrodescendentes. Desenvolvimento. Disponível <http://decada-afro-onu.org/development.shtml> acesso 02/04/2020.

Referências

- ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana": uma conversa com historiadores. In: **Revista Estudos Históricos** (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 21, n. 41, p. 5-20, junho, 2008.
- ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Os Negros no Trombetas**: guardiães de matas de rios. Belém: Cejup/ UFPA – NAEA, 1998.
- BÉDARIDA, François. As Responsabilidades do Historiador Expert. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). **Passados Reconstituídos**: campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: Editora FGV, 1998.
- CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge. **Como escrever a História do Novo Mundo**. Histórias, Epistemologias e Identidades no Mundo Atlântico do século XVIII. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo (Edusp), 2011.
- CERRI, Luis Fernando. **História e Consciência Histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- COSTA, Manuela Areias. **O “Maestro da Abolição” no Recôncavo baiano**: abolicionismo e memória nas músicas e crônicas de Manoel Tranquilino Bastos (Cachoeira - BA, 1884-1920). Doutorado em História Comparada. Universidade Federal Do Rio De Janeiro, 2016.
- DEFOURNY, Vincent; HADDAD, Fernando. Apresentação. In: **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. Editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.
- GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, Educação E Descolonização Dos Currículos. In: **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.
- GUIMARÃES, Selva. **Didática e Prática De Ensino De História**: experiências reflexões e aprendizados. Campinas/ SP: Papirus, 2012.
- HALL, Gwendolyn Midlo. **Escravidão e etnias africanas nas Américas**: restaurando os elos. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.
- JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, M.M.; FERNANDES, T.M.; ALBERTI, V. **História Oral desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- KHAPOYA, Vicent B. **A Experiência Africana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- Lamarca G, Vettore M. A nova composição racial brasileira segundo o Censo 2010 [Internet]. Rio de Janeiro: Portal DSS Brasil; 2012 Jan 21. Disponível em: <http://cmdss2011.org/site/?p=8005&preview=true>
- MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. (Org.). **Historiadores pela democracia**: o golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016.
- M'BOKOLO, Elikia. **África Negra. História e Civilizações até o XVIII**. Tomo I. 2ª ed. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

MORAES, Luís Edmundo de Souza. O Negacionismo e o problema da legitimidade da escrita sobre o Passado. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? In: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil – Monarquia**. São Paulo: Leya, 2009.

OLIVEIRA, Monalisa Pavonne. O mês da Consciência Negra e o direito à História. In: **Contemporartes**: Revista Semanal de Difusão Cultural, V. IX, p. 1-9, 2018.

PASSERINI, Luiza. A “lacuna” do presente. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Perola Fatima Valente Simpson Viamonte. Ensino profissionalizante e ensino médio: novas análises a partir da LDB 9394/96. In: **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 28-57, jan./jun. 2011

PINTO, Ana Flavia Magalhaes. **Fortes Laços Em Linhas Rotas: Literatos Negros, Racismo E Cidadania Na Segunda Metade Do Século XIX**. Doutorado em História. Universidade Estadual De Campinas, 2014.

PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, M.M.; FERNANDES, T.M.; ALBERTI, V. **História Oral desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; GAY, Antonia. **Movimento negro e a luta por direitos**: a participação na ANC e as conquistas na Constituição federal brasileira, sociologia, antropologia e cultura jurídica I. 1aed. Florianópolis: conpedi, 2014, v. 1a, p. 90-119.

VANSINA, J. Os movimentos populacionais e a emergência de novas formas sociopolíticas na África. In: **História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII** / editado por Bethwell Allan Ogot. – Brasília: UNESCO, 2010.

RUMO A UMA HISTÓRIA GLOBAL DO TRABALHO

Marcel van der Linden*

A história do trabalho e da classe trabalhadora tornou-se gradualmente um assunto de pesquisa em todo o mundo. Fora da área do Atlântico Norte, onde a história do trabalho se estabeleceu no século 19 e desde então se desenvolveu fortemente, apesar de vários altos e baixos, surgiram tendências diferentes, porém síncronas. Desde o início do novo milênio, atraiu um crescente grupo de adeptos em diferentes continentes no Sul e no Norte. Especialmente os jovens estudiosos se inspiram na ampla perspectiva, o esforço para perceber as conexões entre tendências em todo o mundo ao longo dos séculos no trabalho, trabalhadores e relações trabalhistas, incorporando os escravos, trabalhadores contratados e meeiros, bem como as donas de casa e empregadas domésticas.

A atenção crescente por abordagens globais na história do trabalho aparece de várias maneiras. Aqui, só posso ilustrar isso com alguns exemplos. Primeiro, o número de periódicos e séries de livros dedicados à “história global do trabalho” está crescendo. A *Revisão Internacional de História Social e História Internacional do Trabalho e da Classe Trabalhadora* foram periódicos que, desde cedo, se tornaram ativos neste campo¹. Mas outros seguiram rapidamente. Em 2003, a respeitada revista *História do Trabalho* (publicada desde 1960), com sede em Nova York, tornou-se objeto de uma disputa com a editora. Leon Fink, o editor, saiu junto com mais de 40 pessoas associadas à revista, e começou uma nova revista que, desde o início, era afiliada à Associação Norte-Americana de História do Trabalho e da Classe Trabalhadora. O periódico mais antigo foi continuado sob um novo editor, Craig Phelan. Notavelmente, ambas as revistas imediatamente ampliaram seu perfil e decidiram não mais se concentrar exclusivamente na história do trabalho dos EUA. O periódico de Fink foi batizado *Trabalho: Estudos sobre História da Classe Trabalhadora das Américas*, que indicavam que também deveria cobrir o Canadá e a América Latina. Mais tarde, o subtítulo foi encur-

(*) Tradução: Laudelina Cruz (Universidade Federal de Roraima).

1 Gostaria de chamar a atenção para: FONTES, Paulo; FORTES, Alexandre; MAYER, David. (2018).

tado e se tornou *Estudos sobre a História da Classe Trabalhadora*, de modo que o mundo inteiro se tornasse um tópico em potencial. A *História do Trabalho* de Phelan, desde o início, tentou “um maior alcance internacional” com “artigos históricos de ponta sobre o trabalho na Europa, África, Ásia e América Latina”. Desde 2009 o Brasil tem sua própria revista neste campo: *Revista Mundos do Trabalho*². Nesse meio tempo, várias séries de livros sobre a História Global do Trabalho foram estabelecidas, incluindo *Estudos da História Social Global* (Leiden: Brill, desde 2008); *O Trabalho em Todo o Mundo: Comparações Históricas* (Amsterdã: Amsterdam University Press, desde 2014); e *O Trabalho na Perspectiva Global e Histórica* (Berlim: Walter de Gruyter, desde 2016).

Paralelamente a essas tendências, as redes transnacionais e transcontinentais de historiadores do trabalho têm crescido e estimulado estudos comparativos e globais. Em Amsterdã, em 2013, foi fundada a Rede Europeia de História do Trabalho, que organiza conferências bienais (2015 em Turim, 2017 em Paris, 2019 em Amsterdã). Em 2015, em Barcelona, foi fundada a Rede Global de História do Trabalho. Até agora, organizou uma conferência em Noida (Índia) em 2016, mas mais reuniões estão sendo preparadas. Além disso, em 2011 foi criada uma Associação Internacional de Greves e Conflitos Sociais que organizou várias conferências (Lisboa 2011, Dijon 2013, Barcelona 2015, São Paulo 2018) e publica uma revista (*Trabalhadores do Mundo*)³.

Essa “globalização” no estudo da história do trabalho sinaliza um novo tipo de historiografia, que “ultrapassa” a história do trabalho de estilo antigo da América do Norte e Europa, incorporando suas descobertas em uma nova abordagem globalmente orientada. Isso é, de fato, um projeto extremamente ambicioso. Muitos dos objetivos desta nova partida ainda são pouco claros ou precisam ser elucidados. Alguns dos desafios que enfrentamos no futuro próximo são discutidos abaixo.

Questões teóricas gerais

Meu primeiro complexo de perguntas se concentra na teoria. No momento, o status teórico-científico de uma história trabalhista globalizada é incerto. Duas abordagens são possíveis em princípio. Primeira, é de opinião que o novo fenômeno seja, na verdade, uma “história universal do trabalho”, caso em que a tarefa consiste em relatar o desenvolvimento de relações contratuais e movimentos

² <https://gtmundosdotrabalho.org/revista-mundos-do-trabalho/>.

³ <https://www.socialhistoryportal.org/elhn>; <https://www.socialhistoryportal.org/glhn>; <https://digital-commons.ilr.cornell.edu/wotw/>.

trabalhistas em todo o mundo da forma mais abrangente possível. Segunda, sustenta a visão que o assunto seja “uma história do trabalho globalizado”, olhando para as relações contratuais e os movimentos trabalhistas da perspectiva tópica da economia “globalizada”. De acordo com essa interpretação, a história do trabalho global é caracterizada por: 1) um foco na história da globalização, “isto é, toma os processos existentes, encapsulados nos “fatores da globalização” e os rastreia já no passado como parece, necessário e útil”; e 2) um foco nos “processos que são melhor estudados em um nível global, em vez de local ou regional”⁴. Isso implica estar preparado para voltar à história, como Raymond Grew nos alertou: “A constrição cronológica é um preço que os historiadores não devem pagar por expandir seus horizontes geográficos”⁵.

Uma segunda questão importante está ligada à primeira: quem quer que estude os processos sociais em jogo em todo o mundo não pode deixar de estar insatisfeito com as definições tradicionais da sociedade. Esta última é uma definição enraizada no século 19 e postula uma ligação direta entre “sociedade” e “o Estado”. Nesse sentido, pode-se falar sobre a sociedade alemã, brasileira ou nigeriana. Não vejo razão, no entanto, para aderir a essa definição restrita geograficamente⁶. Se acreditamos que os desenvolvimentos dentro do território de um estado nacional são fortemente influenciados por processos transnacionais ou transcontinentais (migração, guerra, colonialismo, etc.), então fica claro que temos que construir uma definição de sociedade que não seja restrita pela geografia. Eu prefiro o termo “sociedade mundial” no sentido de que este conceito implica diferenças e desenvolvimentos divergentes que são baseados no curso da história: “A observação científica da sociedade mundial se concentrará em como este sistema se adapta às condições históricas e “a simultaneidade de um desenvolvimento histórico desigual” e os torna frutíferos para a construção do modelo global”⁷. Se preferirmos uma definição mais modesta das sociedades, devemos ao menos aceitar a afirmação de Michael Mann de que as sociedades são “múltiplas redes socioespaciais de sobreposição e intersecção de poder [ideológico, econômico, militar e político]”. Por implicação, “as sociedades não são unitárias. Elas não são sistemas sociais (fechados ou abertos); elas não são totalidades. Nós nunca podemos encontrar uma única sociedade limitada no espaço geográfico ou social”⁸.

4 Cf.: Mazlish, 1998, p. 389.

5 Cf.: Grew, 1993, p. 235.

6 Wallerstein (1986).

7 Cf.: Stichweh, 1995, p. 34. Stichweh também discute brevemente acerca da história do conceito de “sociedade mundial” (Stichweh, 1995, p. 29-32).

8 Cf.: Mann, 1986, p. 1-2.

Uma terceira questão depende de como se define e periodiza o capitalismo. É bem sabido que muitas definições de “capitalismo” estão circulando - pense na controversa “transição” dos anos de 1950 (Maurice Dobb versus Paul Sweezy) ou no chamado debate Brenner dos anos de 1970. Duas visões contrárias aparecem. Primeiro, a tradição de Adam Smith, com Immanuel Wallerstein como protagonista contemporâneo, que definiu o capitalismo através do mercado. Segundo, a tradição de Karl Marx, com Ernest Mandel e Robert Brenner como protagonistas modernos, que define o capitalismo com base nas relações de produção. De acordo com o primeiro conceito, o capitalismo mundial existe desde o século 15, de acordo com o segundo a partir do final do século 18 ou início do século 19. A história do trabalho global tem que lidar com essa controvérsia. Eu tenho a tendência para a definição marxista, embora com uma importante qualificação: no capitalismo, o trabalho pode se tornar uma mercadoria de várias maneiras, isto é, não apenas através do trabalho assalariado, mas também através da escravidão, parceria ou endividamento⁹. Todas essas formas de trabalho dependente pertencem legitimamente ao espectro da pesquisa da história global do trabalho. Isso vale para as formas de trabalho que são necessárias para sustentar o trabalhador transformado em mercadoria (trabalho de subsistência), e também para tentativas de desmercantilizar parcialmente o trabalho, como no “socialismo real existente” e estados com um sistema de bem-estar social desenvolvido¹⁰.

A quarta questão central concentra-se no terreno comum compartilhado pela filosofia e pela história. Em geral, a história escrita fora da Europa é a historiografia do “ainda (não)”, das “ausências” - nas palavras de Dipesh Chakrabarty, “o 'fracasso' da história em manter um compromisso com o destino (mais uma vez um exemplo do “nativo preguiçoso”, digamos assim?)”¹¹. O anúncio do projeto de *Estudos Subalternos* é similarmente redigido: “A problemática central da historiografia da Índia colonial” foi o “fracasso histórico da nação em se desenvolver, um fracasso devido à inadequação da burguesia e da classe trabalhadora para levá-la a uma vitória decisiva sobre o colonialismo e uma revolução democrático-burguesa do tipo clássico do século 19”¹². Essa “problemática”, embora expressa no vocabulário da Comintern, é realmente um dos topos ocidentais¹³.

9 Ver também Linden (2013) especialmente às páginas 345-347. Marx admitiu “que a escravidão é possível em pontos individuais dentro do sistema burguês de produção”, mas acrescentou que “a escravidão só é possível lá porque não existe em outros pontos; e aparece como uma anomalia oposta ao próprio sistema burguês”. MARX, Karl. **Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy** (Rough Draft). Translated with a Foreword by Martin Nicolaus. Harmondsworth: Penguin, 1973, p. 464.

10 Esping-Andersen (1985).

11 Cf.: Chakrabarty (1992, p. 1-26) e (2000).

12 Guha, 1988, p. 43.

13 Chandavarkar, 1997, p. 182. Um problema relacionado é a “epistemologia da ausência”: “Em vez de

Os problemas analíticos provavelmente são muito mais profundos do que os imaginados convencionalmente. Portanto, não parece improvável para mim que as várias dicotomias em que normalmente pensamos (corpo-espírito, livre - não livre, agricultura-indústria, formal-informal etc.) sejam uma grande barreira para realmente entender o que está acontecendo no mundo inteiro na esfera do trabalho¹⁴.

Conceitos

Qualquer historiador que tenha tentado aplicar o conceito de “classe trabalhadora” a um sujeito concreto de pesquisa sabe que a realidade é mais complexa que a teoria. Na tradição de Karl Marx ou de Max Weber, os trabalhadores, independentemente do gênero, são: a) indivíduos; que b) vivem exclusivamente da venda de sua força de trabalho a um empregador por um salário; e c) celebram este contrato com o empregador voluntariamente e por um período limitado. No Sul Global, e nos países capitalistas altamente desenvolvidos, tais “trabalhadores” são uma espécie rara, de fato.

- Os trabalhadores raramente são indivíduos isolados, mas parte de uma família ou de um agregado familiar que realiza diferentes tipos de trabalho e agrupa os salários pagos por isso.

- E um corolário: os trabalhadores, para sobreviver, precisam de trabalho reprodutivo produzido por eles mesmos ou outros, gastando seus salários em aluguel para acomodação adequada, comida etc.: “O verdadeiro proletário, que provê sua própria reprodução exclusivamente daquilo que ganha, é no máximo, o *Yuppie* (Jovem Profissional Urbano), trabalhando como um funcionário chave em seu caminho para o topo de uma preocupação multinacional. Para o almoço,

procurar explicar a presença de disposições e práticas radicalmente variáveis, [historiadores do trabalho] se concentraram desproporcionalmente em explicar a ausência de um resultado esperado, a saber, o surgimento de uma consciência de classe revolucionária entre a classe trabalhadora ocidental” (Somers, 1989, p. 325).

E mesmo quando a intenção é escrever uma história não-Eurocêntrica, o esforço pode não ser inteiramente bem-sucedido, como no caso de Eric Wolf’s *Europe and the People without History* ((Berkeley [etc.]: University of California Press, 1982: “O foco de Wolf em não-europeus na história do mundo é especialmente útil em revelar quão difícil é construir uma única narrativa-mestre, pois deve haver necessariamente níveis de experiência que ele não descreve - níveis nos quais as pessoas lutam para criar novas formas de dar forma cultural à ação social, níveis nos quais a experiência local escapa da regularidade dos processos “universais”” (Feierman, 1995, p. 49).

14 Bagchi (1999). Para uma primeira tentativa de criticar o eurocentrismo nas teorias migratórias, ver: Danesh, (1993, p.51-68). Compare também Jan Lucassen e Leo Lucassen (2014).

ele compra um sanduíche e encontra sua esposa *Yuppie* (talvez ela seja corretora de valores ou professora) para o jantar, uma refeição em um restaurante enquanto um empregado doméstico limpa seu apartamento alugado”¹⁵.

- A mobilidade dos trabalhadores pode ser restringida de várias formas, por exemplo, pelas dívidas contraídas por empréstimos de seus empregadores, o que leva a uma forma de escravidão por dívidas, ou por morar em alojamentos industriais, por visto de trabalho, por dívidas com sociedades de ajuda mútua ou laços simples com uma família estendida.

- Os trabalhadores são frequentemente empregados não como indivíduos, mas como um grupo, como na subcontratação¹⁶.

- Os trabalhadores podem ter mais de um empregador. Agora isto é bastante comum em regiões periféricas da economia mundial ou na Federação Russa, mas ocupações múltiplas também não foram desconhecidas na Europa ou na América do Norte no passado¹⁷. Além disso, alguns trabalhadores têm renda que não resulta do trabalho assalariado. André Gunder Frank legitimamente chamou nossa atenção para a “fluidez nas relações proprietário-trabalhador”. Ele menciona o exemplo de “um único trabalhador que é simultaneamente (i) proprietário de sua terra e casa, (ii) meeiro em outra terra (às vezes pela metade, às vezes por um terço), (iii) inquilino em terras de terceiros, (iv) trabalhador assalariado durante a colheita em uma dessas terras e (v) comerciante independente de suas próprias mercadorias produzidas em casa”¹⁸.

- Além de tais desvios “formais” do status “puro” do trabalho assalariado, encontramos uma série de casos implícitos de exclusão de pertencer à classe trabalhadora - policiais, prostitutas ou empregados domésticos, por exemplo. Outra premissa questionável era a de que havia uma divisão nítida entre “trabalhadores” e outras categorias sociais (trabalhadores não-livres, lumpemproletariados), enquanto, na realidade, as fronteiras eram frequentemente flexíveis: trabalhadores em Nápoles que trabalhavam à noite como ladrões, supostamente auto empregados que tinham apenas um cliente importante, ou os brasileiros *ganhadores* que, como escravos, faziam trabalho assalariado para seus donos.

A realidade complexa, então, deveria nos encorajar a repensar¹⁹ os conceitos

15 Evers, 1987, p. 360.

16 Alguns exemplos são: John Buttrick (1952, p. 205-221); Tim Wright (1981, p. 656-678); Craig R. Littler (1982); Timothy Mixer (1991, p. 294-340).

17 Por exemplo: Eduard V. Klopov (1998, p. 64-87); Stephen Hussey (1997, p. 217-235).

18 André Gunder Frank (1969, p. 271-272).

19 Thomas Belmonte (1979, p. 112-117). O sociólogo suíço Christian Giordano relata o caso ainda mais extremo de “o técnico que trabalhou para a câmara municipal de Nápoles e ao mesmo tempo era um assassino agindo em nome de maridos ciumentos e vingativos durante seu horário de trabalho rela-

de “classe trabalhadora” ou “os trabalhadores”²⁰. Na busca por uma nova abordagem, temos que considerar que no capitalismo sempre existiu, e provavelmente continuará a existir, várias formas de trabalho mercantilizado lado a lado. Em seu longo desenvolvimento, o capitalismo utilizou muitos tipos de relações de trabalho, algumas baseadas na compulsão econômica, outras com um componente não econômico. Milhões de escravos foram trazidos à força da África para o Caribe, para o Brasil e nos estados do sul dos EUA. Trabalhadores contratados da Índia e da China foram enviados para trabalhar na África do Sul, na Malásia ou na América do Sul. Trabalhadores migrantes “livres” deixaram a Europa para o Novo Mundo, para a Austrália ou as colônias²¹. E hoje os meeiros produzem uma parte importante da produção agrícola mundial. Essas e outras relações de trabalho são síncronas, mesmo que pareça haver uma tendência secular em direção ao “trabalho assalariado livre”. A escravidão ainda existe, o trabalho de meeiro está tendo um retorno em algumas regiões etc. Podemos resumir dizendo que o capitalismo podia e pode escolher qualquer que seja a forma de trabalho mercantil que considere adequado em um dado contexto histórico: uma variante parece mais lucrativa hoje, outra amanhã.

Se este argumento estiver correto, então cabe a nós conceituar a classe trabalhadora como um tipo (importante) de trabalho mercantilizado entre outros. Consequentemente, o chamado trabalho “livre” não pode ser visto como a única forma de exploração adequada ao capitalismo moderno, mas como uma alternativa entre várias. Precisamos, portanto, formar conceitos que levem em conta mais dimensões. Como é bem sabido, análises “clássicas” da classe trabalhadora foram baseadas nas relações de poder dentro do processo de trabalho, uma combinação de três elementos: “(1) atividade proposital, que é o próprio trabalho, (2) o objeto no qual o trabalho é realizado e (3) os instrumentos desse trabalho”²². O produto desse trabalho é o quarto elemento da análise de Marx. Uma abordagem modificada poderia incorporar essas dimensões da análise marxista clássica, distinguindo seis elementos importantes:

1. A relação entre o trabalhador e sua *capacidade de trabalho* (o trabalhador tem controle sobre seu corpo, ou é o empregador ou um terceiro?);

2. A relação entre os trabalhadores e seus *meios* de trabalho (estes estão de

tivamente sem supervisão” Christian Giordiano (1991, p. 150).

20 Mais extensivamente sobre este meu “O conceito marxiano de proletariado: uma crítica” (2016, p. 87-110).

21 Há uma boa introdução por: Lydia Potts (1990).

22 Marx, *Capital*, I, p. 284. Ver também Karl August Wittfogel (1929, p. 506-522), e Etienne Balibar (1968, p. 98).

posse dos trabalhadores, do empregador ou de um terceiro?);

3. A relação entre os trabalhadores e o que eles *produzem* (que parte do rendimento ou lucro pertence aos trabalhadores, ao empregador ou a um terceiro?);

4. A relação entre o trabalhador e as outras pessoas em sua casa (que tipo de dependência social e econômica existe entre os trabalhadores e os demais em casa?);

5. A relação entre trabalhadores e seu *empregador fora do processo de produção imediata* (em que grau o trabalhador está em débito com seu empregador em virtude da acomodação ou dos empréstimos que este oferece?);

6. A relação entre *grupos de trabalhadores dentro do ambiente de trabalho* (os trabalhadores estão sujeitos a formas de dependência em relação aos colegas de trabalho?)²³.

Multidisciplinaridade

O desenvolvimento da história global do trabalho envolve, forçosamente, extensiva cooperação com algumas outras disciplinas - subdisciplinas em historiografia, etnologia e sociologia até certo ponto, e aspectos de estudos nas relações industriais.

1. Entre as subdisciplinas históricas de grande valor em nosso contexto está a historiografia da escravidão, que se desenvolveu mais ou menos independentemente da história do trabalho. A revista *Slavery & Abolition*, fundada em 1980, publicou um número impressionante de estudos e, embora a maioria deles tenha sido escrita fora de uma estrutura de história do trabalho, uma convergência de interesses é agora visível²⁴. Da mesma forma, a história da família é outra importante subdisciplina que ultimamente começou a se estender além do hemisfério norte²⁵. A história das mulheres ou de gênero é de significância comparável e, na pesquisa, muitas vezes se concentra no mundo do trabalho. A última subdisciplina importante que vale a pena mencionar para os nossos propósitos é a história da migração, que agora mudou a ênfase para as terras ao sul do Equador²⁶.

23 Naturalmente, as dimensões podem se sobrepor. No setor de serviços, por exemplo, os meios de trabalho e o produto de trabalho podem ser idênticos e, na subcontratação, a equipe de trabalho pode ser composta por membros da família.

24 Boas pesquisas sobre a disciplina são fornecidas pelas duas publicações seguintes: Seymour Drescher (1998); Paul Finkelman (1998), 2 volumes. A atitude dos trabalhadores e de suas organizações em relação à escravidão (especialmente durante a Guerra Civil Americana) recebeu alguma atenção. Ver, por exemplo, Michel Cordillot (1990).

25 Veja, por exemplo, os volumes recentes da *Journal of Family History*, *History of the Family*, etc.

26 Um levantamento da pesquisa é fornecido por Robin Cohen (1995). A quebra de caminho foi "Global Migration, 1846-1940" de Adam McKeown (2004).

2. A etnologia oferece um ponto de partida em dois aspectos. Primeiro, os assuntos diacrônicos, como o exemplo a seguir ilustra. Os etnólogos vêm realizando trabalho de campo entre os Iatmul, uma pequena etnia em Papua Nova Guiné, desde a década de 1920. Até cerca de quarenta anos atrás, eles viviam da pesca e da agricultura, mas começaram a se mudar para as cidades, onde se tornaram total ou parcialmente proletarizados. Os relatos de etnologistas britânicos, australianos e suíços que visitaram os Iatmul várias vezes em suas aldeias originais e, mais tarde, nas favelas nas cidades, podem ser lidos como uma espécie de estudo de longo prazo dos processos de proletarização²⁷. Segundo os estudos históricos da chamada etnohistória, um ramo da etnografia que se concentra nos primeiros contatos entre as populações indígenas da África, Ásia e Américas e seus colonizadores²⁸.

3. Os estudos da sociologia do trabalho no “Terceiro Mundo” podem ser de grande benefício. Um exemplo é o trabalho de Jan Breman, que estuda as condições de trabalho no sul de Gujarat (Índia) desde o início dos anos de 1960. Sua pesquisa, baseada em trabalho de campo espalhado por mais de 50 anos, mostra mudanças e tendências na vida dos trabalhadores nessa parte da Índia²⁹.

4. As relações industriais e a economia do trabalho que, após as primeiras tentativas, realmente só ganharam terreno após a Segunda Guerra Mundial, tiveram desde o início um forte componente histórico. Isso diminuiu nos últimos anos. Quando se olha para os primeiros números da importante revista neste campo, *Revisão de Relações Industriais e Trabalhistas* (fundada em 1947), encontra-se contribuições regulares sobre a história dos sindicatos em vários países, ainda que sob uma perspectiva eurocêntrica. O conselho editorial nos últimos anos tentou reintroduzir a abordagem histórica, mas sem muito sucesso. Que isso seja reconhecido como um déficit que se reflete no fato de que algumas universidades nos países falantes de língua inglesa fundiram a história do trabalho e as relações industriais, uma estratégia mais comum nos EUA e na Austrália, e que uma nova revista, *Estudos Históricos em Relações Industriais*, foi criada na Grã-Bretanha em 1996.

27 Compare com van der Linden, *Trabalhadores do Mundo*, p. 373-394.

28 Existem várias escolas dentro da etnohistória. A escola Vienense, que foi fundada no início dos anos 1930 por Walter Hirschberg (1904-1996) e reavivada na década de 1960 por Karl Wernhart, é um exemplo importante. Para uma introdução, ver: Karl R. Wernhart e Werner Zips (2001). A Escola Norte-Americana, que foi organizada em torno da Sociedade Americana para Etnohistória, fundada em 1954, também é influente. Esta escola concentra-se nos habitantes originais do continente americano. (Veja <http://ethnohistory.org>)

29 Jan Breman (1974); (1985); (1993); (1996). Veja também Marcel van der Linden (2003).

Fontes

A expansão do campo de pesquisa exige a utilização de fontes adicionais, de fato, de todos os tipos de fontes. Limite-me aqui aos desideratos mais urgentes:

1. Muito mais tipos de fontes escritas têm que ser exploradas do que foi até agora. Isto aplica-se a fontes contemporâneas autênticas (relatórios pessoais, autobiografias, etc.) e também a textos derivados, publicados ou não. Precisamos estudar publicações de ciências naturais, ou estudos de campo e relatórios que foram escritos para outra disciplina. Um exemplo é a literatura colonial sobre como a população indígena foi efetivamente integrada ao que, para ela, era um processo de trabalho alheio³⁰. Após a descolonização, esta literatura adaptou-se à nova situação, estudando a dificuldade de “domesticar” muitos novos proletários: eles se adaptaram muito lentamente à disciplina heterônoma das fábricas “modernas”, não pouparam de seus salários e decolaram para suas aldeias nativas por longos períodos etc. Essas tensões, eufemisticamente chamadas de “problemas trabalhistas”, ganharam atenção crescente depois de 1945³¹. Ao mesmo tempo, os antropólogos estavam investigando a origem social e cultural dos “nativos” para entender o que os tornava tão indisciplinados³². Estudos contempo-

30 Richard Brown observou que “após a Primeira Guerra Mundial, o foco do interesse colonial passou da aquisição para a manutenção do controle, e começaram os primeiros movimentos sobre o 'desenvolvimento' como uma política conscientemente induzida. Incorporados em *The Dual Mandate in British Tropical Africa* (1922) de Lord Lugard, e no *Mise en valeur des colonies françaises* (1923), do ministro francês Albert Sarraut, essas mudanças na natureza do colonialismo foram acompanhadas pelo crescimento de uma antropologia que seus praticantes afirmaram ser de grande valor prático”. Um papel-chave no desenvolvimento desta literatura foi desempenhado pelo Instituto Rhodes-Livingstone na Rodésia do Norte, que foi fundado em 1937. Veja Richard Brown (1973, p. 175).

31 Por exemplo, John Alvin Decker (1940); reedição: Nova York: AMS Press, 1978; John A. Noon (1944); Virginia Thompson (1947); Nikki R. Keddie (1956-57); Charles A. Myers (1958). Em 1954, iniciou-se um projeto de pesquisa em larga escala sobre “problemas trabalhistas”, no qual, muito mais tarde, a *Revista Internacional do Trabalho* da ILO escreveu o seguinte comentário: “*O tamanho de sua investigação - e sua influência - foi inédita*”. “Introdução: 75 anos da *Revista Internacional do trabalho*, Uma Retrospectiva”, *Revista Internacional do Trabalho*, 135 (1996), n. 3-4, p. 6. O projeto foi chamado “The Inter-University Study of Labor Problems in Economic Development”, foi financiado principalmente pela Fundação Ford, e foi dirigido por John T. Dunlop (Harvard), Frederick Harbison (Princeton), Clark Kerr (Berkeley) e Charles A. Myers (MIT). Os organizadores explicaram a base de seu projeto em: “The Labour Problem in Economic Development: A Framework for a Reappraisal”, *International Labour Review* [hereafter ILR], 71 (1955), 223-235. Eles elaboraram suas ideias em: *Industrialism and Industrial Man*, ILR, 82, 3 (September 1960) e seu livro com o mesmo título (Cambridge, MA: Harvard University Press, 1960). Posteriormente, refletiram sobre o projeto em: “Postscript to ‘Industrialism and Industrial Man’”, ILR, 13 (1971), 519-540. O projeto envolveu 35 países e resultou na publicação de pelo menos quatorze livros e 23 artigos. Veja também: Richard Locke, Thomas Kochan e Michael Piore (1995).

32 O Instituto Rhodes-Livingstone, em Lusaka, promoveu fortemente essa pesquisa antropológica. A *Política em uma comunidade urbana africana* de A.L. Epstein (1958) foi uma publicação importante e

râneos foram logo complementados por estudos históricos sobre a gênese de tais “problemas”³³. Os relatórios de especialistas em trabalho e advogados foram importantes nessa conexão que, após o estabelecimento da Escritório Internacional do Trabalho em 1919, examinaram as consequências dos acordos interestaduais para as condições de trabalho nas colônias³⁴.

2. Para a “globalização” da história do trabalhador, as fontes orais são mais importantes centralmente do que é geralmente o caso. Por exemplo, se alguém quiser escrever a história do trabalho informal em um distrito de favela, geralmente descobrirá que há muito pouco material ou fotografias escritas. Entrevistar os envolvidos é, portanto, a fonte mais importante de informação, uma fonte, é claro, que precisa checar com os outros. Nos últimos anos, a história oral começou a se espalhar pelo mundo.

3. Fontes digitais. Os bancos de dados à nossa disposição para estudos quantitativos geralmente pertencem a uma determinada região. Em lugares onde uma burocracia bem desenvolvida existia em um estágio relativamente inicial, nós naturalmente encontramos mais dados do que em regiões onde isso não ocorria. Isso significa, na prática, que há uma escassez generalizada de dados para os países do Sul Global e que essa informação deve ser encontrada em outro lugar. Estamos lidando aqui principalmente com três tipos de bases de dados: referenciais (listas de documentos ou bases de dados), texto completo (onde os documentos são reproduzidos na sua totalidade) e factuais (dados estatísticos on-line)³⁵. Os bancos de dados de texto completo são fontes escritas úteis, enquanto que o material factual permite que o pesquisador conduza estudos sérios baseados em estatísticas, por exemplo, material demográfico ou listas com salários e preços³⁶. Além de reunir tais fontes, é necessário recorrer a uma segunda atividade técnica, ou seja, compatibilizar os bancos de dados das diversas regiões geográficas

característica. Outros estudos foram, por exemplo: Godfrey Wilson (1941-1942); James C. Mitchell (1959); Max Gluckmann, (1961, p. 67-82). Veja também: Michael Burawoy (1979) e Vicky Smith (2001). Outra perspectiva interessante é oferecida por Hussein Abdilahi Bulhan (1980, p. 20-42).

33 Morris D. Morris (1965) é um exemplo importante disso.

34 Ver o relatório da conferência Recrutamento do Trabalho nas Colônias e em Outros Territórios com Condições de Trabalho Análogas (Genebra: ILO, 1935). Ver também Edward A. Ross, Relatório sobre o Emprego do Trabalho Indígena na África Portuguesa (1925), um relatório apresentado à Comissão Temporária para a Escravidão da Liga das Nações.

35 O acesso a bases de dados históricas é, por exemplo, oferecida por www.internets.com/shistory.htm, www.abc-clio.com, www.rhd.uit.no/nhde/micro.htm, <http://chnm.gmu.edu/history/research/dbase.html>.

36 . O chamado site Clio-Infra (apresentado pelo Instituto Internacional de História Social em Amsterdã) contém dados mundiais sobre indicadores sociais, econômicos e institucionais dos últimos cinco séculos, com atenção especial para os últimos 200 anos. Veja <https://clio-infra.eu/>.

compatíveis uma com a outra: descrições ocupacionais ou de emprego, pesos, medidas, etc., diretamente comparáveis³⁷.

Acumular, conservar e disponibilizar essas novas fontes é um enorme desafio. Em muitos países do Sul Global há poucos fundos para arquivos com ar condicionado nos quais papel, fotos, fitas de áudio e fitas de vídeo podem ser armazenados por longos períodos. É ainda mais lamentável ver que os problemas de conservação nesses países, devido à alta umidade, insetos ou roedores, precisam de mais atenção do que na Europa ou na América do Norte. Apesar da natureza formidável de tal desafio, um sucesso real pode ser alcançado, como foi demonstrado pelo Arquivo Edgard Leuenroth em Campinas, e as atividades do Instituto Nacional do Trabalho V.V. Giri, em Noida (Índia)³⁸.

Problemas da pesquisa

A literatura acadêmica inspirada pela História Global do Trabalho está crescendo impetuosamente. O número de estudos comparativos internacionais que não se restringem aos países ricos aumentou rapidamente nos últimos anos. A história global do trabalho migratório forçado e “livre” deu um grande salto à frente. A atenção unilateral dada à região do Atlântico começou a ser substituída por uma abordagem mundial. Muito está atualmente escrito sobre a escravidão e o tráfico de escravos em uma perspectiva global³⁹. Recentemente, outras formas de trabalho não livre também exploraram, como os trabalhadores condenados⁴⁰. Grupos ocupacionais continuam sendo um tópico óbvio para análises comparativas. Após a atenção já ter sido dada aos mineiros de carvão desde o início, recentemente estudos de larga escala têm sido seguidos recentemente de estivadores, marinheiros, trabalhadores têxteis, fabricantes de tijolos, soldados, prostitutas, construtores navais e domésticas⁴¹.

37 O chamado projeto HISCO é um exemplo. É coordenado por Marco van Leeuwen, Ineke Maas e Andrew Miles e produziu um “Historical International Standard Coding of Occupations”. Veja Marco van Leeuwen et al., *Historical Standard Coding of Occupations* (Leuven/Louvain: Leuven University Press, 2002), e <https://iisg.amsterdam/nl/data/datawebsites/history-of-work>.

38 Veja <https://www.ael.ifch.unicamp.br/> e www.indialabourarchives.org.

39 Para uma visão geral, ver Patrick Manning, “Slave Labour”, em: Karin Hofmeester e Marcel van der Linden (eds), (2017, p. 377-393).

40 Christian De Vito e Alex Lichtenstein (eds), (2015); Clare Anderson (ed), (2018).

41 Sam Davies et al. (2000); Lex Heerma van Voss, Els Hiemstra-Kuperus e Elise van Nederveen Meerkerk (eds), (2010); Dirk Hoerder, Elise van Nederveen Meerkerk e Silke Neunsinger (eds), (2015); Magaly Rodríguez Garcá, Lex Heerma van Voss e Elise van Nederveen Meerkerk (eds), (2017); Raquel Varela, Hugh Murphy e Marcel van der Linden (eds), (2017).

As organizações e as formas de resistência também se tornaram temas para análises globais. Várias abordagens foram desenvolvidas. Primeiro, menciono os projetos sobre as origens dos movimentos trabalhistas, a história dos sindicatos dos sindicalistas-revolucionários ou das sociedades amigas dos trabalhadores, a pesquisa organizada pelo Instituto de História Social em Amsterdã⁴². Um ponto crítico feito com algumas justificativas é que esses projetos eram principalmente aditivos: vários desenvolvimentos nacionais foram colocados lado a lado e não como a expressão de grandes processos sociais, culturais e políticos. Em segundo lugar, a interessante tentativa de realizar um estudo transnacional sobre a agitação trabalhista da equipe do Centro Ferdinand Braudel em Binghamton, Nova York. Eles chegaram à conclusão na década de 1980 de que havia diferentes ondas mundiais de militância, no final das duas guerras mundiais ou por volta de 1970, por exemplo. A fim de examinar mais de perto a natureza global da militância operária desde 1870, foram acordadas quatro etapas de pesquisa: 1) Analisar um certo número de periódicos e almanaques para obter informações sobre greves em todo o mundo. 2) Com esta informação, estabelecer frequências em uma base regional e global. 3) Comparar estes números com o que poderia ser extraído de dados estatísticos nacionais. 4) Explicar um modelo global, com referência especial a quando a agitação se desenrolou, onde os epicentros foram localizados e o grau em que as greves foram políticas⁴³. O resultado pioneiro deste projeto tem sido, claro, *Forças do trabalho* de Beverly Silvers, que relacionou o desenvolvimento de movimentos trabalhistas à mobilidade de capital, ciclos de produto e política mundial⁴⁴. Mas também os fugitivos, o anarquismo e o sindicalismo, o pan-africanismo revolucionário e as cooperativas de consumidores foram investigados pelos historiadores do trabalho global⁴⁵. Em geral, é importante desenvolver uma nova perspectiva sobre a ação coletiva. O recente estudo comparativo de Jörg Novak sobre as greves em massa na Índia e no Brasil revela, por exemplo, que numerosos conflitos trabalhistas se desenvolvem na ausência de sindicatos, mas com o apoio de redes de parentesco, comunidades locais, movimentos sociais e outros tipos de associações⁴⁶.

42 Marcel van der Linden e Jürgen Rojahn (1990); Marcel van der Linden e Wayne Thorpe (1990); Marcel van der Linden (1996); Marcel van der Linden e Richard Price (2000).

43 Silver et al., "Labor Unrest in the World-Economy, 1870-1990". Também: Grupo de Trabalho de Pesquisa sobre o Trabalho Mundial, "Global Patterns of Labor Movements in Historical Perspective" (1986). O principal resultado do projeto foi *Forças do trabalho: movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870* de Silver (2005).

44 Beverly J. Silver (2005).

45 Ver, por exemplo, Matthias van Rossum e Jeannette Kamp (2016); Steven Hirsch e Lucien van der Walt (2010); Holger Weiss (2013); Mary Hilson, Silke Neunsinger e Greg Patmore (2017)

46 Jörg Novak (2019).

Prosseguindo com uma nova abordagem da história do trabalho ao longo das linhas mencionadas acima, também necessita da formulação de novos desideratos de pesquisa. Esse é um dos próximos passos mais importantes e podemos nos basear nas iniciativas das últimas duas décadas. Vou me limitar a três sugestões, sabendo que existem muitas outras opções interessantes.

1. Conceitos-chave da história do trabalho de várias culturas: os problemas de compatibilidade e transferabilidade. Muitos conceitos-chave da tradição do Atlântico Norte são poli-interpretativos mesmo *dentro* do mesmo contexto - um “sindicato britânico” não é o mesmo que um *sindicato* francês - ou não tem um equivalente exato de um idioma, ou de uma cultura, para outra⁴⁷. Como resultado, problemas de tradução e compreensão decorrem e estes precisam ser abordados. Isto é especialmente verdadeiro para o conceito de “trabalho”⁴⁸. Mas os problemas não param na terminologia, como Craig Calhoun observou corretamente: “A tradução adequada à análise comparativa requer uma interpretação de toda uma organização de atividade, não apenas a correspondência de vocabulário”⁴⁹.

2. A análise do desenvolvimento a longo prazo da classe trabalhadora mundial, no sentido mais amplo, apresenta obviamente um enorme desafio. Ainda não temos estimativas quantitativas para a evolução da classe trabalhadora mundial no sentido mais amplo. Mesmo o tamanho do segmento dos assalariados *dentro* dessa classe trabalhadora estendida só pode ser estimado aproximadamente⁵⁰. E, embora haja - relativamente falando - uma grande quantidade de dados disponíveis para o século 19 e 20, a construção de conjuntos de dados comparativos para períodos anteriores é muitas vezes muito difícil.

Muito pode, no entanto, ser descoberto sobre as linhas gerais do processo de formação de classes; isso é comprovado pelas atividades do “Global Collaboratory on the History of Labor Relations”. Desde 2007, esta equipe de estudiosos de seis continentes trabalha em uma reconstrução das relações de trabalho em todo o mundo em cinco anos de amostra: 1500, 1650, 1800, 1900 e 2000. A coordenação do projeto é fornecida pelo Instituto Internacional de História Social, em Amsterdã. Com base em projetos-piloto, o Colaborativo desenvolveu uma

47 Existem relativamente poucos estudos neste campo que olham para além da região do Atlântico Norte. Um exemplo de uma abordagem alternativa é dado por: Douglas Howland (2001).

48 Tal estudo pode se relacionar com várias outras abordagens em pesquisa, tais como: (1) estudos históricos da gênese do conceito moderno de trabalho na Europa; (2) estudos em etnologia e sociologia “não ocidental”; (3) a história do pensamento; (4) filologia histórica; (5) tentativas de cientistas sociais para definir o conceito de “trabalho”.

49 Craig J. Calhoun (1995, p. 59).

50 Tentativas preliminares em Paul Bairoch e J. M. Limbor (1968); Paul Bairoch (1971); Deon Filmer (1995).

taxonomia de dezoito variedades de relações de trabalho, distinguindo diferentes tipos de trabalho definidos como “recíprocos”, “tributários” e “mercantilizados”, além do “não-trabalho”. Embora ainda existam muitas lacunas no conjunto de dados, a hipótese provisória sugere que a variedade de *tipos* de trabalho (e combinações de relações de trabalho) se tornou mais complexa até o início do século 19. Seguiu-se, então, uma simplificação nas estruturas de trabalho, à medida que o trabalho assalariado “ordinário” se tornava mais proeminente. Nos próximos anos, será possível testar essa hipótese, com mais elaborações e refinamentos dos dados⁵¹. Com base nesses resultados, deve ser possível encontrar explicações para a incidência de modos divergentes de controle do trabalho em diferentes regiões e períodos históricos⁵².

3. As cadeias de commodities como cadeias de trabalho. O conceito de “cadeias de commodities” - já explorado por Adam Smith - tem aparecido em diferentes formas desde os anos de 1960, na França como a abordagem-*filière*, e nos últimos dez anos mais internacionalmente devido à pesquisa de Gary Gereffi e Miguel Korzeniewicz⁵³. Christopher Chase-Dunn define uma cadeia de commodities da seguinte forma:

uma sequência de processos de produção e trocas semelhantes à árvore, pela qual um produto para consumo final é produzido. Essas ligações de matérias-primas, trabalho, sustento do trabalho, processamento intermediário, processamento final, transporte e consumo final conectam materialmente a maioria das pessoas dentro do sistema mundial contemporâneo⁵⁴.

A ideia central é muito simples: toda commodity que tenha entrado em vigor por meio de um processo de produção, é a qual as força de trabalho e os meios de produção foram “combinados”. Os próprios meios de produção são, por sua vez, um produto de uma combinação de força de trabalho e outros meios

51 <https://collab.iisg.nl/web/labourrelations>. O projeto lembra uma ideia de Jan Lucassen. É coordenado por Karin Hofmeester e Christine Moll-Murata e recebeu apoio financeiro da Organização Holandesa de Pesquisa Científica (NWO), bem como da Fundação Gerda Henkel (Alemanha).

52 Uma tentativa pioneira foi feita por Immanuel Wallerstein em seu *O Sistema Mundial Moderno*, vols. I e II. Para uma avaliação com respeito às preocupações dos historiadores do trabalho, ver van der Linden, *Trabalhadores do mundo*, p. 319-352. Uma recente contribuição inspiradora é Elise van Nederveen Meerkerk (2019).

53 Já nos anos de 1980, Terence K. Hopkins e Immanuel Wallerstein haviam incorporado o conceito em sua teoria do sistema mundial. Veja seu ensaio: “Commodity Chains in the World Economy Prior to 1800” (1986). Gereffi e Korzeniewicz testaram o conceito em um estudo recente: “Commodity Chains and Footwear Exports in the Semiperiphery” (1990). A ruptura veio com a coleção editada por Gereffi e Korzeniewicz: *Commodity Chains and Global Capitalism* (1994). Pode-se acrescentar que estudos em cadeias de commodities foram feitos muito antes. Ver por exemplo Alwin Oppel (1902).

54 Christopher Chase-Dunn (1989).

de produção. A força de trabalho também consome bens como roupas e alimentos, que por sua vez foram produzidos através de uma combinação de força de trabalho e meios de produção. Em suma, o processo de produção final que resulta em um “produto acabado” é apenas o ponto final de um conjunto de cadeias de processos de produção. Esse conceito, realmente a conquista dos economistas contemporâneos, dificilmente foi tocado pelos historiadores sociais⁵⁵. A formulação da teoria também se concentra unilateralmente nos aspectos econômicos, especialmente na “globalização” de hoje⁵⁶.

A história global do trabalho é um campo com muito espaço para pesquisas futuras. A historiografia do trabalho em escala global, então, oferece uma infinidade de oportunidades para novos estudos. Se o desafio é assumido depende da nossa curiosidade e do compromisso de muitos.

Referências

- ANDERSON, Clare. (ed.). **A Global History of Convicts and Penal Colonies**. London: Bloomsbury Academic, 2018.
- AXTMANN, Roland A. Society, Globalization, and the Comparative Method, **History of the Human Sciences**, 6 (2), 1993, p. 53-74.
- BAGCHI, Amiya Kumar. Dualism and Dialectics in the Historiography of Labor. **Comparative Studies of South Asia, Africa and the Middle East**, 19, 1, 1999, p. 106-121.
- BAIROCH, Paul. Structure de la population active mondiale de 1700 à 1970. **Annales E.S.C.**, 26, 1971, p. 960-976.
- BAIROCH, Paul; LIMBOR J. M. Changes in the Industrial Distribution of the World Labour Force, by Region, 1880-1960. **International Labour Review**, 98, 1968, p. 311-336.
- BALIBAR, Etienne. Sur les concepts fondamentaux du matérialisme historique. In: ALTHUSSER, Louis et al., **Lire le Capital**. Vol. II, Paris: Maspéro, 1968, p. 79-226.
- BELMONTE, Thomas. **The Broken Fountain**. New York: Columbia University Press, 1979, p. 112-117.
- BREMAN, Jan. **Patronage and Exploitation: Changing Agrarian Relations in South Gujarat**. Berkeley [etc.]: University of California Press, 1974.
- _____. **Of Peasants, Migrants and Paupers: Rural Labour Circulation and Capitalist Production in West India**. New Delhi [etc.]: Oxford University Press, 1985.
- _____. **Beyond Patronage and Exploitation: Changing Agrarian Relations in South Gujarat**. New Delhi [etc.]: Oxford University Press, 1993.

55 Exceções que confirmam a regra são Y. Eyüp Özveren (2000); Sheila Pelizzon, (2000). Ambos os ensaios não prestam muita atenção aos trabalhadores.

56 Uma visão geral foi dada por Philip Raikes et al (2000). O importante é Ben Selwyn, (2012).

_____. **Footloose Labour:** Working in India's Informal Economy. Cambridge [etc.]: Cambridge University Press, 1996.

BROWN, Richard. Anthropology and Colonial Rule: The Case of Godfrey Wilson and the Rhodes-Livingstone Institute, Northern Rhodesia. In: ASAD, Talal (ed.). **Anthropology and the Colonial Encounter**. London: Ithaca Press, 1973, p. 173-197.

BULHAN, Hussein Abdilahi. Psychological Research in Africa: Genesis and Function. **Présence Africaine**, n. 116, 1980, p. 20-42.

BURAWOY, Michael. Anthropology of Industrial Work. **Annual Review of Anthropology**, 8, 1979, p. 231-266.

BUTTRICK, John. The Inside Contract System. **Journal of Economic History**, XII, 3, Summer, 1952, p. 205-221.

CALHOUN, Craig J. **Critical Social Theory:** Culture, History, and the Challenge of Difference. Oxford: Blackwell, 1995.

CHAKRABARTY, Dipesh. Postcoloniality and the Artifice of History: Who Speaks for "Indian" Pasts?. **Representations**, n. 37, Winter, 1992.

_____. **Provincializing Europe:** Postcolonial Thought and Historical Difference. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2000.

CHANDAVARKAR, Rajnarayan. The Making of the Working Class: E.P. Thompson and Indian History. **History Workshop Journal**, n. 43, 1997, p. 177-196.

CHASE-DUNN, Christopher. **Global Formation: Structures of the World Economy**. Oxford and Cambridge, MA: Basil Blackwell, 1989.

COHEN, Robin. **The Cambridge Survey of World Migration**. Cambridge [etc.]: Cambridge University Press, 1995.

CORDILLOT, Michel. **Des hommes libres dans une société esclavagiste:** les ouvriers du Sud des Etats-Unis. Paris: Belles Lettres, 1990.

DANESH, Abol Hassan. Migration, Inequality, and the Informal Economy: A Critique of Eurocentric Explanations of Rural Out-Migration in the Third World. **Research in Social Movements, Conflict and Change**, 16, 1993, p. 51-68.

DAVIES, Sam et al. (eds). **Dock Workers:** International Explorations in Comparative Labour History, 1790-1970. 2 volumes, Aldershot: Ashgate, 2000.

DECKER, John Alvin. **Labor Problems in the Pacific Mandates**. Shanghai: Kelly and Walsh, 1940; reprint: New York: AMS Press, 1978.

DRESCHER, Seymour. (ed.). **A Historical Guide to World Slavery**. New York [etc.]: Oxford University Press, 1998.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **Politics Against Markets**. The Social Democratic Road to Power. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1985.

EVERS, Hans-Dieter. Schattenwirtschaft, Subsistenzproduktion und informeller Sektor. In: Klaus Heinemann (ed.), **Soziologie wirtschaftlichen Handelns**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1987, p. 353-366.

EPSTEIN, A.L. **Politics in an Urban African Community**. Manchester: Manchester University Press, 1958.

FEIERMAN, Steven. Africa in History: The End of Universal Narratives. In: PRAKASH, Gyan (ed.). **After Colonialism: Imperial Histories and Postcolonial Displacements**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1995, p. 40-65.

FILMER, Deon. **Estimating the World at Work**. World Bank Policy Research Working Paper n. 1488, Washington, D.C.: World Bank, 1995.

FINKELMAN, Paul. (ed.), **Macmillan Encyclopedia of World Slavery**. New York [etc.]: Simon & Schuster Macmillan [etc.], 1998, 2 volumes.

FONTES, Paulo; Fortes, Alexandre; MAYER, David. Brazilian Labour History in Global Context: Some Introductory Notes. **International Review of Social History**, v. 62, p. 1-22, 2018.

FRANK, André Gunder. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil**. Revised and Expanded Edition, New York: Monthly Review Press, 1969, p. 271-272.

GARCÁ, Magaly Rodríguez; VOSS Lex Heerma van; MEERKERK, Elise van Nederveen. (eds). **Selling Sex in the City: A Global History of Prostitution, 1600s-2000s**. Leiden and Boston: Brill, 2017.

GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel. Commodity Chains and Footwear Exports in the Semiperiphery. In: MARTIN, William G. (ed.). **Semiperipheral States in the World Economy**. Westport, CT, 1990.

_____. (org.). **Commodity Chains and Global Capitalism**. Westport, CT, 1994.

GIORDIANO, Christian. Die Logik der informellen Ökonomie: Zur interkulturellen Analyse von Bewältigungsstrategien,"in: BERG, Eberhard; LAUTH, Jutta; WIMMER, Andreas (eds), **Ethnologie im Widerstreit: Kontroversen über Macht, Geschäft, Geschlecht in fremden Kulturen**. Festschrift für Lorenz G. Löffler. Munich: Trickster, 1991, p. 143-157.

GLUCKMANN, Max. Anthropological Problems Arising from the African Industrial Revolution. In: SOUTHALL, Aidan (ed.). **Social Change in Modern Africa**. Oxford: Oxford University Press, 1961, p. 67-82.

GREW, Raymond. On the Prospect of Global History. In: MAZLISH, Bruce; BUULTJENS, Ralph. **Conceptualizing global history**. Revisão de Jerry H. Bentley. Boulder: Westview Press, 1993, p. 227-249.

GUHA, Ranajit. On Some Aspects of the Historiography of Colonial India. In: GUHA, Ranajit; SPIVAK, Gayatri Chakravorty (eds), **Selected Subaltern Studies**. New York [etc.]: Oxford University Press, 1988, p. 37-43.

HILSON, Mary; NEUNSINGER, Silke; PATMORE, Greg. (eds). **A Global History of Consumer Co-operation since 1850**. Leiden and Boston: Brill, 2017.

HIRSCH, Steven; WALT, Lucien van der. (eds). **Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The Praxis of National Liberation, Internationalism, and Social Revolution**. Leiden and Boston: Brill, 2010.

- HOERDER, Dirk; MEERKERK, Elise van Nederveen; NEUNSINGER, Silke. (eds). **Towards a Global History of Domestic and Caregiving Workers**. Leiden and Boston: Brill, 2015.
- HOPKINS, Terence K.; WALLERSTEIN, Immanuel. Commodity Chains in the World Economy Prior to 1800. **Review**, vol. 10, n. 1, 1986, p. 157-170.
- HOWLAND, Douglas. Translating Liberty in Nineteenth-Century Japan. **Journal of the History of Ideas**, 62, 2001, p. 161-181.
- HUSSEY, Stephen. Low Pay, Underemployment and Multiple Occupations: Men's Work in the Inter-war Countryside. **Rural History**, 8, 1997, p. 217-235.
- KEDDIE, Nikki R. Labor Problems in Pakistan. **Journal of Asian Studies**, vol. 16, 1956-1957, p. 575-589.
- KLOPOV, Eduard V. Secondary Employment as a Form of Social and Labor Mobility, **Sociological Research**, 37, 2 (March-April), 1998, p. 64-87.
- LEEUWEN, Marco van *et al.* **Historical Standard Coding of Occupations**. Leuven/Louvain: Leuven University Press, 2002.
- LINDEN, Marcel van der. **Trabalhadores do mundo: ensaios para uma história global do trabalho**. Campinas: Editora Unicamp, 2013, p. 319-352.
- _____. O conceito marxiano de proletariado: uma crítica. **Sociologia & Antropologia**, n. 6, 1, 2016, p. 87-110.
- _____. Refuting Labour History's Occidentalism. In: DAS, Arvind N.; LINDEN, Marcel van der (eds). **Work and Social Change in Asia: Essays in Honour of Jan Breman**. Delhi: Manohar, 2003, 249-261.
- LINDEN, Marcel van der; ROJAHN, Jürgen. (eds). **The Formation of Labour Movements, 1870-1914: An International Perspective**. 2 volumes. Leiden and Boston: Brill, 1990.
- LINDEN, Marcel van der; THORPE, Wayne. (eds). **Revolutionary Syndicalism: An International Perspective**. Aldershot: Gower, 1990.
- LINDEN, Marcel van der. (ed.). **Social Security Mutualism: The Comparative History of Mutual Benefit Societies**. Bern [etc.]: Peter Lang, 1996.
- LINDEN, Marcel van der; PRICE, Richard. (eds). **The Rise and Development of Collective Labour Law**. Bern [etc.]: Peter Lang, 2000.
- LITTLER, Craig R. **The Development of the Labour Process in Capitalist Societies: A Comparative Study of the Transformation of Work Organization in Britain, Japan and the USA**. London: Heinemann, 1982.
- LOCKE, Richard, KOCHAN, Thomas; PIORE, Michael. Reconceptualizing Comparative Industrial Relations: Lessons from International Research. **ILR**, 134, 1995, p. 139-163.
- LUCASSEN, Jan; LUCASSEN, Leo. (eds.) **Globalising Migration History: The Eurasian Experience (16th-21st Centuries)**. Leiden & Boston: Brill Publishers, 2014.

- MANNING, Patrick. Slave Labour. In: HOFMEESTER, Karin; LINDEN, Marcel van der (eds). **Handbook Global History of Work**. Berlin: Walter de Gruyter, 2017, p. 377-393.
- MANN, Michael. **The Sources of Social Power**. Vol. 1: A History of Power from the Beginning to AD 1760. Cambridge University Press, 1986.
- MARX, Karl. **Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy (Rough Draft)**. Translated with a Foreword by Martin Nicolaus. Harmondsworth: Penguin, 1973.
- MAZLISH, Bruce. Comparing Global History to World History. **The Journal of Interdisciplinary History**, v. 23, n. 3, p. 385-395, 1998.
- MCKEOWN, Adam. Global Migration, 1846-1940. **Journal of World History**, vol. 15, n. 2 (June), 2004, p. 155-189.
- MEERKERK, Elise van Nederveen, **Women, Work and Colonialism in the Netherlands and Java: Comparisons, Contrasts, and Connections, 1830–1940**. London: Palgrave Macmillan, 2019.
- MIXTER, Timothy. The Hiring Market as Workers' Turf: Migrant Agricultural Workers and the Mobilization of Collective Action in the Steppe Grainbelt of European Russia, 1853-1913," in: Esther Kingston-Mann and Timothy Mixer (eds), **Peasant Economy, Culture, and Politics of European Russia, 1800-1921**. Princeton: Princeton University Press, 1991, p. 294-340.
- MITCHELL, James C. **The Kalela Dance: Aspects of Social Relationships among Urban Africans in Northern Rhodesia**. Manchester: Manchester University Press, 1959.
- MORRIS, Morris D. **The Emergence of an Industrial Labor Force in India: A Study of the Bombay Cotton Mills, 1854-1947**. Berkeley: University of California Press, 1965.
- MYERS, Charles A. **Labor Problems in the Industrialization of India**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1958.
- NOON, John A. **Labor Problems of Africa**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1944.
- NOVAK, Jörg. **Mass Strikes and Social Movements in Brazil and India: Popular Mobilisation in the Long Depression**. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.
- OPPEL, Alwin. **Die Baumwolle nach Geschichte, Anbau, Verarbeitung und Handel, sowie nach ihrer Stellung im Volksleben und in der Staatswirtschaft**. Leipzig: Duncker & Humblot, 1902.
- ÖZVEREN, Y. Eyüp. Shipbuilding, 1590-1790. **Review**, 23, 2000, p. 15-86.
- PELIZZON, Sheila. Grain Flour, 1590-1790. **Review**, 23, 2000, p. 87-195.
- POTTS, Lydia. **The World Labour Market: A History of Migration**. London [etc.]: Zed Books, 1990.
- RAIKES, Philip *et al.* Global Commodity Chain Analysis and the French *filière* Approach: Comparison and Critique. **Economy and Society**, 29, 2000, p. 390-417.
- ROSSUM, Matthias van; KAMP, Jeannette (eds). **Desertion in the Early Modern World: A Comparative History**. London: Bloomsbury Academic, 2016.

- SELWYN, Ben. Beyond Firm-centrism: Re-integrating Labour and Capitalism into Global Commodity Chain Analysis. **Journal of Economic Geography**, vol. 12, n.1, January, 2012), p. 205–226.
- SILVER, Beverly J. *et al.* Labor Unrest in the World-Economy, 1870-1990. Also: Research Working Group on World Labor. Global Patterns of Labor Movements in Historical Perspective, **Review**, 10, 1986, p. 137-155.
- _____. **Forças do trabalho**: Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SMITH, Vicky. Ethnographies of Work and the Work of Ethnographers. In: ATKINSON, Paul et al. (Eds). **Handbook of Ethnography**. London [etc.]: Sage, 2001, p. 220-233.
- SOMERS, Margaret Ramsay. Workers of the World, Compare!. **Contemporary Sociology**, 18, 1989, p. 325-329.
- THOMPSON, Virginia. **Labor Problems in Southeast Asia**. New Haven: Yale University Press, 1947.
- VARELA, Raquel; MURPHY, Hugh; LINDEN, Marcel van der. (eds). **Shipbuilding and Ship Repair Workers around the World: Case Studies 1950-2010**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017.
- VITO, Christian De; LICHTENSTEIN, Alex (eds). **Global Convict Labour**. Leiden and Boston: Brill, 2015.
- VOSS, Lex Heerma van; HIEMSTRA-KUPERUS, Els; MEERKERK, Elise van Nedeveen. (eds). **The Ashgate Companion to the History of Textile Workers, 1650-2000**. Farnham: Ashgate, 2010.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Societal development, or development of the World- System?. **International Sociology**, 1 (1), 1986, p. 3-17.
- WEISS, Holger. **Framing a Radical African Atlantic. African American Agency, West African Intellectuals and the International Trade Union Committee of Negro Workers**. Leiden and Boston: Brill, 2013.
- WERNHART, Karl R.; ZIPS, Werner. (Eds). **Ethnohistorie. Rekonstruktion und Kulturkritik. Eine Einführung**. Wien: Promedia, 2001.
- WILSON, Godfrey. **An Essay on the Economics of Detribalization in Northern Rhodesia**. 2 Bde. Livingstone: Rhodes-Livingstone Institute, 1941-1942.
- WITTFOGEL, Karl August. Geopolitik, geographischer Materialismus und Marxismus. **Unter dem Banner des Marxismus**, 3, 1929.
- WRIGHT, Tim. A Method of Evading Management: Contract Labor in Chinese Coal Mines before 1937, **Comparative Studies in Society and History**, 23, 1981, p. 656-678.

O PENSAMENTO PERIFÉRICO¹Eduardo Devés Valdes²

Apresentação do tema e definições conceituais

Para começar, definimos o conceito de “pensamento periférico” para, em seguida, o conectarmos com noções próximas e com as quais o mesmo encontra-se relacionado como pensamento das regiões periféricas, epistemologias do Sul, pensamento latino-americano, entre outros. Em segundo lugar, apresentamos as origens do conceito e as formulações anteriores que têm permitido chegar a sua constituição, explicitando a variedade de estudos realizados com “proto-concepções”, que passam a ser sintetizados nesta noção. Em terceiro lugar, abordam-se alguns assuntos teóricos e metodológicos, relacionando a noção “pensamento periférico” ao âmbito disciplinar dos estudos das ideias, ocupando-se da maneira como estes operam (ou se desenvolvem) no interior da disciplina em que emergem e no qual se desdobram. Em quarto lugar, apresentam-se algumas brevíssimas aproximações sobre as propostas de algumas figuras intelectuais relevantes nos debates do Sul global, desde o ano 2000 até o presente. Em quinto lugar, conecta-se a questão do pensamento periférico e dos estudos do tempo presente e, por último, apresenta-se uma breve agenda de trabalho sobre estes assuntos e suas implicações para as intelectualidades.

Por “pensamento periférico” entende-se o que é gerido nos meio-ambientes intelectuais nos quais o pensamento estrutura-se em relação “ao centro”, tendo como referência o fascínio/ameaça, dando origem a propostas de futuro para a sociedade que essas intelectualidades são parte, sobre a base da alternativa “centralismo” versus “identitarismo”, ou seja, “ser como o centro” *versus* “sermos nós

1 Tradução de Raphael Castelo Branco da Silva. Historiador (UFRRJ) e mestrando em História Contemporânea (UFF).

2 Boa parte do que é exposto neste trabalho provém do meu livro **Pensamento Periférico**, indicado na bibliografia.

mesmos” (diferentes do centro). Este dilema normalmente surgiu em ecossistemas intelectuais de sociedades que sofreram a expansão da Europa Ocidental nos últimos séculos e, sendo ecossistemas letrados, que têm conhecido, parcialmente, a cultura e a tecnologia do centro e que tratam de imaginar formas de existência para o futuro que necessariamente contemplem formas de defesa com relação ao poder de tal expansão.

A noção de “pensamento periférico” se entrelaça com a noção “pensamento das/nas periferias”. Apesar de estarem amplamente sobrepostos, estes não são sinônimos. Por “pensamento das/nas periferias” entende-se aquele que se desenvolve nos ecossistemas intelectuais das periferias e que pode ou não estar estruturado sobre a base do dilema de ser ou não ser como o centro, ou seja, ser parte ou não do pensamento periférico “propriamente dito”. Parcialmente ou, ao menos, metodologicamente, este pensamento das periferias deve ser distinguido, embora também ambos se sobreponham aos “saberes autóctones” — normalmente não-universitários, não profissionalizados e, em muitas ocasiões, não letrados e com larga tendência de formação oral. São séculos e até mesmo milênios, especialmente nas cosmovisões ancestrais, formados juntos com as línguas, de uma imensa quantidade de sociedades e culturas que não possuem escrita, com baixa diferenciação social, mas também, em algumas ocasiões, em sociedades urbanas e com camadas letradas de baixa circulação, como é uma importante trajetória do pensamento islâmico, confucionista, budista e, inclusive, o pensamento cristão de fora do Ocidente e antes da expansão europeia. Isso para assinalar que nem todo pensamento da periferia é um saber “autóctone” no sentido oral e ancestral. A escrita se difundiu com as religiões e o comércio, com a venda de escravos e a expansão dos impérios.

As noções assinaladas podem ser relacionadas com “terceiro-mundismo”, “sul global”, “epistemologias do Sul”, “saberes subalternos”, entre outras formulações. Com a palavra “terceiro-mundismo” tem-se tentado explicar coisas muito variadas. Germán Albuquerque (2014) tem se perguntado o que é o terceiro mundismo, oferecendo várias opções complementárias. Seria relevante destacar que, para o autor, “o terceiro-mundismo foi uma corrente de pensamento, ou seja, um conjunto de ideias inspiradas ou relacionadas ao objeto Terceiro Mundo”, e que “o terceiro-mundismo foi um paradigma científico definido pela premissa de que a mera prática científica do Terceiro Mundo, ao menos por parte dos cientistas sociais, gerava uma classe singular de conhecimento”. As duas possibilidades que Albuquerque oferece se aproximam de formulações do pensamento das regiões periféricas e, certamente, são partes deste. Entendido assim, o terceiro-mundismo tem sido associado a correntes de ideias de libertação

nacional como o pan-africanismo, o pan-asiatismo e o pan-arabismo. Dentro disso, houve posições radicais, muito claramente marcadas pelo socialismo e, inclusive, pelo marxismo, além de outras, moderadas, que apostaram na “ideoglobia” da Nova Ordem Econômica Internacional (Berger, 2004). No entanto, o pensamento terceiro-mundista só cobre um momento breve e alguns temas que são, particularmente, questões de política e economia internacional.

A mais recente noção de “Sul global” visa descrever uma realidade que se concebe em oposição a um Norte global, no marco dos dilemas do último processo de globalização, que ocorre desde o final do século XX. Consequentemente, seria anacrônico falar de um “pensamento Sul global” em épocas anteriores. Nesse sentido, Juan Obarrio (2013) sustentou que “se o Sul é um conjunto de formas de vidas singulares, nos últimos tempos, este espaço e esta vida têm gerado um pensamento próprio sobre essas formas e texturas”. Isso significa conceber este “pensamento para o Sul” como uma perspectiva possibilitada por um “ordenamento material e institucional onde disciplinas e programas se articulam”, gerando “o espaço para o surgimento de epistemologias e metodologias próprias do Sul, também geradas em respostas a problemas singulares, regionais e locais, diferentes dos encontrados em países ‘centrais’ e que, necessariamente, requisitam conceituações, métodos de investigação e pensamentos diferentes”. Tudo isso como um processo atual ou recente, mais do que esse de longa duração, que vem constituindo-se no seio de ecossistemas intelectuais, onde são tentadas respostas e soluções desde os primeiros momentos dessa globalização produzida pela expansão europeia por séculos.

A noção de “epistemologias do Sul”, que também em algumas ocasiões se associa com “pensamento periférico”, possui ao menos dois significados. O primeiro que é mais pertinente sendo, contudo, o menos trabalhado por quem colocou em circulação este conceito e que alude a epistemologias procedentes da região sul. O segundo significado, que, de longe, é o mais trabalhado (Santos, 2011), consiste em uma formulação realizada a partir de reelaborações de teorias críticas do centro e, em alguns casos, possuindo informações sobre o pensamento do Sul, confrontando o mesmo com uma caricatura do pensamento do Norte (Nunes, 2018). Essas formulações não pretendem ser propriamente emergidas, inventadas ou descobertas pelos povos do Sul. Também não pretendem ser uma leitura das maneiras de conhecer a realidade ou, até mesmo, dos critérios de conhecimento das sociedades/culturas do Sul, mas sim que se trata de uma maneira de dizer para expressar epistemologias da harmonia dos saberes e de interações positivas entre uma diversidade de saberes (Santos, 2011). Sendo assim, a noção “epistemologias do Sul” não descreve um conjunto de epistemologias dos vários

povos do Sul, nem algo como um mínimo comum deles, mas uma proposta para conversas mais proveitosas entre pessoas de diversas procedências culturais. Neste sentido, é mais pertinente a noção e “ecologia de saberes” (Santos, 2011) do que “epistemologias do Sul” para definir a proposta em questão.

Tem sido menos associada ao pensamento periférico a noção de “conhecimentos subalternos”. Inspirada em uma ampla trajetória eidética, foi mais recentemente posta em circulação por Walter Mignolo (2003), que lhe outorgou projeções notoriamente maiores do que ele desfrutou anteriormente. Contudo, esse tipo de conhecimento alude a diversas formas de subalternidade como etnia, gênero e classe, sem enfatizar as formulações das intelectualidades que reagiram à expansão europeia-ocidental e trazer aqui, especificamente, o dilema de “ser como o centro” *versus* “sermos nós mesmos”.

Formulações que conduziram a um amadurecimento do conceito de “Pensamento Periférico”

O que se pode denominar de pensamento das periferias remonta há muitas décadas e até alguns séculos, embora tenha sido apenas desde a década de 1970 que o trabalho de modo sistemático tenha sido realizado e, muito recentemente, a formulação “pensamento periférico como tal” tenha sido alcançada.

Com força desde a década de 1970 e, em grande parte, devido ao movimento intelectual gerado em torno dos processos de descolonização e terceiro-mundismo, têm crescido, enormemente, os estudos sobre o pensamento de tantas sociedades que não se desejava ver em parte, pois não haviam gerado ecossistemas intelectuais suficientemente ativos. Esta visibilidade facilitou estudos profissionais e variados que, por sua vez, facilitaram, por um lado, uma melhor visibilidade desses ecossistemas com seus respectivos nichos intelectuais, como também permitiram estabelecer relações com outros casos das periferias. Isso nos permitiu perguntar sobre a circulação de ideias, bem como estabelecer comparações que possibilitaram a elaboração de tipologias e paradigmas que englobavam conjuntos cada vez mais amplos. Nessa dinâmica emerge a noção de pensamento periférico.

Para deixar mais nítido este processo, listam-se a seguir as conceituações parciais formuladas em estudos sobre o pensamento de diversos ecossistemas, como unidades em relação a línguas comuns (pensamento em espanhol), crenças (pensamento islâmico) e regiões geográficas (pensamento subsaariano), entre outras demarcações possíveis.

A lista a seguir se ordena em três colunas: o autor que realizou o estudo, das categorias que colocou em tensão para entender o pensamento e/ou intelectualidades, e demarcação do âmbito geo-cultural estudado. Assim, por exemplo, Jacques Berque considerou que o dilema autenticidade *versus* modernismo qualificava da melhor forma as posições em tensão da intelectualidade árabe, e Roumen Daskalov considerou que a melhor maneira de mostrar a tensão entre as posições que se julgam nos Balcãs era os autóctonistas (ou nativistas) *versus* ocidentalistas. A lista, mais ou menos extensa, permite observar a semelhança entre as denominações com que se caracterizam os setores em tensão, e como isso nos permite ir além de tais dilemas em direção a uma formulação mais geral e que englobe mais, conceituada da seguinte forma: “identitarismo” (sermos nós mesmos) *versus* “centralismo” (ser como o centro), embora esta última não substitua completamente cada uma das propostas anteriores. De resto, a formulação do dilema “identitarismo *versus* centralismo” também visa descarregar uma avaliação que privilegie etnicamente, ou de outra forma, uma das partes sobre a outra, posto que, em algumas ocasiões, os estudos envolveram tais avaliações. Um desses casos é o de Jean Chesneaux, que distingue entre patriotas e ocidentalistas, cuja noção “ocidentalista” tende a ser interpretada como antipatriota ou traidora de seu povo. As noções identitárias e centralistas precisamente querem encarregar de conteúdo étnico ambas as noções, pois as mesmas foram imaginadas em lutas anticoloniais, em defesa dos seus povos, ainda que fique claro que algumas foram estratégias diferentes e, inclusive, opostas.

Resumindo:³

APPADURAI – Heterogeneização / Homogeneização – Mundo em geral

ARKOUN – Retorno ao Islã e aos Antigos / Aculturação progressiva – Mundo Islâmico

AYENDELE – Maioria dos africanos / Imitadores, importadores, modernização – África Subsaariana

AYUBI – Autenticidade / Modernidade – Mundo mulçumano

BERDIAEV – Eslavófilos / Ocidentalista – Rússia

BERQUE – Autenticidade / Modernismo – Árabes

BIANCO – Nacionalismo hostil ao ocidente / Ocidentalização cultural – China

BOELE VAN HENS BROEK – Maneira africana de estar no mundo – África do Sul

³ Reproduzo aqui uma tabela que provém do meu trabalho de 2018.

- CHALIAND – Refugiar-se na tradição / Ocidentalizar-se – China, Vietnã. Árabes
- CHATTERJEE – Tradicional, nacional, identidade / Modernidade, racionalidade europeia – Índia
- CHESNEAUX – Patriotas / Ocidentalistas – China, Índia e Japão
- DASKALOV – Autoctonistas-nativistas / Ocidentalistas – “valores universais” – Balcãs
- DIAGNE – Tradicionalismo / Adaptação / Integração incondicional – África do Sul
- FALOLA – Tradicionalistas / Meio caminho / Assimilacionistas – África do Sul
- FERNÁNDEZ – Reação contra a invasão cultural francesa / Aceitação do ideário ilustrado europeu – Espanha
- HUNTER – Integristas / Ocidentalistas – Mundo islâmico
- JEDLICKI – Eslavófilos / Ocidentalistas ou Nacionalidade / Civilização – Polônia
- LIAUZU – Manter identidade / Ocidentalizar-se – Árabes
- NARAVANE – Preservar a herança / Assumir desafios da nossa era – Índia
- STEWART – Tradicionalismo / Modernismo – Rússia
- STEWART – Modernismo com formas nativas / Modernismo ocidentalista – África e Ásia
- ZEA – Identidade, nacionalismo cultura e assimilação / Cópia, ser de outra maneira, ocidentalização – América Latina
- ZHANG LUN – Neo-tradicionalismo, neo-confucionismo / Liberalismo ocidentalizante – China pós-Mao

Essas noções que constituem formulações e representam uma estrutura muito similar, podem ser agrupadas ou sintetizadas no dilema identitarismo / centralismo, como um instrumento conceitual que permite aos estudos eidéticos uma visão global para vários séculos.

Os caminhos e as perspectivas teóricas e metodológicas de estudo

Quem deseja trabalhar a respeito dos pensamentos de amplas regiões periféricas, e, mais ainda, se faz isso ocupando-se de uma longa duração, deve entrar em questões teóricas e metodológicas pouco usuais no âmbito intelectual

sul-americano. Se colocam em destaque as seguintes questões: a explosão dos estudos eidéticos em sua diversidade, a babel de conceitos teóricos e idiomas, a determinação de um cânone de autores e o tema da circulação.

Os estudos eidéticos têm crescido e têm se diversificado. Algumas das questões que têm favorecido (não causado) este crescimento têm sido sua emancipação da disciplina que se chamou “história da filosofia”, possibilitando aberturas conceituais e novos critérios epistêmicos; a mudança na forma de organização do conhecimento e o sistema universitário, com o crescimento dos estudos de área e das subdisciplinas; o aumento dos “Estados-Nação”⁴ desde meados do século XX com o crescimento do campo de estudo; o enorme crescimento e diversificação das profissões do conhecimento, com sua correspondente autoconsciência e a busca de identidade e a ampla emergência de setores sociais que acessam a educação e que geram intelectualidades que se incorporam a geração “programada” de ideias-conhecimentos como o consumo de saberes. Tudo isso tem facilitado e motivado o desenvolvimento dos estudos eidéticos, com a pretensão de investigar as ideias de cada um desses grupos, setores, países e organismos, entre outras razões para formular projetos e para possibilitar diálogos. Especificamente, os estudos sobre o pensamento periférico são um exemplo desta explosão, que também implica no desenvolvimento exponencial dos conceitos com os quais se trabalha e as necessidades teóricas para afirmar tais conceitos, tanto os que permitem classificar as espécies eidéticas como as denominações destas. Isso nos conduz, rapidamente, a uma segunda questão.

A babel de **conceitos** é um importante desafio teórico e de erudição para quem adentra nestes assuntos, pois, de repente, aparecerem numerosos conceitos nunca considerados em certos ecossistemas intelectuais e, inclusive, muitos são completamente desconhecidos para pessoas habituadas com o estudo convencional das ideias ocidentais, precisamente distinguindo este da multidão de entidades eidéticas expressadas na atualidade em línguas ocidentais. O conceito “negritude”, por exemplo, tornou-se muito familiar nas últimas décadas nas ciências sociais e humanidades da América do Sul, e ocorreu algo similar com “narodnismo”, que teve a tendência de se perder, mas não se fala de “pan-budis-

4 Uma das boas razões para isto é o enorme campo que foi aberto com o aumento dos estados. Devemos levar em conta que, em 1945, participaram da ONU um total de 51 estados, em 1975 eram 144 e em 2001 já eram 189, e desde esse momento a quantidade continuou crescendo, ainda com menor rapidez. A abrupta diminuição do colonialismo político, o desenvolvimento da fórmula do “Estado-nação” contemporâneo, uma invenção exitosa, tem mudado entre outros fatores o mapa político do mundo. As intelectualidades de cada um destes têm desejado recuperar-construir uma trajetória, com antecedentes que os permitam remontar a antigos impérios, povos, culturas e ancestrais e, por certo, reconhecer a variedade de expressões regionais, étnicas, de gênero, entre outras, durante o tempo presente.

mo”, de “ujamaismo” ou de “pan-africanismo de quarta geração”. Existe grande quantidade de conceitos que a disciplina maneja que são necessários para estudar os pensamentos nas regiões do Sul e que não soam familiares, como ocorre com muitos provenientes do âmbito europeu ocidental: positivismo, estruturalismo, marxismo, idealismo ou liberalismo, que na América do Sul se assumem como parte da nossa trajetória. Deve-se ter em conta, contudo, que outros referidos a Europa Oriental, como “eslavofilia” ou “popranismo”, não soam familiares.

Os estudos eidéticos têm amadurecido conceituações que, para este efeito, se dividem em três grupos: os que marcam as subdisciplinas, as que se denominaram “teóricas” e as que apontam casos empíricos. Entre as que derivam de especialidades de acordo com disciplinas e perspectivas, devem destacar-se: história intelectual, sociologia do conhecimento, estudos eidéticos, teoria das ideologias, história das mentalidades, entre outras.

Sobre o segundo grupo, devem destacar-se aqueles que fazem alusão às categorias com que trabalha este âmbito disciplinar para nomear seu objeto de estudo e formular perguntas, problemas teóricos e classificações, entre outras corporações. Assim, temos: escola de pensamento, tendência pensador-a, mutações eidéticas, conceitos fundamentais, rede intelectual, circulação de ideias, cruzamentos eidéticos, hibridação, influência e ruptura epistemológica, entre outros. Caso se trate de classificar, temos: ideias, filosofias, cosmovisões, cotidianos, sistema de pensamento, paradigmas, mentalidades, teologias, crenças, mitos, ciências, epistemologias, visões de mundo, ideoglobias, cosmogonias, teóricas, ideologias e doutrinas, entre outros.

Se vamos ao “empírico”, o pensamento das regiões periféricas se desagrega em uma babel de conceituações: pensamento sul-americano ou latino-americano, pensamento africano sul-saariano, pensamento árabe, pensamento asiático e, todos estes, por sua vez, podem se desagregar em outras múltiplas subdivisões, por exemplo, por estados: pensamento tanzaniano, filipino e boliviano, ou por regiões geográficas: pensamento amazônico, pensamento andino, pensamento mediterrânico, pensamento do pacífico e, assim, por escola de pensamento: pan-islamismo, ocidentalismo russo, negritude, nacionalismo negro, arielismo, consciêncismo, teologia do búfalo de água, alighardismo, liberacionismo, ilustração americana, socialismo africano, gandhismo, justicialismo, katarismo, mingjung, maoísmo, luso-tropicalismo, escola de Kyoto, teleurismo, entre tantas outras.

A isso se soma a **babel de línguas**, problema que as humanidades lidam em maior medida que as ciências sociais e muito mais que as [ciências] na-

turais. As ciências formais, por sua parte, praticamente não enfrentam esse problema, pois trabalham quase unicamente com linguagens (não com idiomas) artificiais. Representa um desafio maior as limitações de trabalhar em uma língua sobre um pensamento emergido no seio de outra língua, de outra família linguística e, em algumas ocasiões, com outras formas de escrita, com duas ou três traduções realizadas muitas vezes por pessoas com pouca formação em estudos eidéticos.

Outro problema que deve ser considerado neste campo tão vasto de estudo, é a determinação de um **cânone de autores**. Para estabelecer um cânone razoável, são oferecidos os seguintes critérios: reconhecimento por quem tem realizado estudos eidéticos especializados sobre cada região; referências recíprocas entre as figuras intelectuais, ou seja, a quem é citado e com quem se discute; reconhecimento em rankings internacionais que relevam figuras intelectuais de reconhecida influência; presença na internet, critérios de correção ou de discriminação positiva, com o objetivo de considerar diversas pessoas, por disciplina, geo-cultura, gênero e temática.

Uma questão teórica de maior relevância é a **circulação** das ideias que nos abrem para o grande problema geral da circulação e, conseqüentemente, de uma teoria da circulação. Formulações antigas e outras mais recentes encontram-se nas questões sobre a circulação eidética sul-sul, sobre a constituição de redes intelectuais do Sul, principalmente a partir do desenvolvimento das ciências socioeconômicas, depois da teologia e, posteriormente, dos estudos culturais de outras expressões. A circulação das ideias sul-sul é um dos aspectos mais inovadores e necessários de tratar em uma agenda de estudos eidéticos e, particularmente, sobre o pensamento das regiões sul-sul. A circulação de ideias abre um conjunto de problemas teóricos e de possibilidades de ação e, portanto, deve ser tratada com uma atenção que, neste trabalho, não é possível. A circulação das ideias como chave para uma teoria da circulação, por outro lado, nos coloca frente à pergunta sobre as agendas para estimular as circulações sul-sul, que serão discutidas brevemente mais adiante.

Para terminar esta sessão, deve-se assinalar a existência de inúmeros **dicionários** que têm apontado uma maneira de dar conta dos conceitos que compõem o pensamento do Sul em suas diversas formulações. Obras como *Pensamiento Crítico Latinoamericano*, coordenado por Ricardo Salas (2005) ou o *Dictionary Of Alternative Thought*, coordenado por Hugo Biagini e Arturo Roig (2008), têm recolhido numerosos conceitos emergidos no seio dos ecossistemas intelectuais da periferia.

Alguns debates no Sul Global (Do ano 2000 ao presente)

Existe uma convicção entre certos estudiosos que as relações centro/periferia nas sociedades e economias e as diferenças entre os ecossistemas intelectuais desapareceriam como consequência dos processos de globalização. Também se sustentou igualmente que o poder dos estados teria diminuído nas últimas décadas pelo mesmo motivo, sobretudo em questões econômicas e comunicativas, tornando o mundo mais homogêneo. Sendo assim ou não, deve notar-se que o pensamento periférico propriamente dito tem se expressado mais de uma vez desde o ano 2000 e, posteriormente, na discussão sobre o problema da globalização, uma das discussões mais vivas no período e onde se expressa nitidamente o dilema de ser ou não ser como o centro.

De fato, a discussão em torno de identidade/globalização foi a maneira em que se remodelou-se o dilema histórico e que agregou vários outros assuntos, constituindo-se um eixo em torno do qual se articularam. Em torno desse assunto, a discussão acontece por todas as partes: até que ponto a modernização é sinônimo de “ocidentalização”? Se é possível ou não um processo de modernização (ou desenvolvimento) que segue padrões diferentes do clássico europeu e norte-americano. Pois bem, o que é comum nesses debates? A questão da identidade e do ser como centro (globalização) é amplamente compartilhada, embora o compromisso com as identidades e com os modos de ser do centro não sejam muito enfáticos. Em outras palavras: a intelectualidade das periferias, desde os anos 2000, tem sido mais inclinada a criticar opções centralitárias e identitárias (quase sempre denunciadas como essencialistas), que a propor alternativas. Os temas étnicos e de gênero, mais do que de classe, estavam quase sempre ligados ao assunto das identidades, como em Gayatri Spivak (1988), Walter Dignolo (2003) ou Valentín Mudimbe (1988). Nisso, destacaram-se mais as discriminações do que as explorações, talvez assumindo que é mais fácil terminar com as primeiras do que com as segundas. Kuan-Hsing Chen (2010) destacava que, como chinês da etnia “Han”, tomou a tarefa de refletir, criticamente e de dentro, acerca dos aspectos opressivos do império chinês através de sua história, como parte de um movimento de des-imperialização. Descolonizar, des-imperializar, libertar de outras formas de opressão, des-oprimir, permitir e promover a expressão.

Se, desde os anos 2000, as críticas ao eurocentrismo e aos que se submetem a ele foram frequentes, algumas das poucas opções soaram como generalidade ou retórica: como o afro-centrismo e o russo-centrismo. Um dos maiores déficits da periferia tem sido a escassa capacidade para formular propostas

inovadoras. Exceções a isso têm sido a democracia da terra de Vandana Shiva (2005) e a questão do “capitalismo-confuciano”, como tem assinalado Kishore Mahbubani (2009), entre outros.

A questão da modernidade, e até da pós-modernidade, se articulou completamente ao tema da globalização. O caribenho Stuart Hall, em seu *The question of cultural identity*, levantou o problema da nação, inspirado em Benedict Anderson, e as consequências que a globalização, a modernidade tardia e a pós-modernidade estavam trazendo para uma identidade cultural que, pensava ele, em épocas recentes, esteve mais associada e, inclusive, identificada à nação. Neste esquema, a identidade cultural, na medida que se concebia como identidade nacional, está sofrendo os embates da globalização, i.e., viu-se atacada. Por sua parte e, de uma perspectiva internacional, Cândido Mendes de Almeida (2001) incidiu, também, nas discussões sobre globalização e identidade, cruzando isto com o assunto da modernização. Formulando o problema nos termos de A. Toynbee: herodianismo *versus* zelotismo, tratou de oferecer ao Brasil diferentes opções desenvolvidas no mundo asiático, casos que apresentavam importantes problemas teóricos e que, por sua vez, constituam formas que podiam inspirar a agenda do Brasil, focalizando em primeiro lugar os “estados continentais”, aqueles de dimensões parecidas com a do Brasil: China, Índia, Indonésia, além de outros casos. Para Cândido Mendes, o objetivo era o contexto da identidade e o da modernização, o foco era, necessariamente, cultural e, ali, ele se interessou por essas novas identidades testadas pela globalização. Se perguntava então: De que modo esta entrada da globalização, entendida como a entrada da civilização ocidental, encontra ou não formas de reação, no qual a Ásia é um cenário de uma globalização heterogênea, que não ocorre toda ao mesmo tempo e que vem enfrentando resistências? O interessava igualmente os tipos de resistência e em que sentido estes podiam ser significativos para o seu país. Pareceu-lhe surpreendente que a Índia, China e Indonésia assumissem esses fenômenos de maneira diferente e como enfrentavam o ocidente, o foco da globalização. Já Walter Mignolo em *Historias locales/diseños globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo* (2003), manifestava que seu discurso em prol da vida, tinha seus fundamentos no grito do sujeito, no dizer de Franz Hinkelammert, “das vidas que gritam, através do sujeito”. Assinalava Mignolo que o que orientava seu projeto intelectual era a necessidade de contribuir com futuros construídos sobre diferentes “princípios políticos, éticos, econômicos e epistêmicos”. Chamando de “outro paradigma”, argumentava que a diversidade (e a diversidade) de formas críticas de pensamento analítico e de projetos futuros assentados sobre as histórias e as experiências marcadas pela colonialidade mais

que por aquelas, dominantes desde já, assentadas sobre as histórias e as experiências da modernidade (Mignolo, 2003, p. 20). Este “outro paradigma”, como ele afirmava, “é diverso, não tem um autor de referência, um gene comum”. Pelo contrário, sua originalidade consiste em que possui um “conector”, compartilhado por quem tem vivido ou aprendido o trauma de como se sente no corpo a negação que os valores do progresso, do bem-estar, do bem-ser, foram impostos à maioria dos habitantes do planeta que, neste momento, precisam “reaprender a ser”. Dito de outra maneira, trata-se de um outro paradigma que, “em última instância, é um nome que conecta formas críticas de pensamentos ‘emergentes’ (como na economia) e cuja emergência foi gerada pelo elemento comum de toda esta diversidade: a expansão imperial/colonial desde o século XVI até hoje” (Mignolo, 2003, p. 20). Em suma, um outro paradigma em sua diversidade planetária está conectado por uma experiência histórica comum: o colonialismo; e por um princípio epistêmico que tem marcado todas suas histórias: o horizonte colonial da modernidade. Isto é, a lógica histórica imposta pela colonialidade do poder (Mignolo, 2003, p. 239).

Uma das propostas mais inovadoras procedentes da periferia é a proposta liderada por Vandana Shiva para uma democracia da terra. Referindo-se ao seu livro *Earth Democracy: Justice, Sustainability and Peace* (2005), tem dito que trata da vida para além da globalização corporativa: é sobre outro modelo, outras maneiras de atuar, e não só no futuro, se não sobre o mundo, que está se constituindo aqui e agora. Uma democracia viva é aquela em que as pessoas podem tomar decisões sobre suas vidas e influir sobre as condições em que vivem. Ou seja, como cultivar seus alimentos, em que condições pode-se produzir suas roupas, exercer a liberdade de escolher como se educam seus filhos e a liberdade de estabelecer as condições de acesso a saúde. Isso é uma democracia viva. Vandana Shiva formulou a oposição entre uma democracia morta e uma democracia viva, que é aquela que afeta a todos os aspectos da vida, não só da vida humana, pois nos encontramos em um momento da evolução em que qualquer liberdade da espécie humana deve incluir também as outras espécies, caso contrário, nunca teremos a liberdade humana. Afirmando que a democracia que temos está realmente morta, enquanto a mesma já não responde aos desejos das pessoas: trata-se de governos que vão à guerra contra a vontade dos povos, como trata-se de governos que impõem alimentos geneticamente modificados. A morte da democracia se produz quando as pessoas não têm liberdade. Também afirmo que é uma democracia morta, pois, vive das “liberdades” das corporações para aniquilar as pessoas. Para mim, o exemplo mais dramático disso é o fato de que 40.000 camponeses se suicidaram em uma década, como consequência das normas da

globalização corporativa. E quando essas normas são impulsionadas em nome da liberdade, então a mesma é uma democracia assassina (2006).

Em 1997, Carlos López publicou *Compasso de Espera: O fundamental e o acessório na crise africana*, cujo objetivo era pensar a globalização e a situação da África na mesma, localizando-a historicamente. Para isso, realizou uma revisão dos discursos historiográficos, caracterizando os mesmos do seguinte modo: o discurso de inspiração europeia sobre a inferioridade africana, o de origem autóctone sobre a superioridade africana e o que enfim surge, mais amadurecido, de uma nova escola de pensadores, despojados das cargas emocionais de seus precursores (López, 1997, p. 25). Pertencendo à quarta fórmula, López postulou que, para pensar a crise africana adequadamente, deve-se ter em conta quatro eixos: as percepções ou opiniões sobre a África, as realidades africanas tal como são no momento, os desafios da agenda continental e, por último, o eixo da interação entre os desafios e a herança histórica dos africanos (López, 1997, p. 27). No marco do dilema periférico que se conceituou como mimetismo versus nacionalismo, afirmou que o desenvolvimento era algo endógeno e que, unicamente, só poderia vir do interior de uma sociedade que define soberanamente sua visão e sua estratégia (López, 1997, p. 56).

Ali Mazrui, por sua parte, tem se perguntado sobre o dilema da modernização formulando o problema do seguinte modo: Pode uma sociedade se modernizar sem se ocidentalizar? (Mazrui, 2001, 69). Pode-se ver que, de muitas maneiras, na África produziu-se a ocidentalização na modernização. O importante é ir para a chave da modernização e não permanecer naqueles elementos que a acompanharam no caso ocidental, como a urbanização, industrialização e secularização. Para realizar esta distinção mais nitidamente, Mazrui definiu modernização como “mudança de direção comparável com o estado presente do conhecimento e que faz justiça frente às potencialidades da pessoa humana, tanto como um ser social como um ser inovador”, definição que é articulada com três atributos da modernização: a compatibilidade com a ciência e o *know how*, a expansão, a expansão dos horizontes do clã para a aldeia global, a aceitação da inovação ou a busca pelo melhor que as coisas podem dar (Mazrui, 2001, p. 74-75). Em outras palavras, Mazrui apontou que, para gerar a modernização na África, um primeiro elemento não é a ocidentalização mas, pelo contrário, é a indigenização, no sentido de localizar recursos, pessoal e controle efetivo; o segundo é o esforço domesticador, fazendo que o que é estrangeiro seja mais adequado para as necessidades locais; o terceiro é a diversificação cultural; o quarto é interpenetração horizontal entre as sociedades menos privilegiadas; a quinta é a contra a penetração no centro em defesa dos próprios interesses (Mazrui, 2001, p. 79-81).

Assumindo a tensão entre Oriente e Ocidente e enfrentando o problema do progressivo traslado do centro do poder, o chinês Wang Hui sustentou que o “pós-colonialismo pode ser visto como a autocrítica cultural do Ocidente (principalmente nos Estados Unidos), e como uma crítica lançada da perspectiva das culturas periféricas contra a cultura do eurocentrismo”, e ele “revela o grau no qual o colonialismo está envolvido na cultura e no pensamento, e também indica o complicado processo pelo qual os povos colonizados usaram as teorias ocidentais para resistir aos seus colonizadores”. Agora, “no pós-modernismo chinês, a teoria pós-colonial é frequentemente sinônimo de um discurso sobre o nacionalismo que reforça o paradigma China *versus* Ocidente. Por exemplo, não tem havido uma só crítica pós-colonial chinesa ao centrismo dos Han, a partir da posição da cultura periférica” e, “o que é particularmente gracioso é que os pós-modernistas dão a volta na crítica pós-modernista do eurocentrismo para argumentar em prol da condição do chinês e para colocar a China novamente no centro do mundo” (Hui, 2003). Uma outra entrada para o mesmo assunto tem sido a questão da modernidade *versus* a pós-modernidade. Wang Hui argumenta que “os ‘pós-modernistas’ da China exploraram essa ambiguidade em sua implantação do pós-modernismo ocidental como ferramenta para a crítica do pensamento da Nova Ilustração, mesmo que o pós-modernismo da China ainda seja mais ambíguo que este último”. Em um trabalho sobre a invenção da Ásia (Hui, 2005), argumentava que, mais do que um espaço geográfico, a Ásia foi uma noção cunhada pela Europa Moderna para pensar em si mesma, uma operação que abarca o pensamento colonialista e revolucionário. Uma concepção superadora da lógica eurocêntrica (euro-centrada) contribuiria a dar a Ásia o seu lugar na história mundial e no surgimento da modernidade. Essa mudança de perspectiva permitiria evitar novos atores e novas formas de colonialismo. A crítica do euro-centrismo deveria se tratar não de afirmar o asio-centrismo, mas de eliminar a lógica egocêntrica, exclusiva e expansionista da dominação.

Para aprofundar mais sobre as ideias que foram apresentadas, sugerem-se alguns trabalhos que nos informam sobre as conversas acerca das discussões sobre a globalização, suas consequências, perigos e desafios, tal qual como os concebe o pensamento recente dessas regiões. Sobre a África, ver Dederling (2002), trabalho que dá conta de vários debates sobre a globalização tendo em conta numerosas figuras do pensamento africano, dando relevância, principalmente, a pessoas da África do Sul. Destacam-se as maneiras em que, segundo diversos trabalhos considerados, a globalização põe em tensão as identidades, os modos como a África poderia se posicionar frente a este grande fenômeno, tendo em conta o

dilema entre o afrocêntrico e o eurocêntrico. Sugere-se, igualmente, ver Devés (2008)⁵, onde se relevam diversas figuras da intelectualidade africana que, desde o ano 2000, colocavam a questão da globalização e das identidades.

Para a América Latina, sugere-se Sánchez Mugica (2007), em que é apresentado um panorama baseado em algumas análises da globalização e seus impactos econômicos, políticos e culturais na região, a partir da questão relativa às implicações que isso teria para identidades regionais. Sugere-se igualmente Devés (2004), trabalho no qual aborda-se o pensamento latino-americano durante os últimos 10 anos do século XX, realizando uma interconexão com as numerosas conversas que tocam a tensão identidade/globalização.

Para um olhar que transcenda os continentes, embora enfatizando o pensamento das regiões periféricas e semi-periféricas, sugere-se Marsá (2010) e “*El discurso intelectual árabe y la globalización*”. Para o amplo espaço da Ásia-Pacífico, sugere-se Vervoorn (2005), com seus “*Intelectuales públicos en Ásia y el Pacífico*”. Igualmente sugere-se Harris (2017), que de uma perspectiva disciplinar muito distinta, embora por isso mesmo enriquecedora, e pondo em relevância autores e instituições de diferentes regiões do mundo, mostra as discussões sobre globalização, focalizando em questões econômicas e em suas relações com vários outros âmbitos, como o internacional e social, entre outros. De uma perspectiva mais convencional, sugere-se Devés (2017), “*El Pensamiento Periférico*”, que põe ênfase precisamente nessas discussões mais especificamente e enfatizando, por certo, o que se dá nas regiões periféricas desde o ano 2000. Este texto, inclusive, é a base do presente trabalho.

Contribuições para a temática do tempo presente

Os estudos eidéticos vêm desenvolvendo-se a partir de múltiplos trabalhos, cujas diversas possibilidades encontram-se e desencontram-se, pretendendo assim mostrar suas melhores possibilidades: história das ideias, estudo das mentalidades, história intelectual, com uma tendência historiográfica muito forte, embora flanqueada por perspectivas cartográficas, e outros que não provêm nem se realizam unicamente com a visão historiográfica-historicista, no qual é necessário ter em conta a presença da análise de conteúdo e do giro linguístico, que quase já tem saído dos estudos do tempo presente, com seus sessenta ou setenta anos de idade.

5 Em espanhol: **El pensamiento africano sudsahariano**. Desde mediados del siglo XIX a la actualidad, Biblos, Buenos Aires, 2011.

A respeito do interesse pelos estudos do “tempo presente”, deve-se assinalar que ocupar-se do pensamento das regiões periféricas em suas dimensões presentes, nas últimas duas ou três décadas, é fundamental para imaginar “políticas intelectuais”, o “desenvolvimento do pensamento”, as “políticas universitárias e de investigação”, entre outros nomes. Essas questões nos remetem ao reconhecimento do que ocorre na atualidade com as ideias nas amplas regiões periféricas. Tendo a precaução de não cair no “epocaísmo” de tantos que consideram, em todas as épocas, que a sua é excepcional e que se está produzindo uma ruptura que dividirá a história em duas.

Dito isto, deve-se acrescentar que a discussão sobre o “pensamento periférico”, como conceito e sobre o pensamento das regiões periféricas, como campo de saberes, é um desafio não só para os estudos do tempo presente, mas, de maneira mais ampla, é um tópico de grande interesse para a intelectualidade mundial. Isto serve para várias ocupações: para quem deseja empoderar as relações sul-sul; para quem deseja equilibrar os graus de poder entre os vários agentes e/ou diluir o poder; para quem deseja estudar as realidades globais, mundiais ou macrorregionais, sem lentes eurocêntricas; para quem deseja organizar e empoderar redes intelectuais internacionais. Estes são todos os requisitos presentes e futuros, para os quais é necessário ter em conta o que se pensa no mundo inteiro.

Desafios e agenda

Pensar sobre o presente nos conecta com uma agenda de trabalho e o tratamento do tema não estaria completo se não fosse levada em conta a necessidade de avançar nessas investigações que, em vários sentidos, articulam-se com o desabrochar das intelectualidades do Sul, em seus dilemas, em seus desafios, em suas conquistas de autonomias, na colaboração e concordância com outros seres e com a pluralidade de ideias recebidas, assumidas e reelaboradas. Pensar as macrorregiões, e o desenvolvimento das ideias nas mesmas, é uma maneira de avançar em direção à compreensão do Sul global. Conceber a região amazônica como conjunto, a América do Sul, Oriente Médio, Ásia Central, a bacia do Pacífico e as relações entre todas as partes do sul global, são maneiras de avançar na formulação de uma agenda.

Trata-se, então, de apresentar algumas indicações de pesquisa sobre o pensamento periférico e as regiões periféricas: relacionar o pensamento da América do Sul com o da Ásia e da África, procurando semelhanças, paralelos e conexões, sem esquecer os contrastes e as diferenças; fortalecer os estudos sobre estes as-

suntos incrementa a diversidade bibliográfica, permitindo maior independência intelectual a respeito dos centros, e isso é essencial para sair do provincialismo intelectual e assumir a aparição de novos ecossistemas que, algumas décadas atrás, não eram visíveis, por serem demasiadamente pequenos. O que foi chamado de “pensamento periférico” tem sido uma figura-chave do desenvolvimento intelectual nas periferias, mas isso não significa, porém, que seja a chave para sair da condição periférica, pois emergir da condição periférica significa, pelo menos, em alguns sentidos, negar o pensamento periférico. E, nesse sentido, é fundamental que esses desafios e agendas se ampliem para a criação de redes e equipes de trabalho das várias partes do Sul global. De fato, existe uma lenta e dificultosa prática intelectual de gestão das intelectualidades do Sul, que, embora se sobreponha com o trabalho de investigação, pode distinguir-se pois aponta simultaneamente a presença no meio intelectual mundial.

Referências

- ALBURQUERQUE, Germán. Tercermundismo en el Cono Sur de América Latina: ideología y Sensibilidad: Argentina, Brasil, Chile y Uruguay, 1956-1990. In: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 140 - 173, set./dez 2014.
- APPADURAI, Arjun. **Disjuncture and difference in the Global Cultural Economy**, 2003. Disponível www.intcul.tohoku.ac.jp/.../2003.../Appadurai.h tml
- ARKOUM, Mohamed. **L'islam morale et politique**, Desclée de Brouwer, Paris, 1986.
- AYANDELE, E.A. **The missionary impact in northern Nigeria**, London, 1967.
- AYUBI, Nazih. **El Islam político. Teorías, tradición y rupturas**. Barcelona: Bellaterra, 2000.
- BERDYAEV, Nikolai. **The Russian Spiritual Renaissance of Beginning XX Century and the Journal Put** (For the Decade Anniversary of Put'), 1935. Disponível www.krotov.info/engl/berdyaev/1935_403.html - 61k
- BERGER, Mark T. After the Third World? History, destiny and the fate of Third Worldism. In: **Third World Quarterly**, Vol 25, No 1, 2004.
- BIAGINI, Hugo y Roig, Arturo. **Diccionario del pensamiento alternativo**. Buenos Aires: Biblos, 2008
- BIANCO, Lucien. **Los orígenes de la Revolución China (1915-1949)**. Barcelona: Bellaterra, 1999.
- BOELE VAN HENS BROEK, Pieter. **Political discourses in African thought, 1860 to the present**. Wesport: Praeger, 1999.
- CHALIAND, Gerard. **Mythes révolutionnaires du Tiers-monde**. Paris : Seuil, 1979.

- CHATTERJEE, Partha. Culture and power in the thought of Bankimchandra. In: PANTHAM, Thomas y DEUTSCH, **Kenneth Political thought in modern India**. Nueva Delhi: Sage, Londres: Beverley Hills, 1986.
- CHEN, Kuan-Hsing. **Asia as Method: Toward Deimperialization**, Durham: Duke University Press, 2010.
- CHESNEAUX, Jean. **Asia oriental en los siglos XIX y XX**. Barcelona: Labor, 1969a.
- DASKALOV, Roumen. Ideas about, and reactions to modernization in the Balkans. In: **East European Quarterly**, junio, 1997. Disponível http://findarticles.com/p/articles/mi_7063/is_n2_v31/ai_n28700133/pg_10?tag=artBody;coll1,
- DEDERIN, Tilman. Globalization, Global History, and Africa. In: **Journal of Asian and African Studies**, 37(3-5), 2002.
- DEVÉS, Eduardo. Pensamiento **Periférico Asia – África – América Latina – Eurasia y algo más**. Una tesis interpretativa global. Santiago: Ariadna 2017.
- _____. **O pensamento africano sul-saariano, Conexões e paralelos com o pensamento Latino-Americano e Asiático**. Um esquema. Rio Janeiro: CLACSO- EDUCAM, 2008.
- _____. El Pensamiento Latinoamericano en el Siglo XX. Entre la modernización y la identidad. Tomo III. Las discusiones y las figuras del fin de siglo. In: **Los años 90**, Buenos Aires-Santiago: Biblos – DIBAM, 2004.
- DIAGNE, Pathe. Renacimiento africano y cuestiones culturales. In: **AAVV Introducción a la cultura africana**, Madrid: UNESCO-SERBAL, 1982.
- FALOLA, Toyin. **Nationalism and African Intellectuals**. In: Rochester Studies in African History and the Diaspora, Rochester: U. of Rochester Press, 2001.
- FERNÁNDEZ-SARASOLA, Ignacio. **La influencia de Francia en los orígenes del constitucionalismo español**, (2005). Disponível www.forhistiur.de/zitat/0504sarasola.ht
- HALL, Stuart. The Question of Cultural Identity. In: HALL, Stuart; HELD, David Held; MCGREW, Tony (eds.). **Modernity and its Futures**, Polity Press, 1992.
- HARRIS R.L. Globalization and Globalism. In: FARAZMAND, A. (eds) **Global Encyclopedia of Public Administration, Public Policy, and Governance**. Cham: Springer, 2017.
- HUI, Wang. La reinención de Asia. In: **Le Monde Diplomatique**, Edición Conosur, n 68 febrero, 2005. Disponível www.insumisos.com/diplo/NODE/524.HTM
- _____. **El pensamiento chino contemporáneo y la cuestión de la modernidad, tomado de China's**. Harvard University Press: New Order, 2003. Disponível www.istor.cide.edu/archivos/num_26/dossier2.pdf 27 Hunter
- JEDLICKY, Jerzy. **A suburb of Europe**. Nineteenth century Polish approaches to Western civilization. Budapest Ceupress, 1999.
- LIAUZU, Claude. **L'Europe et l'Afrique méditerranéenne: De Suez (1869) à nos jours**, Paris: Complexe, 1994.

- LÓPES Carlos. **Compasso de espera: o essencial e o acessório na crise Africana**. Porto: Afrontamento, 1997.
- MAHBUBANI, Kishore. **Can Asians think?** 4a ed. Singapur: Marshall Cavendish Editions, 2009.
- MARSÁ, Juan. **El discurso intelectual árabe y la globalización**. Madrid: Alcalá grupo editorial, 2010
- MIGNOLO, Walter D. **Historias locales/diseños globales**. Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madrid: Ediciones Akal, 2003
- MUDIMBE, Valentin. **The invention of Africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge (African system of thought)**. N. York: James Coleman, 1988.
- NARAVANE, V. S. **Modern Indian Thought**. Bombay: Asia Publishing House, 1964.
- NUNES, João Arriscado. O resgate da epistemologia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (et al.) MENESES, Maria Paula; BIDASECA, Karina Andrea (coordinación general) **Epistemologías del Sur - Epistemologías do Sul**. Buenos Aires: CLACSO; Coímbra, Centro de Estudos Sociais 2018.
- OBARRIO, Juan. Pensar al sur. In: **Revista Intersticios**, vol 2, n 3, Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba, 2013.
- SALAS, Ricardo. **Pensamiento crítico latinoamericano**. Conceptos fundamentales, Vol I-III. Santiago: UCSH, 2005.
- SÁNCHEZ-MUGICA, Alfonso. Globalización y cultura en América Latina. In: **Latinoamérica**, n 45, jul-dic, México DF UNAM, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Epistemologías del Sur. In: **Utopía y Praxis Latinoamericana**, Año 16. Nº 54, julio-septiembre, Maracaibo: Universidad del Zulia, 2011.
- SHIVA, Vandana. **Earth Democracy: Justice, Sustainability and Peace**. Boston: South End Press, 2005.
- SHIVA, Vandana. La democracia de la Tierra, Entrevista a Vandana Shiva Por Karim Tir-mizey realizada en 2006 para **Z Magazine Online**, Traducida al castellano para ZMAG por Felipe Sastre, 2006.
- SPIVAK, Gayatri. Can the Subaltern Speak? In: NELSON, Cary; GROSSBERG, Lawrence (eds). **Marxism and the Interpretation of Culture**, Londres: Macmillan, 1988.
- STEWART, Angus. "The social roots. In: IONESCU, Ghita; GELLNER, Ernest. **Populism its meanings and social characteristics**. Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1970.
- VERVOORN, Aat. Intelectuales públicos en Asia y el Pacífico. In: **Anuario Asia Pacífico**, 2005. Disponible www.anuarioasiapacifico.es/anuario2005 /php/visit.php?docfile=042Aat
- ZEA, Leopoldo. **El pensamiento Latinoamericano**. Barcelona: Ariel, 1976.
- ZHANG Lun. **La vie intellectuelle en Chine depuis la mort de Mao**. Paris : Fayard, 2003.

**A PANDEMIA DE COVID-19:
INTERSEÇÕES E DESAFIOS PARA A HISTÓRIA DA SAÚDE E
DO TEMPO PRESENTE**

Rita de Cassia Marques
Anny Jackeline Torres Silveira
Denise Nacif Pimenta

Falemos de um futuro razoavelmente próximo. Em um ano qualquer, não muito distante de hoje (...) uma superepidemia causada por uma mutação da cepa da influenza com um foco inicial localizado em um ponto geográfico qualquer, tomará conta de todo planeta no prazo máximo de trinta dias. Devido às altas taxas de infectividade e virulência do vírus, cerca de quatro bilhões de indivíduos, ou nada menos que $2/3$ da população mundial, cairão de cama, acometidos de febre altíssima, dor de cabeça, tosse violenta, perda de apetite, dores musculares generalizadas. Esses sintomas poderão ainda ser acompanhados de forte dor de estômago e severa diarreia. Em cerca de metade desses casos a doença tomará curso grave, com ocorrência de pneumonia ou de broncopneumonia, situação que exigirá que os doentes sejam imediatamente hospitalizados e assistidos por profissionais de saúde, caso contrário esses contaminados chegarão a óbito no prazo de poucos dias. A defesa da saúde mundial dependerá da presteza dos cientistas em identificar o vírus, dos laboratórios em produzir o imunoterápico específico e em grande quantidade e dos serviços nacionais de saúde em vacinar toda a população mundial, tanto de enfermos como de sadios (Bertolli, 2012, p. 19).

Uma nova epidemia para o mundo

No dia 3 de fevereiro de 2020, o mundo recebeu assombrado a notícia sobre a inauguração do hospital *Huoshensha* na cidade de Whuan. Capital da província de Hubei, a cidade foi o epicentro de uma pneumonia de causa desconhecida, nomeada mais tarde como COVID-19. Esta havia se alas-

trado vertiginosamente na região durante todo o mês de dezembro e janeiro. Construído em uma área de cerca de 25.000 m², o hospital comportaria 1.000 leitos atendidos por uma equipe médica de 1.400 pessoas. O espanto provocado por esses números superlativos foi reforçado pelo fato de que tal estrutura havia começado a ser erguida há exatos dez dias, um tempo recorde jamais pensado. Correram o mundo, pelos canais de TVs e mídias digitais, imagens em *time-lapse* mostrando dezenas de caminhões, guindastes e retroescavadeiras, e mais centenas de operários em um ritmo frenético de atividade (BBC, 2020). No dia seguinte, foram internadas as primeiras cinquenta pessoas dos milhares de pacientes que ali foram atendidos. O governo chinês previa entregar mais um hospital em Wuhan no prazo de outros 2 dias, o *Leishenshan*, com capacidade para mais 1.500 leitos. E toda essa parafernália ainda era pouca, considerando os mais de 17 mil infectados e 360 mortos registrados naquela data, desde que a nova doença fora reconhecida pelo governo chinês, isto é, cerca de apenas um mês atrás (Portal G1, 2020).

Essa evolução impressionante da doença – na sua capacidade de transmissão, no impacto que projeta para o futuro, no volume de recursos que mobiliza, e no seu caráter então desconhecido – são alguns dos elementos que levaram a sua caracterização como uma Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII (ou Public Health Emergency of International Concern - PHEIC), pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 30 de janeiro (OPAS/OMS, 2020). Inicialmente, a pneumonia de causa desconhecida foi relatada pela primeira vez à OMS em 31 de dezembro de 2019. O surto foi declarado pela OMS uma PHEIC em janeiro de 2020. Em 11 de fevereiro de 2020, a OMS anunciou um nome para a nova doença de Coronavírus ou COVID-19 (OMS, 2020b).

Os nomes variaram conforme o conhecimento científico sobre o vírus e as disputas sociais e políticas no contexto da saúde global. A forma como se nomeiam as doenças diz muito sobre as narrativas e os movimentos sociais, políticos e culturais de configuração de uma problemática social (Pimenta, 2015). O vírus começou a ser denominado como o “vírus Wuhan”, depois como o “coronavírus Wuhan” e “coronavírus China” e, posteriormente, 2019-nCoV ou o “2019 novo coronavírus”. No início da epidemia, o presidente americano Donald Trump, na disputa política sobre a origem do vírus e a busca por culpados, denomina-o de *Vírus Chinês* e, em coletiva para imprensa, um oficial da Casa Branca chegou a chama-lo de vírus *Kung flu* (Hui et. al, 2020;). Mais tarde, o Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus propôs um nome para o vírus: Síndrome Respiratória Aguda Grave Síndrome Coronavírus Dois, ou Sars-CoV-2. Finalmente,

em 11 de fevereiro, a Organização Mundial da Saúde (OMS) deu à doença um nome oficial: COVID-19¹ (Gorvett, 2020).

Para não causar ainda mais pânico, a OMS fez questão de não relacionar o COVID-19 à Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), referente à epidemia de 2003 (OMS, 2020a). As doenças infecciosas e as epidemias têm uma longa história ao serem nomeadas conforme sua geolocalização ou país de origem. Tal fato causa estigma e embute uma noção de culpa ou responsabilidade à localidade onde os agentes infecciosos são descobertos, como por exemplo a epidemia de Cólera, que inicialmente foi denominada de Cólera Asiática (região da Índia). A Febre de Rift Valley (Kenya), Hantavirus (conforme Rio Hantan na Korea do Sul), Ebola (Rio perto da República do Congo) e a epidemia de Zika (floresta de Zika na Uganda), dentre outras epidemias (Webel, 2020). Como nos lembra Rosenberg (1989, p. 10), “*enquadrar e culpar são inextricavelmente misturados; os detalhes variam, mas o final é semelhante. A mistura peculiar de mecanismo biológico investido com significado moral é igualmente tradicional*”.

Desde então, a vida em praticamente todo o planeta foi alterada: o ritmo urbano se transformou, ruas e lugares de encontro público se esvaziaram, aulas e diversas atividades foram suspensas, o comércio fechou as portas, pessoas se viram sem trabalho do dia para a noite. No mercado financeiro, as bolsas derreteram com o horizonte de crise econômica projetado e embates entre autoridades do governo e da saúde pública foram expostos aos holofotes. No campo político, as divergências foram reforçadas, esgarçando ainda mais os laços de convivência pública e colocando em evidência o já roto tecido social brasileiro. Na contramão desses problemas, recebemos imagens de satélite sugerindo a redução da poluição atmosférica em diferentes regiões do mundo (Correio Brasileiro, 13/04/2020); assistimos a tartarugas displicentes nadando em uma baía de Guanabara de águas claras²; e tivemos imagens de picos dos Himalaias vistos da cidade de Dhauladhar (Punjab), distante cerca de 200 km, com nitidez nunca alcançada desde a Segunda Guerra Mundial (Portal UOL, 09/04/2020). Também ganharam destaque mudanças comportamentais, como as redes de solidariedade trazendo à tona atitudes e valores que pareciam esquecidos em lugar bem distante no século passado, realimentando uma crença na humanidade (Folha De São Paulo, 06/04/2020), e a revalorização da ciência como lugar de onde se espera vir uma solução salvadora ou uma resposta capaz de explicar e apresentar alternativas para a superação da crise (Revista Isto É, 17/04/2020).

1 Sars-CoV-2 refere-se ao vírus e COVID-19 à doença causada pelo vírus.

2 Fenômeno que especialistas diziam ser resultado da combinação de dois fenômenos: a subida da maré durante a lua cheia e a chegada de uma frente fria, não guardando relação com a quarentena (Portal G1, 15/04/2020).

O caráter superlativo dos números e o regime de exceção que parece conformar nosso cotidiano nesse período de COVID-19 são características daquilo que o campo da saúde pública conceitua como uma *experiência pandêmica*. É sobre esse tipo de experiência em perspectiva histórica que o presente texto se debruça. Almeja-se compreender o que é uma situação de emergência internacional em saúde, quais são seus impactos na vida social, que saberes e esferas da experiência humana ela conecta, quais são suas implicações no futuro e quais suas raízes ou similitudes com experiências passadas. Para tal, analisamos a pandemia da COVID-19 na perspectiva da História da Saúde e História do Tempo Presente para identificar possíveis interseções e desafios de ambos os campos do conhecimento na criação de narrativas para os processos epidêmicos de saúde-doença, bem como os processos epidêmicos. Ao se tomar a COVID-19 como objeto de análise, discute-se como o tempo presente evidencia a historicidade da saúde e da doença e como a historiografia, em diálogo com outras disciplinas, tem abordado a saúde e a doença como objetos de investigação.

Breve retrospectiva

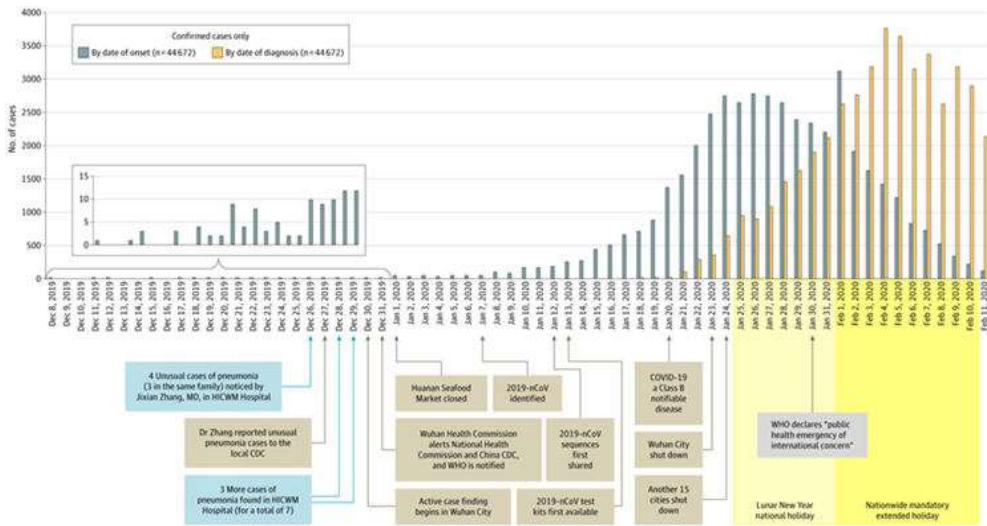
Em dezembro de 2019, o médico oftalmologista chinês Li Wenliang alertava alguns colegas, por meio do aplicativo *WeChat*, da existência de sete pacientes com sintomas parecidos com aqueles da SARS, ou Síndrome Respiratória Aguda Grave (DW, 08/02/2020). Em novembro de 2002, a doença havia mobilizado a atenção internacional, quando, casos descritos como uma “pneumonia misteriosa” foram relatados na província de Guangdong. Entre março e abril de 2003, a doença teria produzido 2.781 notificações e 111 mortos. No estudo de revisão sobre a SARS, publicado em dezembro de 2003, a OMS indicava o registro de 8.096 casos da doença em 29 países, com 774 óbitos, quase 10% do total (WHO, 2006, p. 185). Apesar do número reduzido de infectados, a mortalidade foi proporcionalmente elevada. Três anos mais tarde, em relatório organizado pelo escritório da OMS do Pacífico, o diretor local Shiegeru Omi afirmava que a “SARS abalou o mundo”, promovendo medo e desordem social, impactando na vida cotidiana, afundando economias e colocando os serviços de saúde literalmente “*de joelhos*” (WHO, 2006, p. VII). Foi considerada por alguns como a “*primeira Praga do século XXI*” (Abraham, 2005). O surgimento da COVID-19, desde a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS-CoV) em 2002 e o coronavírus da Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS-CoV) em 2012, marca a terceira epidemia em larga escala de coronavírus no mundo durante o século XXI (Guo et al., 2020). Aquela experiência provocada pelo SARS-CoV, duas décadas atrás, talvez tenha ficado na memória do jovem Li Wenliang.

Nos primeiros dias de janeiro, as autoridades chinesas haviam repreendido Li Wenliang, juntamente com outros profissionais médicos, por terem divulgado informações sobre uma nova doença provocada por coronavírus semelhante ao da SARS. Advertido pela polícia, Li foi acusado de “perturbar seriamente a ordem social” espalhando “boatos”, o que foi classificado como comportamento “ilegal” pelas autoridades chinesas, podendo resultar em indiciamento policial (DW 08/02/2020). A censura ao médico, quando a doença parecia apenas uma ameaça, repetiu-se mais adiante, quando a epidemia já estava instalada em Wuhan, com alguns órgãos e agências de notícias, acusados de divulgarem *fake news* (Portal, UOL, 19/03/2020). A reação das autoridades chinesas, como se verá adiante, não difere daquela comumente observada em contextos de emergências sanitárias e de outras doenças epidêmicas que tiveram lugar em tempos e lugares geográficos os mais distintos.

Foi em meados de dezembro de 2019 que os médicos de Wuhan tiveram contato com pacientes apresentando quadro de pneumonia de origem desconhecida. Os sintomas iniciais, como tosse seca, febre alta e dispnéia, evoluíram para um quadro respiratório grave, sendo que alguns casos apresentavam estado crítico (Huang et.al, 2020). Médicos e autoridades de saúde se mobilizaram diante da doença e, no final de dezembro, a existência de casos de SARS em Wuhan (Reuters, 31/12/2019). Circulou nas mídias sociais, no dia 31 de dezembro, um primeiro alerta sobre a misteriosa pneumonia de Wuhan foi comunicado à OMS. Naquele momento, ainda havia dúvidas sobre a etiologia da doença e sua transmissão pessoa a pessoa. Uma equipe de especialistas foi enviada pelo governo chinês a Wuhan, e a doença parecia restrita à capital da província de Hubei. No dia 3 de janeiro, testes de laboratório que já haviam descartado cerca de 26 patógenos associados a problemas respiratórios, identificaram algumas sequências do novo coronavírus (China CDC Weekly, 2020).

A OMS, em 5 de janeiro, a partir das informações dadas pelas autoridades chinesas sobre a nova doença, divulga o tratamento, a condição dos pacientes e das pesquisas e medidas postas em prática no país para o seu enfrentamento. Diante dos dados disponíveis, a recomendação da agência se pautava na observância das medidas de saúde pública e vigilância para influenza e infecções respiratórias agudas graves, desaconselhando “*a aplicação de quaisquer restrições de viagem ou comércio à China*” (WHO, 05/01/2020). Dois dias depois, cientistas chineses anunciavam a que o agente causador da doença era um novo coronavírus. Em 10 de janeiro, foram divulgados os primeiros dados de sequenciamento genético do novo vírus (CIDRAP, 11/02/2020). Nesse mesmo dia, o Dr. Li começou a sentir os primeiros sintomas da COVID-19.

A primeira vítima da doença foi anunciada pelas autoridades de saúde chinesas no dia 11 de janeiro e, no dia 20 daquele mês, a China declarava que o surto era uma emergência sanitária. Dez dias depois (30/01), o Dr. Li, já internado, informava que seu teste havia dado positivo para a COVID-19. No dia 7 de fevereiro, o Hospital Central de Wuhan anunciou a morte de Li Wenliang, aos 34 anos (DW, 08/02/2020).



Fonte: Adaptado de (Wu & Mcgoogan, 2020).

Em meados de janeiro de 2020, a COVID-19 havia rompido as fronteiras da China e os primeiros casos foram reportados na Tailândia, Japão e Korea (Wang et. al, 2020). A partir de então, as primeiras medidas visando obstar o curso da doença começaram a ser divulgadas. Fronteiras de países vizinhos à China começaram a ser fechadas, com controle de viajantes procedentes do país, quarentenas de passageiros e de navios inteiros. As imagens de cruzeiros com milhares de pessoas impedidas de desembarque, obrigando a convivência de não infectados e doentes, favorecendo a contaminação, remetiam às naus “dos loucos” e “dos miseráveis”, de que nos fala Foucault³. Os indesejáveis da época moderna foram condenados a ficar à deriva, transformados em ameaçadores turistas doentes e suspeitos. Companhias aéreas suspenderam voos para a China. Países orientavam a evacuação de seus cidadãos, montando operações de resgate

3 A Nau dos Loucos, ou miseráveis, ou leprosos é uma alegoria de exclusão, recorrente na cultura ocidental, retratada por Hieronymus Bosch, provavelmente entre 1503-1506, entre outros. Michel Foucault, séculos mais tarde retomou a alegoria ao publicar a *História da Loucura* (Diaz, 2012).

em áreas atingidas pela doença⁴. As máscaras tomaram as escolas, o comércio, os transportes, os parques, as cidades na Europa. As ruas começaram a esvaziar-se, e iniciou-se o isolamento social, quarentena. Na quarta-feira de cinzas (25/02), o primeiro caso da doença foi confirmado no Brasil. Era também o primeiro da América do Sul (Brasil, 26/02/2020).

“É uma gripe, vamos passar por ela e colocar todas as fichas na ciência”, declarou o médico Luiz Henrique Mandetta, quando foi comprovado o primeiro caso, no dia 26 de fevereiro (Portal G1, 26/02/2020). A frase simples dita por um médico ganha relevo especial quando proferida pelo Ministro da Saúde do país, em um contexto de expansão da doença pelo mundo. Na iminência de um quadro epidêmico, as declarações das autoridades de saúde são sempre aguardadas com expectativa, pois, encerrado o discurso oficial, podem se traduzir em políticas públicas, com definição de procedimentos e recursos, na estipulação de gastos e orientação profissional. Tais declarações também podem excitar ou apaziguar os ânimos. *“Nós vamos nos preparar da melhor maneira. Mas é preciso ter calma!”* (Portal G1, 26/02/2020).

Naquele momento, a COVID-19 já havia chegado aos cinco continentes, excetuando alguns territórios e a Antártida. Na virada para o mês de março, a doença já ultrapassava a centena de casos na Alemanha, na França, em Singapura e no Irã, passando a casa do milhar na Itália, na Coreia do Sul e chegando a quase 80.000 na China. A escalada da doença a partir de então foi exponencial, e o aumento de casos passou a ser acompanhado pelo crescimento inimaginável do número de mortos. A ameaça da doença ascendeu à experiência do choque: a saturação dos serviços de saúde, a solidão dos moribundos, a morte sem ritos e sem despedidas, as covas coletivas, o ringue de patinação transformado em necrotério, a devastação dos asilos. A pandemia chegou como uma onda, invadindo tudo. Um tsunami. Tomou a vida em um golpe.

A epidemia pelas lentes da história

Os processos de saúde e de doença são experiências complexas pelas quais as Ciências Humanas e Sociais vêm se debruçando como objeto de análise de forma institucionalizada após a Segunda Guerra Mundial (Le Goff, 1997, Czeresnia, 1997, Goldenberg, Marsiglia, & Gomes, 2003, Silveira, Nascimento, 2004). Pandemia, por exemplo, é um termo da epidemiologia que descreve uma irrup-

⁴ Em 05/02/2020, o governo brasileiro, por meio de dois aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) resgatou de Wuhan, 34 brasileiros que estavam em quarentena na Base Aérea de Anápolis (GO), juntamente com toda a tripulação, até o dia 23 de fevereiro (Agência Brasil, 23/02/2020).

ção infecciosa em escala potencialmente global. Contudo, escalas globais não significam *universalidade* da experiência da doença, tampouco de seus efeitos. Há materialidades, práticas e sentidos *locais* que *performam* esses eventos globais (Tsing, 2005). As epidemias, embora sejam assunto de médicos e cientistas, são históricas. Czeresnia (2020) defende essa preposição, resgatando Rudolf Virchow (1821-1902), famoso patologista e médico social alemão, que entendia as epidemias como consequência do processo histórico e classificou-as como “naturais” ou “artificiais” relativas ao clima, às mudanças de estação, ao desenvolvimento das sociedades e aos “defeitos” produzidos pela organização política e social: “*As epidemias são manifestações significativas do processo histórico. Irrumpem em pontos nodais da história. A história das doenças epidêmicas deve ser uma parte inseparável da história cultural da humanidade*” (Virchow, citado por Czeresnia, 2020)

As ciências sociais também tem se debruçado sobre as emergências sanitárias e formado uma ampla agenda de pesquisas que intersecta campos como os da saúde, dos estudos sociais da ciência e da tecnologia, das relações humano-animal e da biopolítica (Kelly, Lynteris & Keck, 2019). Vírus, bactérias, vetores ou contaminações passaram a integrar a gramática da cultura, da política, da economia, dos mercados e dos sistemas explicativos transnacionais (Kelly, Lynteris & Keck, 2019). Alguns exemplos emblemáticos podem ser encontrados em recentes trabalhos que tratam de epidemias e pandemias como as da SARS, da MERS, da Zika e do Ebola (Macphail, 2014; Mason, 2016; Diniz, 2016; Pimenta, 2019), e também dos problemas com a doença da vaca louca, a peste bubônica, a leishmaniose visceral ou a dengue e a febre amarela (Löwy, 2006; Valle, Pimenta, Cunha, 2015; Lynteris, 2016), bem como das emergentes tecnologias de inteligência epidêmica e sua intersecção com o campo da biossegurança (Lakoff, 2017; Segata, 2017; Keck, 2020).

A pandemia de COVID-19, vivenciada de modo planetário já no primeiro terço de 2020, colocou em evidência um antigo campo da investigação histórica, pareceu ter sido recém-descoberto por uma comunidade acadêmica ampliada e pelo público em geral. Reafirmando a máxima de que a história se faz a partir de questões colocadas pelo presente, o impacto da pandemia de COVID-19 na experiência cotidiana e no imaginário social tem instigado muitas pessoas a compreender como as sociedades do passado viveram, sobreviveram e ressignificaram os episódios epidêmicos, ou, em uma perspectiva mais ampliada, a doença.

A lista de eventos possíveis para se lançar mão nesse exercício de comparação é bem vasta, indo de um passado próximo àquele mais longínquo. E, como se verá adiante, os eventos parecem encapsulados em um enredo quase idên-

tico, por isso mesmo, meio profético do desenrolar dos acontecimentos. Vasculhando a memória, não é preciso ir muito longe para recuperar impressões, impactos e temores despertados pela experiência das epidemias de Zika, Ébola, Gripe H1N1, da Gripe aviária H5N1, SARS ou MERS (Bertolli Filho, 2015). Voltando mais um pouco no tempo, defrontamo-nos com a epidemia da AIDS nas duas décadas finais do século XX. A geração que hoje figura como o grupo de risco da COVID-19, ainda traz lembranças das pandemias gripais de 1957 (Gripe Asiática) e 1968 (Gripe de Hong Kong).

Já fora do alcance da memória está a grande pandemia de gripe de 1918, assombrosa pelos impactos que causou em um mundo já devastado pela primeira Grande Guerra Mundial (Silveira, 2007, Abreu, 2018). A “espanhola” ou “pneumônica” é acusada de deixar como legado, no reinado de pouco mais de 4 meses um número de mortos francamente superior que aquele produzido em 4 anos de conflito⁵. Avançando esse mergulho no passado, divisamos as epidemias de febre amarela e as 3 ondas epidêmicas do cólera no século XIX. As vagas da varíola, tão comuns nos últimos séculos, são acusadas de dizimar populações indígenas americanas após os primeiros contatos com os colonizadores (Fernandes, 2010, Silveira, Marques, 2011). As epidemias de peste que flagelaram a Europa, foram imortalizadas em relatos como o de Defoe sobre o surto em Londres, em 1665 (Defoe, 2002); e de Bocaccio, sobre a peste de 1348 em Florença (Bocaccio, 1979). E perdendo-se em tempo longínquo, os episódios epidêmicos do Mundo Antigo, como a peste dos Antoninos e a peste de Atenas, narradas por Amiano Marcelino (2002) e Tucídides (2011).

Da memória epidêmica narrada como depoimento, como história ou como literatura, confirmou-se o que alguns autores reconhecem como verdadeira estrutura que molda e coage, até hoje, a forma como contamos a história destes episódios. Charles Rosenberg, historiador norte americano da saúde, identifica a experiência epidêmica como um *evento dramaturgico*, cuja vivência pode ser narrada em atos. Estes partem da negação da existência do mal, substituída adiante por seu reconhecimento e aceitação. Na sequência, vem a busca pelos culpados, com a elaboração de esquemas explicativos mobilizando elementos morais, racionais e sobrenaturais. Mais à frente, tem-se o momento da negociação coletiva para fazer frente aos impactos provocados pela crise epidêmica. E, quando o drama começa a ser superado, chega-se ao momento de reflexão sobre o que um evento dessa natureza pode nos ensinar (Rosenberg, 1995).

⁵ Estimativas apontam que a Guerra tenha vitimado cerca de 10 milhões de soldados e entre 10 a 13 milhões de civis, enquanto para a pandemia de gripe os estudos sugerem a morte de 20 a 50 milhões, chegando mesmo a 100 milhões de pessoas (Silveira, 2007).

Essa estrutura e seu encadeamento necessário também são discutidas por Richard Evans, estudioso das epidemias de peste em Hamburgo (Evans, 1987). Ao pesquisar e escrever sobre o tema, ele relata ter se confrontado com uma crescente consciência da imposição de formas e convenções do gênero que define como *literatura da peste* (Evans, 1987, XVII-XVIII). Esse gênero também é objeto de exame de David Steel, para quem é possível discernir, até hoje, naquilo que poderíamos chamar de uma imaginação cultural do ocidente, ecos das imagens sobre as epidemias descritas pelos cronistas do passado (Steel, 1981).

Assim como Rosenberg e Evans, Steel também associa a experiência e a narrativa epidêmicas com a escrita literária e sugere, ainda, que essa vitalidade talvez se explique, entre outros motivos, pelo fato de o desenvolvimento biológico dessas doenças partilhar uma “estrutura inerente” com a literatura. O enredo literário clássico segue um arranjo que se move da exposição inicial de um tema/evento, em uma narrativa que se desenvolve em uma gradação de intensidade, até o momento clímax, seguido pelo desenlace. Essa forma de organização descritiva é muito similar ao próprio transcurso de um evento epidêmico clássico, que se inicia com a identificação de um surto em uma determinada população, que tende a ampliar-se exponencialmente em direção a um ápice, quando então, confrontado com a diminuição da susceptibilidade ao contágio, encaminha-se para um declínio e a conseqüente supressão. Assim, no evento epidêmico, a seqüência aparentemente natural do desenvolvimento biológico do contágio conformaria e reforçaria essa estrutura narrativa anteriormente destacada. Como as demais doenças, a epidemia também é entendida como uma intercessão entre o biológico e o social. E é dessa intercessão que nasce toda a complexidade da experiência epidêmica (Silveira, 2007).

Muitas das preocupações que mobilizam o interesse e a curiosidade observadas na pandemia atual da COVID-19 são também aquelas que buscam inquirir ao passado. O primeiro movimento é explicar a doença: qual seu nome? O que a ocasiona? Quais os sintomas e suas conseqüências? Como entender o impacto que ela causa no ordenamento da vida cotidiana em diferentes sociedades e entre os diversos estratos que as compõem? Como essa experiência coloca em evidência e potencializa hábitos, crenças e rituais de uma sociedade, e quais são esgarçados à medida que a doença e as mudanças que provoca se estendem no tempo? E como ela é sentida no âmbito da economia, seus impactos no comércio e na cadeia produtiva? No campo da política, como a pandemia salienta e aprofunda disputas pelo poder? Como é manejada por forças de oposição?

Podemos pensar, ainda, nas relações entre epidemias e a interação homem-ambiente. Como explicar a doença inscrita em um amplo e interminável pro-

cesso evolutivo macro e microbiológico? Como a doença epidêmica desvela o processo de produção da ciência, suas contingências, seu caráter coletivo e provisório, seus determinantes sociais e políticos?

O contexto de 2020 apresenta outras questões, das quais algumas inéditas nas investigações feitas sobre o passado. Como um evento epidêmico lança luz sobre as questões de gênero? E sobre a discriminação racial? Como a doença salienta e interfere nas noções de liberdade, equidade, responsabilidade, solidariedade e coletividade? Pode ela ser instrumento de extensão ou exclusão de direitos sociais? É possível associar a reemergência das doenças epidêmicas com o que se convencionou chamar “antropoceno”⁶? Em que medida nos mostram que não estamos sozinhos no mundo, nem temos o controle sobre tudo que nele acontece? Quanto aos temas que nos mobilizam hoje, em uma tentativa de impor ordem ao inesperado e controlar o desconhecido, podemos buscar resposta nas experiências sociais da história.

Uma pergunta comumente formulada pela área da História da Saúde é: o que podemos “aprender” com as experiências epidêmicas do passado? Um primeiro ensaio de resposta poderia sugerir que cada experiência é única, vivida em um contexto particular, portanto, sem parâmetros de comparação. Mas não é difícil notar que o passado nos instrumentaliza no enfrentamento destas experiências e, certamente, as comparações e o aprendizado dependem de um conjunto de variáveis. É possível notar que, ainda hoje, lançamos mão de um conjunto de procedimentos muito semelhante ao que se tinha disponível há pelo menos mais de um século.

A quarentena é imposta tanto aos enfermos quanto aos “sãos” e assintomáticos, medida extrema de isolamento forçado para impedir a propagação de uma doença. A prática do isolamento com o intuito de afastar doentes de alguns tipos era observada entre povos desde a antiguidade, sendo mencionada nos escritos hipocráticos. A palavra quarentena, porém, surge no contexto da peste medieval, sendo mencionada em Veneza por volta de 1127, tendo se incorporado ao conjunto de determinações das autoridades urbanas no combate à peste no decorrer do século XIV (Newman, 2012). O mesmo pode ser dito da imposição de barreiras e controles sobre o trânsito de coisas e pessoas a fim de evitar a dispersão de doenças, chamados a partir do século XIX, de cordões sanitários. Mais recentemente, ganha destaque o termo distanciamento social, pressupondo o mesmo princípio de redução do contato entre as pessoas, mas

⁶ Termo associado aos cientistas Eugene F Stoermer e Paul Cruzem para referir-se a um novo período geológico caracterizado como uma era em que as ações humanas começaram a provocar alterações biofísicas em escala planetária (Issberner, Léna, 2018).

como comportamento conscientemente assumido, portanto consentido (Brasil, 06/04/2020).

Também antigo é o hábito da desinfecção das coisas. A higienização, tornada obsessão com a lavagem minuciosa das mãos e de todo tipo de produto que entre no ambiente doméstico, remete ao *boom* de uma ampla linha de produtos de uso sanitário que passaram a integrar a higiene pessoal e a experiência das donas de casa, prometendo pôr fim a uma miríade de organismos invisíveis que ameaçavam o bem estar dos indivíduos e a saúde do lar (Tomes, 2002). Fenômeno mais recente é o recurso ao uso do álcool em gel, popularizado em certos ambientes a partir da epidemia de H1N1 ocorrida no país em 2009. Na época foi consumido durante a epidemia, mas facilmente esquecido nos meses seguintes (Milanesi, et. al, 2011). Com a pandemia, voltou à cena com uso ampliado a praticamente todo contato. E se produtos germicidas e desinfetantes remetem às conquistas da ciência bacteriológica de fins do século XIX, antes de seu surgimento, havia outros meios dos quais se lançar mão para evitar a infecção, seja do contágio ou do miasma. Tiros de canhão, queima de alcatrão ou fogueiras de ramos e ervas aromáticas eram algumas das práticas capazes de atuar na atmosfera, afastando ou tornando inativos eflúvios, miasmas e outras emanações pestíferas (Silveira, 2007, p.233; Franco, 1969, p.11)

Outro exemplo ainda é o uso de máscaras, anteparos dos miasmas e dos germes expelidos pelos outros ou por nós mesmos. Hoje, as máscaras cirúrgicas integram um conjunto de equipamentos de proteção individual (EPIs) que começou a ter seu uso difundido entre os profissionais de saúde depois de uma epidemia de peste na Manchúria, ocorrida em 1910, e tem seu corolário nas chamadas máscaras da peste (Lynteris, 2018). Por trás do recurso às máscaras cirúrgicas está a teoria do contágio aéreo associado a um variado conjunto de microrganismos. Já as máscaras da peste se justificavam pela teoria dos miasmas, eflúvios ou venenos emanados de matérias em decomposição, entre as quais os próprios doentes. Assemelhavam-se a carapuças com orifícios para os olhos feitos em vidro e um cone semelhante a um bico, fazendo às vezes de nariz. Nele eram introduzidos palha ou tecidos embebidos em perfume ou ervas aromáticas que, se supunha, repeliam e impediam o contato com as emanações pestíferas causadoras das doenças.

Conforme Lynteris (2020), no atual contexto da COVID-19, as pessoas utilizam as máscaras não somente para prevenção da doença, mas também como forma de demonstração de solidariedade. Esses *artefatos de prevenção* enquadram-se nos *rituais epidêmicos* de Rosenberg (1989) e situam os valores sociais e culturais que se criam no cotidiano da luta contra as ameaças epidêmicas.

Ou seja, tecnologias, materialidades ou mecanismos técnicos de controle de surtos são aspectos-chave das relações e formas como esses artefatos tornam-se plataformas ou *locus* para disputas políticas, epistêmicas e éticas (Lynteris & Poleykett, 2018).

Figura 2: Capa do número especial da revista Teoria e Cultura que faz paralelo entre as máscaras utilizadas na idade média para prevenção de Peste Bubônica e as atuais máscaras e material de proteção utilizados pelos profissionais de saúde contra a COVID-19.



Fonte: Revista Teoria e Cultura, vol. 15, n. 1, 2020.

Também centenário é o recurso à sorologia, hoje presente nos testes para identificação de quem contraiu o vírus, alçados a fabulosa conquista terapêutica por Eduard Jenner no final do século XVIII e ganhando a ribalta no campo da saúde entre fins do século XIX e a primeira década do século XX (Biomanguiños, 25/07/2016).

Ao lado dessas práticas revividas ou atualizadas, tem-se também conquistas mais recentes, como o arsenal de equipamentos capazes de manter vivo o corpo

invadido pelos vírus. São respiradores, ventiladores, monitores cardíacos, oxímetros, inúmeras máquinas que integram os leitos hospitalares de emergência. Parafernália quase inimaginável em épocas nas quais a relação entre o paciente e o médico era intermediada pela observação e pela experiência, e por quase nada de instrumentos. Nova também é a postura atualmente defendida por uma ciência que sabe ser praticamente impossível deter uma doença contagiosa com as características da COVID-19 – facilidade de dispersão viral, contágio aéreo, sobrevivência ainda que curta nas superfícies, período de incubação relativamente estendido, grande número de pessoas assintomáticas. Se não é possível evitar a dispersão da doença, é possível controlar a velocidade com que esse processo ocorre, é possível evitar o colapso que a evolução de uma doença contagiosa com essas características fatalmente impõe aos serviços de assistência à saúde. E, no lugar da velha constatação de que é impossível barrar a doença, se experimenta hoje a alternativa de manejar sua evolução através do “é preciso achatar a curva”⁷, tornado quase um mantra no confronto com a pandemia (Oliveira, Lucas, Iquiapaza, 2020)

O palco das epidemias na saúde global e as emergências sanitárias em saúde

O surto de COVID-19 foi declarado pela OMS como uma Emergência Sanitária em janeiro de 2020. No entanto, treze anos antes, o *palco* já estava sendo montado. Cheng et al (2007), em um artigo de revisão sobre coronavírus e SARS, colocam claramente a urgência típica da *epidemia possível*, ou conforme suas palavras, de uma possível *bomba relógio*:

Os coronavírus são bem conhecidos por sofrer recombinação genética, o que pode gerar novos genótipos e surtos. A presença de um grande reservatório dos vírus para o tipo SARS-CoV, como os morcegos-ferradura, juntamente com a cultura de comer mamíferos exóticos no sul da China, é uma verdadeira bomba relógio. A possibilidade do ressurgimento da SARS e outros novos tipos do vírus em animais ou laboratórios cria, portanto, a necessidade de gestão de risco (preparedness), que não deve ser ignorada (Cheng et al, 2007, p. 683).

⁷ Os gráficos e as representações imagéticas espalhadas na internet, nos blogs, nos jornais e na televisão, bem como outros meios de comunicação, tem sido uma interessante forma de enquadramento sobre os dados e números epidemiológicos de distribuição da doença nos espaços geográficos pelo mundo. No entanto, também criam narrativas sobre a progressão da doença, ora incitando ao pânico, ora menosprezando os reais impactos da COVID-19. Criam também uma representação visual da epidemia que alguns antropólogos têm se dedicado a analisar (Lozano, 2020).

Com relação ao conceito de emergência ou emergência sanitária⁸, o Ministério da Saúde (2013) a define como uma emergência em saúde pública caracterizada por um cenário que demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública em situações que podem ser epidemiológicas, de desastres ou de desassistência à população. Já o atual Regulamento Sanitário Internacional (RSI) foi adotado pela OMS por meio de 58ª Assembleia Mundial da Saúde, em 2005, e entrou em vigor em 2007. É o principal instrumento de vigilância epidemiológica da OMS, o qual prevê direito e obrigações dos Estados quanto à organização sanitária, à regulamentação de transportes internacionais e às medidas para evitar a propagação de enfermidades (Ventura e Perez, 2014).

A figura legal da ‘emergência sanitária’ internacional – invocada por ocasião da epidemia de Ebola e de Zika é um exemplo da importância dada às soluções de caráter técnico-político. Até hoje, a OMS declarou quatro ESPII- Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional: Gripe A – H1N1, Poliovírus, Ebola e Zika. A epidemia de Zika foi a única que teve como consequência o nascimento de crianças com deficiência. A Síndrome Congênita da Zika está mais próxima de acontecimentos como a epidemia de Rubéola na Europa e nos EUA nos anos de 1960, com pânico decorrente da relação entre a malformação fetal e o remédio Talidomida (Matos, 2018, Löwy, 2019).

O RSI aplica-se a acontecimentos de impacto na saúde pública internacional, que vão além das infecções clássicas do século XIX (cólera, febre amarela e peste) e abarcam surtos de outras doenças que possam ser classificados como ESPII - (Lakoff, 2010). Mais do que as enfermidades em si mesmas, o novo Regulamento acolhe um conceito mais abrangente de emergência sanitária não se limitando à ocorrência de doenças transmissíveis. Os eventos podem contemplar também problemas de saúde de natureza química, radionuclear ou decorrentes de desastres ambientais, como terremotos, inundações ou secas (Carmo et al., 2008). Essa concepção ampla de eventos emergenciais ficou expressa também no Relatório da Saúde Mundial de 2007, sobre a de segurança sanitária global no século XXI que guarda, ainda, reminiscências coloniais⁹.

8 Andrew Lakoff (2017) em seu livro *Unprepared: global health in a time of emergency* faz uma revisão detalhada e crítica sobre o surgimento da noção de emergência sanitária nos contextos internacionais e seus impactos políticos e sociais ao redor do mundo.

9 O discurso sanitário possui importantes vínculos coloniais que transparecem na governança contemporânea da saúde global. A atuação da OMS na condução da resposta a uma emergência sanitária, por meio da aplicação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), evidência reminiscências históricas e incoerências das medidas tomadas em relação às demandas terceiro-mundistas (Barros, 2017).

Portanto, conforme salienta Lakoff (2017), não são as características inerentes de uma dada doença ou epidemia, mas sim seus esquemas classificatórios (numa combinação de discursos técnicos e políticos no contexto da segurança global em saúde), que determinarão se um evento será classificado ou não oficialmente como uma *emergência*. Assim, na medida em que a sociedade contemporânea, globalizada e dividida (econômica, social, política e culturalmente) promove uma distribuição desigual dos riscos e dos seus impactos, os conflitos e vulnerabilidades emergem de forma mais marcante, principalmente pelo fosso que separa os peritos e os leigos, ou seja, a ciência e a sociedade (Antunes et al., 2007).

Apesar de a pandemia COVID-19 ser um evento em escala global, ela se desenvolve de maneira diversa, múltipla a partir da singularidade de infraestruturas, ambientes, práticas, sentidos, relações e hábitos de vida particulares. Ao considerarmos conhecimentos e formas culturais localizados, religiosidades, etnicidade, gênero, desigualdades econômicas ou relações de trabalho, temos condições de compreender os efeitos da pandemia e oferecer avaliações e respostas mais fidedignas às realidades distintas onde ela ocorre (Somatosphere.Net, 2020; Van Bavel, et.al.; 2020, Torales et al., 2020). Em outros termos, quando tratamos de um evento como a pandemia da COVID-19, consideramos que os seus impactos não são homogêneos em contextos específicos. Assim, as respostas à sua mitigação também não podem ser e, por portanto, uma visão mais crítica sobre a saúde global é necessária (Nunes & Pimenta, 2016).

Apesar de apenas recentemente ter se tornado parte do senso comum, o conceito de saúde global é resultado de um longo processo histórico (Brown, Cueto, Fee, 2006; Cueto, 2007; Cueto, 2015). Subjacente ao conceito de saúde global está a narrativa de que a globalização aproxima os povos e regiões do mundo, criando uma situação em que todos estão “unidos pelo contágio” (Zacher, Keefe, 2008; Cueto, Palmer, 2016)). A percepção da saúde enquanto fenômeno global está enquadrada numa visão essencialmente apolítica da governança em escala mundial, assente na crença da capacidade humana de desenvolver soluções técnicas (tecnológicas, farmacológicas, administrativas ou burocráticas) para responder a crises ou problemas. A figura legal da “emergência sanitária” internacional, invocada recentemente por ocasião das epidemias de Ebola e de Zika, é um exemplo da importância dada a essas soluções de caráter técnico (Nunes & Pimenta, 2016; Löwy, 2019).

No entanto, é preciso que seja considerada a singularidade das populações implicadas nos processos epidêmicos, bem como nas emergências sanitárias, seus níveis de vulnerabilidade e exposição baseados em sua diversidade e sua desi-

gualdade. Portanto, a pandemia demanda abordagem interdisciplinar e políticas intersetoriais. Do mesmo modo, deve-se levar em consideração que a produção científica é atravessada por processos históricos, sociais e políticos, portanto, a situação demanda a construção de respostas integradas à percepção e à participação social. Dessa forma, o aporte das ciências humanas e sociais pode e deve redundar em ações concretas frente à pandemia e suas consequências.

Segundo Rosenberg (1989:3): “*A textura peculiar de qualquer epidemia reflete a interação contínua entre incidente, percepção, interpretação e resposta*”. Neste sentido, a resposta e o gerenciamento político-institucional para fazer frente às epidemias pode servir como veículo para as críticas sociais, como também justificativas para o controle social. Como evidencia-se nos discursos midiáticos sobre a pandemia, evoca padrões de respostas. Noções e narrativas de guerra, inimigo, risco, perigo, drama, moralismo biológico, ritualismos, dentre outros tão conhecidos nos discursos epidêmicos, voltam à tona nas narrativas políticas e de controle.

E quando as epidemias acabam? Um epílogo

A pandemia de COVID-19 não traz apenas repercussões de ordem biomédica e epidemiológica, mas de efeitos e transformações sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos. Epidemias mudam o mundo.

Estimativas sobre o contingente de infectados e mortos contribuem diretamente com os efeitos sobre os sistemas de saúde, com a exposição de populações e grupos vulneráveis, a sustentação econômica do sistema financeiro, o acesso a bens e serviços essenciais (alimentação, medicamentos, transportes, dentre outros), a saúde mental e o potencial adoecimento das pessoas em tempos de confinamento levanta inúmeros desafios, pautado novas perguntas, sugerindo novas respostas. Como na peste, será o fim dos tempos (Romandini, 2020)? Talvez do tempo/espaço como o conhecemos.

Novamente, conforme Rosenberg (1989), o fim das epidemias pode servir como uma espécie de epílogo:

Fornece uma estrutura moral implícita que pode ser imposta como epílogo. Como a comunidade e seus membros lidaram com o desafio da epidemia? Não apenas durante seu reinado, mas, o mais importante, depois. Historiadores e formuladores de políticas preocupados com epidemias tendem a olhar para trás e perguntar qual o “impacto duradouro” incidentes específicos tiveram e quais “lições” foram aprendidas? Os mortos morreram em vão? (...) As epidemias sempre forneceram ocasião para julgamento moral retrospectivo (Rosenberg, 1989, p. 9).

Nesse sentido, é uma chance de reinventar a saúde pública nacional e global. Essas questões abrem novas frentes, uma vez que o olhar das ciências humanas e sociais para as crises sanitárias não tem o seu enfoque dirigido exatamente aos mecanismos técnicos que os integram, mas para as relações e transformações que provocam nas sociedades. A doença é um atributo *não apenas de indivíduos doentes, mas de uma formação social* (Carvalho, 2016, p. 29) Dessa forma, a epidemia pode colocar em evidência *“formas de conhecimento, práticas científicas e políticas de intervenção que buscam, em particular, os efeitos dessas articulações para certos sujeitos historicamente situados”* (Fonseca, Rohden e Machado, 2012, p. 7).

A compreensão da dinâmica de transformações sociais resultantes da propagação de uma doença em grande escala, como é o caso da COVID-19, e a necessidade de ações verticais para a sua contenção - como a redução da mobilidade social, a velocidade e a urgência de testagem de medicamentos e vacinas - evidenciam implicações éticas e de direitos humanos que merecem análise crítica sob a ótica das ciências humanas, sociais e da História.

Portanto, de forma semelhante ao início do século XX, com a pandemia de Gripe Espanhola, em 1918, pode-se afirmar que o século XXI começou em 2020 com a COVID-19 (Baschet, 2020). As epidemias nos lembram que os seres humanos não escaparão tão facilmente da imanência da morte e da ansiedade da indeterminação. A mortalidade é construída em nossos corpos, em nossos modos de comportamento e em nosso lugar na ecologia do planeta (Rosenberg, 1989).

Bertolli descreveu o roteiro de uma epidemia no início deste texto, que poderia ser perfeitamente essa que se abate sobre o planeta. Segundo ele, o Homem *“é definido como o único animal que incessantemente produz uma memória sobre o futuro e por causa disso, apresenta-se como um personagem em perpetuo estado de tensão”*. E nessas circunstâncias, as projeções sobre o futuro tem como motivo imediato as inseguranças geradas pelo tempo presente (Bertolli Filho, 2012, 33-34).

Embora tenha sido possível fazer projeções, não é possível avançar na história da pandemia da COVID-19, pois as narrativas ainda estão sendo construídas, à medida que os acontecimentos vão sendo vividos. Os discursos da ciência e da mídia, que compartilhem o mesmo tempo e o mesmo vírus, tendem a predominar, como aconteceu neste texto. Entretanto, a pandemia se desenvolve em cada país, em ritmos diferentes, com personagens diversos tomando decisões nem sempre uniformes. No tempo presente, segue a pandemia, e caberá à História contar as cenas dos próximos atos...

Referências

- ABRAHAM, Thomas. **Twenty-First Century Plague: The Story of SARS**. Baltimore, Maryland: John Hopkins University Press, 2005.
- ABREU, Laurinda, SERAO, Jose Vicente (orgs). Revisitar a pneumônica de 1918-1919: introdução. **Ler História**. Dossier: Revisitar a Pneumônica de 1918-1919. n.73, p. 9-19, 2018
- AGÊNCIA BRASIL. **Coronavírus: Brasileiros deixam quarentena na Base Aérea de Anápolis**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-02/coronavirus-brasileiros-deixam-quarentena-na-base-aerea-de-anapolis>, consultado em 20/04/2020
- ANTUNES, Michele Nacif. GUIMARÃES, Maria Cristina Soares; SILVA, Cícera Henrique da; RABAÇO, Marcelo Henrique Leoni. Monitoramento da informação na sociedade de risco: caso da pandemia de gripe aviária. **Informação & Sociedade: Estudos**. 3(17), 2007.
- BARROS, Patrícia Ramos. **Reminiscências Coloniais e Incoerências entre a noção de Saúde Global e o Terceiro Mundo: a atuação da Organização Mundial da Saúde em situação de Emergência Sanitária**. (Dissertação de Mestrado). Brasília, UNB, Programa de Pós-Graduação em Direito, Estado e Constituição da Universidade de Brasília, 2017.
- BASCHET, Jerome. **O século XXI começa agora**. <https://n-1edicoes.org/017>
- BBC. **Coronavírus: em imagens, a construção de hospital na China em 10 dias**. 3 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51354870>> . Acesso em 12/04/2020
- BERTOLLI FILHO, Claudio. Novas doenças, velhos medos: a mídia e as projeções de um futuro apocalíptico. 2012. In: A MONTEIRO, Yara, Nogueira, CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **As doenças e os medos sociais**. São Paulo: FAP- UNIFESP, 2012, p. 13-34.
- BERTOLLI FILHO, Claudio. A memória da Gripe Suína: a contribuição da mídia impressa. In: MOTA, André, MARINHO, Maria Gabriela S.M.C, BERTOLLI FILHO, Claudio (orgs). **As enfermidades e suas metáforas: epidemias, vacinação e produção do conhecimento**. São Paulo: USP/UFABC, Casa das Soluções, 2015, p.113-131
- BIO MANGUINHOS. **Vacinas: as origens, a importância e os novos debates sobre seu uso**. 25 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1263-vacinas-as-origens-a-importancia-e-os-novos-debates-sobre=-seu-uso?showall-1&limitstart=>, acesso em 01/05/2020
- BOCCACCIO, Giovanni. **Decamerão**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). **Boletim Epidemiológico**. Saúde define critérios de distanciamento social Brasília, DF; 06/04/2020 Disponível em <https://www.agenciabrasil.ebc.com.br>, acesso em 21/04/2020
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). **Brasil confirma primeiro caso da doença**. Brasília (DF), 26/02/2020. Disponível em <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-sau-de/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>, acesso em 30/03/2020

BROWN, Theodore M., CUETO, Marcos, FEE, Elizabeth. The World Health Organization and the Transition From “International” to “Global” Public Health. **American Journal Public Health**. 2006, Jan; 96 (1), p. 62–72.

CARMO, Eduardo Hage; PENNA, Gerson; OLIVEIRA, Wanderson Kleber de. Emergências de saúde pública: conceito, caracterização, preparação e resposta. **Estudos Avançados**, v. 22, n. 64, p. 19-32, 2008.

CARVALHO, Diana Maul. História das doenças e epidemiologias: encontros e desencontros. In: FRANCO, Sebastiao P., NASCIMENTO, Dilene, R. SILVEIRA, Anny J. Torres. **Uma História Brasileira das Doenças**. vol. 6. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. p. 23-52.

CHENG, Vincent C. C. et al. Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus as an agent of Emerging and Reemerging Infection. **Clinical Microbiology Reviews**, v. 20, n. 4, p. 660–694, 2007.

CHINA CDC WEEKLY. **Notes from the Field: An Outbreak of NCIP (2019-nCoV) Infection in China — Wuhan, Hubei Province, 2019–2020**. Qun Li at ali China CDC Weekly 2020, 2(5): 79-80. Disponível em: <http://weekly.chinacdc.cn/en/article/id/e3c63ca-9-dedb-4fb6-9c1c-d057adb77b57>, acesso em 28/04/2020

CIDRAP NEWS. Center of Infectious Diseases Research and Policy. UNIV Minnesota, 11/02/2020. **China releases genetic data on new coronavirus, now deadly**. Disponível em: <https://www.cidrap.umn.edu/news-perspective/2020/01/china-releases-genetic-data-new-coronavirus-now-deadly>. Acesso em 20/04/2020

CORREIO BRAZILIENSE. Imagens de Satélite mostram como a quarentena reduz a poluição. **Correio Brasiliense**, 13/04/2020. Disponível em <<https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/04/13/interna-brasil,844116/imagens-de-satelite-mostram-como-a-quarentena-reduz-a-poluicao.shtml>> Acesso em 18/04/2020.

CUETO, Marcos. **O valor da saúde**: história da Organização Pan-Americana da Saúde. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2007. 241p.

_____. **Saúde Global**: uma breve História. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

CUETO, Marcus, PALMER, Steven. **Medicina e Saúde Pública na América Latina**: uma história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2016.

CZERESNIA, Dina. COVID-19 é parte da História cultural. **Agência Fiocruz de Notícias**, 29/04/2020. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/COVID-19-e-parte-da-historia-cultural>, acesso 02/05/2020

_____. **Do contágio à transmissão**: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997.

DEFOE, Daniel. **Diário do ano da peste**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002.

DIAZ, Esther. **A Filosofia de Foucault**. São Paulo: UNESP, 2012.

DINIZ, Débora. **Zika**: do sertão nordestino à ameaça global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DW- Deutsche Welle. **Morte de médico que alertou sobre coronavírus causa revolta na China**. 08/02/2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/morte-de-m%C3%A9dico-que-alertou-sobre-coronav%C3%ADrus-causa-revolta-na-china/a-52291806>>. Acesso 10/04/2020.

EVANS, Richard J. **Death in Hamburg**: society and politics in the cholera years 1830-1910. London: Penguin Books, 1987.

FERNANDES, Tania M. **Vacina antivariólica**: ciência, técnica e poder dos homens 1808-1920. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. Coronavírus traz novo direcionamento para a solidariedade. **Folha de São Paulo**, 06/04/2020. Disponível em: <<http://estudio.folha.uol.com.br/educacaocontraocoronavirus/2020/04/1988646-coronavirus-traz-novo-direcionamento-para-a-solidariedade.shtml>>. Acesso em 18/04/2020

FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabiola & MACHADO, Paula Sandrine. (orgs.). 2012. **Ciências na vida**: antropologia da ciência em perspectiva. São Paulo: Terceiro Nome. 312.

FRANCO, Odair. **História da febre-amarela no Brasil**. MS/DENERU, Rio de Janeiro, 1969.

GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina M.G; GOMES, MARIA Helena. (Org.) **O Clássico e o Novo**: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

GORVETT, Z. The tricky politics of naming the new coronavirus - **BBC Future**. 16th February 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/future/article/20200214-coronavirus-swine-flu-and-sars-how-viruses-get-their-names>. (Acessado em 28 de abril de 2020)

GUO, Y; CAO, Q; HONG, Z. et al. The origin, transmission and clinical therapies on coronavirus disease 2019 (COVID-19) outbreak – an update on the status. **Military Med Res** 7, 11, 2020.

HUANG, Chaolin, et.al. Clinical features of patients infected with 2019 novel Corona vírus in Wuhan, China. Huang, Chaolin et all. **The Lancet**, v. 395, I.10223, p.497-506, 220. [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30183-5/full-text](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30183-5/full-text) Acesso em 20/04/2020

HUI, Mary. **Why won't the WHO call the coronavirus by its name**, SARS-CoV-. March 18, 2020. Disponível em: <https://qz.com/1820422/coronavirus-why-wont-who-use-the-name-sars-cov-2/>. Acessado em 28/04/2020.

ISSBERNER, Liz-Rejane; LÉNA, Philippe. Antropoceno-os-desafios-essenciais-um-debate-científico. **Correio da Unesco**. 2018/2. < <https://pt.unesco.org/courier/2018-2/antropoceno-os-desafios-essenciais-um-debate-cientifico>>

KELLY, Ann; KECK, Frederic; LYNTERTYS, Christos. **The Anthropology of epidemic**. Routledge, 2019.

LAKOFF, Andrew. Two Regimes of Global Health. *Humanity: An International Journal of Human Rights*, **Humanitarianism and Development**, v. 1, n. 1, p. 59-79, 2010.

LAKOFF Andrew. **Unprepared: global health in a time of emergency**. Okland California: University of California Press, 2017.

LE GOFF, Jacques. **As doenças têm História**. Lisboa, Terramar, 1997.

LEWGOY, B.; MASTRANGELO, A.; BECK, L. Tanatopolítica e biossegurança: dois regimes de governo da vida para a Leishmaniose Visceral Canina no Brasil. **Horizontes Antropológicos**, 57 (26), p. 123-149, 2020.

LOZANO, Cristina Moreno. Seeing COVID-19, or a Visual Journey Through the Epidemic. In: **Three Acts. Somatosphere**, 5 de Abril, 2020. Disponível em: <http://somatosphere.net/forumpost/visual-journey-epidemic-COVID-19/>

LÖWY, Ilana. **Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

_____. **Zika no Brasil: história recente de uma epidemia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2019.

LYNTERIS, Christos. Plague Masks: The Visual Emergence of Anti-Epidemic Personal Protection Equipment. **Medical Anthropology**. Vol. 37, NO. 6, p. 442-457, 2018.

LYNTERIS, Christos. Why Do People Really Wear Face Masks During an Epidemic? **The New York Times**. 13 fevereiro, 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/02/13/opinion/coronavirus-face-mask-effective.html>, acesso em 27/04/2020

ZACHER, Mark W., KEEF Tania J. **The politics of global health governance-united by contagium**. Palgrave Macmillan, 2008.

MACPHAIL, Theresa. **The viral network: a pathography of the H1N1 influenza pandemic**. Ithaca: Cornell University Press, 2014.

MASON, K. **Infectious change: reinventing Chinese public health after an epidemic**. Stanford: Stanford University Press, 2016.

MARCELINO, Amiano. **Histórias**. 1ªed. Madrid: Akal 2002.

MATOS, Silvana Sobreira. “Nada sobre nós sem nós”: Associativismo e deficiência na Síndrome Congênita do Zika Vírus. Trabalho apresentado na **31ª Reunião Brasileira de Antropologia**, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF; 2018.

MILANESI, Rafaela; CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; WACHHOLZ, Neiva Isabel Raffo. Pandemia de Influenza A (H1N1): mudança nos hábitos de saúde da população, Cachoeira do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil, 2010. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 27(4):723-732, 2011.

NASCIMENTO, Dilene R.; MARANHÃO, Eduardo S. P.; SANTOS, Vicente Saul M.; BULHOES, Tatiana da S. Dengue; uma sucessão de epidemias esperadas. In: NASCIMENTO, Dilene R.; MAUL, Diana Maul. (Orgs.). **Uma História Brasileira das doenças**, vol. 3. Belo Horizonte: Argumentvm, 2010, p. 211-231.

NEWMAN, Kira L.S. Shutt Up: Bubonic Plague and Quarantine in Early Modern England. **Journal of Social History**, v. 45, n. 3, p. 809-834, 2012.

NUNES, João; PIMENTA, Denise Nacif. A epidemia de Zika e os limites da saúde global. **Lua Nova** [online]. n. 98, p.21-46, 2016.

OLIVEIRA, Adriana; LUCAS, Thabata C.; IQUIAPAZA, Robert. What has the COVID-19 pandemic taught us about adopting preventive measures? In: **Texto & Contexto Enfermagem**, v. 29: Special Section COVID-19, 2020.

OPAS/OMS Brasil. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)** - Atualizada em 17 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:COVID19&Itemid=875> Acesso em 17/04/2020.

PHELAN AL, KATZ R, GOSTIN LO. The Novel Coronavirus Originating in Wuhan, China: Challenges for Global Health Governance. **JAMA**; 323(8), p. 709–710, 2020.

PIMENTA, Denise Nacif. A (Des) Construção da Dengue: de Tropical a Negligenciada. In: Denise Valle; Denise Nacif Pimenta; Rivaldo Venâncio da Cunha. (Org.). **Dengue: Teorias e Práticas**. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 23-59, 2015.

PIMENTA, Denise. **O cuidado perigoso: tramas de afeto e risco na Serra Leoa (A epidemia do ebola contada pelas mulheres, vivas e mortas)**. Tese de Doutorado. Antropologia Social. São Paulo: USP, 2019.

PORTAL G1. Blog do Camaroti. É uma gripe, vamos passar por ela, diz ministro sobre caso suspeito de coronavírus em SP.26/02/2020 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/gerson-camarotti/post/2020/02/26/e-uma-gripe-vamos-passar-por-ela-diz-ministro-da-saude-sobre-caso-suspeito-de-coronavirus-em-sp.ght>, acesso em 15/03/2020

PORTAL G1. **Construído em 10 dias, hospital recebe primeiros pacientes com coronavírus na China**; veja vídeo da construção. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/02/03/construido-em-10-dias-hospital-recebe-seus-primeiros-pacientes-com-coronavirus-na-china.ghtml>> . Acesso em 12/04/2020.

_____. **Tartarugas são vistas nadando em água cristalina perto do Aeroporto Santos Dumont, no Rio**. Globo.com, 15/04/2020. <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/15/tartarugas-sao-vistas-nadando-em-agua-cristalina-perto-do-aeroporto-santos-dumont-no-rio.ghtml>>. Acesso em 18/04/2020.

PORTAL UOL. **Coronavírus: Após censurar médico, China é elogiada por dar tempo ao mundo**. Portal Uol. Coluna do Jamil Chade, 19/03/2020. <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/03/19/medico-chines-coronavirus.htm>>. Acesso em 20/04/2020.

_____. **Picos do Himalaia voltam a ficar visíveis na Índia com redução de poluição**. UOL, 09/04/2020. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/04/09/picos-do-himalaia-voltam-a-ficar-visiveis-na-india-com-reducao-de-poluicao.htm>> Acesso em 18/04/2020.

REUTERS. **Chinese officials investigate cause of pneumonia outbreak in Wuhan**. Reuters, December, 31, 2019. <https://www.reuters.com/article/us-china-health-pneumonia-idUSKBN1YZ0GP> Acesso em 20/04/2020

REVISTA ISTO É. **A nova ordem Mundial**. Isto É, n. 2623, 17/04/2020. <<https://istoe.com.br/a-nova-ordem-mundial/>>. Acesso em 18/04/2020.

REVISTA TEORIA E CULTURA. **Número Especial - Saúde, Corpos e Saberes**, v. 15

n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/30254>

RIFIOTIS, T. et al. (org.). **Antropologia no Ciberespaço**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010.

ROSENBLAT, Alex. **Uberland**: how algorithms are rewriting the rules of work. Oakland: California University Press, 2018.

ROSENBERG, Charles E. **Explaining Epidemics and other studies in the history of Medicine**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ROSENBERG, C. E. What Is an Epidemic? AIDS in Historical Perspective. **Daedalus**, vol. 118, no. 2, 1989, pp. 1–17. JSTOR, www.jstor.org/stable/20025233. Acessado em 2 de Maio 2020.

ROMANDINI, Fabian Luuena. **A peste e o fim dos tempos**. N-1 Edições. Disponível em: <https://n-1edicoes.org/034>

SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. (org.). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA Publicações, 2016.

SEGATA, J. O Aedes aegypti e o digital. **Horizontes Antropológicos**, 23(48), p. 19-48, 2017.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **A Influenza Espanhola e a cidade planejada**: Belo Horizonte, 1918. Belo Horizonte, Argumentvm/FAPEMIG/CAPES, 2007

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres; MARQUES, Rita de Cássia. Sobre a varíola e as práticas da vacinação em Minas Gerais (Brasil) no século XIX. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 387-396, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 01/05/2020.

SILVEIRA, Anny J.T., NASCIMENTO, Dilene R. A doença revelando a História. In: NASCIMENTO, Dilene R.; CARVALHO, Diana Mau. (Orgs). **Uma História Brasileira das Doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

SILVEIRA, Anny J.T.; NASCIMENTO, Dilene R. Epidemias do século XX: Gripe Espanhola e Aids. In: TEIXEIRA, Luiz Antonio; PIMENTA, Tania S.; HOCHMAN, Gilberto. (Orgs) **História da Saúde no Brasil**. São Paulo, HUCITEC. p. 284-327, 2018.

SOMATOSPHERE.NET (vários autores). COVID-19 Serie: Dispatches from the pandemic. Disponível em: <http://somatosphere.net/series/dispatches-from-the-pandemic/>

STEEL, David. Plague writting: From Boccaccio to Camus. **Journal of European Studies**, v. XI, p. 88-110, 1981.

TOMES, Nancy. **The gospel of germs**: men, women, and microbes in American life. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

TUCIDEDES. **História da Guerra do Peloponeso**. 4 ed. Brasília, Editora da UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

TORALES et al. The outbreak of COVID-19 coronavirus and its impact on global mental health. **International Journal of Social Psychiatry**, preprint (<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0020764020915212>), 2020.

VALLE, Denise.; PIMENTA, Denise Nacif.; CUNHA, Rivaldo. V. (Orgs.). **Dengue: teorias e práticas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2015.

VAN BAVEL, Jay J., et al. **Using Social and Behavioural Science to Support COVID-19 Pandemic Response**. PsyArXiv, 24 Mar. 2020. Web.

VENTURA, Deisy; PEREZ, Fernanda Aguiar. Crise e Reforma da Organização Mundial da Saúde. São Paulo, **Revista Lua Nova**, n. 92, p. 45-77, 2014.

TSING, Anna. **Friction: an ethnography of global connection**. Princeton, Princeton University Press, 2005.

WANG, Chen et al. A novel coronavirus outbreak of global health concern. **The Lancet**. V. 395, I. 10223, p. 470-473, Feb. 15, 2020 [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30185-9/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30185-9/fulltext)

WEBEL, Mari. Nomear o novo coronavírus - porque tirar Wuhan de cena é importante? **The conversation**. 18/02/2020. Disponível em <https://theconversation.com/naming-the-new-coronavirus-why-taking-wuhan-out-of-the-picture-matters-131738>, acesso em 29/04/2020

WENHAM, Clare; SMITH, Julia, Morgan, on behalf of the Gender and COVID-19 Working Group. COVID-19: the gendered impacts of the outbreak. March 6, 2020. **The Lancet**, Vol 395 March 14, 2020.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). **SARS: how a global epidemic was stopped**. World Health Organization Western Pacific Region. 2006

_____. **Pneumonia of unknown cause – China**. Disease outbreak news. 5 January 2020. <https://www.who.int/csr/don/05-january-2020-pneumonia-of-unkown-cause-china/en/>

_____. **Director-General's remarks at the media brieffing on 2019-nCoV on 11 February 2020**. 11 February 2020a. <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-remarks-at-media-briefing-on-2019-ncov>

_____. **Naming the coronavirus disease (COVID-19) and the virus that causes it**. 2020b. Disponível em: [https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical-guidance/naming-the-coronavirus-disease-\(covid-2019\)-and-the-virus-that-causes-it](https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical-guidance/naming-the-coronavirus-disease-(covid-2019)-and-the-virus-that-causes-it)

WU, Zunyou & MCGOOGAN, Jennifer M. Characteristics of and Important Lessons From the Coronavirus Disease 2019 (COVID-19) Outbreak in China: Summary of a Report of 72 314 Cases From the Chinese Center for Disease Control and Prevention. **Journal of the American Medical Association**, v. 32, n. 13, p. 1239-1242,2020.

AS LUTAS ECOSSOCIAIS DOS INDÍGENAS¹Michael Löwy²

Seria a ecologia um “luxo” reservado aos países desenvolvidos, uma questão que diz respeito apenas à população rica do mundo industrializado? Um mínimo de atenção ao que se passa nos países do Sul em geral, e na América Latina em particular, seria suficiente para inverter o lugar-comum do pensamento único. Vê-se de fato, entre os camponeses, as populações tradicionais e as comunidades indígenas, mobilizações importantes pela defesa do meio ambiente e encontros internacionais que dão voz a estes combates. Estas mobilizações são necessárias sobretudo porque é para a periferia do sistema que são enviadas as formas de produção mais brutalmente destruidoras da natureza e da saúde das populações. Pouco importa se as mobilizações contra a poluição da água, as lutas para defender as florestas ou as resistências às atividades nocivas das indústrias químicas se fazem ou não em nome da “ecologia”, termo que a maioria dos atores engajados nestes movimentos não conhece; o essencial é que estas lutas acontecem e que tratam frequentemente das questões de vida ou de morte para as populações envolvidas.

Um comentário do dirigente indigenista peruano Hugo Blanco exprime notavelmente o significado destes combates socioecológicos:

À primeira vista, os defensores do meio ambiente ou os conservacionistas aparecem como tipos gentis, um pouco loucos, cujo principal objetivo na vida é impedir a extinção das baleias-azuis ou dos ursos pandas. As pessoas humildes teriam coisas mais importantes a fazer, como, por exemplo, obter seu pão de cada dia. (...) No entanto, no Peru existe grande número de pessoas que são defensoras do ambiente. É claro, se lhes disserem, “você são ecologista”, elas responderão provavelmente “o que é ecologista?”. Mas, os habitantes da cidade de Ilo e dos vilarejos dos arredores, em

1 Texto publicado originalmente com o título *Les luttes écosociales des indigènes*. In.: **Écologie & Politique**, n. 46, 2013. O presente artigo é uma versão modificada da publicação intitulada *Lutas ecosociais dos indígenas na América Latina*. **Crítica Marxista**, n. 38, p. 61-69, 2014.

*Tradução dessa versão: Maria Helena Oyama (Universidade Federal de Roraima).

2 Agradeço a Denis Chartier por sua ajuda na correção e revisão deste artigo.

luta contra a poluição provocada pela Southern Peru Copper Corporation, não são defensores do ambiente? (...) E a população da Amazônia, não é totalmente ecologista, disposta a dar a vida para defender suas florestas contra a depredação? Do mesmo modo, a população pobre de Lima, quando protesta contra a poluição das águas³.

As comunidades indígenas na América latina se encontram no coração da luta pelo ambiente: não somente se mobilizando para defender rios ou florestas, contra as multinacionais petrolíferas e mineradoras, mas também propondo um modo de vida alternativo ao do capitalismo neoliberal globalizado. Estas lutas podem ser sobretudo indígenas, mas elas acontecem frequentemente em aliança com os camponeses sem terra, ecologistas, socialistas, comunidades de base cristã, com o apoio de sindicatos, de partidos de esquerda, da pastoral da terra e da pastoral indígena.

A dinâmica do capital exige a transformação de todos os bens comuns naturais em mercadoria, que conduz, cedo ou tarde, à destruição do ambiente. As zonas petrolíferas da América Latina, abandonadas pelas multinacionais após anos de exploração, estão envenenadas e saqueadas, deixando aos habitantes uma triste herança de doenças. Então, é perfeitamente compreensível que as populações que vivem em contato direto com o ambiente sejam as primeiras vítimas deste ecocídio, e tentem se opor, às vezes com êxito, à expansão destruidora do capital.

Então, estas resistências indígenas têm motivações muito concretas e imediatas – salvar suas florestas ou seus recursos hídricos –, em uma batalha pela sobrevivência. Mas elas correspondem também a um antagonismo profundo entre cultura, modo de vida, espiritualidade, valores destas comunidades, e “o espírito do capitalismo” tal qual definiu Max Weber: a submissão de qualquer atividade ao cálculo do lucro, a rentabilidade como único critério, a quantificação e a reificação (*Versachlichung*) de todas as relações sociais. Entre a ética indígena e o espírito do capitalismo, existe um tipo de “afinidade negativa” (inversa à relação de afinidade eletiva entre ética protestante e capitalismo), uma oposição sociocultural profunda. Podem existir, certamente, comunidades indígenas ou mestiças que se adaptam ao sistema e busquem vantagens nesta adaptação. É claro que as lutas indígenas mobilizam processos de uma extrema complexidade que devem ser estudados com atenção, entre reconstruções identitárias, identificações de discursos e instrumentalizações políticas. Mas, pode-se constatar que um conflito contínuo caracteriza as relações entre as populações indígenas e as empresas agrícolas ou mineradoras capitalistas modernas. Este conflito tem uma história antiga; ele está admiravelmente descrito em um dos romances mexica-

³ Ver artigo de BLANCO, H. **La República** (1991).

nos do escritor libertário B. Traven, *Rosa blanca*, publicado em 1929, que narra como uma grande empresa petroleira norte-americana roubou terras de uma comunidade indígena depois de assassinar seu dirigente. Entretanto, este conflito se intensificou muito mais nas últimas décadas, em consequência da frequente e extensa exploração do ambiente pelo capital, mas também da emergência dos movimentos indígenas do continente e do movimento altermundista, que incorporou esta luta.

Um precedente de uma grande repercussão simbólica: Chico Mendes e a Aliança dos Povos da Floresta (1986-1988)

As lutas socioecológicas das populações tradicionais são uma das formas do que Joan Martinez Alier chama de “ecologismo dos pobres”⁴. Entre as múltiplas manifestações desta “ecologia dos pobres” na América Latina, uma das primeiras a ter eco internacional foi o combate travado ao longo dos anos 1980, por Chico Mendes e a Coalizão dos Povos da Floresta (CAF) contra as obras destruidoras dos grandes proprietários de terra e do agronegócio internacional. Chico Mendes, que pagou com a própria vida sua ação em favor dos povos amazônicos, tornou-se uma figura lendária, um herói do povo brasileiro.

Primeiramente isolado, o movimento iniciado pelos seringueiros⁵ do estado do Acre conquistou uma legitimidade e um reconhecimento internacional e as reivindicações destes povos tradicionais se tornaram um combate pela preservação da floresta amazônica⁶. Líder assumido desta luta, o seringueiro Chico Mendes conseguiu, com a ajuda de pesquisadores engajados, de sindicalistas e de militantes ecologistas, a concentrar o combate destes camponeses para defender a floresta, como de outros trabalhadores colhedores tradicionais na bacia amazônica (castanha do Pará, juta, coco babaçu) e, sobretudo, com as comunidades indígenas, o que possibilitou a criação da Aliança dos Povos da Floresta. Pela primeira vez, seringueiros e ameríndios, que sempre se confrontavam no passado, uniram esforços contra um inimigo comum: o latifúndio, o capitalismo agrícola destruidor da floresta. Chico Mendes definiu com paixão o desafio desta aliança:

Nunca mais um de nossos camaradas vai derramar o sangue do outro, juntos podemos defender a natureza que é o lugar onde os nossos aprenderam a viver, a criar

4 Alier (2012, p. 93-116).

5 Os seringueiros são populações tradicionais amazônicas que coletam artesanalmente o látex da árvore da borracha amazônica (*Hevea brasiliensis*) e praticam a agricultura de coivara, a caça e a pesca tradicionais.

6 Pinton; Aubertin (2007, p. 159-178).

os filhos e a desenvolver suas capacidades, num pensamento em harmonia com a natureza, com o ambiente e com todos os seres que moram aqui⁷.

A solução proposta pela Aliança, uma espécie de reforma agrária adaptada às condições da Amazônia, era de inspiração socialista, na medida em que ela se fundava sobre a propriedade pública da terra, da qual os trabalhadores tinham o usufruto. Em 1987, organizações ambientalistas norte-americanas convidaram Chico Mendes a dar testemunhos durante uma reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento; sem hesitar, ele explicou que o desmatamento da Amazônia é o resultado de projetos financiados pelos bancos internacionais. Este momento foi essencial para seu reconhecimento internacional, e ele recebeu, pouco tempo depois, o prêmio das Nações Unidas destinados aos ambientalistas Mundial dos 500. Seu combate se tornou neste momento um símbolo da mobilização planetária para salvar a última grande floresta tropical do mundo, e ecologistas do mundo inteiro se solidarizaram com ele antes de ser assassinado em 1988, por pistoleiros, assassinos contratados pelo clã dos latifundiários Alves da Silva.

A principal façanha de Chico Mendes foi que ele compreendeu rapidamente a dimensão ecológica de seu combate e que ele conseguiu, com outros, concentrar argumentos ecológicos e reivindicações fundiárias. A Aliança dos Povos da Floresta rapidamente se encontrou no ápice das reflexões visando a promover modelos de desenvolvimento alternativo, modelos representados pelo socioambientalismo, aliando gestão sustentável e valorização das práticas e saberes locais⁸.

O Fórum Mundial de Belém (2009)

Vinte anos após a morte de Chico Mendes, o combate em defesa da floresta amazônica se ampliou e se incorporou ao movimento altermundista. Os movimentos indígenas latino-americanos sempre participaram das iniciativas altermundistas e dos fóruns sociais mundiais organizados em Porto Alegre. Mas o Fórum Social Mundial (FSM) sediado em Belém, no estado do Pará, na Amazônia brasileira, em janeiro de 2009, foi um momento-chave. Pela primeira vez - e

7 Discurso de Chico Mendes, citado por Ailton Krenak, coordonnateur de l'Union des nations indigènes du Brésil. In.: KRENAK, A. **Chico Mendes, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri**. VILLE, 1989, p. 26.

8 PINTON, F.; AUBERTIN, C., op. cit.

foi um momento decisivo para dos organizadores⁹ –, as comunidades indígenas e as populações tradicionais fizeram uma irrupção massiva no movimento altermundista. As demandas das populações autóctones e seu diagnóstico da “crise da civilização” capitalista ocidental marcaram todos os debates. Sua palavra de ordem face à destruição acelerada da floresta amazônica pelos exploradores de madeira, os grandes proprietários de terras criadores de gado ou produtores de soja e as empresas petroleiras foi adotada pelo FSM: “Desmatamento zero já!”.

Uma assembleia dos representantes indígenas presentes aprovou um documento importante, o “Apelo dos povos indígenas, frente à crise de civilização”¹⁰. Este documento foi assinado por dezenas de organizações do campo, indígenas ou altermundistas, essencialmente das Américas (Norte e Sul), sobre a proposta das organizações andinas do Peru, do Equador e da Bolívia (país onde a maioria da população é de origem ameríndia). Este documento rompeu com as respostas “progressistas” dominantes que querem valorizar e ratificar o papel do Estado e se apoiam sobre os planos de recuperação econômica. Sua ambição de lutar contra a mercantilização da vida em defesa da “Mãe-Terra” e de batalhar pelos direitos coletivos, o “bem viver”¹¹ e a descolonização como respostas à crise da civilização capitalista ocidental.

É importante salientar que, durante o FSM, uma declaração ecossocialista internacional relacionada a mudança climática, foi distribuída e assinada por centenas de pessoas de vários países participantes. No dia seguinte ao encerramento do FSM, dia 2 de fevereiro de 2009, uma conferência ecossocialista internacional se iniciou em Belém, com a participação de uma delegação significativa de indígenas peruanos, coordenada por Hugo Blanco, dirigente histórico das lutas dos camponeses e indígenas no Peru (ex-deputado da Assembleia Constituinte Peruana), e Marcos Arana, ex-padre associado à teologia da libertação e aos movimentos indígenas. Na sua intervenção, Hugo Blanco lembrou que as comunidades indígenas lutam há vários séculos pelos mesmos objetivos do ecossocialismo, ou seja, a organização agrícola coletiva e o respeito à Mãe-Terra.

Este lugar sempre mais importante das populações autóctones, que se materializa do local ao global, dos territórios destas populações nas instâncias internacionais¹², se exprime antes de tudo nas lutas locais inteiramente emblemáticas da originalidade dos processos ecológicos e políticos na América Latina.

9 Ver o documento L'importance pour le FSM de la participation des peuples autochtones du monde. In.: **cacim.net**.

10 Déclaration sur la crise du capitalisme et de la civilisation occidentale. In.: openfsm.net/projects/facilitacion-de-fsl/apel-des-peuples-indigenes-face-a-la-crise-de-civilisation.

11 Sobre este conceito, ver o artigo de Vanhulst; Beling (2013).

12 Belier (2012, p. 61-80).

Alguns exemplos de lutas locais: Peru, 2008-2012

O site do Observatório dos Conflitos Mineiros na América Latina (OCMAL) lista uma impressionante quantidade de conflitos que opõem, do México à Terra do Fogo, comunidades indígenas e/ou camponesas às empresas petroleiras ou mineradoras diversas, geralmente multinacionais norte-americanas ou europeias¹³.

Como a Bolívia e o Equador, o Peru é um dos países da América Latina onde a população é majoritariamente de origem indígena; entretanto, contrariamente a estes dois outros países andinos, os movimentos indígenas nunca conseguiram efetivamente impor uma verdadeira mudança política, nem a fazer com que suas reivindicações socioculturais fossem reconhecidas. Mas isto não impediu que, há dezenas de anos, estes movimentos travem combates persistentes contra as multinacionais responsáveis pelo saqueamento do ambiente e contra os governos que os apoiam. Dois exemplos recentes ilustram a dinâmica destes conflitos.

Em junho de 2008, ocorreu em Bagua um confronto entre o governo e os indígenas; as comunidades se insurgiram contra os decretos do governo neoliberal de Alan Garcia que, aplicando o acordo de livre comércio com os Estados Unidos, autorizam as empresas petroleiras e madeireiras a explorar as florestas dos Andes e da Amazônia. O protesto da Associação Interétnica pelo Desenvolvimento da Floresta Peruana (AIDSESP), principal organização dos indígenas amazônicos, foi duramente reprimida por Alan Garcia.

Em 2011, houve mudança de governo com a eleição do candidato nacionalista Ollanta Humala, que prometeu romper com a política neoliberal de seu antecessor e sua submissão aos interesses das multinacionais. Humala herdou então o projeto Conga, que permite a empresa mineradora peruana Minera Yanacocha (mantida principalmente pela multinacional norte-americana Newmont Mining Corporation com um pesado histórico em termos de poluição e violação dos direitos humanos em diferentes países, em associação com empresas locais) explorar o cobre e o ouro da região de Cajamarca. De forma previsível, o resultado deste projeto traz o envenenamento dos rios, ameaçando diretamente a sobrevivência das comunidades que, aos poucos se mobilizam em torno da palavra de ordem: “Sim à água, não ao ouro!”. As mulheres indígenas e camponesas tomam a iniciativa organizando manifestações de dezenas de milhares de participantes, com bandeirolas que proclamam: “*Conga não vai!*”. Dirigentes indigenistas, como Hugo Blanco ou o ex-padre liberacionista Marcos Arana,

13 Ver www.conflictosmineros.net

se solidarizam com esta luta e se esforçam para que seja reconhecida no âmbito internacional. A partir de 2012, face aos protestos dos indígenas, apoiados pela sociedade civil, o governo de Ollanta Humala utilizou a força: morte de vários manifestantes, prisão do prefeito de Cajamarca, culpado de apoiar as comunidades, ou ainda mais recentemente, quando policiais armados espancaram Marcos Arana publicamente. Os protestos, em toda a América Latina, mas também na Europa, foram ouvidos. A OCMAL denunciou o assassinato de manifestantes e a prisão de dois advogados dos Direitos Humanos. O caso ilustra a lógica “neo-extrativista” (e repressiva) dos governos peruanos de diferentes cores políticas, e a resistência persistente das populações indígenas¹⁴.

O parque Yasuní: uma vitória simbólica

Uma das mais importantes ações dos movimentos indígenas e dos ecologistas na América Latina é o projeto do parque nacional Yasuní, lançado em 2007 pelo presidente (de esquerda) do Equador, Raphael Corrêa. Trata-se de uma vasta região de 9 820 Km² de florestas virgens, de uma extraordinária riqueza em termos de biodiversidade (botanistas calcularam que apenas um hectare contém mais espécies de árvores do que o todo o território dos Estados Unidos), habitada sobretudo por comunidades indígenas e delimitada por três pequenas cidades: Ishpingo, Tambococha e Tiputini (a “ITT” para designar este conjunto). Durante as perfurações na região, diferentes empresas petrolíferas, entre elas a Maxus Energy Corporation, com sede no Texas, encontraram três grandes reservas de petróleo com uma capacidade estimada em 850 milhões de barris. Nos anos 1980 e 1990, os governos equatorianos anteriores haviam acordado concessões à companhia texana, mas a resistência dos indígenas havia limitado os danos, o que impediu a maioria das perfurações.

Como resposta, Raphael Corrêa propôs deixar o petróleo onde ele nasceu (evitando assim 400 milhões de toneladas de emissões de CO₂) em troca de uma indenização pela comunidade internacional; concretamente, os países ricos deveriam se encarregar do equivalente à metade das receitas esperadas: em torno de 3 bilhões e meio de dólares em treze anos. O dinheiro deveria ser transferido a um fundo gerado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e seria destinado exclusivamente a preservar a biodiversidade e a desenvolver as energias renováveis. Este projeto, primeiramente defendido por movimentos indígenas e ecológicos, só foi posto em prática após a eleição de Raphael Corrêa.

14 A informações desta parte são extraídas do boletim peruano *Lucha Indígena*.

Mas os países do Norte não criaram medidas para restringir as emissões de gás de efeito de estufa e não se interessaram muito pela proporção heterodoxa do Equador. Alguns países europeus (Espanha, Itália, Alemanha) destinaram um total de 3 milhões de dólares, o que é irrisório! No entanto, certos países, notadamente a Itália e a Noruega, aceitaram diminuir a dívida externa de 100 milhões de dólares, do Equador. Diante destes resultados insuficientes, Raphael Corrêa queria renunciar ao projeto e conseqüentemente abriria o parque às empresas petrolíferas, mas sua decisão não foi adiante por causa de grandes mobilizações indígenas, camponesas, ecologistas, apoiadas pela esquerda e obtendo a simpatia da grande maioria da população¹⁵.

Certos movimentos indígenas, notadamente a Confederação das Nações Indígenas do Equador (CONAIE), e certos intelectuais de esquerda, como Alberto Acosta, ex-ministro das Minas e Energia em 2007, e um dos autores do projeto Yasuní (antes de ser exonerado), criticaram severamente a política econômica de Corrêa, fundada sob o modelo “extrativista”; é verdade que a extração do petróleo (fora de Yasuní) se torna muito importante no Equador, já que garantiu (em 2008) a metade do orçamento geral do país e permitiu financiar os programas sociais do governo. Esta contradição está presente em outros governos antioligárquicos na América Latina, mas o projeto Yasuní é exemplar e sem real precedente: é não apenas uma importante vitória das comunidades indígenas contra as potências multinacionais petrolíferas, mas também uma das únicas iniciativas no âmbito internacional, que responde efetivamente à urgência do combate à mudança climática, por uma medida no mínimo eficaz: deixar o petróleo embaixo da terra... no entanto, esta medida é mais eficiente do que o “mercado dos direitos de emissões” e outros “mecanismos de desenvolvimento próprio” do protocolo de Kyoto, que se revelaram perfeitamente incapazes de reduzir significativamente as emissões de gás de efeito de estufa¹⁶. No caso do parque Yasuní (como em muitas lutas indígenas, notadamente na região amazônica), o combate das comunidades locais pela defesa de seu ambiente face à voracidade destruidora da oligarquia fóssil coincidiu plenamente com a grande causa biológica do século XXI: a prevenção do aquecimento global, uma das maiores ameaças que nunca havia pesado sobre a vida humana. Yasuní representa uma vitória que resulta da conjunção entre um governo de esquerda e uma mobilização socioecológica local autônoma; ela é frágil, a tentativa de um retrocesso se faz presente no seio do governo equatoriano. Lamentavelmente, as grandes ONG ecológicas ou os partidos verdes não compraram

15 Le Quang (2012).

16 Por uma crítica ao Protocolo de Kyoto, ver: Brunnengräber (2007) e Löwy (2011, p. 243-262).

esta causa e não empreenderam uma campanha para obrigar os governos dos países do Norte a assumir o financiamento do projeto.

A importância de Yasuní é que ele constitui o símbolo perfeito de um outro sistema econômico, que prefere a natureza ao mercado, a vida aos lucros, e que anuncia a sociedade pós-petroleira de amanhã. Se os países ricos manifestaram tão pouco interesse pelo projeto, foi não somente porque ele não tem nada a ver com os “mecanismos de mercado” que tem sua preferência, mas sobretudo porque eles temem os impactos desta iniciativa. Aceitar financiar Yasuní, seria abrir a porta a centenas de projetos da mesma natureza, que estão em perfeita contradição com as políticas escolhidas pelos países capitalistas avançados. Isto está muito bem ilustrado pelas (não-) escolhas que são feitas no âmbito das negociações sobre o clima, onde se constata uma incapacidade dos países do Norte em promover mudanças. Aliás, esta incapacidade provocou uma reação notável dos povos sul-americanos, que se materializou pela organização da conferência dos povos em Cochabamba.

A Conferência dos Povos de Cochabamba (2010)

Durante a conferência sobre o clima em Copenhague, em 2009, Evo Morales, o presidente indígena da Bolívia, foi o único chefe de governo a se solidarizar com as manifestações nas ruas da capital dinamarquesa, com a palavra de ordem: “Mudemos o sistema, não o clima!”.

Em resposta ao fracasso desta conferência, Evo Morales convocou uma “conferência dos povos” sobre as mudanças climáticas para o mês de abril de 2010, na cidade boliviana de Cochabamba, que, no início dos anos 2000, foi sede de combates vitoriosos das populações locais contra a privatização da água (a “Guerra da água”). Participaram do evento mais de 20.000 delegações, oriundas do mundo inteiro, mas a maioria advinda dos países andinos da América Latina, com uma representação substancial indígena. A resolução adotada ao final desta conferência, que teve uma considerável repercussão internacional, exprime, inclusive na sua terminologia, a temática ecológica e anticapitalista dos movimentos indígenas. Segue um trecho deste documento:

O sistema capitalista nos impôs uma lógica de concorrência, de progresso e de crescimento ilimitado. Esse regime de produção e de consumo é a busca do lucro sem limites, separando o ser humano da natureza, instaurando uma lógica de dominação do ambiente, convertendo tudo em mercadoria: a água, a terra, o genoma humano, as culturas ancestrais, a biodiversidade, a justiça, a ética, os direitos dos povos e a própria vida.

Sob o capitalismo, a Mãe-Terra constitui apenas uma fonte de matérias-primas e os seres humanos são apenas meios de produção e de consumo, pessoas que só importam pelo que têm e não pelo que são.

O capitalismo requer uma poderosa indústria militar para conduzir seu processo de acúmulo e garantir o controle de territórios e de recursos naturais, reprimindo a resistência dos povos. Trata-se de um sistema imperialista de colonização do planeta. A humanidade está diante de uma encruzilhada: continuar no caminho do capitalismo, da pilhagem e da morte, ou empreender o caminho da harmonia com a natureza e o respeito à vida.

Exigimos a fundação de um novo sistema que restabeleça a harmonia com a natureza e entre os seres humanos. O equilíbrio com a natureza só pode existir se houver equidade entre os seres humanos.

Nós propomos aos povos do mundo recuperar, revalorizar e reforçar os conhecimentos, as práticas e os saberes ancestrais dos povos autóctones, confirmados pela experiência e a proposta do “Bem viver”, reconhecendo a Mãe-Terra como um ser vivo, com o qual temos uma relação indivisível, interdependente, complementar e espiritual¹⁷.

Pode-se criticar, como fazem certos intelectuais de esquerda latino-americanos, o aspecto místico e confuso do conceito de “Mãe-Terra” (a “Pachamama” nas línguas indígenas), ou constatar, como fizeram uns juristas, a impossibilidade de dar uma expressão jurídica efetiva aos “direitos da Mãe-Terra”. Mas seria perder de vista o essencial: a poderosa dinâmica social, radicalmente natural, que se cristalizou em torno destas palavras de ordem.

Entre os termos que foram propostos ao longo dos últimos anos, no discurso indigenista, o que parece ter maior aceitação é o de *sumak kawsay*, ou *bem viver*. Trata-se de opor ao culto capitalista do crescimento, da expansão e do “desenvolvimento” acompanhado da obsessão consumidora do “sempre mais”, uma concepção *qualitativa* da “boa vida”, fundada sobre a satisfação das verdadeiras necessidades pessoais e do respeito à natureza. Os conceitos de “direitos da Mãe-Terra” e de *bem viver* se difundiram rapidamente não somente no âmbito indigenista e ecologista, mas também no âmbito do movimento altermundista, e a Bolívia e o Equador, então dirigidos pelos governos progressistas, acabaram por incorporá-los no coração das suas respectivas Constituições.

Estes exemplos de lutas das populações autóctones, de amplitude regional e de propostas alternativas aparecem como vias promissoras para uma transição para um pós-petróleo, para modelos de desenvolvimento alternativo que fazem apropriadas neste período de crise sistêmica. Mas estes avanços não devem esconder as contradições desses movimentos e sobretudo dos governos.

17 cadtm.org/Declaration-finale-de-Cochabamba.

As contradições dos governos de esquerda sul-americanos

Muitos países da América Latina tem governos de esquerda ou contra-esquerda; a maioria (Brasil, Uruguai, Nicarágua, Salvador etc.) não ultrapassa os limites do “liberalismo social”, ou seja, de uma política que permaneça nos limites da ortodoxia neoliberal e favoreça os interesses dos bancos, multinacionais do agronegócio, mas que opere, ao mesmo tempo, uma certa redistribuição da renda em a favor das camadas mais desfavorecidas. A ecologia não é prioridade para estes governos, cujo principal objetivo são “o crescimento” e “o desenvolvimento”; é desta forma que, em 2010, Marina Silva (uma amiga de Chico Mendes) deixa o seu posto de ministra do Ambiente no governo brasileiro do presidente Lula, constatando sua incapacidade de obter um mínimo de garantias para a proteção da floresta amazônica. Notemos que um dos símbolos destas escolhas nocivas para o ambiente e as populações tradicionais do governo brasileiro é a construção da barragem de Belo Monte, futura e terceira barragem do planeta; uma construção que acontece apesar de trinta anos de lutas ferozes e extremamente estruturadas das populações tradicionais habitantes da bacia hidrográfica do rio Xingu¹⁸.

Certos países, no entanto, como a Venezuela, a Bolívia e o Equador, tentaram romper com as políticas neoliberais e afrontaram os interesses da oligarquia e das multinacionais. Todos estes governos reconhecem a importância dos desafios ecológicos e estão dispostos a tomar medidas para defender o ambiente. Mas para completar seus orçamentos, os três permanecem totalmente dependentes, da exploração de combustíveis fósseis (o gás e o petróleo). O governo venezuelano é o que discute menos esta questão (o que se justificaria pela ausência de uma população indígena majoritária ou organizada nos lugares de exploração). A proibição da pesca industrial (destruidora de toda a fauna marítima) em favor dos pequenos pescadores artesanais, foi certamente uma tomou uma importante medida ecológica de Chávez. Mas a exploração do petróleo, incluindo suas modalidades mais “suja” de operação, continua acendendo, e poucos esforços são concentrados para desenvolver energias alternativas.

Em dois países andinos (Bolívia e Equador), o debate em torno da alternativa “neoextractivismo ou ambiente” está no centro dos confrontos sociais e políticos. Já mencionamos as críticas ao modelo extrativista do governo Corrêa. Na Bolívia, o conseqüente engajamento de Evo Morales pelo combate dos povos contra as mudanças climáticas e em defesa dos direitos da Mãe-Terra não corres-

18 Ver: Chartier, D. et N. Blanc (2008); Hall Brandford (2012).

ponde sempre à prática concreta do governo boliviano, que mantém uma estratégia de desenvolvimento que ocupa lugar importante na produção de gás e nas mineradoras. Recentemente, o projeto de construção de uma autoestrada que atravessaria uma vasta região de florestas virgens suscitou protestos fervorosos da parte das comunidades indígenas locais, resultando na suspensão – provisória – desta iniciativa¹⁹.

Certamente, não se pode exigir de Evo Morales nem de Hugo Chávez que renunciem de uma vez as energias fósseis, que são a principal fonte financeira destes países. Mas o exemplo do parque Yasuní mostra, simbolicamente, que é possível uma via mais adequada às demandas das comunidades indígenas ou camponesas e aos discursos ecológicos destes governos.

Conclusão

As comunidades indígenas estão no ápice do combate pela defesa da floresta virgem, os rios e, mais amplamente, o ambiente, contra poderosos adversários: as multinacionais dos combustíveis fósseis, a extração de minérios, o agronegócio. Além do mais, a cultura, o modo de vida e a linguagem dos indígenas marcaram o discurso e a cultura dos movimentos sociais e ecológicos, dos fóruns sociais e das redes altermundistas na América Latina. Enfim, os governos que se apresentam como de esquerda nos países com população majoritária indígena assumiram, de alguma forma o discurso ecológico indígena, mas continuam a praticar um modelo de desenvolvimento “extrativista”.

Referências

ALIER, J. Martinez. L'écologisme des pauvres, vingt ans après: Inde, Mexique, Pérou. In.: **Écologie & Politique**, n° 46, 2012, p. 93-116.

BELIER, I. Les peuples autochtones aux Nations unies: un nouvel acteur dans la fabrique des normes internationales. In.: **Critique internationale**, n. 54, 2012, p. 61-80.

BLANCO, Hugo. Entrevista ao jornal **La Republica**, Lima, 6 abr. 1991.

BRUNNENGRÄBER, A. Crise de l'environnement ou crise de société? De l'économie politique du changement climatique. **Globalisation et crise écologique**, à paraître aux éditions Syllepse, Paris, 2007.

CHARTIER, D. et N. BLANC, N. Les développements durables de l'Amazonie. In.: BLANC, N. et S. BONIN (Orgs.). **Grands barrages et habitants**. Les risques sociaux du

19 Ler sobre este tema no artigo de Poupeau (2013).

développement. Paris: Quæ, 2008, p. 169-189.

KRENAK, Ailton. **Chico Mendes, Sindicato dos Trabalhadores de Xapuri**. Central Única dos Trabalhadores, São Paulo: 1989.

HALL, A.; BRANDFORD, S. Development, Dams and Dilma: The Saga of Belo Monte. In.: **Critical Sociology**, n. 38, 2012, p. 851-862.

LE QUANG, M. **Laissons le pétrole sous terre**. L'initiative Yasuní ITT en Équateur. Paris: Omniscience, 2012.

LÖWY, Michael. Ecosocialismo e planejamento democrático. **Crítica Marxista**, n.28, 2009. p.35-50.

LÖWY, M. (Orgs.). **Globalisation et crise écologique**. Une critique de l'économie politique par des écologistes allemands. Paris: L'Harmattan, 2011 p. 243-262.

PINTON, F. e AUBERTIN, C. Populations traditionnelles: enquêtes de frontière. In.: ALBALADEJO C. e SARTRE, X. Arnauld de. (Orgs.). **Une décennie de développement durable en Amazonie rurale brésilienne**. Paris: L'Harmattan, 2007, p. 159-178.

POUPEAU, F. La Bolivie entre Pachamama et modèle extractiviste?. In.: **Écologie & Politique**, n. 46, 2013, p. 109-119.

TRAVEN, B. **Rosa blanca**. Paris: La Découverte, 2010.

VANHULST, Julien.; BELING, Adrian E. Buen vivir et développement durable: rupture ou continuité?. In.: **Écologie & Politique**, n. 46, 2013, p. 41-54.

**GEPOLÍTICA DAS USINAS HIDRELÉTRICAS,
LUTAS POR RE-EXISTÊNCIA E PEDAGOGIAS
DA COLONIALIDADE NA AMAZÔNIA DO TEMPO PRESENTE**

Dernival Venâncio Ramos Júnior

Harley Silva

Mariane Lucena

Partimos do pressuposto de que a ideologia-narrativa do desenvolvimento orienta tanto os projetos de infraestrutura, como barragens, quanto parte significativa do conhecimento produzido sobre ela. Por esse motivo, é preciso, tanto quanto descrever a geopolítica por trás das obras como usinas, portos, ferrovias etc., problematizar as suas geografias da razão. Uma das maneiras de problematizá-las é reconhecer e dialogar com os movimentos sociais e comunidades que se colocam contra tais projetos, bem como assumir a própria enunciação como parte de uma outra geopolítica do conhecimento. Assim, este artigo assume que sentir-pensar, pensar-existir a partir da Amazônia, e em conjunto com os sujeitos, permite ver a realidade através do seguinte prisma: a região é hoje uma das fronteiras da expansão do Sistema Mundo Moderno Colonial e o desenvolvimento – como ideologia-narrativa e projeto de país – é uma atualização do mito da modernidade, que esconde a sua face colonial, racista, capitalista e patriarcal.

O Estado Nacional, como um dos promotores da apropriação dos espaços-territórios e da lavagem institucional desse processo, é um operador da expansão do Sistema sobre os espaços-territórios, a partir dos quais comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas, de extrativistas e de agricultores tradicionais, pescadores artesanais etc. construíram seu modo de existir no mundo. Para elas, tais projetos de desenvolvimento acabam sendo des-envolvimento: desarticulação do envolvimento histórico que construíram com as realidades que, a partir das epistemologias do Norte (Santos, 2018), chamamos meio-ambiente, natureza ou recursos naturais e as comunidades podem chamar – no sentido de trazer

à existência social a partir de diversas epistemes – de terra comum, *pachamama*, terra, entre infinitas outras. O deslocamento e a destruição de seus espaços-territórios de existência significam, por uma parte, o ontoepistemicídio¹, mas também, como veremos, a ativação política de saberes de luta e re-existência pelo/ no espaço-território.

Para essas comunidades, ainda, esses projetos de desenvolvimento são “eventos totalizantes” (Oliver Smith, 1999) que mudam a totalidade do seu existir social em seus espaço-território. Contudo, precisamos vê-los em uma perspectiva temporal, dentro da totalidade temporal da Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade, e não apenas sociológica. Por isso, partimos da hipótese de que a construção de usinas hidrelétricas são eventos históricos totalizantes que envolvem diferentes processos, relações e escalas conectados ao espaço-tempo do Sistema Mundo Moderno Colonial, à modernidade como mito e à colonialidade do poder, do ser e do saber. Por outro lado, não seria possível compreender esse entrelaçamento abordando um aspecto, escala ou relação. Desse modo, este ensaio esforça-se por considerar a dimensão geopolítica, a econômico-política relacionada ao Estado nacional, o racismo ambiental, o despojo ontoepistêmico e a dimensão simbólica da construção das narrativas-ideologias e subjetividades.

Nesse sentido, por um lado, usaremos a palavra Usina em maiúsculo para significar o complexo industrial, burocrático e simbólico que existe em torno das barragens para geração de energia na Amazônia, enquanto, por outro lado, dando consistência empírica a este ensaio, usaremos dados resultantes de pesquisas bibliográficas, reflexões teóricas e trabalhos de campo em História oral de vida realizados nos últimos cinco anos sobre na região afetada pelo lago da Usina Hidrelétrica (UHE) de Estreito na Amazônia Sul Oriental, fronteira entre os estados do Tocantins e Maranhão.

Epistemologia do impacto e monotopia do saber

As Usinas, consideradas pelas elites políticas, midiáticas e econômicas como projetos de desenvolvimento, são estudadas sob a perspectiva de seus impactos e não do ponto de vista de sua geopolítica e razões. Os impactos socioambientais são o principal foco das pesquisas sobre barragem ao redor do mundo (Kisher et

1 Devemos esse termo a Luciana de Oliveira Dias, o qual propõe a junção das esferas da ontologia e da epistemologia. A autora discutiu essa questão no dia 20 de abril de 2018 na conferência “Interdisciplinaridade, Saberes interculturais e Direitos Humanos,” durante o evento *Diálogos Interdisciplinares*, organizado pelo PPGCULT da UFT/Campus de Araguaína.

al., 2015). Assim, essa monotopia do saber invisibiliza o fato de que os projetos de desenvolvimento – e seu estabelecimento como o projeto de país no Brasil nas últimas sete décadas – articulam-se ao processo de expansão do Sistema Mundo Moderno Colonial na Amazônia do tempo presente. Esse paradigma orienta-se centralmente pelas epistemologias do norte (Santos, 2018), as formas de conhecer e pelas definições que lhes dão suporte, as quais são organizadas a partir de lógicas externas às comunidades amazônicas, desconsiderando os sujeitos amazônicos como produtores de conhecimento e como sujeitos capazes de descolonizar o saber e o poder.

As universidades amazônicas mantêm-se, assim, de diversos modos, pressas a essa monotopia do saber. Enquanto pesquisadores continuam a discutir os impactos, movimentos sociais como o MAB² denunciam há anos a articulação das barragens e a mercantilização dos recursos de uso comum, como a água e as correntezas dos rios. A crítica a esse paradigma não quer dizer que devemos duvidar dos impactos, já que eles existem, são multifacetados e devemos conhecê-los. A questão central é que o paradigma do impacto se articula como colonialidade do saber, pois um de seus objetivos é a produção de aprendizagem para a minoração de efeitos em casos da construção de futuros projetos de desenvolvimento. Além disso, o foco nos impactos socioambientais acaba por naturalizar a existência dos projetos – seria possível ir diminuindo os impactos a níveis “aceitáveis”, como afirma uma das maiores autoridades no tema (Fearnside, 2015). Comentando a construção de Tucuruí e Balbina, Fearnside (2015, p. 48) afirma que “a avaliação de propostas de desenvolvimento [no] futuro pode ser melhorada se as lições forem aprendidas a partir das experiências passadas”. No caso das UHE, ainda segundo o teórico, “os impactos sociais tiveram um papel mínimo na tomada de decisão inicial de construir a barragem”, já que a “decisão foi principalmente baseada em seus benefícios financeiros para atores distantes, sobretudo no Japão e na França, e para os beneficiários brasileiros dos contratos de construção” (Fearnside, 2015, p. 48). Esses apontamentos, publicados no contexto das discussões sobre Belo Monte, exemplificam bem a crença de que estudar os impactos e mostrar os danos causados deveria levar a um nível melhor de tomada de decisão. O que passa despercebido ao autor é que os interesses de Japão, França e dos agentes nacionais são estruturais na exploração dos recursos naturais amazônicos a partir da década de 1970. Materializam, assim, a transformação da região em fronteira de expansão do Sistema Mundo Moderno Colonial.

2 O exemplo mais visível está na consigna “água e energia não são mercadoria” do MAB. Ver <https://www.mabnacional.org.br/>

Do lugar de existência e fala, geopolítico, enfim, de onde enunciamos, as UHE e outros projetos de desenvolvimento são uma nova fase de um contínuo histórico de colonização do espaço-território do Sul Global e, conseqüentemente, um ontoepistemicídio. Por isso, é preciso olhar historicamente esses projetos e, assim, a partir de um lugar que esteja fora – ou em suas fronteiras – do devir instituído pelo mito da modernidade, pôr em perspectiva as alternativas que se constituem em temporalidade conflitantes ou alheias à temporalidade instituída pelo Sistema Mundo Moderno Colonial como história. É outra história porque é história *outra*: vista do lado de baixo (do mito) da modernidade (Dussel, 1993).

Neo-extrativismo e Sistema Mundo Moderno Colonial

David Harvey (2010) afirma que o capitalismo nunca resolve suas crises, mas as desloca geograficamente. Devemos acrescentar que a lógica desse deslocamento é a colonialidade do poder. A exemplo disso, observa-se a crise energética e ambiental da década de 1970 deslocada para o Sul Global. Em termos históricos estritos, essa mudança começou em 1973. O aumento do preço do petróleo elevou às nuvens o preço da energia e da produção industrial nos países do Norte. A solução foi a construção de uma nova geopolítica da indústria de base e a produção de energia. A parte do processamento mineral que demanda maiores quantidades de eletricidade é a produção metalúrgica, que foi deslocada para o Sul Global: América Latina, África e China. Esse deslocamento foi propagandeado por Estados nacionais e agentes do Sistema Mundo Moderno Colonial como desenvolvimento dos países do Sul.

Na Amazônia, foi assim. Em 1978, a indústria de base chegou à Amazônia, um território tradicional de mineração, o que levou à necessidade de construção de estrutura para produtores de energia. A Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins, foi construída nesse contexto, para atender essa indústria que se instalava na região. Vale notar que o processamento industrial de alumínio precisa de grandes quantidades de energia. Bermann (2001)³ calcula que “cada tonelada de alumínio produzida no país equivale ao consumo de energia de cem famílias brasileiras em um mês”. Hoje, o Brasil é o terceiro maior produtor de alumínio do mundo e a província do Pará produz 40% do total. Das quinze maiores minas de bauxita do mundo, três estão na Amazônia Oriental, mais especificamente,

3 Cálculo disponível in: Melo, Liana. Alumínio, um sorvedouro de energia elétrica. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2009/09/21/aluminio-um-sorvedouro-de-energia-eletrica/>. Acessado em 23 de novembro de 2016.

no estado do Pará. Mesmo assim, uma das principais reclamações da indústria de base é o preço da energia elétrica. Em países africanos, a energia está ainda mais barata que no Brasil. A construção de Usinas teve e tem como um dos objetivos primordiais a diminuição do preço do processo de produção de alumínio, o metal do século XXI.

Por outro lado, a indústria pesada ao ser deslocada para o Sul Global retirou dos países centrais a pressão ambiental, colocada na pauta política da década de 1970. Resulta daí a possibilidade desses países pensarem em um capitalismo sustentável, pois haviam deslocado a sustentação industrial do capitalismo, a indústria que mais consome energia e polui, para espaços distantes dos suscetíveis eleitores europeus e da América do Norte. O preço da energia e a pressão ambiental eram dois elementos centrais da crise de 1970.

Ao mesmo tempo, na década de 1980, o Banco Mundial, um dos principais articuladores desse deslocamento, começou a pressionar os governos nacionais do Brasil, Colômbia, Quênia, Tailândia e outros, a fim de que abrissem o setor de negócios hidrelétricos para empresas então chamadas transnacionais. No centro dessa pressão, estavam a construção e administração de Usinas, sendo que, em alguns casos, os novos empréstimos foram condicionados à presença de capital transnacional no hidronegócio (Pipper, 2014). No caso do Brasil, essa pressão teve um efeito lento, mas os governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer acabaram aceitando, abrindo e privatizando parte do negócio hidrelétrico nacional para o capital global. Isso foi feito legalmente, por meio de três processos de privatização: a) abertura para parceria público-privada em construção e gerenciamento, como no caso de Belo Monte; b) concessão de direitos de construção, administração etc.; c) venda de Usinas para companhias dos hidronegócios globais. Essas estratégias de privatização “branda” demonstram o papel do Estado na construção da legitimidade institucional da privatização e articulação da exploração de recursos públicos aos interesses daqueles grupos que controlam o sistema mundo colonial moderno.

As ações do Estado Nacional⁴, fundado a partir da rearticulação da colonialidade, realizam uma “lavagem” institucional da apropriação internacional de recursos e garante, através da justiça e do exercício da violência, que esses

4 Anibal Quijano (2005) afirma que “o processo de independência dos Estados na América Latina sem a descolonização da sociedade não pôde ser, não foi, um processo em direção ao desenvolvimento dos Estados-nação modernos, mas uma rearticulação da colonialidade do poder sobre novas bases institucionais”. Isso ocorreu porque as independências não romperam sua dependência estrutural com os antigos colonizadores.

projetos não sejam interrompidos. Por outro lado, investiu-se massivamente em propaganda positiva dos empreendimentos, vendendo-os como desenvolvimento regional ou nacional. A articulação entre autores do Sistema Mundo Moderno Colonial e o Estado nacional pode ser percebida através da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul (IIRSA). As ações da IIRSA estão profundamente ligadas ao neo-extratativismo como uma nova fase da colonialidade da natureza na América Latina. O projeto, no caso da hidreletricidade, é construir 603 novas barragens na Amazônia internacional. Do ponto de vista do sistema ecológico-aquático da Amazônia, isso pode representar sua total desarticulação ambiental e a destruição do espaço-território de milhares de comunidades tradicionais. Somente para o rio *Marañón*, como é chamado o rio Amazonas no Peru, são 23 barragens planejadas. Essas 603 barragens estão conectadas a diferentes projetos de mineração, agricultura, portos fluviais, aeroportos, infraestrutura de comunicação, os quais têm o papel de fornecer energia para os empreendimentos e sua articulação com as demandas do sistema mundo de processamento de matérias-primas nos locais de sua extração.

Por outro lado, como defende Sevá, Garzon e Nóbrega (2011), as Usinas podem ser descritas como uma indústria extrativa, porque extraem a energia mecânica dos rios e, por um processo industrial, convertem-na em energia elétrica. Não criam energia, mas processam energia mecânica e o produto final é a energia elétrica. As correntes fluviais são um recurso natural como outros e estão articuladas à vida de milhares de espécies vegetais e animais, sendo um espaço no qual vários grupos humanos fizeram seus territórios de existência. As Usinas, portanto, não estão apenas acopladas ao neo-extratativismo. Elas são uma indústria extrativista como qualquer outra.

A indústria barrageira como articulação local de desenhos globais

Tempos de crise são momentos de rearticulação dos agentes do capital. O deslocamento para o Sul Global e o passo seguinte, a privatização do *hidrobusiness*, levaram empresas do setor de mineração, como Alcoa S.A e Vale S.A, envolvidas na exploração de minas de alumínio e ferro na província do Pará, a investir na construção de Usinas Hidrelétricas. A Vale S.A participou e perdeu a concorrência pública para a construção de Belo Monte. A Usina Hidrelétrica Estreito, o CESTE S.A, empresa que detém a licença para construção e operação, foi formada a partir da associação da empresa norte-americana Alcoa S.A, da Vale do Rio Doce S.A., da Camargo Correa S.A e da franco-belga ANGIE, en-

tão GDF SUEZ S.A, que tem participação em várias barragens da Amazônia. A ANGIE S.A é uma das empresas líderes no setor de *hidrobusiness* global. Segundo seu site (www.engie.com), a empresa hoje é o maior produtor independente de energia do mundo. Segundo a história da antiga SUEZ S.A, foi fundada em 1858, sendo a responsável pela construção do Canal de Suez no Egito. O passo seguinte à concessão da exploração privada de recursos naturais públicos, nos últimos anos, foi a articulação do financiamento para a construção, no caso do Brasil, pelos bancos públicos, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES S. A). Anteriormente, até a década de 1990, o financiador mais importante era o Banco Mundial, mas, com o crescimento da economia brasileira nos últimos vinte anos, o banco público financiou obras no Brasil, América Latina e Caribe.

Dois outros grupos de empresas conectados à cadeia devem ser adicionados: os que fornecem suplementos, como a francesa Alston S.A e a alemã Siemens S.A; as grandes empresas brasileiras de engenharia pesada, como ODEBRECHT S.A, Camargo Correia S.A, Queiroz Galvão S.A, do aço, como GERDAU S.A, e cimento, como Votorantim S.A. Tratam-se das maiores empresas do Brasil. Além disso, existem empresas menores que realizam estudos de impacto ambiental e social (EIA/RIMA), com realização obrigatória pelos construtores, segundo a Legislação. Por fim, existem centenas de pequenas empresas de construção que são subcontratadas para partes da obra, além de milhares de trabalhadores que compõem o que no Brasil é chamado de “indústria barrageira”.

As conexões entre essa “indústria” e o Estado nacional estão documentadas (Campos, 2014) pela relação dos governos militares no Brasil (1964-1985) com as empresas que haviam surgido e se tornaram grandes atores econômicos e políticos a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Nos últimos anos, a estratégia central é impor seus ex-executivos em cargos públicos da primeira e segunda etapas dos governos latino-americanos. Possivelmente, surgiram daí as dezenas de empresários que ocupam cargos públicos no Brasil hoje, como o ex-prefeito da cidade de São Paulo e hoje Governador do Estado com o mesmo nome, João Doria, o governador do estado de Minas Gerais, Romeu Zema, entre outros. Na América Latina, Macri na Argentina e Piñera no Chile mostram que essa articulação não é algo localizado Brasil. A chegada desses empresários a cargos executivos foi precedida, no Brasil, por vários ministros e subsecretários de Lula e Dilma que vieram do campo do mercado, sendo atualmente, no vigente governo, aprofundada. Sob o discurso da gestão eficiente, eles levam ao esvaziamento do político. Por outro lado, como mostram Lima e Marques (2018) no estudo sobre as Usinas Hidrelétricas angulares de Lajeado e Peixe, no Tocantins,

as empresas contratam funcionários do estado com experiência no campo da gestão de recursos hídricos, sendo que os responsáveis pela construção eram ex-funcionários da FURNAS S.A, uma das empresas públicas de hidroeletricidade pertencentes ao governo federal.

Segundo André Singer (2018), um dos elementos centrais para o impedimento da presidente Dilma Rousseff foi o fato de ela ter baixado os preços da eletricidade no Brasil. Ao fazer isso, se voltou contra uma das estruturas de poder mais influente do país e uma das mais conectadas ao sistema mundo. Essa articulação entre empresas globais de *hidrobusiness*, empresas globais de fornecimento, bancos públicos, empresas de engenharia básica, siderurgia e fundações, pequenas empresas especializadas em estudos e subcontratação de partes da construção, além de milhares de trabalhadores, compõe a “indústria barrageira” no Brasil. Essa indústria demonstrou grande capacidade de direcionar políticas públicas no país e teve notável protagonismo no processo de impedimento da ex-presidente Dilma.

Assim, a “indústria barrageira” ilustra bem como o capitalismo nacional depende do Sistema Mundo Moderno Colonial e como o Estado não raramente funciona como lócus de “lavagem institucional” da colonialidade. No caso da Usina Hidrelétrica Estreito, o consórcio CESTE S.A venceu a licitação de construção e a concessão operacional por 35 anos e, com financiamento público no valor aproximado de 5 bilhões de reais, construiu o empreendimento. O CESTE é composto, hoje, por ENGIE S.A (40%), VALE S.A (30%), ALCOA. S.A (25%) e InterCement (4,44%). A capacidade instalada é de 1087 MW/h e sua rentabilidade diária é de cerca de 12 milhões de reais. Trata-se de uma usina de tamanho médio e pouco comparável à de Belo Monte, que terá quase o dobro da capacidade instalada. Desse exemplo, podemos ver o alcance das Usinas enquanto atividade econômica de grande importância. As conexões desses interesses com o Estado e com as elites políticas brasileiras são antigas e bem estabelecidas. A capacidade de gerenciar as ações do Estado - e talvez afastar uma presidenta do meio -, bem como a articulação entre empresas nacionais e globais, ensina até que ponto o capitalismo nacional é dependente e articulado, como parceiro menor, aos projetos globais do Sistema Mundo Moderno Colonial.

A narrativa-ideologia do desenvolvimento e a colonialidade da natureza

A narrativa-ideologia do desenvolvimento, quando concebida no final da Segunda Guerra Mundial, precisava se construir em profundidade temporal, necessitava de enraizamento no espaço da experiência social para, assim, ser

capaz de controlar os horizontes das expectativas. Isso foi feito narrando-a e performatizando-a em símbolos de empreendimentos-ícones, ou seja, por um lado, deram-lhe movimento temporal e, assim, tornam-na capaz de constituir subjetividades e, por outro, reafirmaram-na nos diferentes projetos de desenvolvimento a eles conectados. De fato, essa narrativa foi construída como uma superação de um passado pré-moderno e a chegada à modernidade, isto é, como o caminho de realização do mito da modernidade. Uma das maneiras de alcançar esse movimento, do passado para o presente e de reordenar de maneira totalizante as sociedades “atrasadas”, que mais tarde se transformaram em sociedades subdesenvolvidas, foi através da construção de grandes obras de infraestrutura. No entanto, enquanto se mostrava como modernidade, a ideologia-narrativa do desenvolvimento oculta sua dupla face: a colonialidade do poder. De fato, como vários autores latino-americanos defendem, o desenvolvimento é a face com a qual a colonialidade é apresentada no século XX. No Sul Global, a construção de Usinas Hidrelétricas estava profundamente ligada ao imaginário de que é necessário desenvolver sociedades “atrasadas”.

Desse modo, pode-se dizer que a ideia de construção de Usinas foi, segundo alguns teóricos do desenvolvimento, a maneira mais eficiente de desenvolver espaços e grupos sociais. Essa ideia tem uma dupla origem: o antigo mundo colonial francês na África e a experiência da TVA (Tennessee Valley Authority).

Após a independência da África, na década de 1960, muitos dos antigos agentes coloniais franceses na Argélia começaram a trabalhar no setor de negócios hídricos do Banco Mundial. Karen Pippier (2014) estudou suas trajetórias nesse organismo e afirma que esses sujeitos passaram a controlar as políticas de desenvolvimento das agora chamadas nações subdesenvolvidas, que eram, mais precisamente, algumas das antigas colônias europeias. Nada seria mais natural do que eles levarem a perspectiva que os guiava nos serviços coloniais para suas novas posições e imprimirem os projetos de desenvolvimento que administravam a lógica da colonialidade. Segundo Pippier (2014), a construção de barragens para a produção de eletricidade ou irrigação foi um verdadeiro mantra desses agentes e ajudou a definir as políticas de desenvolvimento do banco.

Além das políticas de “desenvolvimento de colônias”, outra experiência importante vem dos Estados Unidos e de suas políticas de “desenvolvimento regional”. A mais conhecida e impressionante é a Tennessee Authority Vale, que consolidou a ideia de que o desenvolvimento regional está ligado à construção de barragens de irrigação e Usinas ou, em alguns casos, à conjunção das duas coisas. A TVA foi visitada por centenas de planejadores estrangeiros, políticos e engenheiros de várias partes do planeta que voltaram aos seus países convencidos

de que a construção de Usinas ou barragens de irrigação são poderosas políticas regionais e nacionais de desenvolvimento. Segundo Campolina (2014), o exemplo da TVA teve grande impacto no Brasil. Iniciativas como as dos órgãos de desenvolvimento regional, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), foram aplicações nacionais para moldes de TVA. Duas das principais obras desses órgãos federais foram a construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, na região nordeste, e das Usinas Hidrelétricas de Tucuruí, Machado e Balbina, na Amazônia. Além da aplicação do modelo TVA, também surgiram importantes redes intelectuais. Vários ex-presidentes da TVA trabalharam no Brasil como consultores governamentais durante governos militares. Jonh Friedmann veio trabalhar na Amazônia e no Nordeste, enquanto Albert Hirschman escreveu um livro sobre a região nordeste, então a mais pobre do país. Nesse livro, defende o modelo TVA e a construção de centrais como geradores de desenvolvimento.

Essa poderosa ideologia-narrativa parece ter conseguido se naturalizar na subjetividade de diversos setores das sociedades latino-americanas. Os estudos de Jane Jacobs (1985) sobre a TVA e suas críticas a esse modelo na década de 1960 ou mesmo estudos contemporâneos, como o realizado Gomes *et al.* (2017), mostram que as Usinas Hidrelétricas não produzem desenvolvimento, mesmo quando considerados os critérios usados por organizações como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas. Os dois estudos afirmam que as Usinas acabam gerando economias de enclave. A TVA e as centrais da Amazônia se tornaram importantes produtores de energia para outras regiões do norte dos Estados Unidos ou, no caso do Brasil, para a indústria de matérias-primas, como alumínio ou ferro fundido. É quase impossível separar as centrais e o caminho para o “desenvolvimento” no Brasil. A luta ambientalista contra as Usinas que propõem “modelos alternativos” atesta a profundidade dessa relação no imaginário social brasileiro.

Para entender como essa relação se tornou tão forte, é necessário dizer que as Usinas Hidrelétricas são símbolos da materialização da ideologia-narrativa do desenvolvimento, sendo muito eficazes como uma colonialidade da natureza. Talvez um dia seja possível dizer que a relação entre eles é a mesma que existe entre o cristianismo e as catedrais. Nesse sentido, sempre foram administrados como símbolos poderosos do desenvolvimento e da modernidade nacional, bem como da capacidade dessas sociedades periféricas de controlar sua natureza “selvagem e tropical”. No caso do Brasil, alguns dos maiores rios do mundo, como o Tocantins e o Madeira, são controlados por barreiras de barragens. Como Patrick McCully (2001) afirmou, para grande parte da humanidade, as grandes Usinas

significam mais do que qualquer outra obra de infraestrutura, indicando, assim, o progresso da humanidade, que deixou uma vida sob o controle da natureza e superstição para caminhar na direção a uma vida sob o controle da ciência e da tecnologia. Possivelmente, em razão de tais crenças, tornou-se quase impossível convencer um brasileiro de classe média e uma cidade como São Paulo de que as Usinas não são um bom caminho para o “desenvolvimento”.

As duas fotografias abaixo ajudam a sustentar essa hipótese. São imagens de divulgação da *Hoover Dam* no Rio Colorado, Estados Unidos.

Imagem 1. Barragem Hoover. Rio Colorado, EUA.



Fotografia: Arizona Public Media.

Imagem 2. Monumento que reproduz.



Fotografia: Hoover Dam Tour.

Hoover Dam, finalizada em 1956, é, possivelmente, a Usina Hidrelétrica mais conhecida no mundo, mostrada em dezenas de filmes, que está conectada a uma importante indústria turística - algo que apenas teve início no Brasil com a Usina de Itaipu. Vale notar que um arquiteto foi contratado para que a barragem parecesse maior e mais poderosa. Dessa maneira, as fotografias se relacionam ao fato dela não ser considerada apenas uma obra de engenharia, já que são claras as intenções simbólicas na construção e na sua representação como obra potente:

o sujeito que está perto da barragem é conduzido a ter a consciência de que esse espaço natural foi controlado, reordenado de acordo com uma vontade e poder da sociedade nacional.

Porém, na fotografia acima, existe um outro elemento a destacar: o trabalhador está “montado” na montanha, o que remete à cena dos cowboys domando touros no oeste dos EUA. O imaginário ao qual a fotografia nos remete é do domínio da natureza, o rio e a montanha, pelo homem moderno. Por outro lado, também representa a reintegração do domínio, seja porque nunca está completo, seja porque deve ser reintegrado constantemente. Conforme pode ser observado em vários filmes, essa barragem se rompe e destrói cidades, matando milhares de pessoas.

A imagem 03 é parte de um anúncio publicitário da Usina Hidrelétrica de Estreito. Ela é a versão brasileira dessa simbologia.

Imagem 3. Folheto publicitário da Usina Hidrelétrica de Estreito.



Fotografia: equipe CESTE S.A.

O lema “Por um Brasil Maior” estabelece um diálogo direto com aqueles usados pelos governos militares no Brasil (1964-1985). Esses governos lançaram mão de uma ideologia chamada pelos historiadores de “Brasil grande”. A materialização dessa ideologia, para os ideólogos do regime militar, era percebida pela construção de grandes obras de desenvolvimento, como a Transamazônica e a então maior usina hidrelétrica do planeta, a Itaipu. Esses monumentos foram grandes símbolos da pretensa capacidade nacional de controlar a natureza tropical do país, ocupá-la e desenvolver o território. Nesse sentido, o lema “Por um Brasil Maior” nos permite compreender a relação entre os projetos de de-

envolvimento e a colonialidade da natureza. O adjetivo “maior” nos remete a um Estado mais amplo do ponto de vista territorial, da capacidade de aumentar seu controle e explorar mais o espaço-território nacional. As Usinas e outros projetos de desenvolvimento são parte desse processo de conquista e articulação dos recursos, que estiveram historicamente nas mãos de comunidades tradicionais como indígenas, ribeirinhos e extrativista, aos interesses do sistema mundo moderno colonial. Para aqueles que vivem do lado de baixo da modernidade, um “Brasil maior” significa expansão colonial, deslocamento forçado, ecocídio e ontoepistimicídio.

A Usina Hidrelétrica de Estreito: conquista espaço-territorial, luta de re-existência e pedagogia da colonialidade

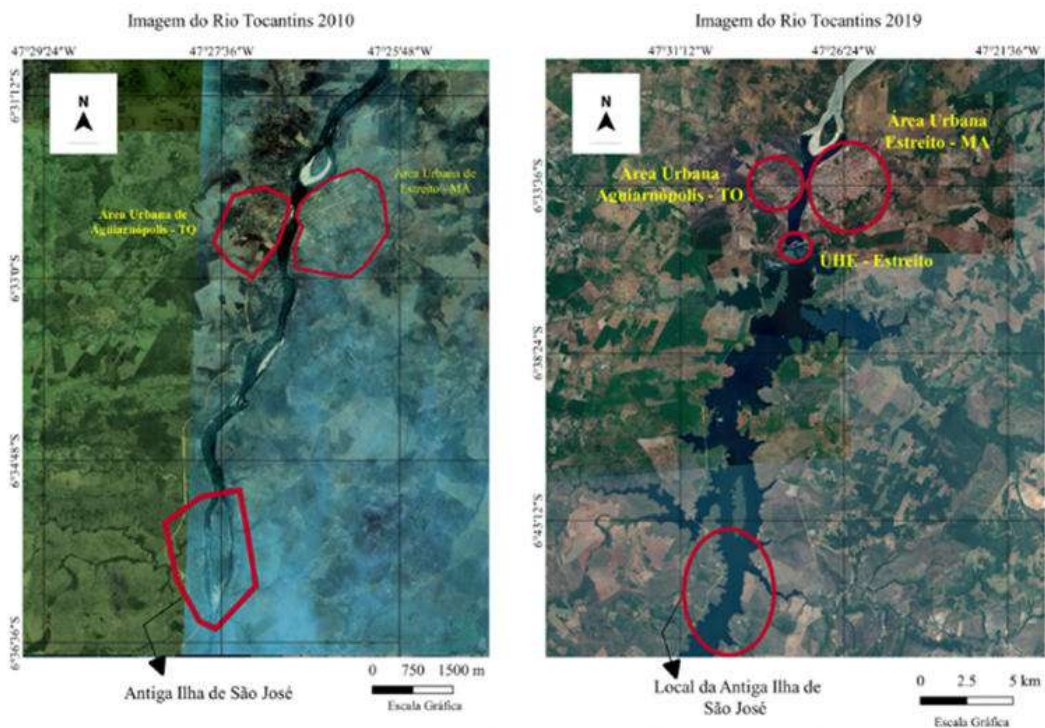
A área ocupada pelo lago da Usina Hidrelétrica de Estreito possui 263 km de extensão e 400 km quadrados⁵. Dentro da área de impacto direto, viviam diversos grupos sociais: pescadores, agricultores de vazantes, agricultores tradicionais, quebradoras de coco babaçu, pequenos criadores de gado, ribeirinhos urbanos e rurais e ilheiros. Na zona de impacto indireto, vivem, além desses grupos, os indígenas Krahô. Aqueles grupos descendem de migrantes nordestinos, sendo que seus antepassados haviam chegado à região em três processos: fugindo da Balaiada (1839-1840), atraídos pela “febre” da borracha (1870-1910) e acompanhando o caminho do gado (Velho, 2009). A ocupação desse território não esteve isenta de episódios de violência contra indígenas Timbiras (Krahô, Guajajara, Gavião) e Inã (Karajá Xambioá), que viviam na região, como disse um líder Karajá, fazia 10 mil anos. Nas décadas de 1970 e 1980, esses grupos não-indígenas sofreram um profundo processo de expropriação de suas terras por fazendeiros do “sul”, como são conhecidos na região os fazendeiros provenientes de Minas Gerais e São Paulo, que tomaram suas terras e os obrigaram a habitar nas margens do Rio Tocantins. A maioria desses sujeitos passaram a viver em posses às margens do rio. Ou seja, a maioria deles não possuía os títulos de propriedades da área e mantinha com a região um controle tradicional do espaço tornado território. Nesse espaço-território de 555 km quadrados, existia significativa diversidade territorial e ontoepistêmica que foi destruída para a constituição do lago da Usina.

No mapa a seguir, podemos ver esse espaço-territorial antes e depois do lago da Usina de Estreito.

⁵ Ver <http://uhe-estreito.com.br/>

Os empreendedores responsáveis pela construção das Usinas devem indenizar os deslocados no que diz respeito a seus direitos de propriedades e devem providenciar que os laços de vizinhança sejam preservados. Portanto, são obrigados a pagar indenização ou providenciar reassentamentos para as comunidades urbanas e rurais. O principal problema desse critério de indenização é que naturaliza, como principal relação com o espaço-território, a territorialidade advinda da propriedade privada. Contudo, a diversidade ontoepistêmica amazônica torna esse critério de difícil aceitação. Resiste-se, assim, pelo território e não pela terra e pela propriedade. Nas entrevistas que fizemos, aqueles que mantinham uma territorialidade mercantil com o espaço-território não viram problema em abandonar a área. Outros sujeitos, contudo, mantiveram sua resistência articulada ao território e à territorialidade que historicamente o grupo imprimiu ao espaço: pesca, extrativismo, agricultura de vazante etc.

Figura 1. Imagens do Rio Tocantins em 2010 e 2019.



Fonte: SEPLAN-TO (2012); (IBGE-2010); Projeção/DATUM: Geográfico/SAD-69;

Elaboração gráfica: FRANÇA, Andison (2019).

Além disso, o empreendedor trabalha para baratear os custos e tenta convencer os deslocados a aceitar a carta de crédito, um valor atribuído à propriedade ou às benfeitorias realizadas, tendo em vista evitar os reassentamentos, pois

têm custo maior e devem ser acompanhados e assistidos por um prazo de trinta anos. Mesmo quando decidem fazer reassentamentos, em geral, compram terras baratas que em geral possuem solo de baixa qualidade ou, como aconteceu no caso do Reassentamento Baixão, sem água potável.

Dois estudos recentes mostram as estratégias de gestão do convencimento e do conflito durante a construção da Usina de Estreito. Nas regiões rurais da Amazônia, o meio de comunicação com maior penetração é o rádio. Por esse motivo, a partir de 2003 foi empreendida uma intensa campanha publicitária nos meios de comunicação local e regional, existente até hoje (Silva Júnior; Petit, 2014). A preocupação era convencer os afetados e a sociedade local e regional de que a construção traria desenvolvimento e emprego para milhares de pessoas da região. Considerando que durante a construção da Usina havia cerca de 35 mil postos de empregos disponíveis, isso era usado como prova da veracidade da narrativa-ideologia do desenvolvimento. Uma região rural, “atrasada” e “distante” dos grandes centros urbanos do país, estaria sendo desenvolvida pelo empreendimento. Para os habitantes das cidades próximas, como Araguaína-TO e Imperatriz-MA, distantes da zona de impactos diretos e indiretos e que não possuíam relação direta com aquele espaço-território, essa lógica foi naturalizada. Contudo, para as mais de 7.500 famílias afetadas diretamente e que tiveram que abandonar o seu espaço-território ancestral em julho de 2010, aquele evento aparecia de forma mais complexa. As reuniões coordenadas pela companhia de negociação *Diálogo*, bem como as audiências públicas, foram classificadas por lideranças populares que entrevistamos como farsas. Por esse motivo, lançaram mão de diversas estratégias de cooptação de lideranças membros da comunidade, negociando, por exemplo, individualmente o valor das indenizações, e de elites políticas locais a quem foi designado, de maneira não oficial, o convencimento da população ribeirinha a aceitar a indenização e o reassentamento. Segundo diversos entrevistados, o então prefeito de um dos municípios afetados dizia que contra uma obra do Governo Federal não era possível reagir, sendo necessário aceitar o que a empresa indicasse.

Adila Lima e Elineide Marques (2018), que estudaram as estratégias de gestão do conflito por parte do CESTE S.A, detalharam como o consórcio contratou pessoas que haviam tido experiências em empreendimentos anteriores para negociar com comunidades afetadas. Outra decisão importante foi negociar de forma individual, bem como não reconhecer os posseiros tradicionais, significando que cerca de 1.150 famílias⁶ ficaram sem nenhum tipo de indenização.

6 Números fornecidos pelo MAB. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/35537-usina->

Além disso, durante o trabalho de campo, gravamos diversos relatos do uso de estratégias como ameaças de judicialização, o uso do medo (como dar tiros dentro das comunidades no período noturno) e do cansaço a partir do envio de até cinco equipes de negociação diariamente na casa dos moradores mais relutantes em aceitar as propostas da empresa. Essas últimas três estratégias foram usadas de maneira ostensiva na Ilha de São José. Mesmo assim, 19 das 74 famílias que ali viviam, o grupo que mais intensamente se articulou com o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, resistiram até que foram finalmente retirados por forças policiais em junho de 2010.

A comunidade da Ilha de São José significou o mais importante desafio para os construtores. As diversas estratégias que foram usadas pelos empreendedores acabaram por dividir a comunidade: aqueles que aceitaram o reassentamento do jeito proposto pelo empreendedor – e se articularam com o prefeito de Babaçulândia, a cidade mais próxima, e que possuíam família na ilha; e aqueles que ficaram ao lado de Maria da Ilha, a líder da luta contra a Usina que se articulou inicialmente à Comissão Pastoral da Terra e depois ao MAB.

Do ponto de vista antropológico, essa divisão supôs rearticulação de uma divisão interna da comunidade em torno de seus dois clãs: a família dos Novatos e a família dos Costa. No cotidiano, contudo, a questão era mais complexa porque as famílias estavam misturadas através de casamentos há muitas gerações. Porém, no momento do conflito, o grupo se dividiu. Aqueles que não se articularam ao MAB foram reassentados em três reassentamentos (Baixão, Santo Estevão e Vila Rica, no município de Babaçulândia), sendo o local escolhido pelos negociadores do CESTE S.A. A pesquisa de campo mostra diversos problemas, sendo o mais grave a falta de água potável. A empresa contratada para furar os poços, por ganhar por metro cavado, perfurou poços de alta profundidade, o que resultou em a água salobra, imprópria para o consumo humano, dos animais domésticos, não servindo sequer para a irrigação. As famílias que viviam às margens de um dos maiores rios da Amazônia passaram a tomar a água que caminhões-tanque levam uma vez ao dia. Durante o trabalho de campo, diversas vezes encontramos caminhões danificados nas estradas, deixando os reassentados sem água. Outra questão importante é o valor da terra: nos locais de reassentamentos, o preço da terra é baixo e os reassentados não conseguem vendê-la por um valor que lhes permita comprar lotes em outro lugar. Estão, portanto, presos àquele espaço.

Por outro lado, “o povo da Maria”, como são chamadas as 19 famílias que se articularam ao MAB, vive no reassentamento Mirindiba, no município de

-de-estrito-e-seus-impactos-socio-ambientais-entrevista-especial-com-cirineu-da-rocha

Araguaína. Nesse reassentamento, existem duas diferenças significativas: foram os reassentados que escolheram o lugar; por isso mesmo, dispõem de melhores condições de infraestrutura – a água é de qualidade e o valor da terra em 2015 era dez vezes maior do que nos demais reassentamentos. O grupo gosta de destacar esses dados como uma conquista alcançada a partir de suas reivindicações e afirma, discursivamente, a luta como algo que define a sua identidade. Os homens afirmam sua bravura, já que saíram de seus antigos espaços apenas quando a polícia foi acionada pela Justiça, ao mesmo tempo em que destacam a tragédia moral que supõem ao serem obrigados a sair de suas casas e não poderem proteger as suas famílias. Um estudo sobre a saúde dos deslocados por construção de Usinas encontrou muitos casos de depressão (Rocha, 2016), como ocorreu na família da liderança do reassentamento: seu esposo segue doente oito anos depois do deslocamento.

A destruição espaço-territorial da Ilha de São José e de toda área de impacto direto pode ser vista nas fotografias abaixo. A expulsão da população residente articula-se, historicamente, a várias histórias anteriores de expulsão, às vezes de fuga, pelos processos de expansão do território do sistema mundo moderno colonial no passado colonial ou durante o Brasil independente (Little, 2002). Ribeirinhos e ilheiros formam um grupo social chamado por Rita Segato (1998) de “alteridades históricas”, os quais haviam se constituído como grupo na relação de resistência, enfrentamento e fuga com tal expansão colonial.

Imagem 4: casa da família Novato



Fotografia: Doracy Pereira Carvalho

Imagem 5: Mesmo local, atualmente



Fotografia: Josiel Ferreira dos Santos

Alguns desses grupos haviam passado recentemente (na década de 1960 e 1970) por processo de expulsão de áreas pretendidas por grileiros. Além disso, alguns dos que tentaram expulsar a população residente na Ilha de São José enfrentaram resistências: os povos daquele espaço tiveram que defendê-la “na bala”, conforme narrou uma de suas anciãs. Porém, muitos outros grupos deixaram áreas de conflitos com fazendeiros e foram viver às margens do rio ou na ilha, que até 1984 era “terra comum”⁷, como os ex-moradores afirmam.

O processo de re-expulsão das margens do Rio pela construção da Usina fez com que alguns retornassem a espaços anteriores de onde, em alguns casos, seus antepassados haviam sido expulsos na década de 1970. Esse é o caso da Ocupação Espírito Santo, localizada às margens do rio Taboca. Uma comunidade de posseiros vivia nessa área, ao que tudo indica, até 1970, quando foi expulsa por um fazendeiro. Alguns foram viver na cidade de Babaçulândia, outros tantos nas margens do rio e alguns na Ilha de São José. Há seis anos, depois da finalização do Lago, ocuparam o espaço-território que seus avôs reivindicavam como seu e lutaram pela permanência na terra até março de 2019.

A complexa interação desses grupos com o Estado nacional e com os agentes da sociedade nacional, marcada por deslocamentos e/ou fugas anteriores, levou-os a desenvolverem a relação com a Usina em dois momentos: as epistemologias de resistência e as da re-existência. Foi assim que as 1.150 famílias deslocadas e que não receberam indenização se organizaram: às vezes, em associação com movimentos sociais e instituições de apoio, a universidade; às vezes, em franca tensão com esses atores e agentes.

⁷ Terra comum é o termo que os ex-moradores usam para se referir ao território antes da divisão e titulação realizada pelo governo de Goiás, em 1984.

Um momento importante de formação foi a marcha Araguaína-Estreito. Em agosto de 2010, diversas comunidades, instituições e movimentos, como Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Comissão Pastoral da Terra – CPT, ONGs de Direitos Humanos etc., fizeram uma marcha de dez dias que percorreu os 120 km entre os municípios para denunciar as violações de direitos humanos e territoriais perpetrados pelo CESTE S.A. A marcha terminou em um acampamento que estava funcionando no canteiro de obra desde 2008. Todas lideranças entrevistadas afirmam que sempre lutaram pelo Rio, mas reconhecem a Marcha de 2010 e os oito meses seguintes em que estiveram acampados (2008-2011) como momentos formadores de sua consciência e aprendizagem política. É comum ouvir algo como “agora sei o que deveria e como deveria ter tratado as pessoas do CESTE S.A”⁸. A reivindicação de profundidade histórica para a luta se manifesta, por exemplo, na afirmação de Maria da Ilha: “sempre fui do MAB”. Mesmo tendo começado a militar no movimento em meados de 2008, sinaliza que sua luta pelo rio e pelos povos do rio possui profundidade temporal além da luta contra a Usina. Essa conexão entre lutas anteriores e contemporâneas é uma das articulações centrais da consciência política dos movimentos sociais produzidas no Brasil de hoje.

Assim, na articulação com os movimentos sociais, as comunidades afetadas desenvolveram saberes de resistência a partir de linguagens e epistemologias que trouxeram dos movimentos sociais. Mas o movimento contra a Usina é mais complexo. Em novembro de 2010, o ex-presidente Lula participou do ato de fechamento das comportas da Usina, dando início ao enchimento do reservatório. Nesse dia, diversos movimentos sociais solicitaram-lhe uma audiência, sendo dada, como resultado das reivindicações, a ordem para que os afetados não indenizados fossem atendidos pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA. Porém, como o tempo do Estado, nesses casos, nunca é o tempo da vida, em 2011 a Via Campesina organizou a ocupação do edifício desse órgão em Araguaína. A partir desse movimento, cerca de 45 famílias foram levadas para um acampamento do MST no município de Luzinópolis, ao norte do estado do Tocantins. Essa experiência foi importante para o grupo, pois ali no acampamento descobriu, segundo afirmação de uma das lideranças, que era povo da água, do rio, e não da terra. Por isso, não eram “sem-terra, eram ribeirinhos deslocados”, o que culminou na decisão pelo abandono do acampamento, indo contra as orientações do MAB, e ocupação, usando os métodos do MST, de uma parte da aérea às margens do lago. Formaram, em 2012, o Acampamento Ilha Verde e orientaram sua conduta a partir do que estamos chamando de epistemologia da re-existência: ocupar, produzir, existir de novo como “ribeirinho”. O nome escolhido, Ilha Verde, remete-se à Ilha de São José, comunidade referência para

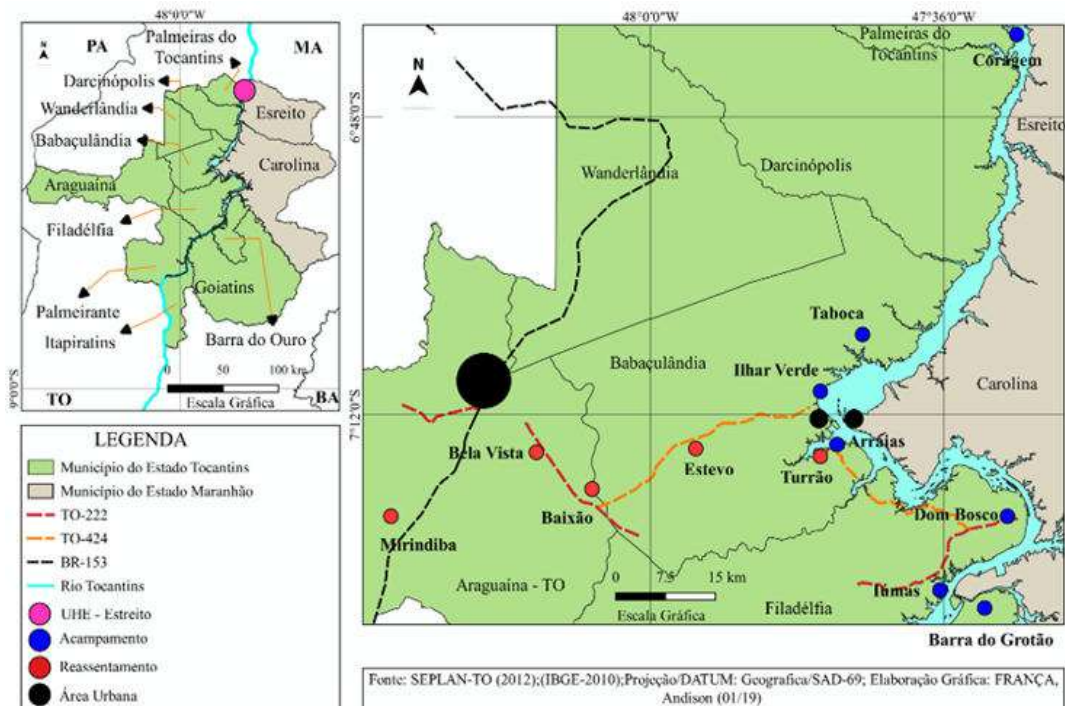
8 Maria da Ilha, Entrevista Oral, 2014.

Valderice⁹, que afirma sobre a comunidade que lidera: “aqui é um paraíso, um paraíso pra essas famílias aqui”¹⁰. Quando o CESTE S.A descobriu a ocupação da aérea ao lado do lago, ofereceu porções de terra maiores do aquele disposto às margens do lago, para que os povos da água se retirassem daquele espaço. Porém, abriram mão da terra para viver próximos da água.

Do mesmo modo que a Ilha Verde, de 2012 a 2018, sete ocupações foram realizadas nas margens do Lago. O mapa abaixo mostra essas ocupações.

Atualmente, vivem novos processos de expulsão, uma vez que são acusados de ocupar aérea de proteção permanente do Lago. A justiça estadual acolhe a acusação mesmo quando agentes externos, como a Universidade, provam o contrário do argumento judicial (Aguiar, 2019). A primeira ocupação a ser desalojada foi o Acampamento Barra do Grotão, como mostram as fotos abaixo, em 05 de dezembro de 2018.

Figura 2. Mapa dos reassentamentos e ocupações



Fonte: SEPLAN-TO (2012); (IBGE-2010); Projeção/DATUM: Geográfica/SAD-69;

Elaboração gráfica: FRANÇA, Andison (2019).

9 Maria da Ilha em entrevista oral, ano de 2014, usar a palavra “paraíso” várias vezes para se referir à Ilha de São José. Pelo que percebemos, inclusive na fala de Valderice, a Ilha era uma comunidade referência para toda a região afetada pelo lago da UHE de Estreito.

10 Valderice Pereira da Silva, Entrevista Oral, 2015.

Imagem 6: esperando a polícia e a justiça para iniciar a desocupação.



Fotografia: Mariane Lucena.

Imagem 7. Sendo conduzidos para fora do território.



Fotografia: Mariane Lucena.

Em seguida, foram desfeitos o Acampamento Taboca, em 21 de março de 2019, e o Acampamento Ilha Verde, em 09 de setembro de 2019. Dos acampamentos, apenas o Dom Bosco não possui ainda processo de reintegração de posse. Os demais vivem à espera da reintegração a qualquer momento.

O *modus operandi* das desocupações baseia-se em processos questionáveis em seus ritos e trâmites pelas instituições e movimentos, de deslocamento, com força policial dos moradores, destruição das moradias e da produção. Negam-se a esses sujeitos alguns direitos, como o de defesa: o juiz convidou os sujeitos a uma audiência de conciliação; ao chegarem lá, foram intimados a deixar suas casas e abandonar o território; depois, no momento da expulsão, negou a eles a permissão para colher os frutos do trabalho realizado. A luta pela re-existência através da reocupação das áreas é confrontada pela re-impulsão compulsória das famílias. Nas diversas re-impulsões, é operada uma pedagogia da colonialidade, de afirmar a linha entre os humanos, aqueles

que possuem direitos, e os não-humanos, aqueles que estão do outro lado da linha abissal (Santos, 2018) e que, portanto, não tinham direito ao rio e, em momento seguinte, e a se portarem como sujeitos políticos que lutam pelos direitos humanos e territoriais.

Considerações finais

Finalizamos este trabalho reafirmando a necessidade de ir além do paradigma do impacto. É preciso questionar a geopolítica dos projetos de desenvolvimento, bem como as geografias da razão mobilizadas para a produção de conhecimento sobre esses impactos. Conforme esperamos ter mostrado, é preciso perceber o enredado processo que torna a Amazônia uma das fronteiras atuais da expansão do Sistema Mundo Moderno Colonial. Através de suas conexões com o Estado nacional, empresas globais e agentes políticos e econômicos locais, o Sistema Mundo Moderno Colonial se reproduz como colonialidade do poder, da natureza, do saber e do ser. Na prática, se reproduz como ecocídio e epistemicídio.

Questionar a geografia da razão que sustenta o paradigma do impacto é possível, tentando pensar a partir da aliança crítica com os movimentos sociais e comunidades. A partir dos conhecimentos que emergem nas lutas de resistência e por re-existências, permite perceber como o discurso do desenvolvimento é usado como lavagem institucional para o deslocamento das crises do capitalismo do Norte para o Sul Global. Legitima os chamados esforços do Estado nacional por atrair o desenvolvimento para as regiões instituídas como periféricas, atrasadas, subdesenvolvidas etc. Essa lavagem institucional legaliza o deslocamento e a destruição, no caso da Usinas amazônicas, dos espaços-territórios de existência das comunidades tradicionais aí existentes.

Por outro lado, as lutas por re-existências empreendidas pelas comunidades deslocadas acabam por ser, via Estado, desarticuladas. As famílias re-expulsas e a pedagogia da colonialidade reafirmam: esse é o espaço-território, agora, do Sistema Mundo Moderno Colonial e não espaço de Alteridades Históricas, de diversidades ontoepistêmicas e ecológica. Defendemos, por fim, que o termo Usina sistematiza esse complexo industrial, espaço-territorial, burocrático e simbólico que materializa a expansão do Sistema na Amazônia e que reafirma a linha abissal entre os que têm direitos e os que não os têm. Tudo isso é legitimado pelo Estado nacional, pelos meios de comunicação e, de diferentes maneiras, pela epistemologia do impacto.

Referências

- ACOSTA, A. **O bem viver**. São Paulo: Editora Elefante, 2015.
- AGUIAR, V. G. Geotecnologias e a cartografia social para a representação de territórios em conflitos ambientais no norte do Tocantins. **Escritas**: Revista do curso de História de Araguaína, v. 11, p. 52-66, 2019.
- BERMAN, C. **Energia para o Brasil**: pra quê? Pra quem? Crise e alternativa para um país sustentável. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2001.
- CAMPOLINA, Bernardo. O Planejamento Regional e Urbano no Brasil. **Revista Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, julho/dezembro, 2014, p. 345-348.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduf, 2014.
- DUSSEL, Enrique. **1492**. O encobrimento do outro. A origem do mito da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FEARNSIDE, Philip M. **Hidrelétricas na Amazônia**: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras. Manaus: Editora do INPA, 2015.
- GOMES, C. S.; ROQUETTI, D. R.; PULICE, S. M. P.; MORETTO, E. M. Usinas Hidrelétricas e Desenvolvimento Municipal: O Caso das Usinas Hidrelétricas do Complexo Pelotas-Uruguaí. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. V. 6, p. 150-163, 2017.
- HARVEY, David. The crisis of Capitalism. **RSA Animate**, 2010. Disponível em <https://www.thersa.org/globalassets/pdfs/blogs/rsa-lecture-david-harvey-transcript.pdf>. Acessado em 12 de dezembro de 2015.
- JACOBS, Jane. **Cities and wealth of nations**. New York: Vintage Books, 1985.
- LIMA, Ádila; MARQUEZ, Elineide. Negociação com atingidos na implantação de Usinas Hidroelétricas: A experiência dos atores e o tempo fazem a diferença. **Revista Observatório**. V. 04, N. 02. 2018, pp. 87-117.
- LITTLE, Paul. **Território sociais e povos tradicionais no Brasil**: Por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002.
- MCCULLY, Patrick. **Silenced Rivers**: the Ecology and Politics of Large Dams. New York: Zed Books, 2001.
- MELO, Liana. **Alumínio, um sorvedouro de energia elétrica**. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2009/09/21/aluminio-um-sorvedouro-de-energia-eletrica/>. Acessada em 23 de novembro de 2016.
- PIPPER, Karen. **The Price of Thirst**: Global Water Inequality and the Coming Chaos. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 2014.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005, p. 117-142.

ROCHA, Judite. **Usina Hidroelétrica de Estreito: impactos sobre a saúde e a resistências das famílias atingidas.** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz (Dissertação de mestrado), 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo.** Coimbra: Almedina, 2018.

SEGATO, Rita Laura. **Alteridades históricas/Identidades políticas: uma crítica a las certezas del pluralismo global.** Brasília: Universidade de Brasília, 1998. Disponível em <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie234empdf.pdf>. Acessado em 12 de maio de 2018.

SEVÁ, Oswaldo; GARZON, Luis Fernando Novoa; NÓBREGA, Renata. Os rios de Rondônia: reserva de megawatts e passivo social e ambiental. **Horizontes amazônicos: economia e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011, p. 51-68.

SEVÁ, Oswaldo. Estranhas Catedrais. Notas sobre o capital hidrelétrico, a natureza e a sociedade. **Ciência e cultura.** v. 60, n. 3, p. 44-50, 2008.

SILVA JÚNIOR, Cícero P; PETIT, P. Memórias alagadas: a Amazônia Oriental e os projetos hidrelétricos, o caso da UHE de Estreito (MA/TO). **Espacialidades.** v. 7, p. 10, 2014.

SINGER, Andrés Singer. **O lulismo em crise.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SMITH, Oliver A. What is a disaster. **The angry earth.** Disaster in Anthropological perspective. Nova York/Londres: Routledge, 1999, p. 18-34.

VELHO, Otávio. **Frente de expansão e estrutura agrária estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

**UMA CARTA, UMA DECLARAÇÃO E UMA CONVENÇÃO:
INFÂNCIAS, NORMATIVAS INTERNACIONAIS E DIREITOS HUMANOS NO
TEMPO PRESENTE**

Silvia Maria Fávero Arend

Infâncias, direitos e população¹

Em 20 de novembro de 1989, os membros da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovaram a Convenção sobre os Direitos da Criança sob um clima, na época, bastante favorável. O tratado entrou em vigor depois que 20 países o ratificaram em 2 de setembro do ano seguinte². A mencionada normativa internacional constitui o tratado que foi ratificado — muitas vezes, com várias cláusulas de reserva — pelo maior número de países membros da Organização das Nações Unidas até os dias atuais. O Estado brasileiro, através de um decreto do primeiro presidente da República eleito diretamente pela população no período da redemocratização, Fernando Collor de Mello, ratificou a normativa internacional em 21 de setembro de 1990³.

Este capítulo, cujo tema são as infâncias⁴ e os Direitos Humanos⁵, têm dois objetivos principais. Inicialmente, uma reflexão sobre problemas sociais vigentes no início do século XX que levaram à produção de normativas internacionais. Posteriormente, um histórico acerca das três principais normativas internacionais produzidas a partir do Direito Internacional Público que “transformaram” as

1 Em memória de Luiz Felipe Falcão.

2 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989.

3 BRASIL. Decreto número 99.710, de 21 de novembro de 1990.

4 Infâncias ou infância no presente texto refere-se ao período da vida das pessoas compreendido entre 0 e 18 anos.

5 Para uma análise do discurso enunciado sobre os Direitos Humanos, especialmente pelos organismos internacionais, no século XX, ver: Hoffmann, 2019.

pessoas menores de idade de ambos os sexos (crianças, adolescentes e jovens⁶) em portadores de direitos. As fontes que balizam a escrita desta narrativa (redigida de forma ensaística) são, sobretudo, a letra da lei das normativas internacionais.

A produção do discurso jurídico para as crianças, adolescentes e jovens na área dos Direitos Humanos por meio de “uma carta, uma declaração e uma convenção” constitui-se em uma temática da História do Tempo Presente. Ao longo da narrativa problematizaremos acerca das múltiplas temporalidades – a experiência das pessoas, as expectativas de futuro expressas na letra da lei e as dificuldades de superação do passado – presentes nesse “cenário” que teve como palco o século XX. A legislação em na análise é compreendida como a expectativa de futuro construída nessa complexa relação temporal não unívoca. Conforme afirma o historiador alemão Reinhart Koselleck:

De acordo com a minha tese, a diferença entre a experiência e expectativa tem aumentado cada vez mais na modernidade. Mais precisamente: a modernidade só foi compreendida como tempo novo a partir do momento em que as expectativas começaram a se distanciar cada vez mais das experiências realizadas. Já expliquei que a expressão “progresso” conceitualizou pela primeira vez essa diferença (Koselleck, 2014, p. 309).

Os direitos de crianças, adolescentes e jovens de cunho humanitário nasceram atrelados à emergência de processos biopolíticos. Estes visavam sobretudo a diminuir a mortalidade infantojuvenil, assim como edificar corpos e subjetividades considerados saudáveis, com vistas a possibilitarem o exercício do labor na vida adulta. Em países da Europa e da América⁷, desde o século XIX, estava sendo implementado um conjunto de práticas e valores inicialmente para os homens, mulheres, jovens e crianças das elites e das camadas médias e, depois, estendido lentamente aos considerados pobres. Esse conjunto passou a ser denominado pela historiografia de norma familiar burguesa, por admitir, em sua composição, apenas pai, mãe e filhos/as; além disso, mobilizou representações sociais que conformam o chamado amor romântico entre os cônjuges, bem como o amor materno e paterno em relação a filhos e filhas. Ainda

6 Utilizamos, aqui, as categorias criança (entre 0 e 12 anos), adolescente (entre 12 e 15 anos) e jovem (entre 15 e 19 anos), oriundas do discurso jurídico (Direito Civil, Direito Penal e Direitos Humanos). As categorias foram edificadas por pensadores da área jurídica a partir de uma perspectiva sociocultural e etária.

7 Optamos por focar essa análise somente em processos históricos ocorridos na Europa e na América, em função de a historiografia utilizada na construção da narrativa ter como recorte espacial e geopolítico essas regiões do globo. Vale lembrar que, entre os séculos XVIII e metade do XX, uma parcela significativa das regiões da Ásia, África e Oceania estava sob o domínio de países europeus (Portugal, Espanha, Grã-Bretanha, França, Holanda etc.).

nesse “dispositivo”, a sexualidade do casal deveria ser pautada pela prática da monogamia e pelo heteroerotismo. Às mulheres caberiam a administração do mundo doméstico e a maternagem das crianças, enquanto aos homens se atribuía a função de provedores, atuando no âmbito do público. Já as relações de parentesco entre os membros da família seriam construídas a partir de dois eixos: consanguinidade e afetividade.

De forma concomitante, nas mudanças de “configuração” da família, médicos, pedagogos, operadores do Direito, assistentes sociais, religiosos, psicólogos, entre outros profissionais, passaram a enunciar para crianças, adolescentes e jovens novas práticas e valores. Tal movimento – descrito pela historiografia como nascimento e consolidação do ideário da infância burguesa –, foi pautado pelo processo de transformação da população infantojuvenil em seres em formação, os quais necessitariam de cuidados materiais e afetivos de seus pais e/ou parentes.

Ao pai e à mãe, preferencialmente consanguíneos em relação à prole, atribuíam-se diversas responsabilidades: pelo sustento dos filhos e filhas até a juventude; pela interdição de práticas laborais e de cunho sexual até determinada idade da vida; pela socialização de meninos e meninas, dos 7 aos 18 anos de idade, em geral, assegurando-lhes o acesso aos bancos escolares.

Segundo Michel Foucault (2007), os dois processos históricos, entendidos de forma conjugada, eram de fundamental importância para a produção de uma população adulta de ambos os sexos saudável, que poderia trabalhar nas fábricas, no setor de serviços, povoar as colônias ou regiões do globo consideradas inabitadas, ou compor as forças armadas.

Crianças, adolescentes e jovens “em perigo” no início do século XX

Nas três primeiras décadas do século XX, um conjunto de práticas há longa data vigentes em sociedades de diferentes partes do globo passou a compor uma vasta problemática social, assim compreendida por ativistas e profissionais da esfera governamental que atuavam no campo da assistência social às infâncias de países da Europa e da América. Por outro lado, outros processos sociais de caráter inovador, como a educação escolar estendida à totalidade da população infantojuvenil de diferentes países, passaram a também ser reivindicados pelos agentes mencionados. Dado “cenário” que descreveremos a seguir, inferimos sobre parte dos problemas sociais que se dispuseram a enfocar por meio da defesa de direitos que seriam garantidos a crianças, adolescentes e jovens pelas normativas internacionais.

As sociedades que tinham como principais atividades econômicas aquelas ligadas à agropecuária utilizavam crianças, adolescentes e jovens como mão de obra em larga escala. Essas atividades laborais, realizadas cotidianamente ou de forma sazonal, não eram socialmente condenadas, por se entender que não colocavam em risco corpos ou/e a subjetividades das pessoas. Todavia, sabemos que meninos e meninas que trabalhavam de sol a sol nas atividades agropecuárias, na vida adulta apresentavam problemas de saúde em seus corpos. Vale lembrar, ainda, que a expectativa de vida de uma parcela significativa da população dos referidos países, até o início do século XX, girava em torno de 40 anos de idade (Berquó, 1998).

Com o advento da industrialização, a partir da metade do século XVIII, e de atividades econômicas correlatas (por exemplo, exploração do carvão e, depois, do petróleo), o trabalho infantojuvenil passou a ser empregado em larga medida nos denominados setores secundários e terciários da economia. Em diferentes países cujas atividades industriais floresceram, meninos e meninas passaram a trabalhar nas fábricas instaladas nos centros urbanos, e adjacências, por mais de dez horas por dia. O salário recebido por crianças e adolescentes de ambos os sexos no desempenho das atividades industriais, geralmente muito inferior ao de homens e mulheres adultos, era utilizado pelas famílias para complementar a renda. Os meninos e meninas ainda trabalhavam nas minas de carvão e de outros minérios que alimentavam os fornos das indústrias (Santos Júnior, 2017).

O setor de serviços no espaço urbano, que ao longo do século XX foi adquirindo cada vez maior vulto, também empregava crianças e adolescentes em larga escala. Em função das mudanças ocorridas na composição da família — que resultaram no fim da coabitação dos parentes de diferentes gerações, assim como na abolição do trabalho compulsório — adolescentes do sexo feminino, preferencialmente, passaram a ser recrutadas para trabalhar nos serviços domésticos e na maternagem das crianças. Esse labor infantojuvenil feminino caracterizava-se por longas jornadas de trabalho, muitas vezes “pagas” somente através de “um prato de comida” e de um teto para morar. Já os meninos nas cidades trabalhavam sobretudo como engraxates, vendedores de jornais, ambulantes ou auxiliando nos estabelecimentos comerciais e na construção civil. As referidas atividades, além de serem mal remuneradas, também exigiam longas jornadas de trabalho.

A partir do final do século XIX, começaram a circular, através da grande imprensa, discursos proferidos por médicos em tom de denúncia acerca dos vários tipos de enfermidades (com destaque para as mutilações corporais e para a pneumonia, doença que levava a óbito no período) provocadas nas crianças e adolescentes em função das atividades laborais desempenhadas nas fábricas e nas

minas. O tema do labor infantojuvenil, especialmente no setor fabril, passou paulatinamente a constituir pauta de discussões que, na época, começaram a se travar no seio do movimento operário na Europa e na América. Anarquistas, socialistas e comunistas preconizavam “soluções” diferenciadas para a questão. Uma parte do movimento operário propunha a regulamentação das atividades laborais infanto-juvenis; outra, preconizava a abolição dessas relações de trabalho. Essas duas “premissas” norteavam também os debates realizados pelos membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919, sob os auspícios da Liga das Nações⁸, assim como as ações dos ativistas sociais da área da infância (Santos Júnior, 2017).

Nas primeiras décadas do século XX, outro tema que mobilizou ativistas sociais e burocratas que atuavam no campo das infâncias foi o denominado “tráfico” de pessoas entre regiões, países e/ou continentes. Essa migração, muitas vezes de caráter internacional, de crianças, adolescentes e jovens desacompanhados de outros membros da família (e, especialmente, levadas por homens adultos), tinha por finalidade recrutar mão de obra para fábricas, serviços domésticos ou, ainda, para casas de prostituição de centros urbanos (Castles; Miller, 2004). O fato de meninos e meninas exercerem a atividade laboral da prostituição, além das questões associadas a uma moral burguesa, poderia produzir enfermidades em seus corpos e em suas subjetividades, o que os impediria de se desenvolverem de uma forma considerada saudável no plano biológico e no emocional. É importante lembrar que, na época, médicos e psicólogos oriundos de diferentes países, como Sigmund Freud, Stanley Hall, Alfred Binet e Lev Vygotsky, passaram a concentrar parte de seus estudos nas subjetividades vivenciadas pelas pessoas durante a infância.

Desde o século XVIII, com a instituição do complexo ‘roda dos expostos’⁹ em hospitais geridos por religiosos, seja em países da Europa ou da América, buscava-se resolver o problema dos infantes considerados sem família. O complexo da ‘roda dos expostos’ tinha como público alvo preferencial a prole considerada ilegítima do ponto de vista jurídico das mulheres das elites e camadas médias. Somente uma pequena parcela das famílias pobres, especialmente na América, utilizava a referida instituição para salvaguardar a vida de seus filhos e filhas. É importante observar que o índice de mortalidade dessas crianças, consideradas

8 A organização internacional Liga das Nações (também denominada de Sociedade das Nações) foi criada em 1919, com sede em Genebra. Tinha por finalidade primeira evitar os conflitos bélicos entre estados soberanos, bem como “gerenciar” a aplicação dos tratados, especialmente os firmados pelas nações europeias no fim da Primeira Guerra Mundial.

9 Os bebês colocados na ‘roda dos expostos’ ficavam, inicialmente, sob a responsabilidade dos gestores de hospitais, sendo, depois, enviados a mulheres da localidade, que realizavam a maternagem das crianças. Essas pessoas, geralmente, eram pagas pela administração pública ou pelas ordens religiosas.

expostas, eram bastante alto. A grande maioria das famílias pobres que habitava nos centros urbanos enviava parte de seus filhos e filhas para serem criados por outras famílias, geralmente com status *social* superior. Os genitores “pagavam” por esse acolhimento através do labor dos seus filhos e filhas. Com a difusão e apropriação sociocultural da norma familiar burguesa, essa “migração” tornou-se seletiva, reservada somente a adolescentes pobres do sexo feminino, que passaram a ingressar nas casas das famílias mais abastadas na condição de empregadas domésticas e/ou babás (Venâncio, 2010).

A outra parcela da população pobre, composta de bebês, de “crianças pequenas” e de meninos, permanecia com seus pais, mães ou parentes, vizinhos etc., ou então era enviada aos orfanatos. Esses espaços, idealizados para abrigar órfãos e órfãs pobres, geridos, em sua maioria, por ordens religiosas ou associações filantrópicas, buscavam garantir a subsistência das pessoas pobres, bem como o aprendizado de algum ofício e o ensino escolar das “primeiras letras”. Por mais de 150 anos, essas instituições de acolhimento, em seus diferentes formatos – patronatos agrícolas, asilos para meninas e meninos órfãos, escolas de correção etc. – formaram o “carro chefe” da assistência social, levada a cabo entre crianças e adolescentes pobres nos países da Europa e da América.

Na década de 1920, em função dos conflitos bélicos ocorridos no continente europeu, com destaque para a Primeira Guerra Mundial, foi observado um aumento significativo no número de órfãos e órfãs. Esse cenário superlativo referente à orfandade, conjugado com o já existente das famílias urbanas pobres, exigia que ações no campo da assistência social (construção de novos asilos; aumento de vagas nos orfanatos já existentes; adoção dos órfãos e órfãs) fossem tomadas para minimizar as privações por que passavam, na época, crianças, adolescentes e jovens considerados sem família.

Além das temáticas já mencionadas, outras duas questões moviam ativistas sociais e burocratas dos diferentes países da Europa e da América em relação às infâncias nas primeiras décadas do século XX. A primeira delas dizia respeito à introdução da educação escolar para o maior número possível de crianças, adolescentes e jovens. As mudanças, ocorridas sobretudo na produção industrial nas primeiras décadas do século XX, demandavam trabalhadores e trabalhadoras que fossem letrados. Eram muitos os “obstáculos” a serem vencidos no sentido de implementar a educação escolar em massa. Deste conjunto de “obstáculos”, destacamos os seguintes: os altos investimentos demandados a particulares ou aos Estados nacionais para a construção de escolas e contratação de docentes; a edificação de currículos escolares que tivessem em seu horizonte a formação de cidadãos e trabalhadores disciplinados e, enfim, a resistência das

famílias pobres, que dependiam de salários ou de outros tipos de renda que seus filhos e filhas obtinham nas atividades laborais que passaram a ser vedadas a crianças e adolescentes.

A outra questão era advinda do paradigma epistemológico do Direito Penal, que emergira nos séculos XVIII e XIX no Ocidente e tinha como foco homens e mulheres adultos que tinham praticado crimes. Um de seus principais pressupostos, “transportado” para o universo infantojuvenil, era a possibilidade de ressocialização do indivíduo após a passagem por instituições de confinamento. Os menores de idade de ambos os sexos que haviam cometido infrações em grande parte dos países da Europa e da América eram, na época, confinados em prisões ou em espaços similares, juntamente com adultos, estando, assim, à mercê de violências de várias ordens. Havia, então, a necessidade de se instituir uma Justiça específica para os menores de idade (com a criação de legislação, burocracia, espaços exclusivos para os abrigar), a qual teria por objetivo primordial gerir a população infantojuvenil autora de atos infracionais (Arend, 2011).

Três normativas internacionais: uma carta, uma declaração e uma convenção

As legislações escritas, ou consuetudinárias, relativas ao Direito nos âmbitos Civil, Penal, Constitucional, Social e de outros campos jurídicos de Estados-nações da Europa e da América, especialmente após a metade do século XIX, apresentavam prescrições de diferentes ordens para as pessoas consideradas menores de idade. O *status* jurídico de ser considerado “de menor” (que, no caso brasileiro, difere em relação ao Direito Civil e ao Penal) era, inclusive, outorgado por essas legislações. O que prescreviam para crianças, adolescentes e jovens tinha como parâmetro o que ocorria no “universo” dos considerados adultos. Duas mudanças de paradigma deram-se em relação às normativas internacionais, constituídas de acordo com a perspectiva dos Direitos Humanos. Esses textos foram produzidos por juristas, membros dos corpos diplomáticos de países, organizações internacionais, ativistas sociais etc., tendo como norte as experiências vivenciadas por uma parcela da população infantojuvenil, especialmente a oriunda das sociedades europeias. Através da letra da lei (e de seus desdobramentos nas políticas sociais), procurava-se garantir, em primeiro lugar, os direitos de crianças, adolescentes e jovens e, depois, os de homens e/ou mulheres adultos. O rompimento com a ótica adultocêntrica de garantia de direitos tem sido, possivelmente, um dos principais fatores que levaram os corpos diplomáticos dos Estados nacionais a serem

reticentes em reconhecer e/ou ratificar esses documentos, produzidos sob a égide do Direito Internacional Público. Este cenário sofreu modificações somente em 1989, após a aprovação da Convenção sobre os Direitos da Criança.

Antes de seguirmos adiante nessa reflexão, entendemos ser importante, tendo em vista os princípios jurídicos da *juridicidade da norma* e da *obrigatoriedade da sua observância*, apresentar uma definição do que entendemos por Direito Internacional Público. De acordo com o jurista Gustavo Ferraz de Campos:

[...] o direito internacional foi tomado em sua unicidade, como algo que é decidido pela sociedade internacional, ou por um ou por alguns de seus sujeitos, decisões essas que acabam por repercutir tanto no âmbito estadual como no individual. Vale dizer: levaram-se em consideração as decisões que afetam, direta ou indiretamente, não só os Estados-membros da sociedade internacional, agrupados ou não em organizações internacionais ou de integração, como ainda, e principalmente, as populações desses mesmos estados (Monaco, 2004, p. 15).

Em 1924, os corpos diplomáticos dos países que compunham a Liga das Nações aderiram ao documento idealizado por ativistas sociais europeus, filiados à *International Union for Child Welfare*. A normativa internacional foi denominada Carta da Liga das Nações ou Declaração de Genebra. À frente da referida entidade estava a ativista social inglesa Eglantyne Jebb, fundadora, em 1919, do *Save the Children Fund*. O *Save the Children Fund* atuava no campo da assistência social na Grã-Bretanha e em outros países europeus. Suas atividades eram norteadas por princípios humanitários internacionalistas (as crianças deveriam ser “socorridas” independente de nacionalidade, religião ou pertencimento étnico/racial) e relativos à justiça social. O documento adotado pela Liga das Nações, conforme se observa abaixo, era do seguinte teor:

Carta da Liga das Nações

À criança devem ser concedidos os meios necessários para o seu desenvolvimento normal, material e espiritual.

A criança que tem fome deve ser alimentada; a criança que está doente deve receber os cuidados de saúde necessários; a criança que está “atrasada” deve ser ajudada; a criança delinquente deve ser recuperada; o órfão e a criança abandonada devem ser protegidos e abrigados.

A criança deve ser a primeira a receber o socorro nos casos de catástrofes ou crises.

À criança devem ser dados os meios para que ela se torne capaz de sustentar-se e deve ser protegida contra toda forma de exploração.

A criança deve ser criada tendo em vista seus melhores sentimentos que devem ser colocados a serviço de seus semelhantes¹⁰.

10 LIGA DAS NAÇÕES. Declaração de Genebra, 1924.

A Carta da Liga das Nações, elaborada sob a ótica da provisão e da proteção, enunciava um conjunto de problemas sociais que deveriam ser enfrentados pelos governos dos países em relação a crianças, adolescentes e jovens: a pobreza, a desnutrição infantil, a falta de equipamentos na área médica, o labor infantojuvenil (considerado danoso para a saúde), a necessidade de amparar os considerados sem família, os órfãos, os portadores de deficiências e os percebidos como delinquentes. Buscava-se garantir, também, que nos conflitos bélicos e nas catástrofes naturais as crianças recebessem os socorros médicos em primeiro lugar. Nesse documento, de caráter internacional, o que se entendia por direitos humanos aparecia como sinônimo da implementação dos denominados direitos sociais. Os acirrados debates que se davam em outros planos sobre o papel que o Estado deveria desempenhar em relação à população ressoavam na área das infâncias.

Segundo a pesquisadora suíça da área da educação, Zoe Moody (2016, p. 108), outras cartas semelhantes à adotada pela Liga das Nações acerca dos direitos das crianças foram produzidas por instituições não governamentais filiadas a diferentes matrizes políticas (*Conseil International des Femmes, International of Young Workers, International Association of Socialist Youth, International Federation of Trade Unions* etc.) nos anos iniciais da década de 1920. Tal fato demonstra o protagonismo das instituições não governamentais em relação à proposição e à instituição desses direitos no período. Apesar de pesquisadores considerarem a Declaração de Genebra como “letra-morta”, pelo fato da grande maioria dos países pertencentes à Liga das Nações não ter implementado o disposto na normativa internacional em suas legislações nacionais, entendemos que o documento desempenhou um papel importante no período. As discussões suscitadas por essa declaração (e outros documentos) pautaram, por exemplo, debates nos Congressos Pan Americanos da Criança, ocorridos na América Latina na década de 1920 (Guy, 1998). No caso brasileiro, estes debates de cunho internacional, juntamente com outros realizados no país, levaram à promulgação, em 1927, do primeiro Código de Menores, pelo presidente da República, Washington Luís, e à criação, em estados da Federação, de uma Justiça de Menores (Arend, 2011).

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, em 1939, a Liga das Nações deixou de existir, pois não havia conseguido evitar o conflito bélico. Sabe-se que a guerra teve como palcos especialmente o continente europeu e o asiático, e perdurou até 1945. Estima-se que o conflito bélico, entre militares e civis, tenha levado à morte de mais de 50 milhões de pessoas. Nesta cifra está computado também um significativo número de crianças, adolescentes e jovens. É então que, logo após o fim das hostilidades, sob a liderança dos Estados Unidos, é proposta a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) como um novo

organismo intergovernamental entre os vencedores da guerra. As violências de várias naturezas infligidas às populações civis e militares pelas forças militares e policiais dos países beligerantes durante o conflito bélico levaram os membros fundadores da entidade a estabelecer como uma das “bandeiras” da instituição a defesa dos Direitos Humanos. Em 1948, foi promulgada pelos representantes do organismo intergovernamental a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que procurou “circunscrever” um conjunto de direitos civis, políticos e sociais para as populações do globo. O jurista André de Carvalho Ramos afirma o seguinte sobre o tratado:

Nos seus trinta artigos, são enumerados os chamados *direitos políticos e liberdades civis* (artigos I ao XXI), assim como *direitos econômicos, sociais e culturais* (artigos XXII-XXVII). Entre os direitos civis e políticos constam o direito à vida e à integridade física, o direito à igualdade, o direito de propriedade, o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, o direito à liberdade de opinião e de expressão e à liberdade de reunião. Entre os direitos sociais em sentido amplo constam *o direito à segurança social, ao trabalho, o direito à livre escolha da profissão e o direito à educação*, bem como o “direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis” (direito ao mínimo existencial – art. XXV).

Quanto à ponderação e conflito dos direitos, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) prevê, em seu artigo XXIX, que toda pessoa tem *deveres* para com a comunidade e estará sujeita às *limitações de direitos*, para assegurar os *direitos dos outros* e de satisfazer às *justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática*. O artigo XXX determina que nenhuma disposição da Declaração pode ser interpretada para justificar ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades estabelecidos, o que demonstra que os *direitos não são absolutos* (Ramos, 2019, p. 49-50).

A Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pelos membros da ONU no ano de 1959, interagia com o documento de 1948. A normativa internacional, composta de um preâmbulo e dez princípios, nasceu a partir de um debate de aproximadamente dez anos entre os representantes da ONU e membros das organizações não governamentais, tais como a *International Union for Child Welfare*. O cenário geopolítico internacional pós-Segunda Guerra Mundial, pautado pela “guerra fria”, foi determinante para que o documento apresentasse os enunciados que iremos descrever abaixo. Este cenário se caracterizava pela crescente ratificação dos tratados oriundos do Direito Internacional Público pelos Estados soberanos; pela atuação dos corpos diplomáticos dos países socialistas nas organizações intergovernamentais em defesa da instituição dos direitos sociais; e pela criação das agências das ONU, tais como o Fundo das

Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que passaram a desempenhar papéis de destaque em relação às políticas sociais efetuadas em favor de crianças, adolescentes e jovens, implementadas em países dos vários continentes em relação, respectivamente, à saúde e à educação (Kolb, 2005).

A Declaração Universal dos Direitos da Criança, como veremos a seguir, foi construída da mesma forma que a Declaração de Genebra, a partir da perspectiva sociojurídica da proteção e da provisão. A cláusula pétrea da normativa internacional é o princípio 1º, que afirmava que toda a criança, independente de “raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento ou qualquer outra condição, quer sua ou de sua família,” teria garantidos os direitos enunciados no tratado. Através desse enunciado inaugurava-se um novo cenário no campo jurídico voltado para as crianças, pois estas, bem como adolescentes e jovens, passavam a ser portadores de direitos. Por outro lado, tal princípio também remetia e expressava o caráter utópico do ideário dos Direitos Humanos. Ou seja, como implementar esses direitos para populações infantojuvenis que viviam (e vivem) sob condições tão diferenciadas do ponto de vista econômico e/ou sociocultural (Moyn, 2010)

Para o sociólogo Manfred Liebel (2010), a Declaração Universal dos Direitos da Criança foi edificada tendo por base o paradigma epistemológico relativo às teorias psicológicas do desenvolvimento infantil então em voga na Europa e na América. O princípio 2º preconizava que a legislação deveria garantir o pleno desenvolvimento da população infantojuvenil e que seus interesses deveriam se sobrepôr aos dos demais dispostos nessas leis. Já o princípio 3º, tributário das experiências vivenciadas pelos refugiados e apátridas no pós-guerra, afirmava que toda criança teria direito a um nome e a uma nacionalidade. A garantia de que as crianças tivessem acesso a um sistema de saúde era o mote do princípio 4º. O enunciado dos direitos das crianças portadoras de deficiências estava descrito no quinto princípio. O princípio de número 6 (talvez o que mais estava pautado nas teorias psicológicas do desenvolvimento infantil) preconizava que pais e governos deveriam responsabilizar-se pelos que não possuíam família ou meios de subsistência. O princípio 7º buscava garantir que as crianças tivessem acesso à educação escolar, que deveria ser gratuita e obrigatória nas séries elementares, como também “transformava” o lazer num direito de meninos e meninas. A afirmação de que as crianças deveriam ser socorridas em primeiro lugar em caso de catástrofes estava prescrita no princípio oitavo. O princípio 9º tinha como tema as relações de trabalho infantojuvenil, abordadas do ponto de vista da regulamentação do labor. Por fim, o princípio 10º, também redigido sob uma

perspectiva utópica e sob o impacto dos eventos da Segunda Guerra Mundial, preconizava que a educação das crianças deveria ocorrer sob “um espírito de compreensão, tolerância e amizade entre os povos”.

No processo de circulação e apropriação de ideias entre o Direito Internacional Público e os corpos jurídicos nacionais, que começavam a ganhar maior vulto a partir da década de 1950, o que estava em jogo era a produção da denominada “criança universal”. Processo histórico de grande complexidade, envolto em múltiplas temporalidades que, por um lado, excluía outras formas de “ser” criança, adolescente ou jovem de grupos sociais que habitavam as várias regiões do globo. Por outro, procurava garantir, sob a perspectiva doutrinária dos Direitos Humanos, proteções de diferentes escopos.

Conforme o jurista Gustavo Ferraz de Campos Monaco (2005), os direitos de alcance homogêneo (para as pessoas sem distinção de idade) *reafirmados* em relação às crianças são o direito à igualdade, à compreensão, ao desenvolvimento, à liberdade, à dignidade e à integridade (física, moral e intelectual). Já os direitos *exercitáveis durante o período da infância*, mas também homogêneos, segundo o autor, são o direito à alimentação, à educação, à saúde, à nacionalidade e a um nome e patronímico. A não garantia desses direitos de alcance homogêneo exercitáveis durante a infância, de acordo com esta perspectiva jurídica, pode acarretar sérios problemas na trajetória futura da pessoa. O direito à convivência familiar, o direito a não trabalhar, o direito de proteção e socorro em momentos de dificuldades e necessidades extremas e os direitos das crianças consideradas deficientes são os denominados direitos de alcance heterogêneo. Os direitos de alcance heterogêneo são considerados *exclusivos* de crianças, adolescentes e jovens, admitindo-se, para governos e sociedade civil, serem os de maior dificuldade de implementação.

Apesar da Convenção sobre os Direitos da Criança ser, dos três documentos aqui analisados, o que foi produzido mais recentemente, é o que apresenta o maior número de estudos em diferentes áreas do conhecimento, como Direito, Sociologia, Educação e História. O surgimento da normativa internacional tem sido associado, sobretudo, a dois fatos históricos. Em primeiro lugar, a legislação teria sido produto das mobilizações em prol da infância ocorridas em diferentes partes do mundo em decorrência do “Ano Internacional da Criança”, em 1979. A efeméride de grande repercussão havia sido promovida pelos representantes da ONU com vistas a celebrar o vigésimo aniversário da Declaração Universal do Direitos da Criança. Por outro lado, uma segunda motivação em torno do tema da infância no campo do Direito Internacional Público, teriam sido as das disputas ocorridas durante a guerra fria entre os países ocidentais e os do bloco

socialista. Os países ocidentais haviam proposto, na década de 1970, a criação de uma Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis. Como resposta à referida iniciativa, o bloco dos países socialistas, por intermédio do governo da Polônia, propôs, em 1978, a criação de uma Convenção sobre os Direitos da Criança. A proposta dessa nova legislação foi apresentada pelo governo da daquele país, cuja população infantojuvenil (especialmente a de origem judaica e cigana) tinha vivenciado graves violações em seus direitos durante a Segunda Guerra Mundial. Vale ressaltar que, dependendo da filiação política do pesquisador ou pesquisadora, a interpretação do referido processo histórico recai com maior ênfase sobre um ou outro fato histórico.

A Convenção sobre os Direitos da Criança foi redigida entre 1978 e 1989, a partir de debates realizados em sessões da Comissão de Direitos Humanos da ONU. Os debates, capitaneados pelo jurista polonês Adam Lopatka, contaram com a participação dos membros dos corpos diplomáticos dos países dos diferentes continentes que compunham a Comissão de Direitos Humanos, de representantes de organizações não governamentais e de agências internacionais filiadas à ONU. Na primeira metade da década de 1980, os debates entre os países ocidentais e os do bloco socialista foram acirrados em torno da implementação de direitos civis, políticos e sociais. Conforme descreveu o sociólogo Francisco Pilotti (2001), o referido cenário modificou-se após 1985, em função dos processos socioeconômicos e político que ocasionaram o fim da União Soviética. Segundo o autor:

Como consequência do “degelo” desse conflito durante a segunda metade dos anos 80, governos dos países da Europa Oriental, em um esforço para demonstrar credibilidade e confiabilidade de seus processos de abertura democrática, se aproximaram das posições do Ocidente em fóruns internacionais. Por outro lado, a distensão permitiu às nações da Europa Ocidental assumirem posições mais independentes das diretrizes da política externa dos Estados Unidos, o que se traduziu em um apoio muito mais enfático aos direitos sociais contidos no projeto de Convenção, uma vez que esse é um componente central do Estado social de inspiração social-democrata. Desta forma, se conforma uma conjuntura altamente favorável para a aprovação de um novo texto que integre direitos civis, políticos, socioeconômicos e culturais, característica inovadora da Convenção. Posteriormente, especialmente durante os processos de ratificação e implementação, a fim de evitar as conotações políticas que a divisão de direitos humanos adquiriu durante a Guerra Fria, decidiu-se ignorar à distinção clássica em favor de uma nomenclatura que agrupa os direitos consagrados na Convenção sobre direitos de participação, provisão e proteção (Pilotti, 2001, p. 51-52)¹¹.

11 Tradução da autora.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, diferentemente dos outros dois documentos anteriores, foi construída sob a perspectiva da garantia da participação de crianças, adolescentes e jovens em atividades desenvolvidas na sociedade. Desde as primeiras décadas do século XX, conforme afirma Liebel (2010), observou-se um embate no campo sociojurídico entre os ativistas sociais que defendiam o protagonismo (também denominado de participação) da população infantojuvenil e os que preconizavam a proteção das pessoas consideradas menores de idade. Entre os educadores e movimentos sociais que tinham como bandeira o protagonismo, destaca-se o pediatra e educador polonês Janusz Korczak (pseudônimo de Henryk Goldszmit), morto pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial, e o *Children's Liberation Movement*, que foi organizado nos Estados Unidos na década de 1970. O debate entre os grupos acima mencionados teve como foco sobretudo os temas das relações de trabalho infantojuvenis e dos processos relativos à escolarização. Apesar das obras que tratam da temática dos direitos dos infantes se reportarem de forma muito breve a tais agentes, vale destacar que os pedagogos tiveram participação importante nesse debate (Rosemberg; Mariano, 2010).

A Convenção sobre os Direitos da Criança é constituída por um preâmbulo e três partes, sendo a primeira composta por 41 artigos; a segunda, por 4 artigos (42, 43, 44 e 45) e a última, por 9 artigos (artigos 46 a 54)¹². Os artigos da segunda parte descrevem os procedimentos diplomáticos e administrativos que os Estados devem realizar após a ratificação da normativa internacional. A cada cinco anos, os governos devem enviar um relatório para o Comitê dos Direitos da Criança. O comitê possui a missão de produzir relatórios que avaliam se os governos estão instituindo em suas legislações nacionais e nas políticas sociais os dispositivos na convenção. Já a terceira parte da legislação informa sobre os procedimentos que os Estados nacionais devem adotar para efetuar a ratificação do documento.

Devido à extensão do tratado, faremos comentários gerais acerca dos 41 artigos da primeira parte, agrupando-os por temas de acordo com o Comitê dos Direitos da Criança. Diferente dos documentos produzidos anteriormente, a Convenção sobre os Direitos da Criança define, em seu primeiro artigo, quem é o sujeito de direitos de que trata a normativa internacional, ou seja, pessoas de ambos os sexos com idade entre zero e 18 anos. A definição a partir “das idades da vida” é de suma importância na construção da “criança universal”, uma vez que foram os discursos biológicos e médicos do Ocidente que nortearam a construção dos demais artigos.

12 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989.

Nos “princípios gerais” temos o “arcabouço” jurídico da convenção. O segundo artigo, pautado nas *premissas* dos Direitos Humanos, afirma que nenhuma criança pode ser discriminada em função “de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação”. O artigo 3, por sua vez, infere que, nas decisões acerca das crianças, os interesses delas devem prevalecer sobre os dos demais. Tendo em vista as óticas de provisão e proteção, o sexto artigo garante o direito à vida e ao pleno desenvolvimento da criança. Por fim, o artigo 12, norteado pelo princípio do protagonismo, garante a livre opinião da criança, bem como a possibilidade de ela ser ouvida nos processos judiciais (a oitiva judiciária) e de cunho administrativo. Os direitos civis e a garantia das liberdades são abordados no tratado de forma semelhante aos outorgados aos adultos¹³.

As prescrições sobre as relações sociais que se dão no âmbito da família estão presentes em onze artigos¹⁴. A normativa internacional preconiza que a responsabilidade pela criação dos filhos e filhas é da família consanguínea e que os governos devem fornecer subsídios necessários para que este processo seja efetivado. Os governos também devem amparar as crianças consideradas sem família, bem como regulamentar os processos relativos à adoção em nível nacional e internacional. Outra questão importante, tratada na convenção, diz respeito às violências que ocorrem no ambiente doméstico, como maus tratos e violências sexuais. De acordo com a legislação, os governos devem implementar programas sociais de apoio às vítimas das mencionadas violências. Essas prescrições, em grande parte norteadas pela norma familiar burguesa, em países como o Brasil, levaram paulatinamente ao desmonte da política social relativa ao abrigo de crianças, adolescentes e jovens em grandes instituições (asilos, orfanatos etc.). Uma parcela significativa das críticas à convenção de cunho sociocultural está centrada nesses artigos.

Os direitos das crianças portadoras de deficiências e à saúde, de acordo com a normativa internacional, “caminham” no sentido de os governos implementarem um sistema pautado no bem-estar social (evitar a mortalidade infantil; combater a desnutrição; instituir práticas médicas do Ocidente; difundir a concepção de planejamento familiar etc.)¹⁵. A convenção garante o direito às crianças a uma educação escolar primária e gratuita, como também propõem que a escolarização nos outros níveis (secundário, universitário, profissional etc.) seja

13 Ver os artigos 7, 8, 13, 17, 14, 15, 16 e 37.

14 Ver os artigos 5, 18, 9, 10, 27, 20, 21, 11, 19, 39 e 25.

15 Ver os artigos 23, 24, 26, 18 e 27.

incentivada e/ou levada a cabo pelos governos¹⁶. A legislação também “transformou” o lazer e as atividades culturais em direito das crianças.

A convenção procura garantir direitos às pessoas menores de idade que cometeram infração, conforme disposto no ideário do Direito Penal ocidental. A legislação preconiza que as normas do direito humanitário internacional sejam aplicadas às crianças em casos de guerra e aos refugiados, bem como procura regulamentar a participação dos infantes como soldados nos conflitos armados. É importante destacar que, neste último caso, a idade mínima para o ingresso nas forças militares é 15 anos.

A convenção prescreve que os governos devem regulamentar o labor infantojuvenil em seus países, tendo em vista a preservação das condições de saúde da criança e a faixa etária dos trabalhadores e trabalhadoras; devem, igualmente, interditar os espaços de trabalho considerados perigosos para os infantes (minas, fábricas etc.)¹⁷. Já os artigos 34 e 35 tratam da necessidade dos governos de proteger as crianças das violências sexuais, como as que ocorrem na atividade laboral da prostituição, no âmbito da família e da comunidade (práticas do incesto e/ou do estupro), e nas atividades relativas aos meios de comunicação de massa (filmes pornográficos, fotografias etc.)¹⁸. Por fim, o artigo 30 procura garantir às crianças das consideradas minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, indiferentemente de países ou regiões, o direito de preservar práticas e valores, com destaque para o idioma. Ou seja, a escolarização e outros processos socioculturais deveriam acontecer no idioma da população infantojuvenil.

Segundo Moody, na metade da década de 1980, os representantes da Unicef passaram a ter uma importante atuação nos debates sobre os “destinos” da convenção, que ocorriam nas reuniões anuais da Comissão de Direitos Humanos. A agência da ONU que, desde a sua criação, tinha como foco a saúde das crianças e adolescentes, especialmente das nações pobres, passou a ter também como atribuição a garantia dos direitos da população infantojuvenil. Após a aprovação da normativa internacional em 1989, os membros da Unicef tornaram-se os principais “arautos” da difusão do ideário da convenção em países situados em diferentes continentes. Parte da boa receptividade do tratado pelos governos desses países, conforme mencionamos no primeiro parágrafo do texto, está associada a esse processo ocorrido no fim da guerra fria (Oestreich, 1998). Outra

16 Ver os artigos 28, 29 e 31.

17 Ver os artigos 32 e 36. Para uma análise de como o tema do trabalho infantil foi abordado na Convenção dos Direitos sobre da Criança, ver: Arend, 2015.

18 Para uma análise de como a temática das violências sexuais foram abordadas na Convenção dos Direitos sobre da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil), ver: Arend, 2020.

questão importante de ser observada em relação à circulação dos discursos relativos aos Direitos Humanos presentes na convenção é que na década de 1990 uma parcela das nações do globo possuía legislações nacionais para os infantes, um aparato burocrático e alguma política social norteada pelo ideário do bem-estar social. Esse cenário (diferente dos vigentes em 1924 e em 1959) contribuiu para que parte do proposto na letra da lei deixasse, paulatinamente, de ser entendido apenas como utopia.

Considerações Finais

Verificamos, num hiato de aproximadamente 80 anos, que, pelo menos na letra da lei, as organizações internacionais buscaram garantir direitos a crianças, adolescentes e jovens das diferentes regiões do globo. O escopo dos considerados problemas sociais abarcados pela convenção é bastante amplo. Observamos, todavia, que uma parcela dos problemas sociais abordados no tratado ainda são tributários dos mencionados na Carta de Genebra e na Declaração Universal do Direitos da Criança. Tal fato demonstra que o processo de garantia de direitos à população infantojuvenil está envolto em temporalidades distintas, bem como implica mudanças socioculturais, econômicas e políticas, muita vezes de grande monta nas sociedades. Do nosso ponto de vista, os obstáculos a serem vencidos estão associados a três processos que se encontram interligados: a necessidade de incorporação nas legislações nacionais do que prescreve a Convenção; a existência de recursos econômicos para a implementação das políticas sociais; e a “resolução da delicada equação”, que é garantir direitos respeitando os diferentes modos de “ser criança” presentes nas sociedades.

Referências

AREND, Silvia Maria Fávero. Convenção sobre os Direitos da Criança: em debate o labor infantojuvenil (1978-1989). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 29-47, jan./abr. 2015.

_____. **Histórias de abandono**: infância e justiça no Brasil (década de 1930). Florianópolis: Mulheres, 2011.

_____. Rompendo o silêncio: violências sexuais, infâncias e direitos (1989-2000). **Outros Tempos**, vol. 17, n. 29, p. 205 - 220. 2020.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, Lilia M. (Org.) **História da Vida Privada no Brasil**. Contrastes da Intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 412-437.

CASTLES, Stephen; MILLER, Thomas. **La era de la migración**. Movimientos internacionales de población en el mundo moderno. México: INM: Universidad de Zacatecas-Porrúa, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2007, v. 1.

GUY, Danna. The Pan American Child Congresses, 1916 to 1942. Pan Americanism, Child Reform and Welfare State in Latin America. **Jornal of Family History**. vol. 23, n. 3. July, 1998, 272-291.

HOFFMANN, Stefan-Ludwig. Os Direitos Humanos e a História. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, vol. 11, n. 27, p. 525-560. mai./ago. 2019.

KOLB, Robert. Mondialisation et droit international. **Relations internationales**, n. 123, p. 69-86. 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre a História. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

LIEBEL, Manfred. **Enfants, droits et citoyenneté**: faire émerger la perspective des enfants sur leurs droits. Paris: L'Harmattan, 2010.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. **A Declaração Universal dos Direitos da Criança e seus sucedâneos internacionais**. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. **A proteção da criança no cenário internacional**. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 2005.

MOODY, Zoe. **Les droits de l'enfant**: Genèse, institutionnalisation et diffusion (1924-1989). Éditions Alfril – Presses Universitaires Suisses: Neuchâtel, 2016.

MOYN, Samuel. **The last utopie**. Human Rights in History. Havard: Havard University Press, 2010.

OESTREICH, Joel E. UNICEF and the implementation of the Convention on the Rights of the Child. **Global Governance**, n. 4. 1998, p. 183-198.

PILOTTI, Francisco. **Globalización y Convención sobre los Derechos del Niño**: el contexto del texto. Naciones Unidas: Santiago del Chile, 2001.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

ROSEMBERG, Fúlvia; MARIANO, Camem Lúcia Sussel. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: tensões e debates. **Cadernos de Pesquisa**. v. 40, n. 141, p. 693-728, 2010.

SANTOS JUNIOR, José Pacheco dos. Pelos pequenos trabalhadores do Novo Mundo: OIT e trabalho infantojuvenil nas Américas (1936-1939). **Anuario del Instituto de História Argentina**, vol. 17, n. 1, e035. 2017.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Uma história social do abandono de crianças**: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda, 2010.

AUTORAS E AUTORES

Anny Jackeline Torres Silveira

Historiadora e professora do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e dos Programas de Pós-Graduação em História da UFOP e de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Seus trabalhos de pesquisa abrangem temas ligados à área da História da Saúde, Epidemias, História da Ciência, atuando também no campo da preservação e divulgação de acervos.

Denise Nacif Pimenta

Antropóloga e pesquisadora do Instituto de Pesquisas René Rachou - Fio-cruz Minas. Professora do curso de Pós-Graduação em Saúde Coletiva na Fio-cruz - Minas e do Mestrado Profissional Educação e Docência (Promestre) na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalha há mais de 15 anos com os aspectos sociais das doenças negligenciadas com foco nas arboviroses, controle vetorial e processos epidêmicos. Sua formação e experiência profissional é marcadamente interdisciplinar também atuando nas áreas de Educação em Saúde, História da Saúde e Divulgação Científica.

Dernival Venâncio Ramos Júnior

Professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Possui graduação (2002) e mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (2004) e doutorado em História pela Universidade de Brasília (2009). Fez estágio de pós-doutorado no Tropical Conservation and Development, da University of Florida da Universidade da Flórida (2015) e no Instituto de Migraciones da Universidade de Granada (2018/2019). Tem experiência na área de História,

com ênfase em História do Tempo Presente da América Latina e da Amazônia. Atua com pesquisa em extensão junto a comunidades tradicionais do Cerrado Amazônico, com ênfase em comunidades afetadas por grandes projetos de desenvolvimento como barragens e projetos agrícolas.

Eduardo Devés-Valdés

Professor do doutorado em Estudos Americanos e do mestrado em Estudos Internacionais da Universidade de Santiago do Chile. Doutor em Filosofia pela Universidade de Lovaina e doutor em Estudos Latino-Americanos, com menção em História, pela Universidade de Paris III. Especialista em estudos eidéticos, investiga o pensamento latino-americano, o pensamento de regiões periféricas e redes intelectuais. Pesquisador e coordenador do Programa de Pós-Doutorado do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de Santiago do Chile. Realizou inúmeras investigações com o apoio do CONICYT-FONDECYT e de outras instituições, realizando pesquisas na África, América, Ásia e Europa. Publicou mais de 190 trabalhos na Alemanha, Argentina, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Costa Rica, Cuba, Equador, Espanha, Grã-Bretanha, Guatemala, Itália, México, Nicarágua, Paraguai, Polônia, EUA. Alguns foram traduzidos para o árabe, chinês, francês, guarani, inglês, maia, mapudungún, português e russo. Dentre eles destacam: *El pensamiento Latinoamericano en el siglo XX entre la modernización y la identidad* (3 tomos 2000-2004); *El pensamiento africano sud-sahariano en sus conexiones y paralelos con el latinoamericano y el asiático* (2008) e *Pensamiento Periférico Asia-África-América Latina-Eurasia y más: Una tesis interpretativa global* (2012). Está entre os fundadores do Corredor de las Ideas, Encuentros Perú-Chile de Historiadores, dos Encuentros Argentina-Chile de Estudios Históricos, dos Encuentros Bolivia-Chile de Intelectuales e da Internacional del Conocimiento.

Enrique Serra Padrós

Possui graduação em Licenciatura e Bacharelado em História, Especialização em História da América Latina, Mestrado em Ciência Política e Doutorado em História, todos os cursos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professor associado da UFRGS, integra os Conselhos Editoriais das revistas História & Luta de Classes, Taller, Maracanan, e Segle XX,

entre outras. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, Conexão Repressiva, Terrorismo de Estado e Ensino de História.

Harley Silva

Professor da Facecon - Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Economia pelo Cedeplar - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador visitante no Tropical Conservation and Development, da University of Florida (2014/2015). Mestre em Demografia (Cedeplar-UFMG 2008), com graduação em Economia (2005) e História (1998) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atua como docente e pesquisador nas áreas de economia urbana e regional, planejamento urbano, relações sociedade e natureza na Amazônia, desenvolvimento socioeconômico na Amazônia brasileira.

Marcel van der Linden

Membro sênior do Instituto Internacional de História Social, onde atuou como Diretor de Pesquisa entre 2001 e 2014. Foi também, desde 1997, professor de História do Movimento Social na Universidade de Amsterdã (UvA). Recebeu seu PhD (1989) na Cum Laude da UvA e recebeu doutorado honorário pela Universidade de Oslo (2008). Recebeu o Prêmio René Kuczynski em 2009 e o Prêmio dos Historiadores Alemães (Bochum) em 2014. Foi professor visitante em Viena (2003 e 2008), ocupou a cadeira de Marcel Liebman na Université Libre de Bruxelles (2009-2010), e foi professor simultâneo na Universidade de Nanjing (2009-2012). É co-fundador da Association of Indian Labour Historians (1996), da European Labor History Network (2013) e da Global Labor History Network (2015). É presidente da International Social History Association (2005-10, 2010-15, 2015-20). Seus livros e artigos foram publicados em dezessete idiomas. Dentre suas publicações, destacam: *Trabalhadores do Mundo. Ensaio para uma história global do trabalho*. Tradução de Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres (Campinas: Unicamp, 2013). *Forthcoming: The Social Question in the 21st Century: A Global View* (co-edited; Oakland: University of California Press, 2019), e *The Worldwide Web of Work. A History in the Making* (Amsterdam: Amsterdam University Press, 2020).

Mariane Emanuelle da Silva Lucena

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), especialista em Promoção de Igualdade Racial na Escola pela UFT e licenciada em Ciências Sociais, pela UFT. Atua em pesquisas, envolvendo mulheres atingidas pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA).

Michael Löwy

Sociólogo franco-brasileiro, filósofo marxista e ecossocialista. Formado em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo. Diretor emérito de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e leciona na École des Hautes Études em Ciências Sociais (EHESS). Homenageado, em 1994, com a medalha de prata do CNRS em Ciências Sociais. Autor de inúmeros artigos e livros, publicou recentemente *O que é Ecossocialismo* pela Editora Cortez (2014), dentre outras publicações: *Walter Benjamin: aviso de incêndio* (2005) e *Lucien Goldmann ou a dialética da totalidade* (2009), *A teoria da revolução no jovem Marx* (2012), *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano* (2014) e organizador de *Revoluções* (2009) e *Capitalismo como religião* (2013), ambos pela Editora Boitempo e *Écosocialisme. L'alternative radicale à la catastrophe écologique capitaliste* (Mille et une nuits, 2011).

Monalisa Pavonne Oliveira

Professora na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutora em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 2016. Pesquisadora Visitante na Universidade de Lisboa (Lisboa/ Portugal), pelo Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior (PDSE), entre 2014 e 2015. Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em 2010. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 2005. Organizou com Maria Clara Ferreira, o livro *Associações religiosas leigas de negros, pardos e brancos nas Minas do Ouro*, pela Editora Clio Gestão Cultural, em 2015. Coordenadora do Grupo de Pesquisa História Colonial e Ensino de História. Colaborou como colunista na Revista Contemporantes Revista Semanal de Difusão Cultural (2018/2019). Professora do Mestrado Profissional em História (ProfHistoria)/ UFRR. Dedicase a

temas relacionados ao Ensino de História, Relações Étnico-Raciais, História do Tempo Presente e Brasil Colônia.

Pedro Henrique Pedreira Campos

Professor do Departamento de História (DHist) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), atuando no Programa de Pós-Graduação de História da UFRRJ (PPHR) e no Programa de Economia Política Internacional da UFRJ (Pepi). Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (2004), mestrado em História Social pela mesma instituição (2007) e doutorado em História também pela UFF (2012). Em 2015, ganhou o prêmio Jabuti na área de Economia pelo livro *Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988)* (Eduff, 2014). Desde 2018, é bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado (Faperj) e, desde 2019, bolsista produtividade do CNPq. Atua nas áreas de História econômico-social, ditadura civil-militar brasileira (1964-1988), Estado e políticas públicas e História da política externa brasileira. É um dos coordenadores do Lehi (Laboratório de Economia e História da UFRRJ) e membro do Polis (Laboratório de História Econômico-social da UFF).

Petrônio José Domingues

Professor associado do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor permanente tanto do Mestrado Acadêmico em História (PROHIS) quanto da Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Sociologia da mesma universidade. Bacharel e licenciado (1997), mestrado (2001) e doutorado (2005) em História pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenador de quatro coletâneas, autor de cinco livros, de vinte e oito capítulos de coletâneas e de dezenas (mais de oitenta) artigos publicados em revistas acadêmicas, no Brasil e no exterior, sem mencionar as várias resenhas e os artigos publicados na imprensa diária. Tem experiência na área de História, com ênfase em Brasil Republicano e Historiografia Brasileira, atuando principalmente com os seguintes temas: populações da diáspora africana, no Brasil e nas Américas, pós-abolição, movimentos sociais, identidades, biografias e multiculturalismo. Foi Visiting Scholar na Rutgers - The State University of New Jersey (EUA), no Department of Africana Studies (2012-2013), e realizou pós-doutorado no PPGHC da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), entre 2016 e 2017.

Rita de Cássia Marques

Professora Titular da Escola de Enfermagem e do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenadora do Centro de Memória da Escola de Enfermagem da UFMG e do SCIENTIA – Grupo de Teoria da Ciência. Pesquisa na área de História da Saúde e das Doenças, História das Ciências, Instituições científicas, Memória e Patrimônio, Educação em Saúde e Divulgação de acervos.

Sidney da Silva Lobato

Professor Adjunto IV de História da Amazônia nos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Amapá (Unifap). Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou estágio de pós-doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris), com bolsa da Capes, entre fevereiro de 2015 e fevereiro de 2016. Professor permanente do Mestrado Acadêmico em História, do Mestrado Acadêmico em Educação e do Mestrado Profissional em Ensino de História (todos da Unifap). Atuou como presidente da Seção Amapá da Associação Nacional de História (ANPUH-AP), de 2013 a 2014. Editor da revista *Fronteiras & Debates* (2016-2018). Membro do Conselho Editorial da *Revista Brasileira de História* desde 2017. Coordena, desde 2016, o Laboratório de Estudos da História Social do Trabalho na Amazônia (Lehstam-Unifap). Pesquisador associado ao Centre de Recherche et Documentation des Amériques (Creda-Université Paris 3 Sorbonne Nouvelle). Enfoca nas pesquisas atuais: a produção e circulação de saberes, as táticas de sobrevivência e de resistência de trabalhadoras e trabalhadores, tendo como balizas o espaço amazônico e os séculos XIX e XX.

Silvia Maria Favero Arend

Professora do curso de Graduação em História e dos Programas de Pós-graduação em História e em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro do Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF) e do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC). Sócia da Associação Nacional de História (ANPUH), da Associação Nacional de Pós-Gra-

duação e Pesquisa em Educação (ANPED), da Brazilian Studies Association (BRASA) e da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Realizou estágio pós-doutoral na Fondation Nationale des Sciences Politiques (Sciences Po - Paris - 2012) e na Universidade Nova de Lisboa (Lisboa - 2018). Coordenadora do Grupo de Trabalho de História da Infância e Juventude da ANPUH-nacional. Representante do Brasil na equipe que coordena a Red de Estudios de Historia de las Infancias en América Latina (REHIAL). Foi diretora de Pesquisa e Pós-graduação, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da UDESC (2013 - 2016). É editora da Revista Tempo & Argumento do PPGH-UDESC. Membro do corpo editorial da Revista Estudos Feministas, da Revista Brasileira de História & Ciências Sociais e da Editora da UDESC. Orienta trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado nas áreas da História da Infância e Juventude, do Direito e da Família no âmbito do tempo presente.

Sonia Regina de Mendonça

Doutora em História pela USP; Docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF); Pesquisador 1 do CNPq. Autora de mais de 60 artigos em periódicos acadêmicos e cerca de 60 capítulos de livros. Dentre seus livros publicados constam. *Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento* (Graal, 2003); *História do Brasil Recente: 1964-92* (Ática, 1994, em coautoria com FONTES, Virgínia); *O Ruralismo Brasileiro* (Hucitec, 1997); *A Política de Cooperativização Agrícola do Estado Brasileiro* (EdUFF, 2002); *A Classe Dominante Agrária: Natureza e Comportamento* (Expressão Popular, 2006); *O Patronato Rural no Brasil Recente* (Editora UFRJ, 2010); *Agro y política a uno y otro lado del Atlántico: franquismo, salazarismo, varguismo y peronismo* (Imago Mundi, 2016, organizado juntamente com BLACHA, N. e ORTIZ, I.); *Gramsci e a Pesquisa Histórica* (Appris, 2018, organizado em parceria com LAMOSA, R. C).

Tiago Siqueira Reis

Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador do Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e do Grupo

de Trabalho e Orientação (GTO), coordenado pela professora Virgínia Fontes. Membro do conselho editorial da Revista História & Luta de Classes. Estuda a História da saúde pública brasileira, História das instituições e das empresas, Estado e poder no Brasil República e História do Tempo Presente.

ORGANIZADORES E ORGANIZADORAS

Tiago Siqueira Reis

Doutorando em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Mestre em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa. Pesquisador do Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais pelo Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e do Grupo de Trabalho e Orientação (GTO), coordenado pela professora Virgínia Fontes. Membro do conselho editorial da Revista História & Luta de Classes. Estuda a História da saúde pública brasileira, História das instituições e das empresas, Estado e poder no Brasil República e História do Tempo Presente.

Monalisa Pavonne Oliveira

Professora na Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutora em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), em 2016. Pesquisadora Visitante na Universidade de Lisboa (Lisboa/ Portugal), pelo Programa de Doutorado-Sanduiche no Exterior (PDSE), entre 2014 e 2015. Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), em 2010. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 2005. Organizou com Maria Clara Ferreira, o livro Associações religiosas leigas de negros, pardos e brancos nas Minas do Ouro, pela Editora Clio Gestão Cultural, em 2015. Coordenadora do Grupo de Pesquisa História Colonial e Ensino de História. Colaborou como colunista na Revista Contemporâneas Revista Semanal de Difusão Cultural (2018/2019). Professora do Mestrado Profissional em História (ProfHistoria)/ UFRR. Dedicar-se a temas relacionados ao Ensino de História, Relações Étnico-Raciais, História do Tempo Presente e Brasil Colônia.

Carla Monteiro de Souza

Professora na Universidade Federal de Roraima (UFRR), no curso de História e no Programa de Pós-graduação em Sociedade e Fronteiras-PPGSOF. Professora do Mestrado Profissional em História (ProfHistoria)/ UFRR Mestre e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com pós-doutorado em Migrações, realizado junto ao Instituto de Geografia e Ordenamento Territorial da Universidade de Lisboa. Atua na área de História do Brasil, da Amazônia e de Roraima, com ênfase em história do tempo presente; história oral, narrativas e memórias; migrações e cidades; história e literaturas.

Américo Alves de Lyra Júnior

Professor Associado da Universidade Federal de Roraima (UFRR), lotado na Coordenação de Relações Internacionais, lecionando as disciplinas Filosofia Política, História Andina e Pan Amazônica, História das Relações Internacionais e História das Relações Internacionais do Brasil. Bacharel e Licenciado em Filosofia, Mestre em História Social e das Ideias, Doutor em Historiografia e História das Ideias, com Pós-Doutorado em Relações Bilaterais e Multilaterais pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em América Latina e Brasil, tem focado estudos e orientações em iniciação científica, graduação e mestrado em temas amazônicos. Tem interesse em pensamento político caribenho e tradição religiosa africana na América Latina e Caribe. Atuou como vice-reitor da UFRR (2016/2020).

Realizaram a revisão desse volume:

Tiago Siqueira Reis e Monalisa Pavonne Oliveira

Organizadores:
Tiago Siqueira Reis
Carla Monteiro de Souza
Monalisa Pavonne Oliveira
Américo Alves de Lyra Júnior



COLEÇÃO HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE: VOLUME III

Escrevem neste número:

Anny Jackeline Torres Silveira · Denise Nacif Pimenta
Dernival Venâncio Ramos Júnior · Eduardo Devés-Valdés
Enrique Serra Padrós · Harley Silva · Marcel van der Linden
Mariane Emanuelle da Silva Lucena · Michael Löwy
Monalisa Pavonne Oliveira · Pedro Henrique Pedreira Campos
Petrônio José Domingues · Rita de Cássia Marques
Sidney da Silva Lobato · Silvia Maria Favero Arend
Sônia Regina de Mendonça · Tiago Siqueira Reis



Roraima
2020



ISBN 978-658606231-1



9

786586

062311